
LINHAS ESTRATÉGICAS



**PARA A PROMOÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO JOVEM EM
PORTUGAL**

Ficha técnica

Título

Linhas Estratégicas para a Promoção da Participação Jovem em Portugal

Instituição promotora

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Entidade responsável

Associação Oficina de Planeamento e Participação

Coordenação

Nelson Dias

Autores

Vânia Martins

Nelson Dias

Sara Luz

Olímpio Paixão

Isabel Coimbra

Miguel Graça

Susana Sousa

Colaboração

Rafaela Scheiffer

Simone Júlio

Tatiane Dias

Data

Novembro de 2024

Índice

Introdução	8
Metodologia.....	10
OBJETIVO DO ESTUDO	10
QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	10
RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS	10
Pesquisa documental	10
Entrevistas semiestruturadas	11
Sessões temáticas	11
Focus Group Research	11
Inquérito por questionário	12
AMOSTRA.....	12
1. Enquadramento.....	18
1.1. REFERENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS.....	18
1.1.1. Referenciais de política pública.....	18
1.1.2. Referenciais teórico-conceituais	26
1.2. O IPDJ E AS SUAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE JUVENTUDE	29
1.2.1. O que é o IPDJ	29
1.2.2. Programas do IPDJ na área da Juventude e da Participação	32
2. Conceções e práticas de participação jovem inerentes aos programas do IPDJ	47
2.1. A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS.....	47
2.1.1. Relevância da participação dos jovens para o futuro e para a vitalidade da democracia.....	47
2.1.2. Atitudes e comportamentos cívicos e políticos dos jovens	48
2.1.3. Desafios à participação dos jovens	78
2.2. A LIGAÇÃO DOS JOVENS AO IPDJ	79
2.2.1. Reconhecimento do IPDJ pelos jovens	79
2.2.2. Experiências dos jovens com o IPDJ	81
2.3. PERCEPÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO IPDJ QUE MAIS CONTRIBUEM PARA A PARTICIPAÇÃO DO JOVENS.....	82
2.3.1. Os programas e as diferentes realidades regionais.....	82
2.3.2. Implementação dos programas.....	86
2.3.3. Efeitos dos programas	102
2.4. O FUTURO DOS PROGRAMAS.....	106
2.4.1. Sugestões de melhoria dos programas.....	106

2.4.2. Sugestões de futuros programas a desenvolver	111
3. Pistas para as Linhas Estratégicas.....	117
3.1. O encontro entre a forma como os jovens percebem a participação e os estudos e referenciais considerados.....	117
3.2. Sobre o alinhamento entre os Programas do IPDJ que mais contribuem para a promoção da participação dos jovens e as orientações explícitas nos referenciais de política pública nesse campo.....	119
3.3. Sobre a capacidade dos programas do IPDJ de respeitarem a agência das pessoas jovens, a sua autonomia e envolvimento	120
3.4. Sobre as percepções de quem promove os programas, de quem neles participa e de quem deles beneficia	121
4. Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem	124
4.1. Melhorias nos programas existentes	126
4.1.1. Garantir maior ambição no exercício de envolvimento dos jovens na tomada de decisão no âmbito dos programas existentes.....	126
4.1.2. Garantir condições igualitárias de acesso e de participação nos programas existentes	128
4.1.3. Garantir condições institucionais favoráveis ao fomento da participação dos jovens e à implementação das suas deliberações no âmbito dos programas a decorrer .	130
4. 2. Criação de novos programas	131
Referências	142
Notas de fim	163

Índice de Anexos

<u>Anexos A. Aspetos metodológicos complementares</u>	145
<u>Anexo A1. Pesquisa Documental</u>	146
<u>Anexo A2. Entrevista semiestruturada</u>	146
<u>Anexo A3. Sessões temáticas (ST)</u>	147
<u>Anexo A4. Focus Group Research</u>	147
<u>Anexo A5. Inquérito por questionário</u>	148
<u>Anexos B. Informação adicional acerca dos programas</u>	150
<u>Anexo B1. Campos de Trabalho Internacionais</u>	151
<u>Anexo B2. Euroescola</u>	153
<u>Anexo B3. Navega(s) em Segurança?</u>	155
<u>Anexo B4. Orçamento Participativo Jovem Portugal</u>	157
<u>Anexo B5. Parlamento dos Jovens</u>	159

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Participação juvenil: programas do IPDJ, segundo as três categorias de participação enunciadas	41
Tabela 2 - Análise descritiva das respostas às questões B1 (Como funciona atualmente a democracia?) e B2 (Qual o grau de confiança?).....	48
Tabela 3 - Comparação de médias entre sexo masculino e feminino.....	49
Tabela 4 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão B4 e variável compósita criada a partir dos mesmos	51
Tabela 5 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão B5.	52
Tabela 6 - Correlações bivariadas entre a idade dos participantes e os diferentes itens da questão B5.	54
Tabela 7 - Correlações bivariadas entre as variáveis em estudo.....	56
Tabela 8 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão C1 e respetiva variável compósita	61
Tabela 9 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão C2 e respetiva variável compósita	64
Tabela 10 - Diferenças significativas em função do nível da situação perante o emprego para cada forma de participação cívica e política apresentada na questão C2	66
Tabela 11 - Diferenças significativas em função do nível de educação para cada forma de participação cívica e política apresentada na questão C2.....	68
Tabela 12 - Diferenças significativas em função do nível de educação para cada uma das formas de participação cívica e política apresentadas na questão C2.....	69
Tabela 13 - Correlações bivariadas entre a idade dos participantes e os diferentes itens da questão C2.....	71
Tabela 14 - Formas de participação consideradas mais e menos interessantes pelos inquiridos (%).....	72
Tabela 15 - Recursos e oportunidades de cada região na perspetiva dos Dirigentes Regionais.....	84
Tabela 16 - Parcerias estabelecidas pelas DR do IPDJ.....	85
Tabela 17 - Respostas nos FG sobre a participação nos programas dos IPDJ, por programa e por região (%)	87
Tabela 18 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão D2.	88
Tabela 19 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão D5	91
Tabela 20 – Perceções dos técnicos do IPDJ acerca da implementação dos programas.....	93
Tabela 21 - Considerações dos dirigentes e dos técnicos do IPDJ sobre a eficácia dos programas e se correspondem às expectativas dos jovens.....	95
Tabela 22 - Considerações das entidades com atuação juvenil sobre a eficácia dos programas do IPDJ, e se correspondem às expectativas dos jovens	99
Tabela 23 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão D7	103
Tabela 24 - Análise das diferenças do impacto da participação nos programas do IPDJ em função do género	103
Tabela 25 - Efeitos dos programas nos jovens segundo os técnicos do IPDJ	104
Tabela 26 - Sugestões de melhoria por parte de dirigentes e técnicos do IPDJ.....	106
Tabela 27 - Sugestões de melhoria por parte dos jovens.....	109
Tabela 28 - Sugestões dos jovens para futuros programas e iniciativas a desenvolver	113
Tabela 29 - Indicadores Parlamento dos Jovens desde 2018 até 2022	161

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição de participantes por ST (arredondado às unidades, %)	13
Gráfico 2 - Distribuição de participantes por FG (arredondando às unidades, %)	14
Gráfico 3 - Distribuição de participantes por FG (arredondado às unidades, %)	14
Gráfico 4 - Distribuição dos participantes por FG, por género (arredondado às unidades, %) %)	14
Gráfico 5 - Distribuição do concelho de residência dos participantes (arredondado às unidades, %)	15
Gráfico 6 - Distribuição dos participantes por Direções Regionais do IPDJ (arredondado às unidades, %)	16
Gráfico 7 - Distribuição da tipologia de residência dos participantes (arredondado às unidades, %)	16
Gráfico 8 - Distribuição da situação perante o emprego dos participantes, %	17
Gráfico 9- Como os jovens gostam de exercer a sua participação na sociedade	59
Gráfico 10 - Razões que levam os jovens a considerar, no global, as formas de participação como mais interessantes	74
Gráfico 11 - Razões para cada abordagem participativa ser considerada interessante .	74
Gráfico 12 - Respostas nos FG sobre a participação dos jovens nos programas dos IPDJ (%)	87
Gráfico 13 - Como os participantes dos Focus Groups avaliam os programas do IPDJ (%)	92

Índice de Figuras

Figura 1 - A escada da participação original, de Arnstein (1969)	27
Figura 2 - A escada da participação de Hart (1992).....	28
Figura 3 - Escada da E-Participação (Krabina, 2016).....	28
Figura 4 – Estrutura organizacional do IPDJ (Fonte da imagem: Página de internet do IPDJ)	30
Figura 5 - Classificação do nível de presença dos determinantes nos programas.....	42
Figura 6 - Análise dos programas segundo a escada da participação de Hart (1992)....	44
Figura 7 - Classificação dos programas quanto ao tipo de participação que promovem	45
Figura 8 – Testemunhos dos jovens nos FG sobre o que é, para si, a participação	58
Figura 9 - No que os jovens gostavam de poder participar (recolhido nos FG)	60
Figura 10 – Perceção de Dirigentes e Técnicos do IPDJ sobre a visibilidade do mesmo junto dos jovens	80
Figura 11 - Excertos de alguns prós e contras da experiência com o IPDJ enunciados pelos jovens.....	82
Figura 12 - Perceção dos temas que mais interessam aos jovens	101

Introdução

A promoção da participação da juventude em Portugal constitui um investimento para o presente e futuro do país. O reconhecimento da necessidade em desenvolver esforços e iniciativas numa ação concertada entre jovens, organizações juvenis, conselhos de juventude, as autoridades locais/regionais/nacionais, os decisores políticos e outros *stakeholders*, para melhorar as oportunidades dos jovens em participarem nos processos de tomada de decisão a nível social, político e cívico e garantir a sustentabilidade das sociedades democráticas, é a premissa fundamental das presentes Linhas Estratégicas.

A adoção de medidas para a promoção da participação dos jovens constitui um desafio nacional de grande importância. Ao assumi-lo, o Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ) reforça a sua atuação no desenvolvimento de políticas e programas de juventude no domínio da cidadania e participação, em harmonia com os compromissos estabelecidos por Portugal em diferentes instâncias internacionais, enquanto Estado-Membro da União Europeia (UE), designadamente no Conselho da Europa, no que se refere à promoção da participação dos jovens na vida democrática do Continente, tendo por base princípios fundamentais dos direitos humanos – inclusão, participação, igualdade e não discriminação – e uma perspetiva de sustentabilidade – económica, social e ambiental.

A decisão em elaborar as presentes Linhas Estratégicas deve ser entendida como um passo determinante para construir o futuro. O declínio democrático, os aspetos relacionados com a demografia (e.g., envelhecimento da população, despovoamento do interior), assim como as incertezas face ao futuro em virtude da globalização, das alterações climáticas, das mudanças tecnológicas, do populismo, da discriminação, da desinformação e das tensões geopolíticas, são algumas das razões que levaram o IPDJ a considerar necessário o reforço das políticas públicas promotoras da participação dos jovens.

Ao criar oportunidades para que esses participem no desenvolvimento, na execução, no acompanhamento e na avaliação de políticas e/ou decisões que lhes dizem respeito, e assegurar os recursos necessários para que se tornem cidadãos ativos e agentes de solidariedade, espera-se contribuir para uma mudança positiva na sociedade portuguesa. A esse desiderato junta-se a necessidade de mobilizar os meios necessários à operacionalização da presente estratégia, num quadro de cooperação interinstitucional.

Dentro do âmbito de ação do Plano Nacional para a Juventude 2022-2025, as Linhas Estratégicas para a Promoção da Participação dos Jovens reúnem um conjunto de iniciativas e/ou ações que visam reforçar o envolvimento destes atores na vida democrática, no que respeita aos processos de tomada de decisão e implementação de políticas que os afetem direta ou indiretamente e, por conseguinte, inverter as tendências de afastamento dos jovens das instituições e de desvinculação da sociedade em geral.

Nesse sentido, as Linhas Estratégicas que aqui se apresentam procuram dar uma resposta organizada aos desafios emergentes no âmbito da participação dos jovens portugueses, elencando-se abaixo os aspetos sobre os quais o documento se irá debruçar:

- 0. Metodologia.** Aqui se introduz os objetivos do estudo e definem as questões endereçadas, assim como as principais opções metodológicas tomadas para a recolha e análise de informação, traçando, por fim, um perfil da amostra envolvida no estudo.
- 1. Enquadramento.** O primeiro capítulo conduz numa leitura sobre os referenciais internacionais para a participação dos jovens e abarca ainda uma visão nacional, através da análise dos cinco programas do IPDJ na área da juventude que mais contribuem para promover a participação dos jovens, que são: Euroescola, Parlamento dos Jovens (PJ), Navegas(s) em Segurança?, Campos de Trabalho Internacionais (CTI) e Orçamento

Participativo Jovem Portugal (OPJP). É fornecida uma perspetiva dos níveis de participação destes programas à luz dos seus pressupostos e de alguns modelos teóricos apresentados.

- 2. Conceções e práticas de participação jovem inerentes aos programas do IPDJ.** Ligeiramente mais amplo, este capítulo reúne as perspetivas de múltiplos atores (jovens, dirigentes e técnicos do IPDJ, e entidades com atuação na área da juventude que são suas parceiras) em torno das questões relacionadas com a participação dos jovens. Analisa as atitudes e comportamentos cívicos e políticos dos jovens, e invoca uma perceção sobre a ligação dos mesmos ao IPDJ em geral e, em particular, aos cinco programas em estudo. Neste seguimento, são identificados aspetos fortes e críticos, expõem-se sugestões de melhoria para estes programas, e recomendações para futuras iniciativas que possam contribuir para efetivar a participação através das Linhas Estratégicas.
- 3. Pistas para as linhas estratégicas.** Esta parte congrega e sintetiza as principais ideias resultantes do estudo, respondendo às questões de investigação e destacando aspetos que devem ser endereçados nas linhas estratégicas.
- 4. Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem em Portugal.** Definição de propostas de medidas/iniciativas a desenvolver para responder aos principais desafios identificados.

O presente documento congrega em si, desta forma, múltiplas visões e entendimentos sobre a promoção da participação, desde um ponto de partida mais amplo, até ao enfoque na perspetiva dos próprios jovens, do IPDJ e dos respetivos parceiros. Traça, assim, um entendimento sobre os programas na perspetiva de quem os acompanha e de quem neles participa, à luz de inúmeros referenciais, e propõe, por fim, um conjunto de medidas que vulgam uma maior ambição na promoção da participação jovem em Portugal. Para respeitar esta lógica, foi opção reunir todas estas múltiplas visões num único documento, que se interliga e completa, não correndo assim o risco de espartilhar informação que se crê essencial para um entendimento vasto sobre o tema.

Metodologia

OBJETIVO DO ESTUDO

Compreender qual o entrosamento dos programas do IPDJ que mais contribuem para a promoção da participação das pessoas jovens, com os principais referenciais internacionais, e com as percepções, necessidades e expectativas dos seus promotores, participantes e beneficiários.

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

O estudo rege-se pelas seguintes questões de investigação:

- › Existe um alinhamento entre os Programas do IPDJ que mais contribuem para a promoção da participação das pessoas jovens, e as orientações explícitas nos referenciais de política pública neste campo?
- › Estes programas satisfazem as necessidades das pessoas jovens? Se sim, de que forma o fazem – o quanto respeitam a agência das pessoas participantes, a sua autonomia e envolvimento, e qual é a sua ambição?
- › Qual a percepção de quem os promove, de quem neles participa, e de quem deles beneficia?

RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

As técnicas escolhidas permitiram a recolha de dados quantitativos e qualitativos, para compreender não somente o mensurável em números, mas também conhecer, em complemento, as percepções dos diferentes atores-chave dos programas, ou seja, aqueles que neles se encontram envolvidos enquanto promotores, participantes e beneficiários.

A recolha de dados consistiu nas seguintes atividades: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, sessões temáticas com a equipa técnica do IPDJ, *focus group* e inquérito por questionário dirigido à comunidade jovem.

Pesquisa documental

O estudo iniciou com uma fase de pesquisa documental e de revisão da literatura, que permitiu, em primeira instância, uma leitura sobre os principais programas, políticas e recomendações internacionais que atuam como referenciais para a participação dos jovens, referidos no Capítulo 1 (ponto 1.1). Foi possível compreender as problemáticas e os desafios das pessoas jovens à escala global e europeia, assim como as linhas orientadoras, recomendações e políticas que os Estados-membro devem seguir para endereçar e considerar as necessidades dos mesmos, e para tornar a sua participação cada vez mais efetiva, implicando-os na tomada de decisão e nas soluções para os desafios que afetam as suas vidas.

Foi igualmente considerada a escala nacional, em particular através de uma análise aos cinco programas em estudo. Foi possível conhecer e descrever cada um, e, por um lado, analisá-los à luz de alguns princípios da participação, que têm alimentado a compreensão acerca dos diferentes níveis de participação pública existentes, na ótica de diversos autores, em modelos teóricos desenvolvidos ao longo dos anos e, por outro lado, realizar uma revisão dos documentos e relatórios produzidos pelo IPDJ, que permitisse uma análise sobre as formas como esse se propõe promover a participação das pessoas jovens.

No segundo ponto, foram analisados os seguintes documentos (para mais detalhes consultar o Anexo A1):

- i. Relatórios anuais de execução internos facultados pelo IPDJ, sobre quatro dos cinco programas em análise (com exceção do OPJP, sobre o qual se recorreu a um relatório final de avaliação elaborado pelo PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública). Esta análise está disponível nos Anexos B;
- ii. “Documentos de Gestão”¹, onde à data estavam disponibilizados os Relatórios de Atividades anuais, que discriminam os objetivos atingidos, o grau de realização dos programas e os recursos utilizados.
- iii. Dashboards² sobre Juventude, e designadamente sobre dois dos cinco programas em análise (o Euroscola e os Campos de Trabalho Internacionais), através dos quais é possível visualizar alguns dos dados de execução destes programas.

Entrevistas semiestruturadas

No total foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas, no período entre abril e junho de 2023, sendo: 5 com Dirigentes Regionais do IPDJ e 12 com interlocutores de entidades, de âmbito privado e público, com atuação reconhecida na área da Juventude.

Cada entrevista decorreu ao longo de uma hora, aproximadamente, iniciando-se com um enquadramento do estudo, e exposição dos objetivos da entrevista no âmbito do mesmo, precedida de garantia do anonimato dos entrevistados.

As entrevistas foram estruturadas por um guião, que pode ser consultado no Anexo A2, que atuou como suporte para a introdução de algumas perguntas e temas sem, no entanto, limitar demasiado os contributos dos entrevistados, que puderam explorar, com maior ou menor profundidade, as suas opiniões e perceções sobre os assuntos elencados, expressando-se livremente. Estes foram ainda convidados, numa etapa final da entrevista, a acrescentar outras reflexões, informações, sugestões e comentários acerca do assunto, que pudessem ter ficado por contemplar no decorrer da conversa.

Sessões temáticas

As sessões temáticas (ST) decorreram no mês de maio de 2023, num total de 5, e dirigiram-se à equipa técnica do IPDJ. Cada sessão foi dedicada à avaliação de cada um dos 5 programas em estudo (a relembrar, são o CTI, Euroscola, PJ, Navega(s) em Segurança? e OPJP).

As ST decorreram maioritariamente através dos meios digitais, para garantir uma representatividade mais facilitada de interlocutores de todas as DR. Tiveram a duração aproximada de uma hora e quarenta e cinco minutos e iniciaram-se com uma exposição do estudo e dos objetivos da sessão, tendo sido feita a ressalva do anonimato dos participantes. Antes de iniciada a partilha, foi solicitado aos técnicos que se apresentassem. Todas as sessões seguiram o mesmo guião de base, que pode ser consultado no Anexo A3, mas com alguns tópicos adaptados a cada programa.

Focus Group Research

Os Focus Group (FG) pretenderam fomentar a participação das pessoas jovens no estudo, possibilitando a recolha *in loco* das suas perceções acerca dos temas em foco, para produzir informação qualitativa. Foram realizados 4 FG (uma por Direção Regional, excetuando a de Lisboa e Vale do Tejo), e decorreram entre os meses de março e julho de 2023, por videochamada, com duração

¹ Disponível em <https://ipdj.gov.pt/documentos-de-gestao>

² Disponível em <https://ipdj.gov.pt/dashboards-juventude>

de cerca de duas horas cada, num total de 16 horas. Contou-se com o apoio de alguma tecnologia para facilitar a interação com e entre os jovens, em particular: i) Plataforma Zoom - para acolher os participantes e permitir o trabalho em grupos através de salas simultâneas, ii) *Slido* – para uma mais rápida auscultação em alguns temas, e iii) *Jamboard* – para registo de contributos durante a discussão.

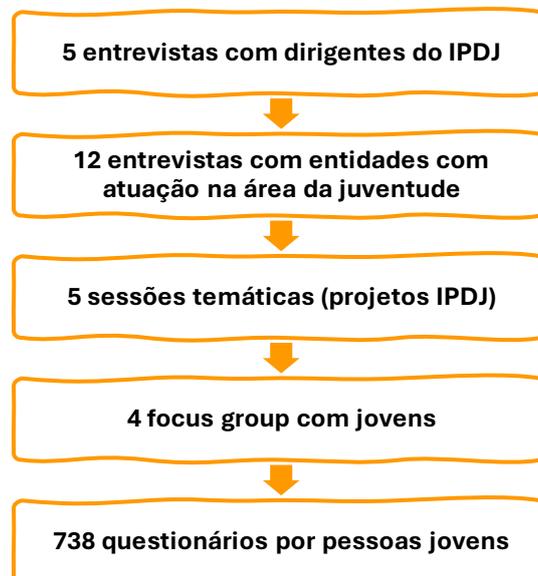
Cada FG iniciou com uma apresentação do estudo, da equipa, dos participantes, e da metodologia e tecnologias a utilizar durante a sessão. Foi garantido o anonimato e solicitada a autorização para proceder à gravação. O guião permitiu a introdução dos mesmos tópicos de discussão ao longo das sessões, e pode ser consultado na Anexo A4.

Inquérito por questionário

O questionário foi constituído por 4 grupos de questões dirigidas à recolha de i) elementos sociodemográficos, ii) perceções sobre a democracia e o país, iii) atitudes e comportamentos políticos e iv) relação com o IPDJ. Durante a aplicação do questionário, que demorou cerca de 15 minutos por participante, foi apresentada a informação sobre o carácter anónimo e confidencial da participação no estudo, tendo os dados recolhidos sido tratados em conjunto. Este pode ser consultado no Anexo A5. No total, foram obtidas 738 respostas de participantes residentes em Portugal e de idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos.

A análise estatística às respostas fornecidas pelos participantes foi realizada com SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*, versão 22), e com recurso das seguintes métricas: testes de comparação de médias em amostras independentes (*independent sample t-tests*), nomeadamente para comparação entre sexo masculino e feminino; e análises de variância (ANOVA) para comparar valores médios em função de três ou mais agrupamentos (p. ex., tipo de localidade de residência, nível educativo); análises de correlação bivariada, com o intuito de analisar relações entre distintas variáveis medidas e análises de regressão linear e regressão múltipla, para aferir eventuais relações causais entre distintas variáveis.

AMOSTRA



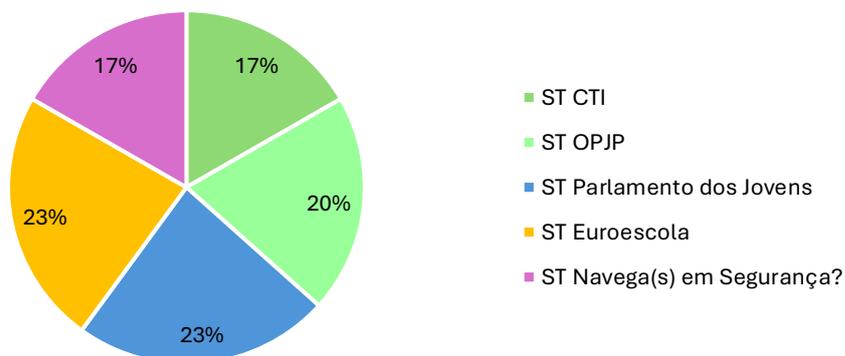
As **entrevistas a dirigentes do IPDJ** contaram com 5 representantes das Direções Regionais (DR) do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, sendo 2 (40%) dirigentes do género feminino e 3 (60%) do género masculino.

Nas 12 **entrevistas realizadas a entidades com atuação na área da juventude**, estão incluídos 5 indivíduos do género feminino (42%) e 7 do género masculino (58%), dos seguintes tipos de entidades:

- 6 partidos políticos, 3 dos quais juventudes partidárias;
- 1 ONG com atuação internacional, com representação em Portugal;
- 1 associação de âmbito nacional;
- 1 federação de âmbito nacional;
- 2 organismos públicos (1 das regiões autónomas e 1 de âmbito nacional das áreas governativas da cultura e da educação);
- 1 associação de defesa dos jovens lusófonos, inscrita no Registo Nacional de Associativismo jovem (RNAJ).

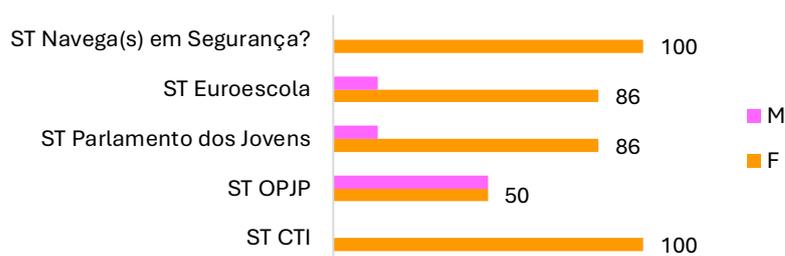
A **amostra das ST** é composta por 21 participantes, do total de 30 pessoas presentes em todas as sessões, sendo que 9 participaram duas vezes (30%). O Gráfico 1 revela a distribuição por sessão. As ST sobre os programas Parlamento dos Jovens e Euroescola foram as mais participadas (23% cada, N=7), a do programa OPJP contou com 20% de participantes (N=6) e as duas restantes, CTI e Navega(s) em Segurança? com 17% (N=5 participantes em cada sessão).

Gráfico 1 - Distribuição de participantes por ST (arredondado às unidades, %)



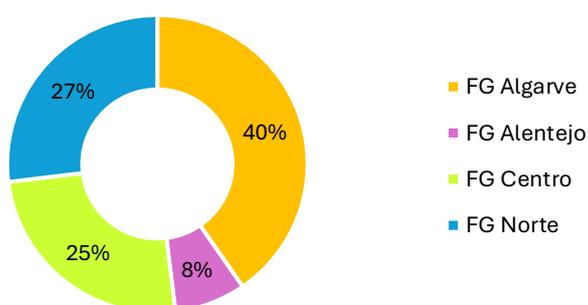
No que se refere à distribuição dos participantes em termos de género, explícito no Gráfico 2, houve predominância, em todas as sessões, do género feminino. Apenas a ST OPJP alcançou total equidade de género (50% F e M, N=3). As ST Parlamento dos Jovens e Euroescola contaram com apenas 1 elemento masculino (14%).

Gráfico 2 - Distribuição de participantes por FG (arredondando às unidades, %)



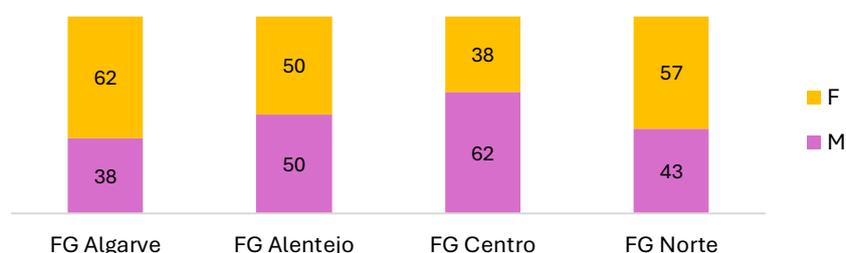
Quanto aos **FG**, a amostra é constituída por um total de 52 participantes, tendo a sessão do Algarve sido a mais participada (40%, N=21), seguida do Norte (27%, N=14) e Centro (25%, N=13). Como indicado no Gráfico 3, a sessão do Alentejo teve o menor número de participantes (8%, N=4).

Gráfico 3 - Distribuição de participantes por FG (arredondado às unidades, %)



No total da amostra dos FG verifica-se uma representação muito aproximada dos dois géneros, com uma ligeira superioridade numérica do feminino: 24 participantes M e 28 F (46 e 54%, respetivamente). Já na distribuição dos participantes por géneros pelos FG, afere-se que em alguns decorreu menor equilíbrio de género, especialmente no Algarve, onde predominaram participantes femininos (62% F, N=13 face a 38% M, N=8), e no Centro, com a situação invertida (62% M, N=8 face a 38% F, N=5), como indica o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição dos participantes por FG, por género (arredondado às unidades, %)



A **amostra dos questionários** é constituída por 738 participantes residentes em Portugal e de idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos ($M= 20,45$; $DP = 4,64$). Os inquiridos representam 0,04% do universo total de população residente nesse intervalo etário, apresentando a amostra um grau de confiança de 99%, com uma margem de erro de 5%. Da totalidade da amostra, 38,6% identificam-

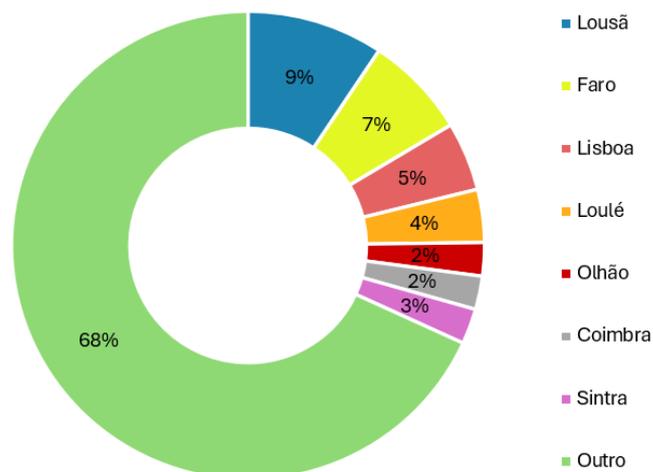
se com o género “masculino” (285 participantes), 60,6% com o “feminino” (447 participantes) e 0,8% com “Outro” género (6 participantes).

Na distribuição das nacionalidades dos participantes é possível observar a presença de 97% de portugueses (715), 0,7% de outros países europeus (5, p. ex., italiano, inglês, francês) 2,2% não europeus (16, p. ex., angolano, brasileiro, colombiano) e 1 indivíduo que preferiu não responder.

Relativamente ao estado civil, 95,3% dos participantes assinalou “solteiro(a)” (703), 3,1 % diz viver em “união de facto” (23) e 1,6% indicou “casado(a)” (12). Quase todos os indivíduos indicaram não ter filhos a cargo (97,4%, 719 participantes), sendo que apenas 2,6% responderam afirmativamente a esta questão (2,6%, 19 participantes).

Foi possível obter resposta de pelo menos um residente de 168 concelhos do território português, o que representa cerca de 54,5% da totalidade nacional (incluindo Madeira e Açores). Neste âmbito, como se pode evidenciar através da análise ao Gráfico 5, os concelhos de residência com maior representatividade (significando cerca de 31,8% da totalidade da amostra) são: Lousã (9,3%, 69 participantes), Faro (7%, 52 participantes), Lisboa (4,7%, 35 participantes), Loulé (3,7%, 27 participantes), Sintra (2,4%, 18 participantes), Olhão e Coimbra (2,3%, 17 participantes ambos). Os restantes concelhos tiveram uma representação igual ou inferior a 12 participantes (1,6%).

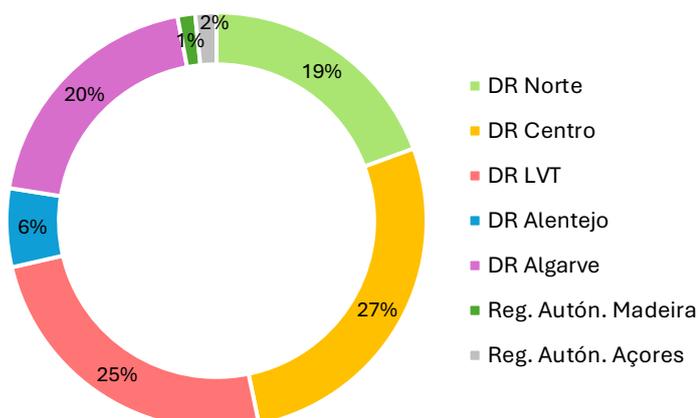
Gráfico 5 - Distribuição do concelho de residência dos participantes (arredondado às unidades, %)



Quanto à distribuição de participantes desta amostra pelas 5 DR do IPDJ, explícita no Gráfico 6, é possível verificar que a DR Centro apresenta maior proporção de participantes (27%, N=202), seguida de perto pela DR Lisboa e Vale do Tejo (LVT), com 25% (N=182).

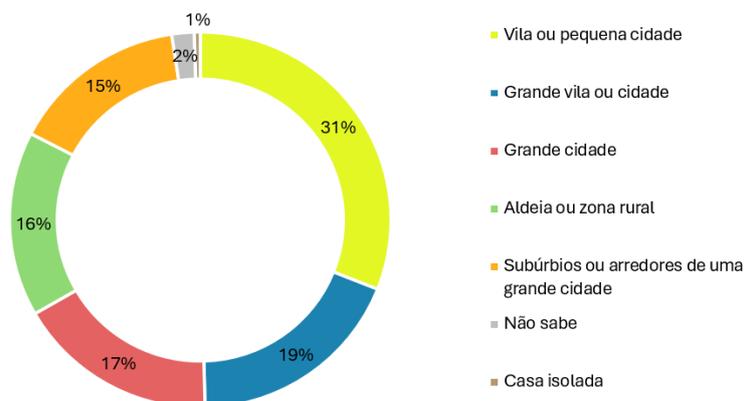
A terceira maior fatia de participantes do inquérito reside em concelhos alusivos à DR Algarve (20%, N=144), e com apenas um participante de diferença encontra-se a DR Norte (19%, N=143). Com representação abaixo dos 10%, estão jovens residentes na DR Alentejo (6%, N=45), e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (1%, N= 10 e 2%, N=12, respetivamente).

Gráfico 6 - Distribuição dos participantes por Direções Regionais do IPDJ (arredondado às unidades, %)



No que se refere ao tipo de localidade de residência, segundo o Gráfico 7, 31% dos participantes indicaram habitar numa vila ou pequena cidade (229 participantes), 18,6% numa grande vila ou cidade (137 participantes), 17,1% numa grande cidade (126 participantes), 15,9% numa aldeia ou zona rural (117 participantes) e 15% em subúrbios ou arredores de uma grande cidade (111 participantes). Finalmente, 0,5% dos participantes referiu viver em casa isolada (4 participantes) e 1,9% diz não saber qual a tipologia da sua localidade de residência (14 participantes).

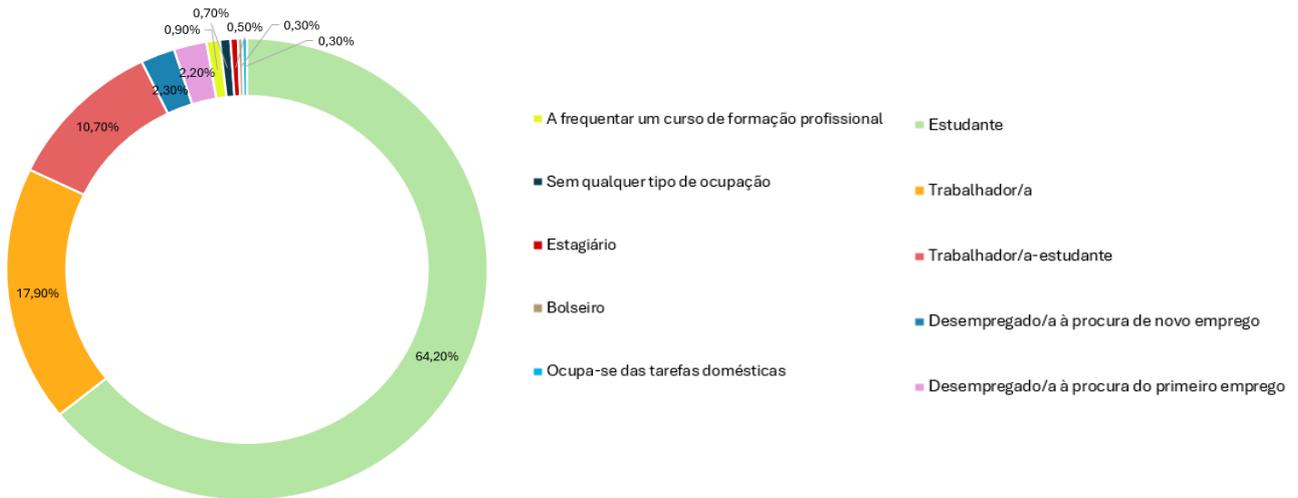
Gráfico 7 - Distribuição da tipologia de residência dos participantes (arredondado às unidades, %)



Ao analisar a distribuição dos participantes em termos do grau de ensino mais elevado alcançado é possível verificar que 39,3% (290 participantes) indicou o “Ensino Secundário” (290 participantes), 24,8% assinalou “Licenciatura” (183 participantes), 23,3% o “3.º ciclo do Ensino Básico” (172 participantes), 10,8% “Mestrado ou doutoramento” (80 participantes), 1,1% “Bacharelato” (8 participantes), 0,5% o 2.º ciclo do Ensino Básico (4 participantes) e 1 participante referiu não ter qualquer tipo grau de escolaridade.

Finalmente, no que concerne à situação com o trabalho, no momento da participação neste estudo a grande maioria encontrava-se a estudar (64,2%, 474 participantes), a trabalhar (17,9%, 132 participantes), ou ambas (“Trabalhador(a)-estudante”, 10,7%, 79 participantes).

Gráfico 8 - Distribuição da situação perante o emprego dos participantes, %



Foram, contudo, indicadas outras situações mais específicas, nomeadamente o caso de: 2,3% dos participantes que se encontravam desempregados e à procura de um novo emprego (17 participantes), 2,2% desempregados e à procura de primeiro emprego (16 participantes), 0,9% a frequentar um curso de formação profissional (7 participantes), 0,5% encontravam-se a realizar estágio profissional (4 participantes), 0,3% desempenham as suas atividades na condição de bolseiros (2 participantes), e 0,3% a dedicar-se a tarefas domésticas (2 participantes). Por último, referir ainda que 0,7% dos participantes indicou não ter qualquer tipo de ocupação (5 participantes).

1. Enquadramento

1.1. REFERENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

1.1.1. Referenciais de política pública

A convicção de que a democracia representativa é, e deve continuar a ser, a melhor forma de se traduzirem os interesses individuais e coletivos de uma sociedade na formulação de políticas públicas está cada vez mais ameaçada. Na atualidade, são vários os países no mundo em que se assiste a uma desaceleração da disseminação ou um retrocesso da democracia, não sendo Portugal um palco de exceção (Tavares, 2022).

Garantir a sustentabilidade de uma sociedade democrática é pensar que esse futuro desejável e possível está dependente das gerações mais novas. Um dos principais fatores que contribui para o declínio democrático prende-se com a fraca participação dos jovens na sociedade (Tavares, 2022), o que coloca particular ênfase na elaboração das presentes Linhas Estratégicas.

A “participação das pessoas jovens” refere-se ao envolvimento e influência que essas possuem nos processos de tomada de decisão sobre questões que afetam direta ou indiretamente as suas vidas. A participação pressupõe o direito, a oportunidade e os recursos para que os jovens possam expressar livremente os seus pontos de vista e opiniões e, assim, participarem ativamente na sociedade como parte de uma dinâmica de cidadania democrática, em que estão subjacentes o diálogo, a inclusão, o empoderamento e a responsabilidade (Crowley & Moxon, 2017; SALTO, 2020).

Inerente à participação do grupo social em apreço está a população jovem ou juventude que, embora difícil de precisar do ponto de vista concetual (considerando-se que corresponde a uma fase do ciclo de vida que marca a transição da infância para a vida adulta), se define pelas pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, que representam cerca de 11% do total da população portuguesa (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2021) e 16% da população mundial (Organização das Nações Unidas [ONU], 2022), e a quem cabe o direito fundamental de expressar a sua opinião, envolver-se e exercer influência em todas as matérias e decisões que lhes digam respeito, conforme previsto no direito nacional e internacional.

A especificidade deste segmento da população é desde logo reconhecida pela Convenção sobre os Direitos da Criança – o tratado de direitos humanos internacional mais amplamente ratificado da história, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de novembro de 1989 e ratificado por Portugal a 21 de setembro de 1990 (ONU, 1989; Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2019), bem como pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Em Portugal, o artigo 70.º da Constituição da República é igualmente perentório sobre o assunto, salvaguardando a proteção especial das pessoas jovens na efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais e a priorização das políticas públicas de juventude (Constituição da República Portuguesa. Decreto de aprovação da Constituição, 1976).

Promover a participação da população jovem nas decisões e ações a diversos níveis (i.e., local, regional, nacional e europeu) significa incentivá-la e empoderá-la a serem agentes ativos, autónomos e detentores de pensamento crítico para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, mais justa e próspera, baseada nos valores da UE (Jornal Oficial da UE, 2020; ONU, 2022) e alinhada com a defesa dos direitos humanos (Jornal Oficial da EU, 2018). Traduz-se igualmente numa forma de estimular os jovens a avaliarem se os decisores salvaguardam os valores comuns europeus e garantem os seus direitos (Jornal Oficial da UE, 2020).

Nas últimas décadas, instituições e organizações internacionais de reconhecida idoneidade têm enfatizado repetidamente a importância da participação das pessoas jovens como elemento essencial de cidadania ativa numa sociedade e numa Europa democráticas.

Conforme disposto na Resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre os resultados do 8.º Ciclo do Diálogo da UE com a Juventude (Jornal Oficial da UE, 2021a, pp.4):



Os jovens são o presente e o futuro de uma Europa sustentável, social, com impacto neutro no clima, próspera e democrática, preparada para a era digital. A sua participação é vital para moldar o presente e o futuro da Europa, assegurando a realização pessoal e o bem-estar de todos os seus cidadãos e tornando-os capazes de assumir uma cidadania ativa e responsável.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, de 25 de setembro de 2015, intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” reconheceu-se que crianças e jovens são agentes críticos para a mudança e para as futuras gerações, sendo fundamental proporcionar-lhes oportunidades que permitam a aquisição de conhecimento e competências para uma participação efetiva na sociedade (ONU, 2015).

A esse respeito, cabe enfatizar algumas das conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o reforço da governação multinível ao promover a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão (Jornal Oficial da UE, 2021b, pp.5-6), nomeadamente:

- “É urgente proporcionar aos jovens uma educação para a cidadania de qualidade que promova os valores democráticos e dotá-los de competência de literacia mediática e da informação para que possam compreender os contextos políticos e sociais, reconhecer as ameaças da desinformação, da polarização e da propaganda, bem como estar informados de forma plena e livre para poderem tomar decisões e fazer escolhas pertinentes.” (p.5);
- “É essencial que todos os jovens tenham oportunidades iguais de participação, de envolvimento e de empoderamento nos processos decisórios pertinentes a todos os níveis. Essa participação é importante não só para a qualidade das políticas de juventude, como também para todas as outras políticas transversais que afetam os jovens. Trata-se do desenvolvimento pessoal, social, cultural e intelectual dos jovens e da sua passagem para a idade adulta (Declaração de Lisboa+21).” (p.6);
- “A participação dos jovens gera um sentimento de pertença, de cidadania e de solidariedade e torna os processos políticos mais transparentes e responsáveis perante os jovens. Ao mesmo tempo, a participação dos jovens empodera-os e ajuda-os a desenvolver a autoconfiança e o sentido de iniciativa, de propriedade e de responsabilidade, permitindo-lhes adquirir e desenvolver experiência e competências relevantes para a vida democrática e profissional, em domínios como o pensamento crítico, a comunicação, a negociação e o espírito de equipa.” (p.6).

Não obstante a importância da participação das pessoas jovens para uma democracia pluralista, mais participativa e capaz de potenciar o envolvimento das gerações mais novas no seio da sociedade civil, verifica-se, contudo, que a juventude continua a ter menos oportunidades para participar (Jornal Oficial da UE, 2018; 2021b).

A população jovem está sub-representada nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito e enfrentam, em simultâneo, múltiplos desafios que afetam principalmente aqueles que se encontram em situações de maior vulnerabilidade (e.g., situações de pobreza, exclusão, marginalização, discriminação, desigualdade, desemprego, precaridade laboral, saúde mental comprometida) (Jornal Oficial da UE, 2021b; Organização das Nações Unidas, 2010), circunstâncias essas que se acentuaram com as medidas excepcionais adotadas a nível global devido à pandemia por COVID-19 (Conselho da UE, 2021; Moxon, Bacalso & Serban, 2021).

Deparam-se ainda, como notado pela ONU (2010), com outros desafios, tendo alguns deles uma agravante para as pessoas jovens que residem em ambientes rurais, nomeadamente: i) a deterioração do clima, que coloca em causa a sustentabilidade do planeta e compromete as gerações futuras; ii) as mudanças na relação com a família e a redefinição do papel da mesma, revestindo-se hoje de novas dinâmicas, e tendo maior dificuldade em assegurar um ambiente seguro, de bem-estar, e de responsabilidades partilhadas; iii) o acesso e utilização de tecnologias de informação e comunicação e a globalização.

Nesse sentido, importa destacar alguns indicadores de juventude que oferecem oportunidade de reflexão sobre a necessidade da implementação de mudanças conducentes à melhoria da participação dos jovens globalmente e, especificamente em Portugal, conforme abaixo se apresenta:

- Um em cada quatro jovens não manifesta qualquer interesse em política em comparação com um em cada cinco indivíduos para todos os grupos etários. O desinteresse entre as pessoas jovens (15-29 anos) é mais elevado na Lituânia, República Checa e Hungria (média de 54%) e menos expressivo nos países nórdicos (média de 9%) e Alemanha (4%). Chile, Itália e México registam o mais elevado nível de desinteresse na população total (média de 36%), enquanto o Japão (5%) se junta aos nórdicos (média de 6%) e à Alemanha (3%) nos baixos níveis de desinteresse. Por sua vez, Portugal, Espanha, Turquia, Colômbia e Brasil registam um maior desinteresse político da população total, quando comparados com o estrato mais jovem. Em Portugal, 24% da população total não manifesta qualquer interesse por assuntos políticos, contra 12% daqueles com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2019);
- As pessoas jovens com menos de 30 anos constituem pouco mais de 2% dos deputados mundiais, sendo que a proporção global de deputados com idade inferior a 30 anos aumentou apenas 0,3 pontos percentuais desde 2016 (de 1,9% para 2,2%) (Inter-Parliamentary Union, 2018);
- Menos de 2% dos parlamentares de todo o mundo estão na casa dos 20 anos de idade e apenas 12% na casa dos 30 anos (Global Partnership for Youth, 2021);
- Apesar dos jovens enfrentarem desproporcionalmente a pobreza, acabam por representar uma proporção significativa da população pertencente aos países de baixo rendimento; ainda assim, dois em cada três países não os incluem nos processos de tomada de decisão referentes às estratégias de redução da pobreza ou planos nacionais de desenvolvimento (*Ibidem*);
- A confiança das pessoas jovens europeias com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos no sistema político é, em termos de classificação média, mais elevada nos países da Europa Central e do Norte, em especial na Suíça (6,7), Finlândia (6,4) e Noruega (6,1), diminuindo à medida que se avança para os países do Sul, sendo particularmente baixa na Grécia, Espanha e Eslovénia (2,1). Portugal apresenta uma classificação abaixo da média dos Estados-Membros (3,9), ou seja, 2,4 (Eurostat, 2021);
- Semelhante ao comportamento do indicador anterior, também a confiança no sistema legal por parte da população jovem entre os 16 e os 24 anos é superior nos países nórdicos e menor nos países do Sul. A Dinamarca surge com a melhor classificação (7,2), seguindo-se a Noruega e a Finlândia com 7,1. Em termos de menor confiança surgem países como a Espanha e a Bulgária

(3,0), bem como a Eslovénia (3,3). Por seu lado, Portugal apresenta uma confiança média no sistema legal por parte das pessoas jovens de 3,7 (*ibidem*);

- Apesar dos melhores resultados em termos de confiança no sistema legal que no político, são as pessoas jovens entre os 16 e os 24 anos que mais confiam em Portugal, com uma classificação média de 3,7. Já aqueles dos 25 aos 34 anos apresentam uma confiança média no sistema legal de 3,4 e na população com mais de 16 anos de 2,9. No que concerne à média dos países que compõem a UE, a confiança no sistema legal é mais positiva, sendo 4,8 nos mais jovens, 4,6 naqueles com idades entre os 25 e 34 anos e 4,5 na população em geral, isto é, com mais de 16 anos (*ibidem*).

Os indicadores supramencionados refletem a sub-representação das pessoas jovens em processos de tomada de decisão, com particular ênfase no afastamento da juventude do domínio político formal, condição essa justificada pelo facto deste público não se sentir representado pelas ditas formas “estabelecidas”, “tradicionais” ou “convencionais” de participação (Crowley & Moxon, 2017; Costa, 2022).

Um estudo apoiado pelo Departamento de Juventude do Conselho da Europa, designado por “*New and innovative forms of youth participation in decision-making processes*” (Crowley e Moxon, 2017), refere que o afastamento da juventude a nível político é evidenciado nos últimos anos pelo declínio eleitoral, desinteresse pelas instituições e reduzido envolvimento/filiação em partidos políticos e/ou sindicatos. A população jovem refere-se à falta de transparência nos processos e sente-se desapontada por considerar que os políticos se focam no que beneficia o seu partido e eleitores ao invés dos interesses da população em geral.

Um outro estudo recentemente promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian em colaboração com as universidades de Aveiro, Lisboa, Minho e Porto, intitulado por “A Participação Política da Juventude em Portugal”, conclui num dos seus relatórios (Costa, 2022) que, relativamente aos aspetos políticos, os jovens demonstram pouco ou nenhum interesse pelo tema, optando por um menor envolvimento na participação política convencional, manifestado por uma menor tendência em votar nas eleições. Além disso, referir ainda as conclusões sobre o posicionamento dos jovens em relação i) à democracia do país, que em média é considerada como razoável; ii) ao populismo, em que as atitudes populistas estão mais presentes nos indivíduos com menores índices de escolaridade, dos próprios e dos familiares, e em agregados com níveis de vida mais confortáveis.

Considerando a realidade mais recente das Legislativas 2024, verifica-se o interesse da juventude em novas alternativas políticas, latente na maior afluência às urnas dos indivíduos dos 18 aos 34 anos, justificando Cancela e Magalhães (2024) que:



diversificação do menu de escolhas partidárias viáveis terá contribuído não apenas para a mobilização dos mais jovens, mas também para o fortalecimento da relação entre a idade e as escolhas eleitorais. Esta relação é clara: partidos “novos” (IL, Livre, Chega e, ainda “novo”, o BE) atraem os mais jovens muito mais que os partidos “velhos” (PS, CDU, AD).

Cabe, contudo, ressaltar que, embora as pessoas jovens tendam a não se envolver nas estruturas políticas formais, o mesmo não sucede com outras formas de participação política, cívica e social, não existindo, portanto, uma verdadeira desvinculação da juventude em relação à sociedade em geral.

Segundo os resultados do “Flash Eurobarómetro 478: como construir uma Europa mais forte e mais unida? Os pontos de vista dos jovens”, a juventude é muito ativa na vida democrática e os níveis de participação estão a aumentar, tendo três quartos da população jovem inquirida participado em algum tipo de movimento organizado (Directorate-General for Communication, 2021).

Sob o que tem sido o chamado “paradoxo da participação dos jovens”, em simultâneo à diminuição das formas ditas “tradicionais” ou “convencionais”, tem-se verificado um aumento de abordagens “novas” e “inovadoras” através de atividades fora das instituições políticas formais, tais como ativismo/movimentos sociais de juventude, voluntariado comunitário, assinatura de petições e manifestações políticas (Crowley & Moxon, 2017). Quer isto dizer que as pessoas jovens não deixaram de se envolver ou preocupar com questões do domínio societal, sentindo-se particularmente motivadas quando existe proximidade com um evento, valor ou ideia, e quando são escutadas pelos decisores e sentem que a sua ação é capaz de gerar a mudança, ocorrendo procura por formas “alternativas” ou “não-convencionais” de participação por parte da juventude de modo a fazerem-se ouvir, métodos esses menos visíveis para os decisores (Crowley & Moxon, 2017).

De acordo com os autores supra, as razões para as ditas formas “novas” e “inovadoras” de participação prendem-se com: (i) o descontentamento das pessoas jovens com as instituições, que parecem desconectadas da realidade da vida quotidiana, com grande ênfase nos políticos de elite; (ii) a sensação de maior autoeficácia das pessoas jovens ao expressarem as suas opiniões através de ações do dia-a-dia; (iii) a preocupação com a autoexpressão e individualização; (iv) o menor tempo e compromisso exigidos pelas formas alternativas de participação, logo, mais adaptáveis às agendas ocupadas desta população; e, (v) a possibilidade de mudança de preferências sem qualquer tipo de repercussões.

Em relação ao contexto português, os resultados do estudo “A Participação Política da Juventude em Portugal” (Costa et al., 2022) corroboram a ideia de um maior envolvimento da juventude em comportamentos de participação política “não-convencional”, tal como apontado no estudo desenvolvido por Crowley e Moxon (2017), com ênfase na participação cívica e online, numa tentativa de influenciar a política através de meios não-institucionais.

Na última década, verificou-se que em Portugal são os mais jovens aqueles que apresentam maior mobilização social e política não-eleitoral, situação essa evidenciada pela adoção de comportamentos de dimensão cívica, tais como o envolvimento em grupos ou associações, assinatura de petições, boicotes a produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente, doações ou recolha de fundos associados a atividades de índole social, cívica ou política (Costa, 2022; Costa et al., 2022).

Segundo as conclusões de um estudo recentemente levado a cabo pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (Sagnier et al., 2021), no ano de 2020 a ação ~~sociat~~ em que as pessoas jovens mais participaram foi “assinar uma petição” (40%), seguindo-se “colaborar com organizações/associações de voluntariado” (16%), “colaborar com uma associação juvenil ou estudantil” (12%) e “participar numa manifestação” (10%). De salientar ainda que, das pessoas jovens que fizeram “boicote” ou “compraram certos produtos por razões políticas ou ambientais”, 70% também assinaram alguma petição (*ibidem*).

Costa et al (2022) apontam para o facto de que muito embora a juventude portuguesa tenda a aderir menos às formas de participação orientadas para o sistema partidário (e.g., voto eleitoral, comícios partidários) comparativamente às pessoas mais velhas, o declínio eleitoral que se assiste em Portugal não se deve propriamente à população jovem, mas antes a um desinteresse coletivo da população em geral. Estes autores concluíram inclusive que, comparativamente aos resultados obtidos em estudos realizados em anos prévios (2007 e 2015), em 2020 as pessoas jovens foram as que apresentaram níveis mais elevados de interesse político e que procuraram com mais frequência informações sobre política, especialmente através das redes sociais. Apesar disso, a juventude percebe as estratégias de comunicação e mobilização dos partidos inadequadas, sem espaço para

a inclusão das suas visões ou adoção de mecanismos institucionalizados na atribuição de lugares elegíveis para cargos, o que tem determinado o seu pouco envolvimento.

Depreende-se, portanto, que a elaboração e implementação de políticas e programas de juventude não deve resumir a participação a uma conceção simplista, baseada exclusivamente ao domínio político convencional que não é capaz de reconhecer outros modos pelos quais as pessoas jovens preferem envolver-se e participar no mundo ao seu redor. Existe uma necessidade premente em refletir sobre o status quo da participação da comunidade juvenil na sociedade, devendo considerar-se igualmente as formas “novas”, “inovadoras” e “não-convencionais” de comunicar com a população jovem, com especial ênfase nos grupos mais vulneráveis, sub-representados e marginalizados ao nível da participação (Crowley & Moxon, 2017; Costa et al., 2022).

A crise sanitária gerada pela pandemia por COVID-19, por exemplo, veio evidenciar ainda mais a necessidade de se continuar a explorar e a desenvolver novas formas de participação e envolvimento cívico por parte dos jovens, especialmente no que se refere ao contexto digital, reconhecendo-se a necessidade de atenuar as clivagens tecnológicas existentes e os limites da participação jovem (Jornal Oficial da EU, 2021c).

Face ao exposto, e sob a premissa de que as políticas de juventude devem procurar dar resposta aos problemas e desafios emergentes, experienciados pelas pessoas jovens no seu quotidiano, segundo uma perspetiva local, dirigida e personalizada, em articulação com os

diversos níveis políticos (i.e., local, regional, nacional e europeu) (Jornal Oficial da UE (2021b), nos últimos anos têm vindo a ser promovidos espaços de diálogo sobre a juventude em múltiplos contextos (nacionais e internacionais) em matéria de promoção da participação das pessoas jovens nos processos de tomada de decisão. De igual modo, têm sido produzidos inúmeros documentos, instrumentos e/ou referenciais de natureza jurídica e política que enquadram e orientam a ação dos diferentes intervenientes na área da juventude, entre os quais se destacam a nível internacional:

- **O Programa Mundial de Ação para a Juventude** (ONU, 2010) – foi a primeira estratégia para a juventude a ser implementada a nível global, e traduz-se num apoio essencial ao desenho de programas e de políticas nessa matéria, já que fornece um quadro transversal para que os países possam resolver os problemas e melhorar a situação dos jovens. Reúne um conjunto de diretrizes práticas em 15 áreas prioritárias devidamente fundamentadas, elencando, em cada uma, propostas para a ação dos governos, com o apoio das instituições internacionais, e das organizações da sociedade civil e do setor privado. Contempla, assim, que as ações sejam implementadas num quadro de cooperação regional e internacional, considerando ainda a importância da implicação e da participação ativa dos jovens, e do fortalecimento das organizações da juventude;
- **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** (ONU, 2015) – plano de ação dirigido para as pessoas, o planeta e a prosperidade, no qual são elencados 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas a serem cumpridas até 2030 em áreas de importância vital para a humanidade e para o planeta. Este documento afirma o papel dos jovens como agentes de mudança, posicionando-os numa dupla perspetiva: i) como beneficiários das ações, pois os ODS comprometem-se a resolver de forma direta ou transversal os principais desafios que a juventude enfrenta, e ii) como atores-chave da mudança, apelando, assim, à participação plena e efetiva dos jovens na vida da sociedade, tendo em conta o desenvolvimento sustentável nas suas vertentes económica, social e ambiental.

A nível da UE:

- **A Estratégia para o setor da juventude do Conselho da Europa** (CM/Res(2020) sobre a Estratégia 2030 para o setor da juventude do Conselho da Europa) – que apresenta um novo quadro estratégico 2020-2030 com o objetivo de permitir que os jovens em toda a Europa defendam, promovam e beneficiem ativamente dos valores fundamentais do Conselho da Europa ao nível dos direitos humanos, democracia e estado de direito. No domínio da participação dos jovens, refere-se à importância de esses participarem de forma significativa na tomada de decisão, tendo por base um amplo consenso social e político em apoiar a inclusão, participação, governança e responsabilidade. Estabelece quatro prioridades temáticas para 2030, entre as quais se destacam: i) revitalização da democracia pluralista, via promoção da democracia participativa e cidadania democrática; ii) governança participativa; iii) fortalecimento das políticas de juventude, e; iv) digitalização integrada nas novas formas de participação;
- **A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027** (Jornal Oficial da UE, 2018) – reconhece que a participação dos jovens na vida democrática e cívica é a chave para a política da juventude no âmbito da UE, Conselho da Europa e outros *stakeholders*, pelo que a ação dos Estados deve defender o direito dos jovens em participar no desenvolvimento, na execução e na avaliação das políticas e/ou decisões que os afetam. Visa dar resposta aos desafios que os mais novos enfrentam no quotidiano, capacitando-os para alcançarem o seu máximo potencial enquanto cidadãos ativos que decidem sobre as suas próprias vidas, dispondo dos recursos necessários para o efeito. São enunciados princípios ancorados nos direitos humanos, objetivos, prioridades, domínios-chave (envolver, ligar e capacitar) e medidas para a cooperação no domínio da política de juventude para os Estados-Membros, instituições competentes da UE e todos os agentes envolvidos na área da juventudeⁱⁱⁱ. De entre os 11 objetivos delineados na Estratégia– os quais devem servir para inspirar as políticas dos Estados-Membros – são especialmente relevantes em termos de participação o n.º 1 e n.º 9 – “Conectar a UE com a juventude” e “Espaço e participação para todos”, respetivamente;
- **O 8.º Ciclo do Diálogo da Juventude da UE, sob o trio de Presidências da Alemanha, Portugal e Eslovénia** (Jornal Oficial da UE, 2021c) – ciclo de diálogo que apoiou a implementação da Estratégia Europeia para a Juventude 2019-2027, auscultando a opinião dos jovens sobre a prossecução do objetivo n.º 9 – “Espaço e participação para todos” – aos níveis local, regional e nacional, garantindo o envolvimento dos jovens nos processos de tomada de decisão no domínio das políticas de juventude. Com a duração de 18 meses (período decorrido entre 1 de julho de 2020 e 31 de dezembro de 2021) este ciclo de trabalho promoveu o diálogo articulado entre os jovens e os decisores políticos, enquadrado no âmbito do Diálogo da UE com a juventude – uma atividade que conta com 10 anos de funcionamento. As recomendações deste ciclo resultaram, portanto, de três conferências da UE realizadas sob as Presidências da Alemanha, Portugal e Eslovénia. A Presidência Alemã centrou-se na sensibilização e participação democráticas entre os jovens na Europa sob o lema “Juventude e Democracia” (Jornal Oficial da UE, 2020); a Portuguesa no reforço da governação a vários níveis, promovendo a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão, com particular ênfase na participação com recurso a meios digitais (Jornal Oficial da UE, 2021b); por último, a Eslovena

ⁱⁱⁱ São eles: UE e outras organizações internacionais como o Conselho da Europa, autoridades locais e regionais, conselhos da juventude, organizações que trabalham com os jovens, técnicos da juventude, investigadores no domínio da juventude e intervenientes da sociedade civil, bem como as estruturas dos programas Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade e os programas sucessores.

debruçou-se sobre a importância dos espaços cívicos na participação dos jovens e as formas de os preservar (Jornal Oficial da UE, 2021d).

A nível nacional:

- O **I Plano Nacional de Juventude 2018-2021** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018, de 4 de setembro) – instrumento político que antecede o **II Plano Nacional de Juventude 2022-2025** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022, de 13 de setembro). O I PNJ surgiu como resposta ao compromisso do Governo português em investir na área da juventude. Foi o primeiro desenvolvido em Portugal, sob a coordenação do IPDJ, e considerou-se a participação como um dos temas-chave das políticas de juventude, tendo o mesmo abrangido diversas ações nesse sentido. O II PNJ mantém a “Cidadania e Participação” como um dos cinco eixos-chave a considerar.
- A **Declaração Lisboa+21 sobre Políticas e Programas para a Juventude** (Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. [IPDJ], 2019) – documento que resulta da conferência Mundial entre os Ministros Responsáveis pela Juventude em 2019 e o Fórum da Juventude “Lisboa+21”, organizada pelo Governo Português e o Conselho Nacional de Juventude de Portugal, em cooperação com parceiros da Organização das Nações Unidas, como resposta aos desafios emergentes do século 21, no âmbito do qual os Ministros responsáveis pela Juventude, representantes de Governos e Delegados de Juventude se reuniram para discutir formas de assegurar que os direitos humanos das pessoas jovens são efetivados, assumindo 19 compromissos para o efeito. No que se refere ao planeamento, desenho, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas e programas de juventude comprometeram-se a obedecer a diversos critérios, entre os quais se destaca “contar com a participação e liderança da juventude”, bem como atender a determinados princípios, designadamente:



1

O reconhecimento que os direitos humanos das pessoas jovens não são plenamente realizados.



2

A participação dos jovens deve ocorrer nas fases de planeamento, execução e avaliação das políticas e programas.



3

A garantia de sustentabilidade nas vertentes económica, social e ambiental.

Face ao exposto, é possível concluir que existe uma ampla convergência entre os diferentes referenciais nacionais, europeus e internacionais. Desses resulta claro que cada Estado deve assumir a promoção da participação jovem como uma variável essencial à sobrevivência e vitalidade dos regimes democráticos, e isso passa pelo desenvolvimento de políticas e iniciativas que assegurem um conjunto de determinantes, em concreto:

- › Influência dos jovens nos processos de tomada de decisão;
- › Contributo intencional para o seu desenvolvimento pessoal;
- › Estímulo à liberdade de criação e pensamento crítico;
- › Educação para a cidadania ativa;
- › Disponibilização de ferramentas para a compreensão dos contextos políticos e sociais;
- › Garantia de condições de acesso igualitárias e não discriminatórias;
- › Contributo para a construção da identidade social e sentido de pertença;
- › Desenvolvimento de experiências e competências relevantes para a vida democrática;
- › Desenvolvimento de experiências e competências relevantes para a vida profissional;

- › Contributo para que os jovens sejam agentes de mudança;
- › Abertura e flexibilidade para que os participantes se dediquem a temas e áreas do seu interesse;
- › Possibilidade de participação no desenvolvimento, na execução e na avaliação das políticas públicas que afetam as suas vidas;
- › Possibilidade de participarem no desenvolvimento, na execução e na avaliação dos programas a si destinados.

1.1.2. Referenciais teórico-conceituais

A participação é um conceito amplamente difundido e reconhecido, embora a sua utilização seja sujeita a entendimentos muito diversos, alguns dos quais antagónicos. Atendendo ao significado etimológico da palavra “participar”, esta decorre do latim *participatio*, que significa “fazer parte de” ou “tomar parte em”. Adaptado a uma comunidade humana, evidencia a ideia de “tomar parte na vida política”. A participação pode, assim, ser definida como o envolvimento de indivíduos e grupos que são afetados por, ou que estão interessados em uma proposta de projeto, programa, plano ou política que está sujeita a um processo de tomada de decisão.

Fica evidente, pelo exposto, que a noção de participação está intimamente relacionada com a gestão do poder. Quanto maior for a sua redistribuição, mais efetivas são as oportunidades de participação dos cidadãos nas decisões que afetam a sua vida e a da sua comunidade. Por outras palavras, participação sem redistribuição de poder é um processo tendencialmente frágil e marginal.

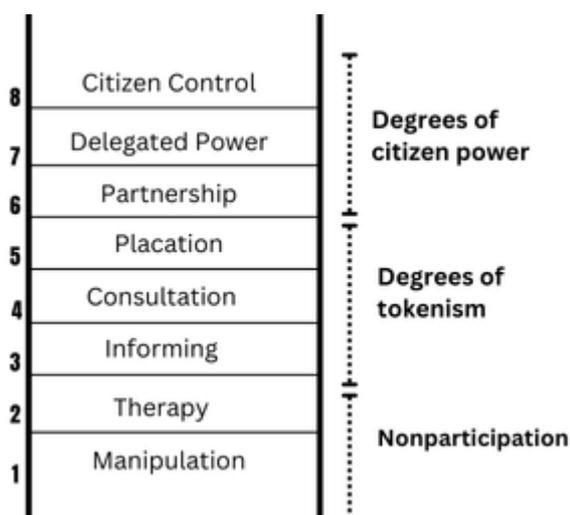
Para melhor compreender a associação entre participação e redistribuição do poder, recorre-se à “Escada da Participação”, proposta por Sherry Arnstein. Essa é composta por oito degraus, os quais correspondem a diferentes ações e níveis de participação, permitindo que essa seja utilizada como uma chave de leitura muito útil, e bastante operacional, para uma análise crítica e uma certa classificação das iniciativas que visam o envolvimento dos cidadãos nas políticas públicas. À medida que se sobe na escada, cresce o peso da participação pública na decisão, o mesmo é dizer que cresce o poder dos cidadãos.

Os primeiros degraus – “manipulação” e “terapia” – correspondem a um nível de não-participação, resultando de contextos em que a população envolvida é induzida a aceitar uma decisão, mediante o uso de propaganda ou outras formas de informação manipulada. Nestes casos, o poder estabelecido não pretende levar a cabo verdadeiros processos de diálogo, e ainda menos criar espaços efetivos de participação.

O segundo nível é composto por três degraus. A “informação” é própria de iniciativas em que o poder instituído pretende comunicar uma decisão ou intervenção planeada, sem intenção de auscultar a população. A “consulta” implica a disponibilidade para ouvir as pessoas, mesmo que as suas opiniões e sugestões não sejam incorporadas na decisão final. A “conciliação” diz respeito a formas de participação mais duradouras com grupos representativos da sociedade civil. Estes degraus correspondem a diferentes modalidades de participação simbólica ou, por outras palavras, a concessões mínimas de poder.

O terceiro nível, igualmente composto por três degraus, corresponde a formas de participação que representam algum tipo de controlo por parte dos participantes relativamente ao processo de decisão. A “parceria” permite aos cidadãos envolverem-se em negociações com os detentores do poder. A “delegação do poder” pressupõe que os decisores tradicionais abdicam de competências ou da execução de determinadas políticas em favor da sociedade, observando-se uma aproximação à democracia direta. O “controlo dos cidadãos”, corresponde a iniciativas em que os cidadãos possuem total autonomia na tomada de decisões e na implementação das ações.

Figura 1 - A escada da participação original, de Arnstein (1969)^{iv}



A Escada concebida por Arnstein propõe uma visão aumentada da participação pública, que vai além da modalidade mais clássica da votação periódica em atos eleitorais. Essa introduz, assim, conceitos como o acesso à informação, a consulta e a discussão de políticas públicas, a negociação, a ação direta, a partilha na tomada de decisões, enquanto elementos básicos no processo de participação política.

Ao longo dos anos, através de sucessivas variações deste conceito, diferentes autores introduziram também noções auxiliares, como por exemplo o nível de conhecimento dos envolvidos, a sua confiança, a sua proximidade ao problema, ou as relações de poder presentes no sistema. Este último parâmetro é especialmente importante quando se considera a diversidade de atores num processo participativo e o peso que cada um deles exerce. A participação institucional apresenta características distintas da não institucional, e a participação liderada pela comunidade é, de igual forma, diferente dos processos conduzidos pelas instituições, sobretudo quando se trata de entidades governamentais – e ambos os exemplos são diferentes de modelos colaborativos que apostam na cocriação.

A escada da participação de Hart (1992), na Figura 2, trata-se de uma das primeiras adaptações do conceito original a um contexto específico, neste caso focado nas etapas infantil e juvenil do desenvolvimento humano.

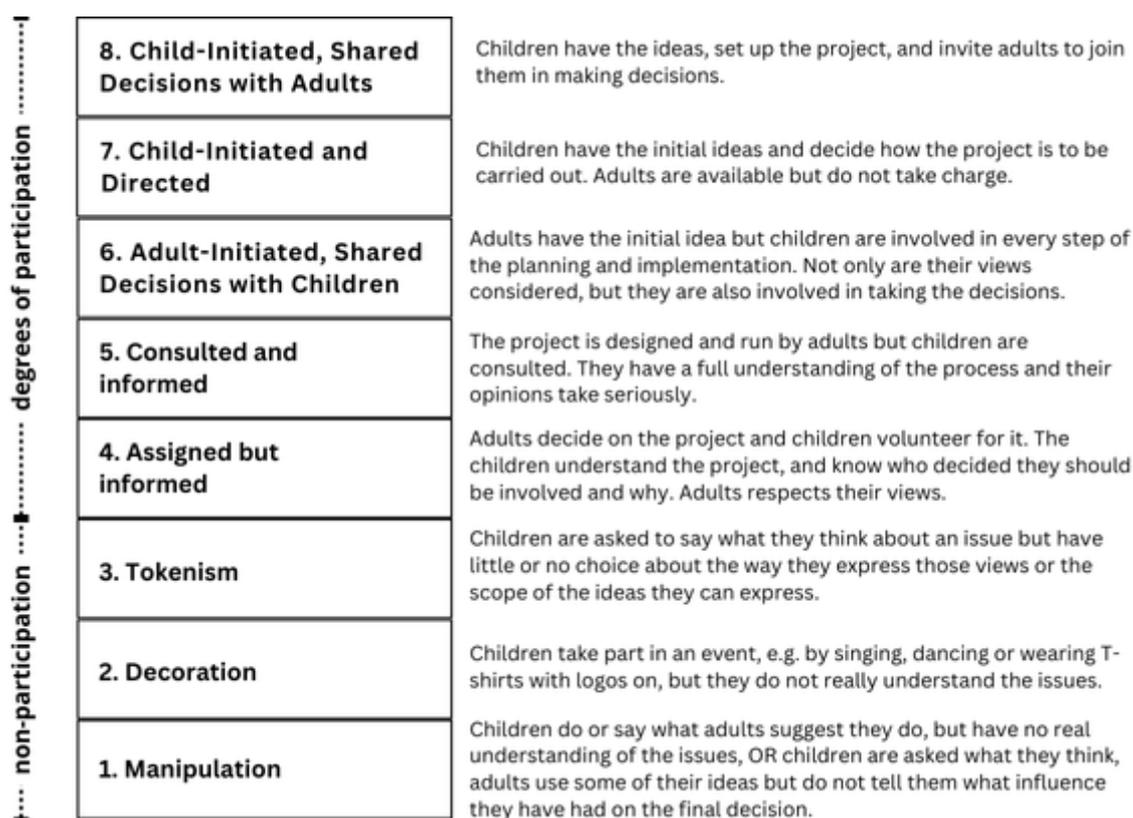
Este modelo, contempla três graus de não participação, e cinco graus de participação, que são:

- **Inscritos e informados** – pressupõe que o participante se voluntaria para um projeto já decidido pelos adultos, tendo completo entendimento sobre o mesmo e compreendem os motivos do seu envolvimento no mesmo, e de quem partiu a iniciativa de os envolver.
- **Consultados e informados** – O projeto foi desenhado e é implementado por adultos, e a criança/jovem é consultada no âmbito do mesmo, tendo um perfeito entendimento sobre o processo. As suas opiniões são levadas a sério pelos adultos.
- **Iniciativa dos adultos, decisões partilhadas com os participantes** – Pressupõe que a ideia inicial partiu dos adultos, mas as crianças são envolvidas em todos os passos do planeamento e da implementação. Os seus pontos de vista são considerados, e são envolvidos na tomada de decisão.

^{iv} Fonte: Elaboração própria, adaptado a partir do modelo original.

- **As crianças/jovens iniciam e dirigem** – Parte dos participantes a ideia, e os adultos assumem um papel de auxiliar/assistir, sem assumir o controlo sobre o processo.
- **Iniciativa das crianças/jovens, decisões partilhadas com os adultos** – São as crianças que lançam a ideia e desenham o projeto/iniciativa, convidando os adultos a tomar decisões conjuntas.

Figura 2 - A escada da participação de Hart (1992)^v

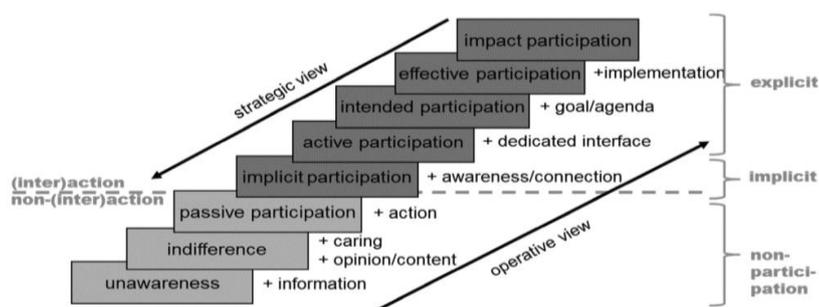


Um outro tema a ter em conta é a e-participação. A aceleração da difusão de informação, enquadrada pela chamada era da informação, não é um conceito recente, mas tornou-se especialmente relevante no contexto das mudanças rápidas que se vivem nos dias de hoje. A Escada da E-Participação de Krabina (2016) apresenta, através do seu modelo, o conceito de participação implícita, pela interação com os sistemas digitais criados para o efeito (ex.: websites).

Já Grandin et al. (2018), assumem a necessidade de cenários e estudos que se associem às temporalidades rápidas das mudanças políticas e sociais, considerando as diversas formas de governança e os modelos de transformação rápida, sendo a aceleração visualizada como um conjunto de mudanças e a ativação de iniciativas de transição, através de novos formatos de práticas, narrativas e estruturas (Ehnert et al., 2018). A participação digital, neste enquadramento, torna-se uma questão de acessibilidade, flexibilidade e necessidade.

^v Fonte: Elaboração própria, adaptado a partir do modelo original.

Figura 3 - Escada da E-Participação (Krabina, 2016)



Numa altura em que se discute o início da chamada ‘quinta revolução industrial’ – a era da personalização, colaboração e coprodução através de uma simbiose crescente entre atividade humana e tecnologia – para fazer frente a tais desafios (Costa et al., 2022), é importante ter a abertura de pensar a participação como um conjunto de processos dinâmicos, capazes de evoluir para novas formas. Nestes modelos híbridos que fazem uso de diversas tecnologias, as questões de operacionalização e de implementação tornam-se essenciais aos patamares superiores da escada da participação, que primam pela autonomia e tomada de iniciativa.

Não obstante o nível ou patamar de envolvimento, a literatura nem sempre aborda as condições nas quais a participação é suscetível de funcionar, e aquilo que esta pode alcançar em diferentes circunstâncias (Hurlbert e Gupta, 2015). Padrões emergentes e temas recorrentes que contribuem para o sucesso da participação dos cidadãos foram revistos por Ianniello et al. (2019). Considera-se que o sucesso do envolvimento depende largamente dos de fatores contextuais. Nomeadamente, das condições pré-existentis relativas ao contexto de participação dos cidadãos (por exemplo, assimetrias de conhecimento entre os participantes, bem como critérios de representação dos participantes e da conceção do processo, alicerçados em variáveis respeitantes à gestão do processo), às dinâmicas de grupo, e às questões relacionadas com a qualidade da colaboração. Por essa razão, boas práticas focam tanto o processo como os seus resultados, e variáveis múltiplas ligadas a ambos.

1.2. O IPDJ E AS SUAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE JUVENTUDE

1.2.1. O que é o IPDJ

O IPDJ tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

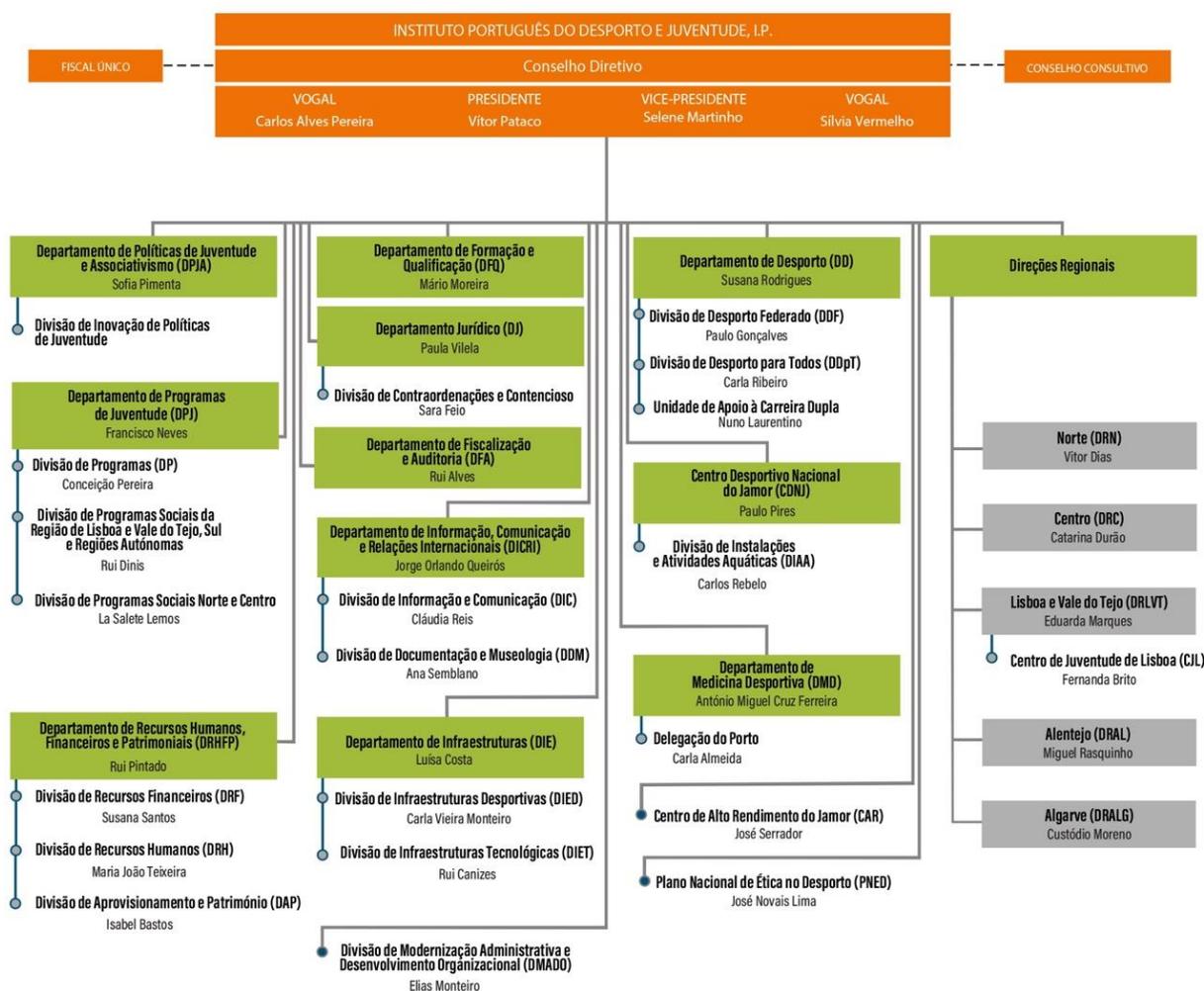
Assim, para além de intervir na definição, execução e avaliação da política pública do desporto, visa dinamizar o apoio ao associativismo, ao voluntariado e promoção da cidadania, à ocupação de tempos livres, à educação não formal, à informação e à mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e no estrangeiro. Propõe-se, ainda, revitalizar o turismo jovem, em particular no que respeita à rede de Pousadas da Juventude e ao Cartão Jovem, de modo a incrementar a mobilidade, com ganhos de eficiência e economia.

Trata-se de um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Rege-se pela sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 132/2014 de 3 de setembro) e Estatutos (Portaria n.º 27/2024, de 30 de janeiro).

Ao abrigo destas disposições legais, são atribuições do IPDJ, em especial no domínio da Juventude (que constitui o âmbito deste trabalho), as seguintes matérias:

- i. Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização (...);
- ii. Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I.P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados (...);
- iii. Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias (...);
- iv. Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial (...).

Figura 4 – Estrutura organizacional do IPDJ (Fonte da imagem: Página de internet do IPDJ)



No âmbito dos seus Estatutos, que concretizam a organização interna dos serviços do IPDJ, e das alterações resultantes de despachos do próprio Conselho Diretivo, são definidas um conjunto de unidades orgânicas de primeiro nível no domínio da Juventude, que se subordinam hierárquica e funcionalmente a este, organizadas como indicado na Figura 4.

Existem, igualmente, um conjunto de unidades orgânicas de segundo nível, também no domínio da Juventude, subordinadas a estas últimas, designadamente as seguintes:

- Departamento de Políticas de Juventude e Associativismo (DPJA)
 - › Divisão de Inovação de Políticas de Juventude.
- Departamento de Programas de Juventude (DPJ)
 - › Divisão de Programas (DP);
 - › Divisão de Programas Sociais Norte e Centro;
 - › Divisão de Programas Sociais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Sul e Regiões Autónomas.

O **DPJA** assegura a relação com as demais entidades que contribuem para o desenvolvimento de políticas de juventude, assim como com os jovens, as associações juvenis, as associações de estudantes e entidades equiparadas, e grupos informais de jovens ou entidades que desenvolvam ações para jovens em particular, enquadradas em programas específicos de apoio às suas atividades ou iniciativas, nos termos do Regime Jurídico do Associativismo Jovem. A esse compete:

- Coordenar, organizar e manter atualizado o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ);
- Coordenar e organizar o processo de reconhecimento das associações juvenis;
- Coordenar, organizar e manter atualizado o sítio web oficial de publicação do reconhecimento das associações juvenis;
- Coordenar os processos de candidatura aos programas de apoio ao associativismo jovem, nomeadamente, os apoios técnicos e financeiros;
- Acompanhar a dinamização do Cartão Jovem, nas suas diversas modalidades;
- Coordenar e organizar o processo de atribuição do estatuto de dirigente associativo jovem, nos termos da lei;
- Acompanhar os processos de pedido de declaração de utilidade pública e do mecenato em sede do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Proceder ao controlo e avaliação dos apoios atribuídos no âmbito das competências conferidas;
- Avaliar, gerir e coordenar a execução dos protocolos, contratos-programa e parcerias a estabelecer no âmbito das suas competências;
- Promover o associativismo como escola de cidadania e de aquisição de competências;
- Fomentar e apoiar a participação cívica e democrática dos jovens;
- Promover o Dia do Associativismo Jovem (...);
- Propor todas as medidas necessárias para assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública (...);
- Promover o Dia Internacional da Juventude;
- Incentivar a participação dos jovens na partilha e divulgação de informação, no respeito pelos princípios da Carta Europeia de Informação aos Jovens;
- Promover e apoiar ações de formação especializadas, nomeadamente na vertente do atendimento a jovens e de animação juvenil;
- Definir, gerir e concretizar processos formativos, transversalmente às atribuições específicas da área da juventude do IPDJ, I. P., no quadro da educação não formal;
- Assegurar a formação de formadores em associativismo juvenil;
- Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas pelo Conselho Diretivo.

O **DPJ** assegura o desenvolvimento e execução de programas na área da juventude, através da relação com jovens e entidades parceiras que desenvolvam atividades e projetos. A esse compete:

- Assegurar a relação com os jovens e as entidades que desenvolvam atividades e projetos para jovens;

- Proceder ao controlo e avaliação dos apoios atribuídos no âmbito das competências conferidas;
- Avaliar, gerir e coordenar a execução dos protocolos e das parcerias no âmbito das suas competências;
- Assegurar a formação de uma rede nacional de voluntariado juvenil;
- Acompanhar e organizar o processo de licenciamento de campos de férias e manter atualizado o registo das entidades licenciadas;
- Criar, organizar e manter atualizados os registos nacionais de entidades promotoras de voluntariado e empreendedorismo jovem;
- Desenvolver estratégias de intervenção no âmbito do Programa Escolhas que visem combater o insucesso escolar, valorizando o papel dos estabelecimentos de ensino enquanto agentes de socialização e de promoção da mobilidade social numa ótica de maior proximidade com a comunidade;
- Promover o apoio científico e técnico para uma avaliação global do Programa Escolhas;
- Monitorizar a atribuição de apoios financeiros no âmbito do Programa Escolhas;
- Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas pelo Conselho Diretivo.

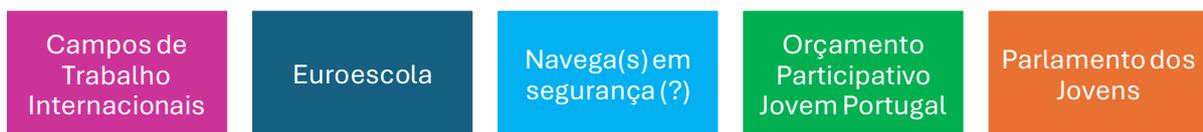
1.2.2. Programas do IPDJ na área da Juventude e da Participação

1.2.2.1. Caracterização dos programas em estudo

Com vista a concretizar estas competências, nomeadamente as atribuídas ao IPDJ na área da Juventude, e através do Departamento de Políticas de Juventude e Associativismo e do Departamento de Programas de Juventude, este instituto público:

- desenvolve uma série de políticas públicas para a juventude, designadamente através da adoção de medidas de estímulo à participação cívica em atividades sociais, económicas, culturais e educativas;
- implementa programas destinados a responder às necessidades e especificidade do universo jovem, nomeadamente nas áreas de ocupação de tempos livres, do voluntariado, do associativismo, da educação não formal e da formação; ou ainda promove mecanismos de estímulo e apoio à iniciativa e ao espírito empreendedor.

No que diz respeito ao âmbito do presente estudo sobre as Linhas Estratégicas para a Promoção da Participação dos Jovens em Portugal, naturalmente este tornar-se-ia demasiado extensivo se se debruçasse sobre os 41 programas do IPDJ em vigor na área da Juventude, além de que alguns dos supracitados não apresentam um perfil que se ligue à questão da participação de uma forma direta. Assim, optou-se por avaliar com mais profundidade os cinco programas que, segundo o IPDJ, são os que evidenciam uma vocação mais firme e dirigida para a promoção da participação jovem. São eles:



Os programas encerram em si propósitos e formas de funcionamento específicas, pelo que se expõe de seguida uma breve descrição de cada um para uma melhor compreensão sobre como estes se configuram, que temas abordam, e quem se propõem a envolver.



O **Campos de Trabalho Internacionais (CTI)** consiste na organização de campos de trabalho, onde jovens portugueses/as ou estrangeiros/as com idades entre os 18 e os 30 anos – vivem e trabalham juntos durante um período de duração máxima de 12 dias num projeto organizado por uma entidade local para benefício dessa comunidade e onde podem desenvolver uma atividade solidária e de voluntariado do seu interesse.

Os CTI podem decorrer em Portugal ou num país estrangeiro e a maioria tem lugar nos meses de verão. Podem focar diferentes áreas de atividade, tais como: ambiente; arqueologia; sociocomunitária; restauro e valorização do património histórico-cultural; ou outras de reconhecido interesse.



O **Euroescola** é um programa anual criado pelo Parlamento Europeu (PE) no âmbito da cidadania dirigido aos alunos do ensino secundário e que consiste na simulação do trabalho dos Deputados no Parlamento Europeu. É organizado, em Portugal, pelo IPDJ e pela representação portuguesa do Gabinete do Parlamento Europeu, em parceria com a Assembleia da República, Assembleias Legislativas e Direções Regionais de Juventude dos Açores e da Madeira.

Podem candidatar-se ao Euroscola as escolas participantes no Parlamento dos Jovens desse mesmo ano, devendo cada uma inscrever dois/duas alunos/as matriculados no 10º ou 11º ano. Realizam-se sessões distritais e uma nacional, onde é eleita a escola vencedora, que terá a oportunidade de visitar o Parlamento Europeu, que, por um dia, acolhe estudantes de todos os Estados-membros da União Europeia para passarem um dia em Estrasburgo, tornando-se membros deste Parlamento.



O **Navega(s) em Segurança?** é uma ação de longa duração integrada no Programa “Agora Nós”, cujo objetivo é divulgar e promover a utilização dos serviços da Internet de forma responsável, junto dos/as jovens entre os 16 e 30 anos.

Nesta iniciativa, jovens voluntários/as realizam sessões de sensibilização e ações informativas de divulgação de curta duração destinadas a crianças, jovens, pais/educadores e cidadãos em geral. Os voluntários devem reunir os requisitos do programa, e são selecionados/as pelas Direções Regionais do IPDJ (prevê-se cerca de 40 voluntários/as a nível nacional, correspondendo a dois voluntários/as por distrito).



O **Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP)** é um processo de participação democrática no âmbito do qual jovens podem apresentar e decidir projetos de investimento público. Esta iniciativa pretende contribuir para o reforço da qualidade da democracia e o maior envolvimento de jovens nos processos de decisão, promovendo a sua participação na definição de políticas públicas adequadas às suas necessidades e ao interesse do país.

Podem apresentar propostas e votar nos projetos finalistas todos/as os/as cidadãos/cidadãs nacionais e estrangeiros/as a residir

legalmente em Portugal, com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, inclusive.

O OPJP encontra-se suspenso desde 2019.

PARLAMENTO DOS JOVENS



O **Parlamento dos Jovens (PJ)** é uma iniciativa da Assembleia da República (AR), dirigida aos/às jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa. Este programa tem como propósito promover a educação para a cidadania.

O Programa desenvolve-se em três fases ao longo do ano letivo (1ª fase – Escola, 2ª fase - Sessão Distrital/Regional e 3ª fase- Sessão Nacional), que são semelhantes para as sessões do ensino básico e do ensino secundário, e que se centram no debate em torno de um tema que é definido anualmente. O IPDJ é uma das entidades parceiras da AR na implementação do programa.

Informação mais detalhada sobre cada um dos programas supra, bem como alguns dados acerca da sua execução, pode ser encontrada nos Anexos B.

1.2.2.2. Análise dos programas à luz dos referenciais da participação

Uma análise ao regulamentado nos programas permitiu identificar elementos para uma melhor compreensão sobre como estes se propõem promover a participação jovem, tendo sido para tal considerada uma leitura atenta sobre:

- Objetivos dos Programas;
- Perfil dos participantes;
- Etapas em que se prevê a participação dos jovens;
- Aspetos que favorecem e/ou condicionam a participação.

Os resultados desse exercício apresentam-se de seguida.

Campos de Trabalho Internacionais

Objetivos do programa:

Promover a mobilidade e o intercâmbio através de atividades que incentivem a troca de experiências e o conhecimento de novas realidades socioculturais, facilitando o relacionamento de jovens portugueses com jovens de outros países, através da realização de campos de trabalho, dentro ou fora do território nacional, capazes de dar respostas formativas, obtidas através dos processos educativos não formais, designadamente interculturais.

Perfil dos participantes:

- › Jovens residentes em Portugal;
- › Jovens de nacionalidade estrangeira;

- › Jovens luso-descendentes com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Etapas em que se prevê a participação dos jovens:

- › Desenho e submissão de propostas de projetos através das entidades promotoras. Prevê-se a elegibilidade de associações juvenis inscritas no RNAJ, grupos informais e outras entidades sem fins lucrativos enquadradas nas áreas de intervenção do programa (exceto as entidades a que se refere a Lei n.º 33/87, de 11), podendo existir alguma representatividade juvenil nessas organizações;
- › Campos de Trabalho: participação dos jovens nas atividades previstas nos projetos, através de voluntariado.

Aspetos que favorecem a participação dos jovens:

- › Ainda que sendo opcional, é garantida a participação na fase inicial, caso as entidades promotoras sejam compostas por jovens, ou incluam os mesmos nas funções de coordenador de projeto, ou monitor/animador durante o campo de trabalho;
- › A participação dos jovens nos campos de trabalho realizados em território nacional obedece a quotas (de 75% para os serviços centrais do IPDJ e de 25% para a entidade promotora), o que garante a mobilidade de jovens ao nível nacional, mas também a inclusão de pessoas mobilizadas pelas entidades promotoras, que terão uma ligação mais local;
- › É solicitada à entidade promotora a quota de jovens que pretende integrar entre os participantes;
- › No caso de alguma das quotas não ser totalmente preenchida por uma das entidades, pode ser completada pela outra;
- › A colocação de jovens nos campos de trabalho deve responder a questões de paridade entre os sexos;
- › São asseguradas as despesas dos participantes com alimentação, alojamento e um seguro de acidentes pessoais;
- › Inscrições através de múltiplos canais – de forma presencial nas DR ou nos serviços centrais do IPDJ, por correio e via plataforma.

Aspetos que podem condicionar a participação dos jovens:

- › Os custos com deslocações realizadas pelos participantes para os campos de trabalho, bem como com o regresso ao seu local de origem, ficam a cargo dos mesmos. Isto por si só exclui todos aqueles que não têm uma situação económica que permita comportar tais despesas, e cria disparidades de acesso em função dos locais de origem dos jovens, que podem fazer crescer ou diminuir os custos com deslocações.
- › Não se encontram regulamentadas medidas que promovam o envolvimento ativo dos jovens no desenho dos projetos / na proposta de ações a desenvolver durante os campos de trabalho, apesar dos projetos serem desenhados e implementados por entidades que podem ter, opcionalmente, na sua constituição, jovens. Isto poderia aumentar os níveis de participação.

Parlamento dos Jovens

Objetivos do programa:

- › Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política;
- › Dar a conhecer a Assembleia da República, o significado do mandato parlamentar, as regras do debate parlamentar e o processo de decisão, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses;
- › Promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões;
- › Incentivar a reflexão e o debate sobre um tema, definido anualmente;
- › Proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais;
- › Estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria;
- › Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetem o presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas ideias junto dos órgãos do poder político.

Perfil dos participantes:

Estudantes do 2º e 3º ciclo, e do ensino secundário ou equivalente, do universo de escolas públicas, privadas ou cooperativas, abrangendo o Continente, as Regiões Autónomas e os círculos da Europa e de Fora da Europa.

Etapas em que se prevê a participação dos jovens:

- › Em todas. Os jovens formam listas candidatas a deputados, votam e elegem os deputados que os irão representar nas diferentes sessões (regionais, distritais, nacional), aprovam os Projetos de Recomendação a submeter à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens e decidem a recomendação final à Assembleia da República sobre o tema daquela edição do Parlamento dos Jovens (ainda que não lhes caiba a decisão final sobre o(s) tema(s) da próxima edição).

Aspetos que favorecem a participação dos jovens:

- › O número de escolas e de deputados que vão participar, em representação de cada círculo eleitoral, nas Sessões Nacionais do Parlamento dos Jovens, do ensino básico e do ensino secundário é definido pelo Júri que tem em conta o número de escolas participantes em cada círculo, o equilíbrio da representação nacional, e a avaliação feita pelas entidades parceiras;
- › A Comissão Eleitoral Escolar, responsável por supervisionar todo o processo eleitoral, deve obrigatoriamente incluir um aluno na sua constituição;
- › As listas podem ser constituídas por alunos de várias turmas, o que permite a livre concertação entre os estudantes e facilita a criação de listas;
- › As listas de candidaturas são compostas de modo a promover a paridade entre os sexos;
- › A primeira etapa do processo decorre no seio escolar, o que facilita a organização do mesmo, bem como o acompanhamento e a participação/mobilização dos estudantes;
- › Os professores das escolas eleitas podem, dentro do período definido no regimento, fazer a inscrição de um aluno para assistir, na qualidade de jornalista/repórter fotográfico, à Sessão

Nacional, devendo este publicar uma reportagem no jornal físico ou eletrónico indicado pela escola;

- › Durante as sessões, aos professores cabe apenas o papel de acompanhar os alunos, não devendo intervir direta ou indiretamente nas mesmas.

Aspetos que podem condicionar a participação dos jovens:

- › As sessões distritais/regionais e nacional implicam deslocações pelos participantes, o que pode dificultar/condicionar a participação caso não estejam pensadas e garantidas condições logísticas para que tal ocorra, independentemente do local de origem dos jovens deputados eleitos, devendo por isso ser consideradas as diferentes necessidades e realidades geográficas;
- › A decisão final sobre o(s) tema(s) em debate no próximo ano não cabe aos jovens votantes, mas sim à Comissão Parlamentar com competência na área da educação, que delibera sobre a lista dos temas mais votados pelos deputados eleitos nas Sessões Distritais/Regionais. Isto retira poder de deliberação aos jovens;
- › Sendo todo o processo assente na capacidade de formular e defender oralmente projetos de recomendação, não estão previstas formas de incluir estudantes que não tendo a capacidade de ser competitivos a esse nível, possam ter interesse em experienciar o processo, ainda que apenas no papel de observadores, podendo também adquirir conhecimento dentro dos objetivos propostos do Parlamento dos Jovens.

Euroescola

Objetivos do programa:

- › Familiarizar os jovens com o funcionamento das instituições europeias;
- › Consciencializar os jovens sobre a condição de cidadãos europeus e a sua intervenção na organização futura da Europa;
- › Oferecer aos implicados uma tribuna onde possam exprimir opiniões e valorizar o seu envolvimento no projeto europeu.

Perfil dos participantes:

Estudantes entre os 16 e os 18 anos de idade, de todos os Estados-Membros da União Europeia, inscritos no 10.º ou 11.º ano do ensino secundário ou equivalente.

Etapas em que se prevê a participação dos jovens:

- › Cada escola candidata ao Programa “Euroescola” inscreve dois alunos – compete aos mesmos a elaboração do trabalho escrito, a sua defesa numa sessão regional/distrital e, caso eleitos pelo júri, na sessão Nacional.
- › Ida a Estrasburgo – os estudantes experimentam um dia como eurodeputados, participando na tomada de decisões da União Europeia através de debates no hemiciclo, negociações, votando e adotando resoluções sobre assuntos europeus.

Aspetos que favorecem a participação dos jovens:

- › Uma escola que tenha sido premiada com a participação numa sessão em Estrasburgo, não é elegível para prémio na edição seguinte do Programa, o que permite que outras escolas tenham oportunidade de participar;
- › É alargada a participação, sendo permitido que outros alunos além dos dois estudantes eleitos para as sessões distritais, regionais e nacional, possam experienciar a ida ao Parlamento Europeu (cada escola vencedora pode integrar até 24 alunos na viagem a Estrasburgo);
- › São comportados os custos inerentes à participação dos jovens/escolas em Estrasburgo.

Aspetos que podem condicionar a participação dos jovens:

- › O programa e os temas em debate são comunicados às escolas, não tendo os jovens papel ativo na definição dos mesmos (abordagem *top-down*), o que poderá impactar na motivação para participar;
- › O facto de estar condicionado ao orçamento disponível, a cada ano, o número de escolas a participar em Estrasburgo pode levar a que fiquem sub-representadas algumas regiões/distritos e respetivos alunos.

Navega(s) em Segurança?

Objetivos do programa:

Contribuir para o desenvolvimento da utilização responsável e segura da Internet, através da realização de sessões informativas e de ações de sensibilização destinadas a crianças, jovens, pais/educadores e cidadãos em geral.

Perfil dos participantes:

- › Podem inscrever-se como voluntários jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, com conhecimentos sobre o uso de novas tecnologias da informação ligadas à internet;
- › As ações informativas têm como destinatários grupos de crianças e jovens, dos 6 aos 25 anos, professores, animadores de juventude, pessoas com mais de 60 anos, e público em geral.

Etapas em que se prevê a participação dos jovens:

- › Os jovens voluntários/as realizam sessões de sensibilização e ações de divulgação de curta duração destinadas a crianças, jovens, pais/educadores e cidadãos em geral;
- › Os jovens são destinatários prioritários das ações informativas realizadas, a par com as crianças.

Aspetos que favorecem a participação dos jovens:

- › São ressarcidas as despesas com alimentação e deslocações do voluntário (ainda que com um condicionalismo apresentado no ponto seguinte), bem como um seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade coletiva;

- › Emissão de certificado de participação que identifique o voluntário, a ação que desenvolveu, a duração da mesma em número de horas, bem como as tarefas executadas e objetivos, o que valida a experiência e pode ser um incentivo à participação;
- › Os voluntários dos 16 aos 18 anos têm direito a um Passe Jovem, o que pode constituir-se como um incentivo.

Aspetos que podem condicionar a participação dos jovens:

- › Inscrição realizada unicamente pela plataforma eletrónica, o que pode ser limitativo para os jovens que têm interesse, mas não detêm acesso a esse recurso.
- › Ressarcimento de despesas de alimentação e transporte até um máximo de 13 euros por turno pode ser uma verba insuficiente para jovens que têm custos maiores de deslocação, em função do seu local de origem;
- › Todo o processo assenta no domínio de conhecimentos em tecnologias de informação e comunicação por parte dos voluntários, o que pode ser impeditivo da participação ou do desenvolvimento de competências de jovens que possam ter perfil para desenvolver as ações, mas não disponham destes conhecimentos;
- › A formação específica é assegurada através da autoformação feita a partir de recursos pedagógicos disponíveis online e também presencial ou via Microsoft Teams, o que parece fazer recair no voluntário a responsabilidade de levar a cabo a sua própria formação, o que pode ser desmotivante e não garante um controlo sobre os resultados por parte do IPDJ;
- › O facto de o modelo das ações a realizar pelos voluntários ser muito assente no método expositivo pode ser desmotivante tanto para os jovens voluntários, como para os outros participantes;
- › Sendo os voluntários meros executores de ações previamente desenhadas, condiciona uma participação mais ativa dos mesmos, que pode ser facilitadora de outro tipo de envolvimento, motivação e aprendizagem;
- › Não está clara na infografia disponível acerca do programa qual o acompanhamento técnico providenciado aos voluntários no decorrer das ações, o que pode condicionar que os jovens se voluntariem por receio de assumir sozinhos a responsabilidade.

Orçamento Participativo Jovem Portugal

Objetivos do programa:

- › Reforçar a qualidade da democracia e dos seus instrumentos, valorizando a democracia participativa no quadro da Constituição da República Portuguesa;
- › Fomentar a participação ativa e informada dos cidadãos jovens nos processos de decisão, favorecendo a existência de uma sociedade civil forte e ativa, que prossiga o desenvolvimento coeso nos planos económico e social e o correspondente aumento da qualidade de vida;
- › Promover a participação dos cidadãos jovens na definição de políticas públicas adequadas às suas necessidades e opiniões;
- › Reforçar a educação para a cidadania e o sentimento de pertença ao todo comunitário, incentivando a atuação cidadã responsável, mediante a promoção do contacto privilegiado dos cidadãos jovens com os entes públicos, envolvendo-os na permanente definição da *res publica*.

Perfil dos participantes:

Podem apresentar propostas ao OPJP e votar nas mesmas todos os cidadãos nacionais e os cidadãos estrangeiros a residir legalmente em Portugal, com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, inclusive.

Etapas em que se prevê a participação dos jovens:

- › Desenho e submissão de propostas
- › Consulta sobre os resultados da análise técnica das propostas
- › Votação de projetos
- › Execução dos projetos vencedores.

Aspetos que favorecem a participação dos jovens:

- › São adotados canais múltiplos para permitir a participação dos jovens no processo, nomeadamente: i) prevê-se que a apresentação de propostas possa ser realizada por meios presenciais e telemáticos, sendo organizados encontros próprios para o efeito, e disponibilizada uma plataforma eletrónica do OPJP; ii) a votação decorre por sms, sem custos para o participante, e via plataforma eletrónica do OPJP;
- › Os encontros presenciais permitem informar e esclarecer os jovens sobre o processo, além de apresentar propostas, e decorrem em todas as regiões do país;
- › A votação requer apresentação do número de identificação civil nacional, mas está previsto que os cidadãos estrangeiros possam apresentar o número do seu título de residência;

Aspetos que podem condicionar a participação dos jovens:

- › Conceptualmente não se encontram aspetos que condicionem a participação dos jovens.

Tendo por base as iniciativas participativas organizadas pelo IPDJ, em concreto as que são objeto deste estudo, é importante refletir de forma crítica sobre as questões centrais consideradas. Estes programas satisfazem as necessidades dos jovens? Se sim, de que forma? O quanto respeitam a agência dos participantes, a sua autonomia e envolvimento? Onde se situam na escada da participação? E qual a perceção de quem os promove, de quem neles participa, e de quem deles beneficia? Algumas destas questões só podem ser escrutinadas através da investigação e análise das perceções das pessoas envolvidas, o que se remete para os capítulos seguintes, mas alguns apontamentos preliminares podem ser propostos, baseados nos temas anteriormente discutidos. Com base nos conceitos de participação apresentados, impõem-se uma análise crítica da ambição espelhada nos objetivos dos cinco programas supracitados, ainda que não da sua eficácia em termos de impacto e resultados.

Na Tabela 1, considerou-se uma divisão simples em três categorias para encetar esse exercício de análise:

- › **Não Participação** – Compreende promover uma ação ou evento onde os indivíduos podem estar, sem que seja realizado um esforço particular para informar ou garantir o entendimento sobre os assuntos em causa, podendo ser solicitadas ideias sobre um determinado tema, sem que seja comunicada ou compreendida a influencia dos contributos dados nas decisões finais tomadas;
- › **Participação passiva** – Consiste em envolver os participantes numa iniciativa já a decorrer, informar e criar um sentido de pertença e de identificação com o processo, podendo implicar a

consulta dos participantes em alguma(s) fase(s), sob o compromisso de considerar as suas opiniões na tomada de decisões, sem responsabilidade assumida de proceder a uma devolução de resultados, ou de promover o envolvimento em fases subsequentes.

- › **Participação ativa** – Permite promover ou apoiar a iniciativa dos participantes e as decisões dos mesmos acerca da forma como determinado processo deve decorrer, possibilitar que estes acompanhem e contribuam nas diversas fases, criar dinâmicas, e viabilizar que estes influenciem tomadas de decisão num nível superior.

Como se pode verificar na Tabela infra, a maior parte dos programas primam por uma ideologia subjacente que valoriza a participação passiva dos jovens, independentemente de poderem utilizar mecanismos ativos ou de apoio à própria participação em alguns. Porém, como anteriormente mencionado, os processos participativos dependem largamente de um suporte continuado que tem em conta os diversos fatores contextuais.

Tabela 1 - Participação juvenil: programas do IPDJ, segundo as três categorias de participação enunciadas

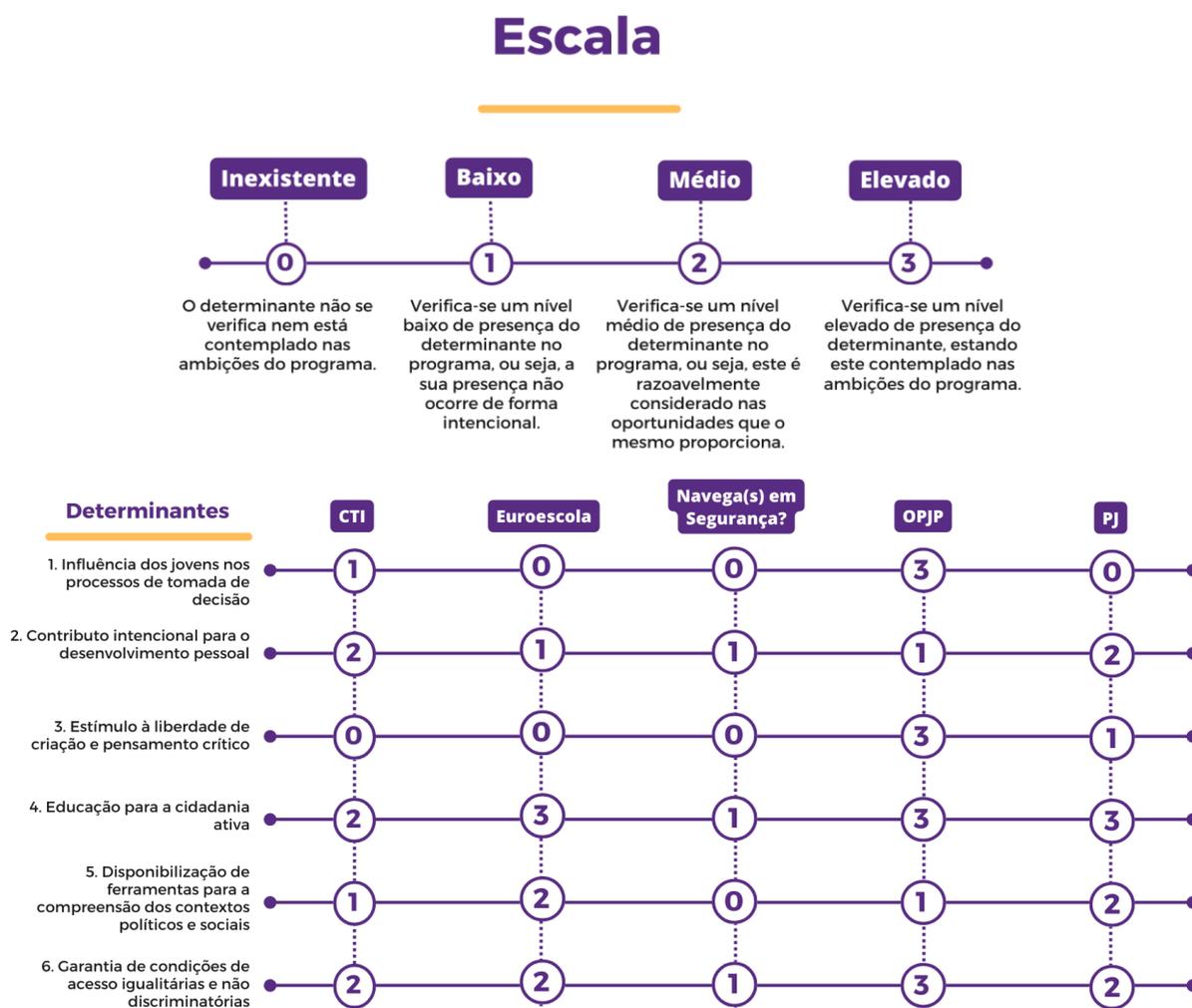
Programa	Posição	Análise
OPJP	Participação ativa	Os resultados do OPJP são deliberativos e influenciam a tomada de decisão sobre investimentos públicos.
Parlamento dos Jovens	Participação passiva	Apesar de grande parte do Parlamento dos Jovens ter alguns resultados sobre os próprios participantes, permitindo a aprendizagem, o debate de questões de cidadania e a disseminação de informação, as sessões que ocorrem na AR permitem transmitir o resultado dos debates a uma esfera superior. No entanto, o contacto limitado com a própria AR levanta a questão da eficácia na difusão de informação, e não permite o acompanhamento dos resultados alcançados pelos jovens, e a forma como são integrados nas decisões finais.
Euroescola	Participação passiva	Em termos de resultados esperados, este modelo é semelhante ao Parlamento dos Jovens, sendo um processo formatado, no qual os jovens são chamados a participar. São as escolas que escolhem os jovens/turmas a participar, em função dos seus próprios critérios. Por sua vez, essas tendem a ser selecionadas em função do perfil mais competitivo dos jovens, do que do ímpeto ou vontade de cada um para participar. Nem todas as escolas podem participar em cada edição, devido a limitações orçamentais que obrigam a uma seleção das escolas.
CTI	Dois componentes distintos: participação ativa e participação passiva	A participação ativa ocorre através do envolvimento dos/as jovens nas várias atividades de voluntariado de carácter comunitário, civil ou social. A participação passiva decorre do facto do projeto de cada um dos Campos de Trabalho Internacionais ser proposto e organizado pela entidade local, para benefício dessa comunidade, e não pelos voluntários/as envolvidos.

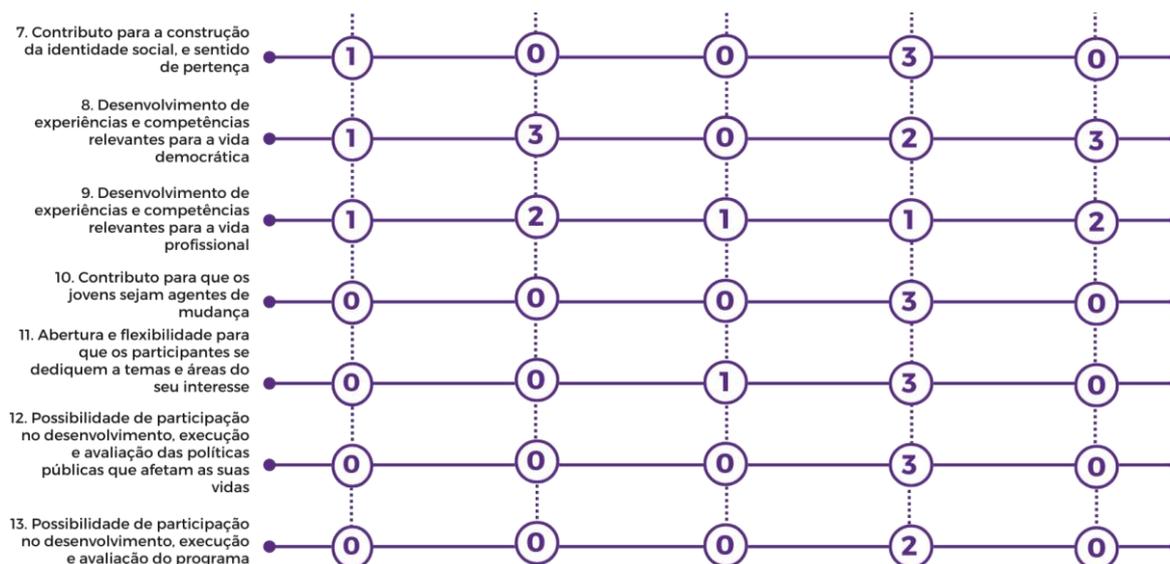
A natureza das atividades previstas em cada CTI também influencia os resultados do exercício de participação.

Navega(s) em Segurança?	Dois componentes distintos: participação passiva e apoio à participação passiva	A participação passiva ocorre através do envolvimento dos voluntários/as nas sessões de sensibilização e ações informativas do Navega(s) em Segurança?, em que estes transmitem conteúdos pré-estabelecidos aos destinatários das ações, que entre outros grupos, podem ser também eles jovens.
-------------------------	---	---

Face ao exposto, importa ainda compreender em que medida é assegurada uma convergência entre os cinco programas do IPDJ, que segundo este melhor promovem a participação jovem, e os principais referenciais anteriormente enunciados. Recorre-se, para o efeito, a uma confrontação entre os determinantes extraídos das inúmeras recomendações de política pública – internacionais, europeias e nacionais – e as ações participativas inerentes às iniciativas despoletadas pelo Instituto. Para a classificação, recorre-se aos determinantes e utiliza-se uma escala que comporta quatro níveis, de zero a três, conforme ilustrado se seguida.

Figura 5 - Classificação do nível de presença dos determinantes nos programas





Na súpula dos resultados apresentados até ao momento, verifica-se uma presença pouco declarada, nos cinco programas em estudo, dos determinantes extraídos dos referenciais de política pública, destacando-se as seguintes ideias para cada um dos programas:

- O **CTI**, se por um lado promove uma experiência de voluntariado propícia ao desenvolvimento de inúmeras competências, e que pode contribuir para o sentido de solidariedade e cidadania, oferece, no entanto, aos jovens voluntários, uma proposta de atividades que se encontra previamente definida, cabendo-lhes executar o que está previsto, sob a orientação de um coordenador/equipa da entidade promotora do Campo de Trabalho. A decisão dos jovens acerca das ações a desenvolver não está contemplada no programa, mas poderá ser possível caso as entidades promotoras dos campos tenham considerado os mesmos no desenho do seu projeto. Essa não é, no entanto, uma condição obrigatória para a elegibilidade das candidaturas apresentadas, não se verificando mecanismos que fomentem a livre iniciativa e tomada de decisão por parte dos jovens. Este programa mostra, portanto, uma ambição menor de exercício de envolvimento dos jovens na tomada de decisão, e na definição dos temas e áreas a abordar pelos campos;
- O **Euroescola** e o **Parlamento dos Jovens** visam, por um lado, estimular o conhecimento sobre as instituições (AR e PE), e por outro, proporcionar uma prática simulada sobre o funcionamento das mesmas. No final, o exercício de participação poderá ter contribuído para adquirir conhecimento e produzir algumas competências, mas não visou envolver os jovens nos processos de tomada de decisão. Estes programas revelam, por isso, uma ambição mais recuada do exercício da participação enquanto processo transformador, não acompanhando as recomendações das instâncias mencionadas no enquadramento deste trabalho;
- No **Navega(s) em Segurança?** os jovens exercem a condição de beneficiários nas ações realizadas, e também de dinamizadores dessas ações junto de outros jovens, técnicos e famílias, na condição de voluntários. Contudo, o programa encontra-se formatado, assim como os temas, a metodologia e os conteúdos das ações a desenvolver, não existindo margem para o contributo dos jovens, ou para que estes possam influenciar decisões acerca do funcionamento do programa. Apesar da candidatura a voluntário pressupor que os jovens candidatos terão, à partida, algum interesse pelos temas abordados no âmbito das ações, e permitir que estes contribuam para a informação e sensibilização da comunidade, este é, do leque de programas considerados, o que apresenta menos entrosamento com as determinantes presentes nas políticas internacionais.

- O **OPJP** é o programa que revela maior presença dos determinantes expostos, por se tratar justamente de um processo que tem nas suas ambições fomentar a participação e tomada de decisão, seja colocando os jovens na posição de idealizar propostas para a comunidade, que naturalmente responderão aos seus interesses e/ou necessidades, e de as priorizar e decidir, através do exercício do voto. Oferece ainda garantia da execução das propostas vencedoras, permitindo aos participantes influenciar decisões de investimento, ou seja, política pública. Este programa prevê o envolvimento dos jovens em todas as fases do processo, inclusivamente na avaliação de cada edição, e contribui para o desenvolvimento de competências de cidadania ativa, em paralelo, estando estes aspetos contemplados nos seus objetivos.

Adicionalmente, é relevante compreender quais os possíveis posicionamentos que os programas promovidos pelo IPDJ podem ocupar nos modelos de escada da participação expostos, como forma de avaliar a ambição que esses evidenciam e o compromisso que assumem com a promoção da participação jovem. Para tal, foi escolhida a escada de Hart (1992), que nos remete para o papel das crianças e dos jovens nos processos.

Figura 6 - Análise dos programas segundo a escada da participação de Hart (1992)



Verifica-se que todos os programas se encontram dentro dos níveis de participação considerados, ainda que com alguma limitação no estímulo à livre-iniciativa e tomada de decisão pelos jovens:

- Envolvidos e informados** - Este modelo está presente em quatro programas. Implica que o IPDJ decide sobre o projeto, e os participantes apenas se voluntariam para estar presentes no mesmo. Estes compreendem o projeto e o processo, sendo devidamente informados sobre o mesmo, e as suas opiniões são levadas a sério. O Euroescola e o PJ assentam em exercícios de simulação, e por isso sem impacto nos contextos de ação, em que os jovens não têm poder de decisão ou codecisão, nem um papel ativo no desenho e gestão do processo. Fomentam o contacto dos jovens com as instituições democráticas, com todas as aprendizagens que daí podem advir, mas falham em levar essa participação ao nível do estímulo da livre-iniciativa, ou da atribuição de poder de decisão. O CTI e o Navega(s) em Segurança? permitem que os jovens contribuam e se envolvam numa determinada causa/projeto, mas estes não têm espaço para contribuir para a criação do mesmo, sendo apenas executores do que está previamente decidido. No caso do CTI, um maior envolvimento dos jovens pode estar implícito no desenho e formulação de projetos através das associações, mas o envolvimento dos jovens nessa fase não é condicionante obrigatória do programa.
- Os jovens iniciam e dirigem** - o OPJP permite que os jovens possam criar e propor as suas ideias, decidir como as mesmas serão implementadas, e mobilizar-se para que estas sejam votadas pelos seus pares. Neste caso, o IPDJ apoia os participantes durante o processo, se necessário, e oferece garantias de que as decisões dos jovens serão implementadas, o que lhes atribui poder de decisão.

Em função da análise efetuada, importa concluir sobre o grau de compromisso que cada um dos programas do IPDJ evidencia com a promoção da participação jovem. De forma a tornar esta análise

mais factual e mensurável, propõe-se uma chave de leitura, alicerçada nos tipos de participação inerentes a cada programa, permitindo, assim, compreender de modo mais objetivo a convergência destes instrumentos com o impulso dado ao envolvimento das camadas mais novas.

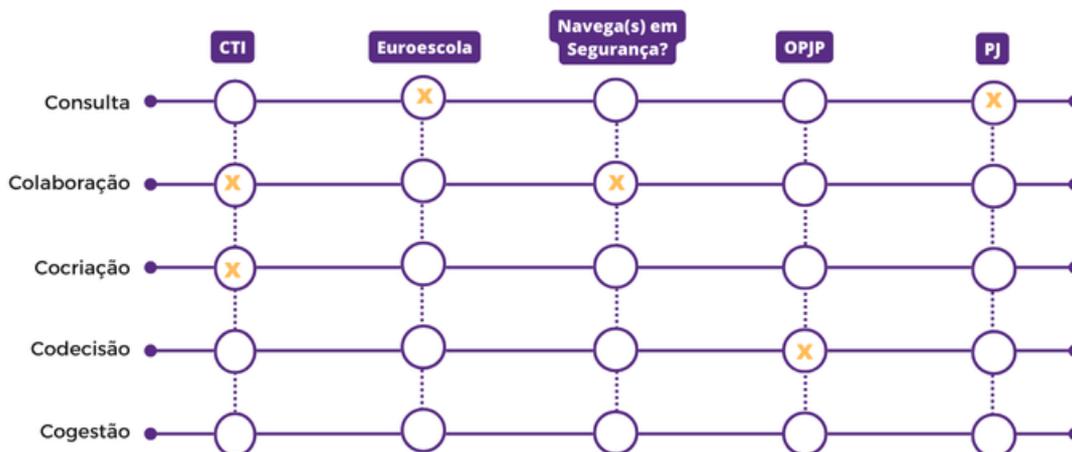
Tipos de participação

Importa compreender os tipos de ação previstos em cada programa. Por outras palavras, é relevante, para o efeito, analisar qual é a natureza das atividades propostas aos jovens e o que isso representa do ponto de vista da participação que esses podem exercer. Identificam-se, a este nível, cinco possibilidades:

- › **Consulta.** O IPDJ convida os cidadãos jovens, ou entidades que os representam, a conhecerem uma instituição, um serviço ou tema e a formularem propostas ou opiniões;
- › **Colaboração.** O IPDJ desafia os cidadãos jovens, ou a entidades que os representam, para contribuírem com o seu tempo, vocação e competências para o desenvolvimento de determinadas ações;
- › **Cocriação.** O IPDJ convoca cidadãos jovens, ou entidades que os representam, a tomarem parte de iniciativas vocacionadas para a criação de ações que produzam efeitos positivos no quotidiano dos participantes ou de terceiros.
- › **Codecisão.** O IPDJ convida os cidadãos jovens, ou entidades que os representam, a formular propostas e a deliberar sobre projetos ou políticas públicas.
- › **Cogestão.** O IPDJ convida os cidadãos jovens, ou entidades que os representam, a cogerir bens e recursos públicos.

Face ao enquadramento exposto e à leitura dos programas promovidos pelo IPDJ, propõe-se, de seguida, uma classificação dos mesmos quanto aos tipos de participação que promovem.

Figura 7 - Classificação dos programas quanto ao tipo de participação que promovem



Consulta

O Parlamento do Jovens e o Euroescola apresentam-se como iniciativas em que os participantes são selecionados pelas Escolas aderentes, cabendo a essas a definição dos critérios de escolha, dentro dos limites dos programas, e tendo por base a natureza de um processo que se reveste de um caráter competitivo.

Aos jovens é proporcionada a oportunidade de visitarem instituições que compõem o aparelho político e administrativo nacional e/ou europeu, conhecerem um pouco do seu funcionamento, refletirem individual e coletivamente e formularem propostas.

Considera-se, face ao exposto, que estes programas se posicionam no âmbito de dinâmicas consultivas e experienciais, baseadas em práticas simuladas, sem que possam, por isso, ambicionar ter uma incidência direta nas políticas e qualquer efeito prático no quotidiano das instituições e dos jovens.

Colaboração

Os CTI proporcionam oportunidades de voluntariado aos jovens, em que esses são inseridos em atividades previamente definidas, cabendo-lhe, por isso, colaborar na sua execução. O exposto não inviabiliza que no decorrer das ações os participantes possam, em dados momentos e de uma forma circunscrita, ser chamados a intervir em dimensões de planeamento mais operacional, ligadas ao desenvolvimento de tarefas. Isto não muda, no entanto, a natureza da ação participativa, sobretudo vinculada ao voluntariado, em que ao participante é proposto que colabore na implementação de ações idealizadas por terceiros, que no caso são, sobretudo, associações juvenis.

O Navegas em Segurança insere-se no mesmo âmbito, na medida em que os aderentes são executores de programas de formação pré-definidos pelo IPDJ, cabendo aos voluntários contribuir com o seu tempo, conhecimentos técnicos e competências para a execução dos mesmos.

Cocriação

Ainda que não sendo condição obrigatória, como exposto anteriormente, os CTI proporcionam oportunidades para que os jovens possam propor projetos e atividades quando integrados e considerados no âmbito das associações candidatas.

Codecisão

O OPJP é, dos cinco programas definidos pelo IPDJ, o que revela uma maior ambição em termos de partilha de poder entre a Administração e os jovens, na medida em que permite aos segundos a formulação de propostas e a decisão de projetos a executar com recursos públicos. Nesta perspetiva, ao Estado compete lançar a iniciativa, assegurar os meios que a suportam e comprometer-se com a execução dos investimentos priorizados pelos participantes. Aos participantes é dada a oportunidade de identificar problemas existentes na comunidade, idealizar e formular soluções, bem como indicar ao IPDJ, por intermédio de uma votação pública, quais os projetos que esse deve implementar.

Pelas suas características, este é o Programa que, por um lado, maior liberdade de ação e criação atribui aos jovens, e por outro, maiores constrangimentos coloca ao IPDJ, sobretudo do ponto de vista da execução dos projetos vencedores, na medida em que não lhe cabe a possibilidade de os pré-formatar ou decidir.

2. Concepções e práticas de participação jovem inerentes aos programas do IPDJ

2.1. A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

2.1.1. Relevância da participação dos jovens para o futuro e para a vitalidade da democracia

Quando inquiridas 12 entidades, com atuação na área da juventude em Portugal, sobre qual a relevância da participação dos jovens para o futuro e para a vitalidade da democracia, as respostas remetem, indubitavelmente, para algumas das ideias expressas nos principais referenciais internacionais para a promoção da participação dos jovens, anteriormente abordados, mostrando um alinhamento das organizações inquiridas com esses pressupostos.



A participação é um direito das crianças e como todos os outros precisa ser garantido pelo Estado e pelas outras entidades que fazem parte do Estado. (Entrevista 6)

A primeira ideia expressa, e que bem pode servir de chapéu às restantes, é o entendimento da participação enquanto direito consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança^{vi}, o que lhe confere um carácter inquestionável e inalienável, deixando de parte que sejam traçados caminhos excludentes da participação ativa dos jovens nas áreas basilares que regulam a sua vida. Foi defendido que devem por isso, as entidades do Estado que trabalham com crianças e jovens, procurar envolvê-los diretamente nos processos e nos assuntos a si respeitantes.

Uma segunda linha de ideias, liga a participação dos jovens ao fortalecimento da democracia, porque permite i) aumentar a sua literacia política, e combater a desinformação, levando a tomadas de posição mais conscientes; ii) sensibilizar para a importância do associativismo e da cidadania ativa, dotando os jovens de maior espírito interventivo e solidário. Assenta este princípio na relevância do envolvimento político, associativo, social e comunitário dos jovens.

Uma terceira linha parece inclinada em construir uma argumentação em torno dos ganhos resultantes da participação dos jovens, justificando que os mesmos:

- **São agentes de mudança** tanto pela sua flexibilidade e maleabilidade perante as alterações, como porque aportam outras perspetivas e soluções para a resolução dos problemas;
- **Encontram-se pouco considerados**, sendo essencial envolvê-los para melhor compreender e responder às suas necessidades e preocupações;
- **Têm relação com o presente e com o futuro**, na medida em que enquanto uma das gerações atuais, terão um efeito significativo no que será a sociedade futura;
- **São parte interessada**, uma vez que terão futuramente de lidar com problemas e crises resultantes de atos do antes e do agora;

^{vi} O Artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança (Comité Português para a UNICEF, 2019), considera crianças todos os seres humanos menores de 18 anos, ao passo que esta conceptualização é variável aos olhos de diferentes entidades nacionais e internacionais, considerando, em alguns casos, que a juventude se inicia aos 15 anos de idade, como já exposto anteriormente.

- **São atuais produtores culturais e consumidores**, que devem ser considerados e ter voz pública, tal como os restantes grupos sociais;
- **Assumem causas menos priorizadas** por gerações mais velhas.



No momento atual as gerações mais novas são as que vão enfrentar mais crises e por isso é fundamental o que os jovens têm para dizer. (Entrevista 9)

Também na conceção dos jovens, como demonstra o ponto seguinte, a participação reveste-se de um significado maior, maioritariamente vista como algo que possibilita prestar um contributo ao outro e à sociedade, o que em muito se assemelha aos aspetos supra enumerados.

2.1.2. Atitudes e comportamentos cívicos e políticos dos jovens

2.1.2.1. Perceções dos jovens sobre a democracia e o país

Na sua globalidade, os participantes do estudo inquiridos por questionário^{vii}, afirmam que, atualmente, a democracia em Portugal não funciona “Muito mal”, nem “Muito bem”, considerando que a média de respostas para este item se situa em 2,97 (DP = 1,01).

De todas as instituições e entidades para as quais os participantes deveriam apresentar o seu grau de confiança, aquelas que obtiveram pontuações mais elevadas e tendencialmente positivas (acima do ponto médio) são, por esta ordem: as Associações, o IPDJ, a Polícia, a Câmara Municipal; o Presidente da República e as Empresas. Por outro lado, as que recolhem uma confiança global mais baixa são a Igreja, o Governo, e os Partidos Políticos. A Tabela 2 apresenta mais detalhadamente os resultados globais das respostas dadas às questões B1 e B2.

Tabela 2 - Análise descritiva das respostas às questões B1 (Como funciona atualmente a democracia?) e B2 (Qual o grau de confiança?)

	M	DP	Mínimo	Máximo
B1 - Funcionamento atual da democracia	2,97	1,01	1	5
B2 - Confiança relativamente a:				
1. Presidente da República	3,15	1,11	1	5
2. Parlamento	2,80	1,00	1	5
3. Governo	2,44	1,03	1	5

^{vii} De forma a preservar maior fluidez na leitura do documento, alguns dos resultados quantitativos dos questionários foram remetidos para o campo “Notas de Fim” do documento, surgindo numerados de 1 a 100.

4. Câmara Municipal	3,19	1,10	1	5
5. Partidos Políticos	2,45	0,94	1	5
6. Justiça	2,73	1,04	1	5
7. Polícia	3,32	1,08	1	5
8. IPDJ	3,42	1,06	1	5
9. Igreja	2,41	1,29	1	5
10. Empresas	3,11	0,97	1	5
11. Sindicatos	2,93	1,01	1	5
12. Associações	3,48	0,97	1	5
13. Comunicação Social	2,82	1,05	1	5

Legenda: M = Média. DP = Desvio-Padrão

Se analisadas mais detalhadamente as respostas dadas pelos participantes do sexo masculino e feminino, é possível constatar que existem diferenças significativas nas médias relativamente a algumas destas instituições. Mais especificamente, por comparação com o sexo feminino, pode-se observar maior confiança¹ por parte do sexo masculino em relação aos Partidos Políticos, à Justiça, à Polícia, e à Igreja. Um sumário destas diferenças entre sexo masculino e feminino relativamente às questões B1 e B2 pode ser explorado com maior detalhe na Tabela seguinte.

Tabela 3 - Comparação de médias entre sexo masculino e feminino

	Masculino	Feminino	t
	M	M	
B1 - Funcionamento atual da democracia	3,00	2,96	0,49
B2 - Confiança relativamente a:			
1. Presidente da República	3,22	3,13	0,99
2. Parlamento	2,88	2,77	1,39
3. Governo	2,49	2,42	0,80
4. Câmara Municipal	3,19	3,20	-0,11
5. Partidos Políticos	2,65	2,33	4,44*
6. Justiça	2,91	2,62	3,63*
7. Polícia	3,49	3,23	3,18*
8. IPDJ	3,50	3,38	1,37

9. Igreja	2,57	2,33	2,26*
10. Empresas	3,16	3,09	0,97
11. Sindicatos	2,94	2,93	0,14
12. Associações	3,44	3,51	-0,98
13. Comunicação Social	2,85	2,81	0,40

Legenda: * Diferença significativa ($p < .05$), M = Média; t = valor de teste de diferenças.

A comparação de médias entre os participantes de diferentes tipos de localidade não apresentou diferenças significativas para a questão B1, o que significa que **não parecem existir diferenças na opinião sobre o funcionamento atual da democracia em função do tipo de local de residência do participante², ou da situação perante o emprego³.**

No que se refere à questão B2, apesar de os resultados não revelarem diferenças significativas em função do tipo de localidade, existem disparidades na confiança face à Igreja em função da situação perante o emprego⁴. Especificamente, é possível verificar maior confiança na Igreja por parte dos participantes que só estudam, por comparação com aqueles que são trabalhadores-estudantes⁵.

Finalmente, quando comparadas as respostas a estas questões de acordo com o nível de ensino mais elevado dos participantes é possível encontrar algumas diferenças significativas. Nomeadamente, é possível verificar diferenças na opinião sobre a atualidade da democracia em Portugal (B1) pelo menos entre dois grupos⁶. Mais concretamente, os resultados sugerem que, quando comparados com os participantes que indicaram o Ensino Secundário, os indivíduos com Mestrado ou Doutoramento têm uma opinião significativamente mais positiva⁷.

Indivíduos com mestrado e com doutoramento têm uma opinião significativamente mais positiva acerca a atualidade da democracia em Portugal.

Outras diferenças expressivas surgem em relação à confiança face à Igreja e às Associações⁸. Especificamente, é possível constatar que os participantes com o 2º ciclo do Ensino Básico (5º e 6º ano de escolaridade) apresentam significativamente maior confiança face à Igreja que aqueles que assinalaram ter Ensino Secundário, Licenciatura e Mestrado ou Doutoramento⁹. A mesma tendência é observada entre os participantes com 3º ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) e os que se apresentam como tendo alcançado Ensino Secundário, Licenciatura e Mestrado ou Doutoramento¹⁰. Por fim, **os participantes com Licenciatura apresentam significativamente maior confiança nas Associações que os indivíduos com 3º ciclo do Ensino Básico¹¹.**

Quanto maior a idade, menor será a confiança no Presidente da República, na Igreja e na Comunicação Social, e maior a confiança nas Associações.

As análises de correlação bivariada apresentam correlações de sinal negativo entre a idade e a confiança no Presidente da República, nos Partidos Políticos, na Igreja e na Comunicação Social¹², sugerindo que quanto maior a idade, menor será a confiança nestas entidades. Por outro lado, existe uma

correlação positiva entre a idade e a confiança nas Associações¹³.

As respostas à questão B3 permitem verificar que as fontes de informação que contribuem para a confiança nas instituições e nas entidades referidas na questão B2 são, como principal, a família

(29%, N = 214) e, como segunda fonte, a televisão (24%, N = 177). É possível destacar ainda a eleição das redes sociais enquanto uma das primeiras fontes de informação (16%, N = 118) e igualmente uma das primeiras segundas fontes de informação (18,4%, N = 136).

Para analisar as respostas à questão B4, foi criada uma variável compósita que resulta da média das respostas dadas a cada um dos 8 itens da mesma, e a qual foi denominada de “Percepção sobre a influência e impacto da participação cívica e política”^{viii}. No geral, o valor médio das respostas (M = 2,81; DP = 0,75) indica uma tendência para os participantes não sentirem ou considerarem que a sua participação cívica e política pode influenciar ou ter um impacto significativo nas decisões levadas a cabo a nível municipal ou nacional. Numa análise mais detalhada, pode verificar-se que esta percepção é mais pessimista no que se refere ao sentimento de impacto da participação nas decisões políticas nacionais (item 1), sendo que **a média de respostas só ultrapassa o ponto médio no que se refere à compreensão sobre questões políticas importantes que o país enfrenta (item 6) e à consideração de que os jovens dispõem de diversas oportunidades para participar e influenciar os programas do IPDJ (item 8).** Na Tabela 4, é possível realizar uma leitura mais detalhada da análise descritiva aos itens que compõem a questão B4.

Verifica-se uma tendência para os participantes não sentirem ou considerarem que a sua participação cívica e política pode influenciar ou ter um impacto significativo nas decisões levadas a cabo a nível municipal ou nacional.

Tabela 4 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão B4 e variável compósita criada a partir dos mesmos

	M	DP	Mínimo/Máximo
B4 - Percepção sobre influência e impacto da participação cívica e política	2,81	0,75	1/5
1. Eu sinto que sou capaz de influenciar as decisões políticas do governo do meu país.	2,27	1,08	1/5
2. Eu sinto que sou capaz de influenciar as decisões políticas no meu município.	2,70	1,15	1/5
3. Os/As jovens dispõem de diversas oportunidades de participação para influenciar os decisores políticos no meu país.	2,54	1,10	1/5
4. Os/As jovens dispõem de diversas oportunidades de participação para influenciar os decisores políticos no meu município.	2,79	1,15	1/5
5. Os/As jovens revelam interesse pelas questões políticas.	2,98	1,13	1/5
6. Tenho uma boa compreensão das questões políticas mais importantes que o meu país enfrenta.	3,46	1,13	1/5

^{viii} Esta nova variável apresenta uma consistência interna (alfa de Cronbach) de .83^{viii}, indicando que os itens concorrem adequadamente para medir uma mesma dimensão e uma boa confiabilidade para a sua utilização.

7. Conheço os programas do IPDJ para a promoção da participação dos/as jovens.	2,73	1,26	1/5
8. Os jovens dispõem de diversas oportunidades de participação para influenciar os programas do IPDJ.	3,07	1,09	1/5

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

Numa linha de análise mais diferenciadora, é possível verificar que não existem diferenças significativas na perceção global da influência e do impacto da participação em função do género dos

Os participantes com licenciatura, quando comparados com os do Ensino Secundário e de 3º Ciclo do Ensino básico, apresentam maior crença sobre a existência de oportunidades para os jovens poderem influenciar os programas do IPDJ.

participantes, situação perante o emprego, tipo de localidade de residência, ou nível de educação dos mesmos¹⁴. Porém, analisando com maior detalhe as respostas aos diferentes itens, é possível constatar que os estudantes afirmam ter maior compreensão de questões políticas importantes que o país enfrenta, por comparação com os participantes trabalhadores, e trabalhadores-estudantes¹⁵.

Nesta linha de análise, também os participantes com Licenciatura referem ter maior compreensão de questões políticas importantes que o país enfrenta, quando comparados com os participantes com 3º ciclo do Ensino Básico¹⁶, e maior crença sobre a existência de diferentes oportunidades para os jovens poderem participar e influenciar os programas do IPDJ, por comparação com os indivíduos com Ensino Secundário¹⁷. Para além disso, também os participantes com Mestrado ou Doutoramento apresentam níveis mais elevados de resposta sobre a compreensão de questões políticas importantes que o país enfrenta (item 6), quando são comparados com os indivíduos com 3º ciclo do Ensino Básico¹⁸.

As análises correlacionais apresentam uma associação positiva entre a idade e o item 6¹⁹, o que sugere que os participantes mais velhos tendem a possuir uma melhor compreensão das questões políticas mais importantes que o país enfrenta.

As respostas dadas à B5, indicam mais especificamente qual a opinião dos participantes sobre diferentes áreas do país, segmentando a opinião apresentada na questão B1. Ao analisar as pontuações médias das respostas para cada uma das áreas apresentadas, é possível constatar que as opiniões mais favoráveis se direcionam para o estado atual do próprio agregado familiar (item 1) e da segurança pública no país (item 6). Por outro lado, destacam-se também os valores que apontam para uma opinião mais pessimista relativamente à economia (item 2), e à saúde (item 3) em Portugal. Na Tabela 5 é possível realizar uma leitura completa relativamente à análise descritiva dos itens da questão B5.

Tabela 5 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão B5.

Qual a sua opinião sobre a situação atual:	M	DP	Mínimo/Máximo
1. Do próprio agregado familiar	3,30	0,84	1/5
2. Da economia em Portugal	2,12	0,85	1/5
3. Da saúde em Portugal	2,27	0,99	1/5

4. Da educação em Portugal	2,52	1,04	1/5
5. Da justiça em Portugal	2,45	0,98	1/5
6. Da segurança pública em Portugal	3,26	1,05	1/5
7. Do mercado de trabalho em Portugal	2,35	0,93	1/5
8. Da participação pública em Portugal	2,44	0,89	1/5

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

Na análise das respostas, em função de diferentes grupos, não é possível observar diferenças significativas entre as perceções de participantes de diferentes tipos de localidade, mas é possível encontrar algumas diferenças significativas nas respostas de participantes do sexo masculino e feminino. Mais concretamente, é possível verificar uma **opinião significativamente mais favorável por parte do género masculino no que respeita ao estado da economia, estado da saúde, e estado do mercado de trabalho**²⁰.

Também é possível observar diferenças significativas em função da situação perante o emprego, nomeadamente no que se refere à opinião sobre o estado da educação, da justiça, do mercado de trabalho, e da participação pública em Portugal²¹. Especificamente, pode-se assinalar o facto de os **participantes que se encontram a frequentar cursos profissionais apresentarem opiniões mais favoráveis em relação à educação** por comparação com os trabalhadores, trabalhadores-estudantes, desempregados e à procura de novo emprego, ou outras situações não contempladas no questionário sociodemográfico²².

No que respeita ao estado da justiça, podem-se encontrar opiniões mais favoráveis por parte dos estudantes, quando comparados com os trabalhadores e os desempregados à procura de novo emprego²³. Para além disso, também os participantes a frequentar cursos profissionais, apresentam opiniões mais favoráveis relativamente ao estado da justiça, quando comparados com os desempregados e à procura de novo emprego²⁴. Finalmente, também são os indivíduos a frequentar cursos profissionais aqueles que apresentam níveis significativamente mais favoráveis em relação ao estado do mercado de trabalho, quando comparados com estudantes, trabalhadores-estudantes, trabalhadores, desempregados à procura de novo emprego, desempregados à procura de primeiro emprego, participantes que se ocupam de tarefas domésticas, e outras situações face ao emprego não contempladas no questionário sociodemográfico²⁵.

Para além disso, também é possível observar diferenças nas médias das respostas de indivíduos com diferentes níveis educativos, nomeadamente para o estado da economia, estado da saúde, estado da justiça, estado do mercado de trabalho, e para o estado da participação pública em Portugal²⁶. Neste âmbito, é possível constatar que os indivíduos com 3º ciclo do Ensino Básico têm opiniões mais favoráveis que os participantes com Ensino Secundário nas áreas relacionadas com o estado da saúde, estado do mercado de trabalho, e participação pública²⁷. Ainda no que se refere aos participantes com 3º ciclo de Ensino Básico, também surgem com opiniões mais favoráveis que os indivíduos com Licenciatura para o estado da economia, estado da saúde, estado da justiça, estado do mercado de trabalho, e estado da participação pública em Portugal²⁸. Também são estes participantes os que obtiveram opiniões significativamente mais favoráveis para algumas estas áreas, por comparação com os indivíduos com Mestrado ou Doutoramento, a saber: estado da saúde, estado da justiça, e estado da participação pública em

Quanto maior a idade dos participantes, pior será a sua opinião acerca do estado do país nas diferentes áreas.

Portugal²⁹. Finalmente, podem ainda verificar-se **opiniões mais favoráveis dos participantes com Ensino Secundário, por comparação com os indivíduos com Licenciatura, no que respeita à participação pública em Portugal**³⁰.

As análises correlacionais apontam para associações negativas e significativas entre a idade e todas as áreas do país apresentadas pela questão B5, com exceção do estado da Segurança Pública. Isto sugere que quanto maior a idade dos participantes, pior será a opinião do estado do país nas suas diferentes áreas. A Tabela 6 permite a leitura completa dos resultados das análises de correlação entre a idade e os diferentes itens da questão B5.

Tabela 6 - Correlações bivariadas entre a idade dos participantes e os diferentes itens da questão B5.

	r	p
1. Do próprio agregado familiar	-.15	< .01
2. Da economia em Portugal	-.13	< .01
3. Da saúde em Portugal	-.20	< .01
4. Da educação em Portugal	-.13	< .01
5. Da justiça em Portugal	-.19	< .01
6. Da segurança pública em Portugal	.00	n.s.
7. Do mercado de trabalho em Portugal	-.15	< .01
8. Da participação pública em Portugal	-.22	< .01

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão; n.s. = Não significativo

A última questão do grupo B (B6), solicita ao participante que caracterize a frequência e prevalência das emoções associadas à sua opinião sobre a situação atual do país (B5). Nenhuma das emoções apresentadas (raiva, medo, desmotivação, esperança, entusiasmo, vontade de participar) obtiveram pontuações médias acima do ponto médio, ainda que se possa destacar a **desmotivação sendo a emoção com média de respostas mais elevada** (M = 2,85; DP = 0,99) e o **entusiasmo com a mais baixa** (M = 2,01; DP = 0,87).

No que respeita à análise das diferenças entre grupos, consegue-se observar valores médios significativamente mais elevados no género feminino para as emoções de medo e desmotivação. Por outro lado, o género masculino apresenta pontuações significativamente mais elevadas para as emoções de esperança e entusiasmo³¹.

É possível verificar diferenças das respostas em função dos tipos de localidade de residência, nomeadamente no que respeita à emoção de esperança³². Mais concretamente, é possível verificar uma maior prevalência de esperança nos participantes de grandes cidades, por comparação com aqueles que vivem em subúrbios ou arredores de uma grande cidade³³.

Os resultados não apontam para existência de diferenças significativas na presença de emoções em função da situação dos participantes perante o emprego.

Por fim, também existem diferenças significativas em função do nível educativo, especificamente no que respeita às emoções de medo, desmotivação e vontade de participar³⁴. Analisando com maior detalhe, é possível verificar uma **maior frequência da presença de desmotivação em participantes com Mestrado ou Doutoramento, em comparação com os indivíduos com 3º ciclo de Ensino Básico**³⁵. Os participantes com **Ensino Secundário apresentam maior presença de emoções de medo** e de desmotivação, quando comparados com os indivíduos com o 3º ciclo de Ensino Básico. A tendência é semelhante quando observadas as diferenças das pontuações médias para estas emoções por parte dos participantes com Licenciatura, referindo maior frequência das emoções de medo e de desmotivação³⁶.

No que toca às emoções associadas à sua opinião sobre a situação atual do país, participantes do género feminino apresentam valores médios mais elevados de emoções como medo e desmotivação, e os participantes do género masculino emoções mais elevadas de entusiasmo e esperança. Também jovens residentes em grandes cidades apresentam maior esperança do que os que residem em subúrbios ou periferias de grandes cidades.

As análises correlacionais apontam para associações positivas e significativas entre a idade e o medo, desmotivação e vontade de participar³⁷, sugerindo que existe uma maior prevalência destas emoções em participantes mais velhos.

Análises correlacionais e de regressão^{ix}:

Foram consideradas variáveis referentes a questões concretas e variáveis compósitas criadas com base nos itens de diferentes questões do presente questionário, a saber: Opinião do funcionamento da democracia em Portugal (B1); Perceção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (B4); Pertença a grupos facilitadores da participação (C1); Participação cívica e política (C2); Conhecimento e participação em programas do IPDJ (D2); Participação ou não em programas do IPDJ (D4); e Perceção do impacto global dos programas do IPDJ (D7).

A Tabela 7, na página seguinte, apresenta os valores de correlação entre as variáveis em estudo. É possível constatar associações positivas e significativas entre todas as variáveis em estudo, com exceção para a correlação entre as opiniões dos participantes relativamente à democracia e o seu conhecimento e participação em programas do IPDJ. Aqui, é igualmente possível destacar correlações expressivas como a que existe entre: a perceção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (e, por um lado, a perceção sobre o impacto da participação em programas do IPDJ, e, por outro, o conhecimento e participação em programas do IPDJ); a pertença a grupos facilitadores da participação cívica e política e os próprios comportamentos de participação, bem como com o conhecimento e participação em programas do IPDJ; e, por último, o conhecimento e participação nos programas do IPDJ e a perceção de impacto dos mesmos³⁸.

^{ix} Estas análises têm como principal objetivo dar informações relativamente à associação entre diferentes variáveis que derivam do questionário aplicado e o eventual estatuto que as mesmas podem assumir num determinado modelo de causalidade, nomeadamente variáveis predictoras (variáveis independentes) e variáveis de resultado (variáveis dependentes).

Tabela 7 - Correlações bivariadas entre as variáveis em estudo

	B4	C1	C2	D2	D7
B1. Opinião sobre o funcionamento da democracia em Portugal	.28**	.11**	.13**	.05	.23**
B4. Percepção sobre a influência e impacto da participação cívica e política	-	.29**	.29**	.33**	.42**
C1. Pertença a grupos facilitadores da participação		-	.33**	.32**	.10
C2. Participação cívica e política			-	.31**	.30**
D2. Conhecimento e participação em programas do IPDJ				-	.36**
D7. Percepção do impacto global dos programas do IPDJ					-

Legenda: * $p < .05$, ** $p < .01$.

Esta análise correlacional permite ainda verificar que as percepções sobre o funcionamento da democracia em Portugal (B1) estão positivamente associadas à participação cívica e política dos participantes³⁹.

Foram realizadas análises de regressão linear simples e múltipla para testar algumas relações causais entre as variáveis em estudo. Para isso serão apresentadas respostas para cada uma das seguintes questões:

- i. Será que a opinião sobre o funcionamento da democracia em Portugal (B1), a percepção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (B4) e a pertença a grupos facilitadores da participação (C1) influenciam a participação cívica e política (C2)?

Analisadas individualmente através de regressões lineares simples é possível verificar que:

- › Uma opinião mais favorável sobre o funcionamento da democracia em Portugal poderá ser indicador de maior participação cívica e política⁴⁰;
- › Percepções mais favoráveis sobre a influência e impacto da participação cívica e política será indicador de maior participação cívica e política⁴¹;
- › Maiores níveis de pertença a grupos facilitadores da participação cívica e política poderá ser preditor de maiores níveis de participação⁴².

Optando pela realização de uma regressão múltipla será possível analisar o efeito destas três variáveis em simultâneo. Deste modo, é possível verificar que, em conjunto, este grupo de variáveis é capaz de explicar significativamente cerca de 15,7%⁴³. Porém, por comparação com a regressão linear simples, a força preditora das variáveis é distinta. Mais concretamente, é possível observar que apenas a percepção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (B4) e a pertença a grupos facilitadores da participação (C1)⁴⁴, são preditores positivos da participação cívica e política.

- ii. Será que a opinião sobre o funcionamento da democracia em Portugal (B1), a percepção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (B4) e a pertença a grupos facilitadores da participação (C1) influenciam o conhecimento e participação em programas do IPDJ (D2)?

Começando pelas regressões lineares simples é possível verificar que:

- › A opinião sobre o funcionamento da democracia em Portugal não se revela significativa para influenciar a participação cívica e política⁴⁵;
- › Perceções mais favoráveis sobre a influência e impacto da participação cívica e política são indicadoras de maior participação cívica e política⁴⁶;
- › Maiores níveis de pertença a grupos facilitadores da participação cívica e política poderá conduzir a maiores níveis de participação⁴⁷;

A regressão múltipla revela que, em conjunto, este grupo de variáveis é capaz de explicar significativamente cerca de 15,7%⁴⁸.

iii. Será que o conhecimento e participação em programas do IPDJ (D2) influencia a participação cívica e política (C2)?

Os resultados indicam que o conhecimento e participação em programas do IPDJ é preditor positivo da participação cívica e política, sendo este capaz de explicar cerca de 9,3% da variável dependente⁴⁹. Isto sugere que quanto maior for o conhecimento e participação em programas promovidos pelo IPDJ, maior será a participação cívica e política dos jovens.

Em conclusão, isto poderá sugerir que o desenho de programas que procurem aumentar a frequência de comportamentos e atitudes de participação cívica e política dos jovens e inclusive o conhecimento e participação dos jovens nos programas do IPDJ, poderá não passar necessariamente por criar uma opinião mais favorável relativamente à democracia em Portugal, mas sim se procurarem:

- › Investir na divulgação e promoção da inclusão dos jovens em grupos e associações que possam ser facilitadores da participação (nomeadamente os que se revelam como sendo os mais significativos na análise da questão C1);
- › Investir na melhoria das perceções dos jovens sobre influência e impacto que pode ter a sua participação, como por exemplo a demonstração de casos concretos que beneficiaram dessa intervenção (ex: projetos financiados através do Orçamento Participativo).

2.1.2.1. Como os jovens percebem a participação

As ideias partilhadas pelos jovens nos FG realizados, entoam em torno de pontos de vista muito similares, de norte a sul do país, quando colocadas aos participantes as questões sobre o que é a participação, e sobre a forma como participam.

As opiniões expressas aportam três dimensões distintas à participação:

- a) **Política** – Participação vista, no sentido mais amplo, como algo que permite aos jovens estar informados e manterem-se conscientes acerca dos problemas atuais à micro e macro escala e, num sentido mais restrito, algo que permite praticar ações inerentes à vida em democracia, como votar, manifestar, ter voz, debater e contactar com uma pluralidade de opiniões. É também referido que participação é ter o poder de influenciar decisões.
- b) **Social** – Participação é contribuir para o bem comum, para causas coletivas e para a inclusão social, implicando estar envolvido em atividades e em projetos que ajudam a comunidade e promovem o bem-estar “do outro”. Neste caso é especialmente mencionada a participação em

ações de voluntariado e em projetos, sendo também referidas campanhas de beneficência, o envolvimento em associações locais (estudantis, desportivas, ambientais, de solidariedade social, religiosas), e a colaboração em torno da concretização de objetivos comuns;

- c) **Pessoal** – A participação enquanto espaço de experimentação geradora de aprendizagens, e promotora de capacitação, levando ao desenvolvimento de competências a nível pessoal, social e profissional.

Os excertos na Figura seguinte permitem melhor ilustrar esta conceptualização feita pelos jovens, nas suas próprias palavras.

Figura 8 – Testemunhos dos jovens nos FG sobre o que é, para si, a participação



Embora algumas elaborações tecidas pelos participantes refiram a participação enquanto espaço de aprendizagem e de capacitação, prevalecem sobretudo conceções que remetem para uma ligação clara da participação ao ativismo político e social, e à intervenção comunitária, e destacam-se ainda três ideias essenciais neste ponto:

- i. **Parece haver uma associação escassa, ou mesmo uma dissociação entre a escola e a participação, nos jovens inquiridos.** A escola enquanto espaço de participação é apenas mencionada pelos jovens em 3 dos 13 grupos de trabalho dos FG realizados (e num deles a referência é ao associativismo universitário). Isto poderá indicar que os jovens não veem no meio escolar, onde passam grande parte do seu tempo, oportunidades para participar, não equacionando este espaço como palco para exercer participação, seja envolvendo-se em projetos, seja fazendo-se ouvir;

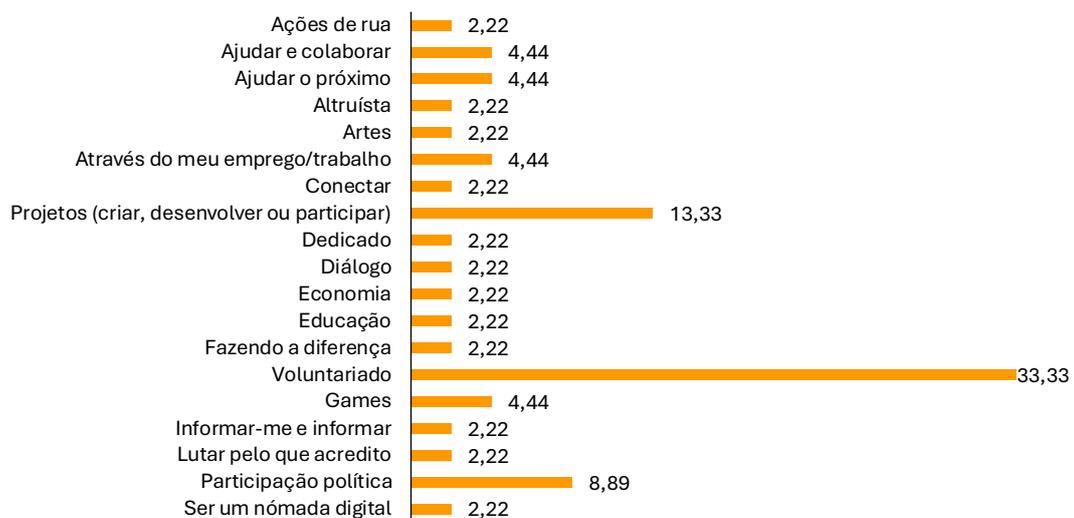
ii. **A comunidade parece ser central na conceção de participação dos jovens** em três dimensões: a) Estes percebem a participação como o poder intervir através de projetos e iniciativas que ajudam a sua comunidade; b) Exercem a participação em associações locais, nas suas áreas de interesse, dentro da comunidade, e c) Vêm a participação como uma oportunidade para desenvolverem ainda mais conhecimento e ligação à comunidade.

iii. **O voluntariado é a forma de exercício de participação mais mencionada.** Nos 13 grupos constituídos, 10 mencionaram o voluntariado como forma de exercício da participação. O tema aparece, por isso, bastante presente no discurso dos jovens dos FG, talvez resultante de ser aquilo que mais praticam e conhecem dada a sua realidade e experiência (foi perceptível que muitos estão ou estiveram envolvidos em ações/projetos de voluntariado), e/ou por ter associada uma componente prática de ligação ao terreno e de intervenção, que proporciona muitas vezes resultados imediatos e que tem, normalmente, objetivos claramente definidos.

2.1.2.2. Formas de exercício da participação cívica e política pelos jovens

Quando questionados os participantes dos FG sobre como preferem de exercer a sua participação na sociedade, e pedido que referissem no que gostavam de participar, as respostas correspondem às conceções próprias que estes apresentam acerca da participação, anteriormente expostas.

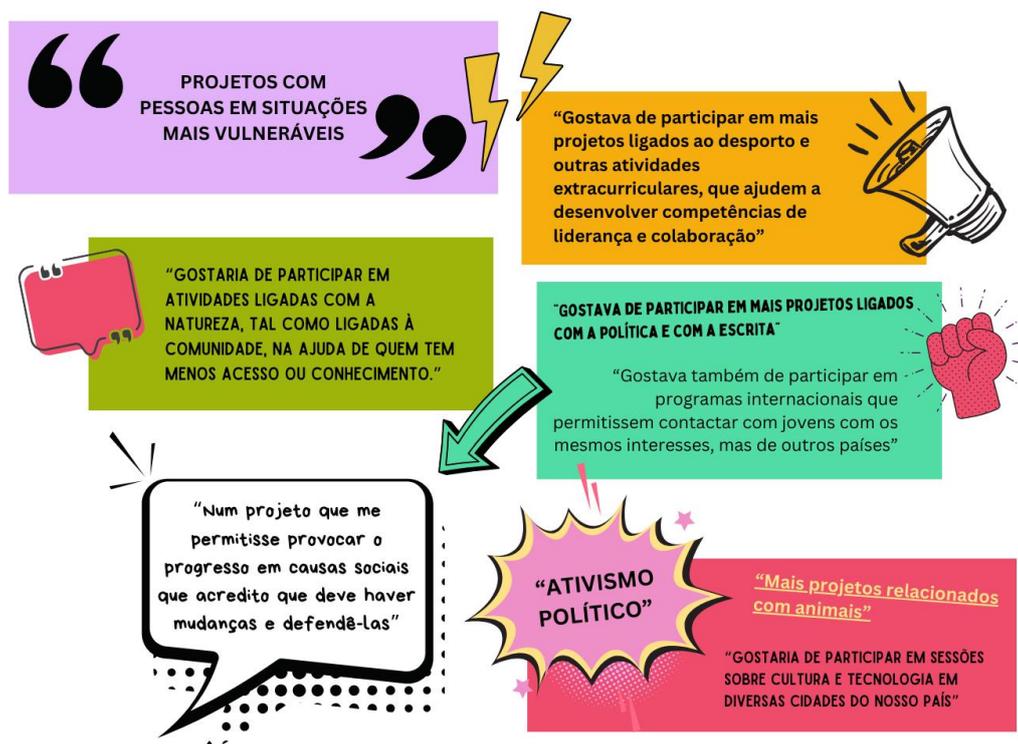
Gráfico 9- Como os jovens gostam de exercer a sua participação na sociedade



Nas respostas à primeira questão, no Gráfico 9, percebe-se que a participação em ações de voluntariado (33,33%, resposta repetida 15 vezes) e em projetos (13,33%, 6), são os aspetos que mais motivam a participação os jovens inquiridos neste exercício, seguindo-se a participação política (8,89%, 4). Quanto aos projetos, os jovens referem que gostariam de poder criar, desenvolver e participar nos mesmos.

Quando questionados sobre no que gostavam de participar, as respostas partilhadas nos FG levam-nos a perceber alguns temas de interesse, assim como tipos de atividades/ iniciativas, reforçando as ideias anteriormente partilhadas.

Figura 9 - No que os jovens gostavam de poder participar (recolhido nos FG)



Assim, os dados sugerem, por parte destes participantes:

- i. Vontade de estar ligados à comunidade e a projetos e ações de voluntariado, realizando ações práticas.
- ii. Interesse em realizar intercâmbios de conhecimento com outros jovens;
- iii. Inclinação para ser mobilizados por determinados temas, nomeadamente relacionados com o ambiente e a natureza, cultura, tecnologia, desporto, associativismo, mas também questões relacionadas com o seu dia-a-dia (ex.: literacia financeira), política, saúde e sexualidade. Este tópico será mais aprofundado no ponto 2.3.2.4.

No questionário aplicado aos jovens, foi também introduzido este tema, através das questões C1 e C2. A questão C1 remete para a pertença e participação ativa em grupos ou associações que funcionam como facilitadores da participação cívica e política, sendo solicitado aos inquiridos que indicassem se têm ou tiveram qualquer tipo de relação com os grupos e entidades enunciados numa lista. Para responder, os inquiridos deveriam utilizar uma escala de 1 a 5 em que 1. Nunca pertenci, 2. Pertenci, mas deixei de pertencer, 3. Pertenço, mas não participo ativamente, 4. Pertenço e participo ativamente

Para a análise desta questão, foi criada uma variável compósita que resulta da média das respostas dadas a cada um dos 14 itens da mesma, e a qual foi denominada de “Pertença a grupos facilitadores da participação”^x. A tabela que se segue apresenta a estatística descritiva das respostas à questão C1 e respetiva variável compósita. De modo geral é possível verificar que, **no geral, os**

^x Esta nova variável apresenta uma consistência interna (alfa de Cronbach) de .80

participantes do estudo indicam nunca ter pertencido a grupos facilitadores da participação cívica, ou terem pertencido e não pertencer atualmente (M = 1,52, DP = 0,51). Ainda assim, podemos verificar que pertencer a um clube ou grupo desportivo é a pontuação média mais elevada (M = 2,02; DP = 1,03).

Tabela 8 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão C1 e respetiva variável compósita

	M	DP	Mínimo/Máximo
C1 - Pertença a grupos facilitadores da participação	1,52	0,51	1/4
1. Grupo ou movimento social	1,68	1,04	1/4
2. Grupo de escuteiros/escoteiros	1,33	0,76	1/4
3. Associação de estudantes	1,66	0,89	1/4
4. Associação juvenil	1,67	1,05	1/4
5. Associação ambiental	1,34	0,77	1/4
6. Associação ou grupo de moradores	1,19	0,62	1/4
7. Associação ou grupo cultural	1,58	1,00	1/4
8. Associação ou grupo de solidariedade social	1,62	1,00	1/4
9. Paróquia ou associação religiosa	1,74	1,01	1/4
10. Clube ou grupo desportivo	2,02	1,03	1/4
11. Associação ou grupo recreativo	1,45	0,88	1/4
12. Sindicato	1,13	0,54	1/4
13. Associação ou ordem profissional	1,25	0,71	1/4
14. Partido político	1,39	0,91	1/4

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

Em termos de diferenças entre género, o masculino apresenta níveis significativamente mais elevados de pertença e participação em associações desportivas, sindicatos, associações ou ordens profissionais, e partidos políticos, quando comparado com o género feminino⁵⁰.

Os participantes de aldeias ou zonas rurais têm índices de participação mais elevados em associações culturais, associações religiosas, e partidos políticos, comparativamente com os que habitam em subúrbios ou arredores de uma grande cidade.

Em função do tipo de localidade de residência também é possível constatar diferenças significativas na participação ou pertença a associações culturais, religiosas, e partidos políticos⁵¹. Mais especificamente, os participantes de aldeias ou zonas rurais têm índices de participação em elevados em associações culturais, associações religiosas, e

partidos políticos⁵², por comparação com os que habitam em subúrbios ou arredores de uma grande cidade. Estes participantes apresentam igualmente maiores níveis de participação em associações religiosas, e partidos políticos⁵³ que os habitantes de grandes cidades. Por fim, são também os participantes deste tipo de localidade que apresentam maiores valores de participação e pertença a partidos políticos, quando comparados como habitantes de grandes vilas ou cidades e de vilas ou pequenas cidades⁵⁴.

A análise das diferenças em função da situação perante o emprego revela que existem disparidades significativas na participação e pertença a grupos ou movimentos sociais, associações juvenis, associações ou grupos culturais, associações ou ordens profissionais, e partidos políticos⁵⁵. Mais especificamente, é possível verificar que os participantes somente trabalhadores apresentam níveis de pertença e participação significativamente mais elevados que os estudantes em grupos ou movimentos sociais juvenis, associações ou ordens profissionais, e partidos políticos⁵⁶. Também os trabalhadores-estudantes apresentam níveis mais favoráveis de pertença e participação por comparação com os participantes que só se encontram a estudar, nomeadamente no que respeita a grupos ou movimentos sociais e associações ou grupos culturais. Para além disso, os seus valores também são significativamente mais elevados que os dos participantes desempregados e à procura de um novo emprego na pertença a grupos ou movimentos sociais⁵⁷.

Os participantes que se encontram empregados, ou que são trabalhadores-estudantes apresentam níveis de participação e pertença maiores a alguns grupos facilitadores da mesma, do que os estudantes, desempregados, ou à procura de novo emprego.

Se analisarmos as respostas de acordo com os diferentes níveis de educação, é possível verificar que os participantes de níveis educativos mais elevados tendem a, na sua generalidade, registar maior índice de participação e presença em grupos ou associações facilitadoras da participação cívica do que os do 3º Ciclo do Ensino básico e Ensino Secundário, à exceção da ligação a grupos desportivos.

Se analisarmos as respostas de acordo com os diferentes níveis de educação, é possível verificar que os participantes de níveis educativos mais elevados tendem a, na sua generalidade, registar maior índice de participação e presença em grupos ou associações facilitadoras da participação cívica (C1), e especificamente no que se refere à participação em grupos ou movimentos sociais e associações ou ordens profissionais⁵⁸.

Neste sentido, os participantes com Mestrado ou Doutoramento apresentam maiores índices de pertença e participação geral (C1) que os indivíduos com 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário⁵⁹. Esta tendência também se verifica na comparação entre os participantes com Licenciatura e aqueles com 3º ciclo de Ensino Básico e Ensino Secundário⁶⁰. Numa análise mais específica para cada um dos tipos de grupos ou associações apresentadas no inquérito, é possível verificar diferenças significativas e positivas para os índices de participação dos indivíduos com Mestrado ou Doutoramento em grupos ou movimentos sociais, associações ou ordens profissionais e partidos políticos, quando comparados com participantes do 3º ciclo⁶¹. Estes também apresentam valores mais elevados quando comparados com os participantes com Ensino Secundário, nomeadamente no que respeita à participação e pertença a grupos ou movimentos sociais, e associações ou ordens profissionais⁶². É possível destacar ainda os valores significativamente mais elevados de pertença a associações ou ordens profissionais dos participantes com Mestrado ou Doutoramento, por comparação com os indivíduos com Licenciatura⁶³.

O único tipo de grupo em que os níveis educativos mais baixos tendem a apresentar maiores níveis de participação quando comparado com os níveis mais elevados refere-se aos clubes ou grupos desportivos⁶⁴. Para este caso, os participantes com 3º ciclo do Ensino Básico apresentam maiores níveis de participação e pertença que os indivíduos com Ensino Secundário, Licenciatura e Mestrado e Doutoramento⁶⁵.

Finalmente, as análises de correlação bivariada revelam:

- i. As associações positivas entre a idade e a participação em grupos ou movimentos sociais, grupos de escuteiros, associações ou grupos culturais, associações ou grupos de solidariedade social, associações ou grupos recreativos, associações ou ordens profissionais e partidos políticos⁶⁶, sugerem que **são os participantes mais velhos que irão, com maior probabilidade, pertencer a estes grupos;**
- ii. As relações negativas e significativas encontradas nas análises indicam que participantes mais novos serão os que têm um maior nível de associação a paróquias ou associações religiosas e a clubes ou grupos desportivos⁶⁷.

A questão C2 solicitava aos inquiridos que indicassem qual o seu grau de conhecimento ou relação com as formas de participação cívica e política listadas. A resposta implicava uma classificação numa escada de 1 a 5 em que 1. Desconheço a existência; 2. Não responde aos meus interesses; 3. Nunca exerci e nunca o faria; 4. Nunca exerci, mas poderia tê-lo feito; 5. Exerci há mais de um ano; 6. Exerci durante o último ano.

Para análise das respostas à questão C2, foi criada uma variável compósita com a denominação “Participação cívica e política”, que reúne as respostas a 19 itens^{xi}. Na Tabela infra é possível realizar a leitura da análise descritiva dos itens referentes à questão C2 e da variável compósita que representa a participação cívica global. Considerando a média apresentada pela variável compósita, afere-se que os participantes respondem tendencialmente nunca ter exercido, apesar de terem tido oportunidade ou inclusive ter participado em iniciativas cívicas e políticas há mais de um ano (M = 3,35, DP = 1,21).

Os participantes respondem tendencialmente nunca ter exercido, apesar de terem tido oportunidade ou inclusive ter participado em iniciativas cívicas e políticas há mais de um ano.

Entre todas as formas de participação apresentadas pelo questionário, como se expõe na Tabela 9, as que contam com níveis mais elevados são o voluntariado, seguido de assinar uma petição, votar nas eleições, e participar numa recolha de alimentos ou de fundos para uma causa. Por outro lado, as formas com menores níveis médios de participação são apresentar uma queixa ao provedor de justiça, participar num encontro de moradores, e participar num boicote à compra de certos produtos.

^{xi} Apresenta um Alfa de Cronbach de .94

Tabela 9 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão C2 e respetiva variável compósita

	M	DP	Mínimo/Máximo
C2 – Participação cívica e política	3,35	1,21	1/6
1. Participei numa sessão de assembleia de freguesia	2,80	1,54	1/6
2. Participei numa reunião pública de câmara municipal	2,91	1,57	1/6
3. Participei numa sessão de assembleia municipal	2,96	1,59	1/6
4. Participei numa consulta pública	2,80	1,63	1/6
5. Votei nas eleições	4,25	1,85	1/6
6. Participei numa iniciativa promovida pelo IPDJ	3,25	2,00	1/6
7. Apresentei uma queixa ao provedor de justiça	2,44	1,41	1/6
8. Apresentei uma queixa a uma entidade reguladora	2,76	1,61	1/6
9. Assinei uma petição	4,38	1,85	1/6
10. Fiz voluntariado	4,66	1,63	1/6
11. Participei num orçamento participativo	3,36	1,85	1/6
12. Participei num comício político	2,64	1,62	1/6
13. Participei num boicote à compra de certos produtos	2,56	1,59	1/6
14. Participei numa recolha de alimentos ou de fundos para uma causa	4,24	1,76	1/6
15. Participei num encontro ou conferência	3,78	2,01	1/6
16. Participei num fórum ou debate político na internet	3,04	1,77	1/6
17. Participei num protesto, marcha ou manifestação	3,39	1,82	1/6
18. Participei num encontro de moradores	2,52	1,55	1/6
19. Publiquei, comentei ou partilhei conteúdos sobre questões políticas na Internet (redes sociais, blogs...)	3,75	1,99	1/6

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

Quando comparados os **gêneros**, é possível constatar que o feminino apresenta níveis de participação cívica e política globais (C2) significativamente mais elevados que o masculino. Mais especificamente, podemos constatar estas diferenças no que se refere ao exercício de voto nas eleições, assinar petições, realizar voluntariado, participar no orçamento participativo, participar na recolha de alimentos ou de fundos para uma causa, e participar num protesto, marcha ou

Quando comparados os gêneros, é possível constatar que o feminino apresenta níveis de participação cívica e política globais significativamente mais elevados que o masculino.

manifestação⁶⁸.

Se olharmos para os valores médios das respostas dos participantes em função do **tipo de localidade onde residem**, não existem diferenças significativas entre grupos. Isto sugere que a tipologia de residência não deverá ser um fator determinante para encontrarmos diferenças nos níveis de participação cívica e política, quer do ponto de vista global (C2), quer para qualquer dos tipos apresentados nos itens da questão C2.

Por outro lado, se analisarmos as respostas em função da **situação perante o emprego**, parece haver diferenças para a participação em termos globais (C2) e para todos os tipos apresentados, com exceção para a participação no orçamento participativo. No que se refere à participação cívica e política global (C2), os participantes que se encontram somente a estudar, apresentam níveis de participação significativamente mais baixos por comparação com os trabalhadores, e trabalhadores-estudantes⁶⁹.

No que se refere à participação cívica e política global, os participantes que se encontram somente a estudar, apresentam níveis de participação significativamente mais baixos por comparação com os trabalhadores e trabalhadores-estudantes.

A Tabela 10 permite-nos analisar detalhadamente as diferenças significativas encontradas na participação cívica e política em função da situação perante o emprego, sendo os grupos envolvidos os estudantes, trabalhadores, trabalhadores-estudantes, indivíduos a frequentar cursos de formação profissional, desempregados à procura do primeiro emprego e desempregados à procura de novo emprego.

De modo geral, os resultados apontam para uma maior participação cívica e política por parte dos trabalhadores, por comparação com os estudantes e, para alguns dos tipos de participação, por comparação com os desempregados à procura de primeiro emprego ou indivíduos a frequentar cursos de formação profissional.

Tabela 10 - Diferenças significativas em função do nível da situação perante o emprego para cada forma de participação cívica e política apresentada na questão C2

	T	E	T-E	D1	DN	CP		
	M	M	M	M	M	M	F	p
1. Participei numa sessão de assembleia de freguesia	2,52 ^a	3,54 ^{a,b}	3,07 ^b				6,4	.00
2. Participei numa reunião pública de câmara municipal	2,67 ^a	3,69 ^a					5,7	.00
3. Participei numa sessão de assembleia municipal	2,67 ^a	3,76 ^a					6,6	.00
4. Participei numa consulta pública	2,52 ^a	3,62 ^{a,b}	3,29 ^b	2,86 ^a			7,3	.00
5. Votei nas eleições	3,68 ^a	5,48 ^{a,b}	4,87 ^b		4,13 ^b	5,41 ^a	17,3	.00
6. Participei numa iniciativa promovida pelo IPDJ	3,06 ^a	3,79 ^a					2,1	.04
7. Apresentei uma queixa ao provedor de justiça	2,30 ^a	2,83 ^a					2,6	.00
8. Apresentei uma queixa a uma entidade reguladora	2,55 ^a	3,29 ^{a,b}	3,23 ^b				13,8	.00
9. Assinei uma petição	4,11 ^a	4,98 ^{a,b}	4,86 ^b				5,0	.00
10. Fiz voluntariado	4,48 ^a	5,12 ^a					3,4	.00
11. Participei num orçamento participativo	Não se registam diferenças significativas							
12. Participei num comício político	2,41 ^a	3,27 ^a		2,67 ^a			4,9	.00
13. Participei num boicote à compra de certos produtos	2,36 ^a	3,07 ^a					3,7	.00
14. Participei numa recolha de alimentos ou de fundos para uma causa	4,07 ^a	4,62 ^a					3,8	.00

15. Participei num encontro ou conferência	3,42 ^a	4,73 ^{a,b}	4,32 ^b				7,0	.00
16. Participei num fórum ou debate político na internet	2,74 ^a	3,77 ^{a,b}	3,76 ^b				6,1	.00
17. Participei num protesto, marcha ou manifestação	3,20 ^a	3,98 ^a					3,1	.00
18. Participei num encontro de moradores	2,37 ^a	2,91 ^a					2,9	.00
19. Publiquei, comentei ou partilhei conteúdos sobre questões políticas na Internet (redes sociais, blogs...)	3,52 ^a	4,23 ^{a,b}	4,36 ^b				3,7	.00

Nota: 95% C.I.; Diferenças significativas entre os grupos são assinalados com uma letra igual junto do valor médio. Só constam as médias de grupos que se diferenciam de pelo menos um outro agrupamento.

Legenda: M = Média; T = Trabalhador; E = Estudante; T-E = Trabalhador-Estudante; D1 = Desempregado à procura de 1º emprego; DN = Desempregado à procura de novo emprego; CP = a frequentar um curso profissional

No mesmo sentido, **parecem existir diferenças significativas na participação cívica e política em função do nível educativo**, sendo que os níveis mais elevados apresentam valores médios de participação mais elevados em termos globais (C2) e para todos os tipos apresentados na questão, como indica a Tabela 11. Assim,

- os indivíduos com 3º ciclo do Ensino Básico apresentam níveis significativamente mais baixos por comparação com os participantes com Licenciatura e Mestrado ou Doutoramento⁷⁰.
- também os participantes com Ensino Secundário apresentam níveis menos favoráveis de participação global, por comparação com os indivíduos com Licenciatura, e Mestrado ou Doutoramento⁷¹.

Tabela 11 - Diferenças significativas em função do nível de educação para cada forma de participação cívica e política apresentada na questão C2

	3º Ciclo	E.S.	LIC	M/D		
	M	M	M	M	F	p
1. Participei numa sessão de assembleia de freguesia	2,28 ^a	2,58 ^b	3,28 ^{a,b,c}	3,57 ^{a,b}	13,6	.00
2. Participei numa reunião pública de câmara municipal	2,48 ^a	2,63 ^b	3,44 ^{a,b,c}	3,55 ^{a,b}	11,5	.00
3. Participei numa sessão de assembleia municipal	2,40 ^a	2,67 ^b	3,55 ^{a,b,c}	3,72 ^{a,b}	15,6	.00
4. Participei numa consulta pública	2,48 ^a	2,45 ^b	3,20 ^{a,b,c}	3,79 ^{a,b}	12,3	.00
5. Votei nas eleições	2,48 ^a	3,89 ^{a,b}	5,50 ^{a,b,c}	5,57 ^{a,b}	83,2	.00
6. Participei numa iniciativa promovida pelo IPDJ	2,92 ^a	2,86 ^b	3,78 ^{a,b,c}	4,07 ^{a,b}	8,8	.00
7. Apresentei uma queixa ao provedor de justiça	2,14 ^a	2,22 ^b	2,82 ^{a,b,c}	2,89 ^{a,b}	7,2	.00
8. Apresentei uma queixa a uma entidade reguladora	2,34 ^a	2,53 ^b	3,21 ^{a,b,c}	3,32 ^{a,b}	8,1	.00
9. Assinei uma petição	3,08 ^a	4,30 ^a	5,25 ^{a,b,c}	5,06 ^{a,b}	30,2	.00
10. Fiz voluntariado	4,22 ^a	4,41 ^b	5,23 ^{a,b,c}	5,13 ^{a,b}	10,1	.00
11. Participei num orçamento participativo	2,98 ^a			3,84 ^a	3,0	.01
12. Participei num comício político	2,23 ^a	2,45 ^b	2,97 ^{a,b}	3,38 ^{a,b}	8,0	.00
13. Participei num boicote à compra de certos produtos	2,08 ^a	2,39 ^b	2,98 ^{a,b}	3,16 ^{a,b}	8,7	.00
14. Participei numa recolha de alimentos ou de fundos para uma causa	3,60 ^a	4,12 ^{a,b}	4,75 ^{a,b}	4,73 ^a	9,0	.00
15. Participei num encontro ou conferência	2,74 ^a	3,41 ^a	4,67 ^{a,b}	5,01 ^{a,b}	26,5	.00

16. Participei num fórum ou debate político na internet	2,51 ^a	2,75 ^b	3,54 ^{a,b}	4,00 ^{a,b}	12,1	.00
17. Participei num protesto, marcha ou manifestação	2,84 ^a	3,17 ^b	3,90 ^{a,b}	4,21 ^{a,b}	10,3	.00
18. Participei num encontro de moradores	2,28 ^a	2,30 ^b	2,99 ^{a,b}		6,4	.00
19. Publiquei, comentei ou partilhei conteúdos sobre questões políticas na Internet (redes sociais, blogs...)	2,97 ^a	3,69 ^{a,b}	4,17 ^a	4,55 ^{a,b}	9,6	.00

Nota: 95% C.I.; Diferenças significativas entre os grupos são assinalados com uma letra igual junto do valor médio. Só constam as médias de grupos que se diferenciam de pelo menos um outro agrupamento.

Legenda: M = Média; E.S. = Ensino Secundário; LIC = Licenciatura; M/D= Mestrado ou Doutoramento;

A Tabela 12 permite uma leitura mais completa e detalhada das diferenças significativas encontradas em função do nível de educação para cada uma das formas de participação apresentadas na questão C2, e que envolvem sobretudo os participantes com 3º ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário, Licenciatura e Mestrado ou Doutoramento. De modo geral, os resultados sugerem que um **nível mais elevado de educação está relacionado com maior participação cívica e política para todas formas de exercer a participação** apresentadas no questionário.

Tabela 12 - Diferenças significativas em função do nível de educação para cada uma das formas de participação cívica e política apresentadas na questão C2.

	3º Ciclo	E.S.	LIC	M/D		
	M	M	M	M	F	p
1. Participei numa sessão de assembleia de freguesia	2,28 ^a	2,58 ^b	3,28 ^{a,b,c}	3,57 ^{a,b}	13,6	.00
2. Participei numa reunião pública de câmara municipal	2,48 ^a	2,63 ^b	3,44 ^{a,b,c}	3,55 ^{a,b}	11,5	.00
3. Participei numa sessão de assembleia municipal	2,40 ^a	2,67 ^b	3,55 ^{a,b,c}	3,72 ^{a,b}	15,6	.00
4. Participei numa consulta pública	2,48 ^a	2,45 ^b	3,20 ^{a,b,c}	3,79 ^{a,b}	12,3	.00

5. Votei nas eleições	2,48 ^a	3,89 ^{a,b}	5,50 ^{a,b,c}	5,57 ^{a,b}	83,2	.00
6. Participei numa iniciativa promovida pelo IPDJ	2,92 ^a	2,86 ^b	3,78 ^{a,b,c}	4,07 ^{a,b}	8,8	.00
7. Apresentei uma queixa ao provedor de justiça	2,14 ^a	2,22 ^b	2,82 ^{a,b,c}	2,89 ^{a,b}	7,2	.00
8. Apresentei uma queixa a uma entidade reguladora	2,34 ^a	2,53 ^b	3,21 ^{a,b,c}	3,32 ^{a,b}	8,1	.00
9. Assinei uma petição	3,08 ^a	4,30 ^a	5,25 ^{a,b,c}	5,06 ^{a,b}	30,2	.00
10. Fiz voluntariado	4,22 ^a	4,41 ^b	5,23 ^{a,b,c}	5,13 ^{a,b}	10,1	.00
11. Participei num orçamento participativo	2,98 ^a			3,84 ^a	3,0	.01
12. Participei num comício político	2,23 ^a	2,45 ^b	2,97 ^{a,b}	3,38 ^{a,b}	8,0	.00
13. Participei num boicote à compra de certos produtos	2,08 ^a	2,39 ^b	2,98 ^{a,b}	3,16 ^{a,b}	8,7	.00
14. Participei numa recolha de alimentos ou de fundos para uma causa	3,60 ^a	4,12 ^{a,b}	4,75 ^{a,b}	4,73 ^a	9,0	.00
15. Participei num encontro ou conferência	2,74 ^a	3,41 ^a	4,67 ^{a,b}	5,01 ^{a,b}	26,5	.00
16. Participei num fórum ou debate político na internet	2,51 ^a	2,75 ^b	3,54 ^{a,b}	4,00 ^{a,b}	12,1	.00
17. Participei num protesto, marcha ou manifestação	2,84 ^a	3,17 ^b	3,90 ^{a,b}	4,21 ^{a,b}	10,3	.00
18. Participei num encontro de moradores	2,28 ^a	2,30 ^b	2,99 ^{a,b}		6,4	.00
19. Publiquei, comentei ou partilhei conteúdos sobre questões políticas na Internet (redes sociais, blogs...)	2,97 ^a	3,69 ^{a,b}	4,17 ^a	4,55 ^{a,b}	9,6	.00

Nota: 95% C.I.; Diferenças significativas entre os grupos são assinalados com uma letra igual junto do valor médio. Só constam as médias de grupos que se diferenciam de pelo menos um outro agrupamento.

Legenda: M = Média; E.S. = Ensino Secundário; LIC = Licenciatura; M/D= Mestrado ou Doutoramento.

As análises correlacionais revelam associações positivas e significativas entre a idade e a participação cívica e política global (C2), bem como para com todos os tipos de participação apresentados na questão C2. Isto sugere que **quanto maior a idade dos participantes, maior será o nível de participação cívica e política.**

A Tabela que se apresenta de seguida permite a leitura completa dos resultados das análises de correlação entre a idade e os itens da questão C2.

Tabela 13 - Correlações bivariadas entre a idade dos participantes e os diferentes itens da questão C2.

	r	p
C2 – Participação cívica e política	.37	< .01
1. Participei numa sessão de assembleia de freguesia	.31	< .01
2. Participei numa reunião pública de câmara municipal	.28	
3. Participei numa sessão de assembleia municipal	.32	< .01
4. Participei numa consulta pública	.28	< .01
5. Votei nas eleições	.66	< .01
6. Participei numa iniciativa promovida pelo IPDJ	.21	< .01
7. Apresentei uma queixa ao provedor de justiça	.21	< .01
8. Apresentei uma queixa a uma entidade reguladora	.26	< .01
9. Assinei uma petição	.39	< .01
10. Fiz voluntariado	.20	< .01
11. Participei num orçamento participativo	.13	< .01
12. Participei num comício político	.23	< .01
13. Participei num boicote à compra de certos produtos	.25	< .01
14. Participei numa recolha de alimentos ou de fundos para uma causa	.22	< .01
15. Participei num encontro ou conferência	.38	< .01
16. Participei num fórum ou debate político na internet	.28	< .01
17. Participei num protesto, marcha ou manifestação	.23	< .01
18. Participei num encontro de moradores	.20	< .01
19. Publiquei, comentei ou partilhei conteúdos sobre questões políticas na Internet (redes sociais, blogs...)	.23	< .01

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

Na questão C3 os inquiridos puderam referir, em resposta aberta, de entre as opções mencionadas na C2, quais as formas de participação cívica e política que consideravam menos e mais interessantes, o que permitiu consolidar as tendências de resposta anteriormente verificadas. A Tabela 14, infra, refere as percentagens de resposta para cada opção, revelando que **as formas de participação consideradas menos interessantes** pelos inquiridos (ou seja, mais vezes referidas), foram: Participar num encontro de moradores (12,63%; 97 respostas), num comício político (11,98%; 92), Publicar comentar ou partilhar conteúdos sobre questões políticas na Internet (8,72%; 67) e Participar num boicote à compra de certos produtos (7,55%, 58). Verificou-se que alguns participantes optaram por escrever outras respostas, sendo que: 3,39% (26) dos participantes escreveu não ter interesse por política em geral, 2,73% (21) acusou desinteresse por todas as formas de participação listadas na C2, e, em contraponto, numa percentagem muito próxima, 2,47% (19) considerou que todas as formas de participação referidas são importantes para si.

Já quando inquiridos sobre quais as formas de participação que consideram mais interessantes, **os resultados vêm confirmar uma tendência, já verificada anteriormente, de valorização do voluntariado**. 28,86% (228) responderam que essa é a forma mais interessante de participação, sendo a resposta com maior expressão, o que é coincidente com as respostas à C2, e nos FG.

Tabela 14 - Formas de participação consideradas mais e menos interessantes pelos inquiridos (%)

	Menos interessante	Mais interessante
Participar numa sessão de assembleia de freguesia	5,60	3,29
Participar numa reunião pública de câmara municipal	2,99	3,42
Participar numa sessão de assembleia municipal	4,56	3,80
Participar numa consulta pública	1,95	0,38
Votar nas eleições	1,43	13,80
Participar numa iniciativa promovida pelo IPDJ	0,65	0,89
Apresentar uma queixa ao provedor de justiça	2,73	0,13
Apresentar uma queixa a uma entidade reguladora	1,82	0,38
Assinar uma petição	2,21	1,90
Fazer voluntariado	0,78	28,86
Participar num orçamento participativo	1,04	2,15
Participar num comício político	11,98	1,14
Participar num boicote à compra de certos produtos	7,55	0,63
Participar numa recolha de alimentos ou de fundos para uma causa	0,65	4,56

Participar num encontro ou conferência	1,43	2,66
Participar num fórum ou debate político na internet	5,34	3,29
Participar num protesto, marcha ou manifestação	4,95	8,10
Participar num encontro de moradores	12,63	0,89
Publicar, comentar ou partilhar conteúdos sobre questões políticas na Internet (redes sociais, blogs...)	8,72	2,78
Todas as opções propostas são interessantes	2,47	1,01
Nenhumas das opções propostas interessam	2,73	1,39
Assuntos relacionados com a política em geral	3,39	0,00
Igreja e assuntos religiosos	0,39	0,00
Jornais e comunicação social	0,13	0,13
Associativismo, movimentos sociais e envolvimento em grupos	0,00	2,15
Não sei / Não respondo	5,21	4,30
Respostas null /em branco	6,64	7,97

Depois do voluntariado, as formas de participação consideradas mais interessantes pelos respondentes são também condicentes com as respostas à C2:

- Votar nas eleições (13,8%, 109);
- Participar num protesto, marcha ou manifestação (8,10%, 64);
- Participar numa recolha de alimentos ou fundos para uma causa (4,56%, 36).

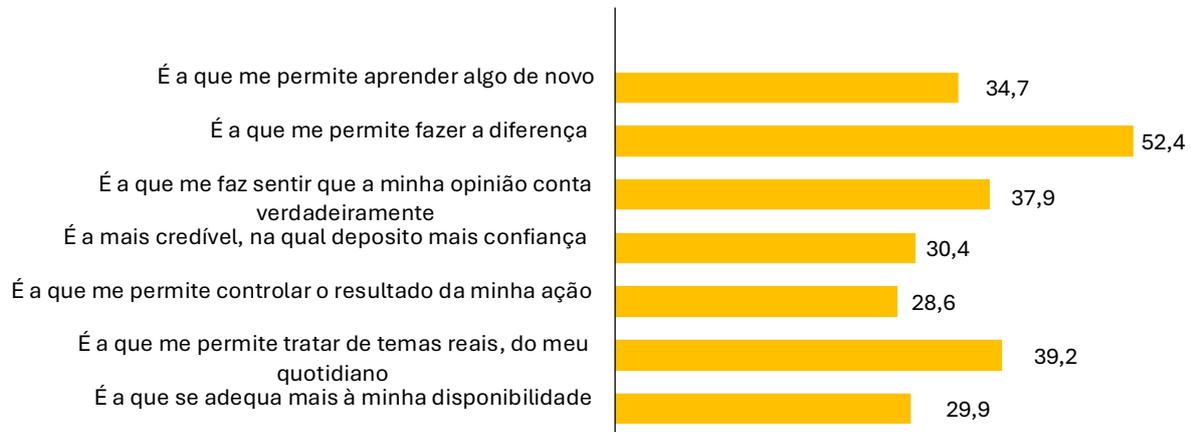
Importa ainda referir que uma média de 27,6 participantes considera que é mais interessante participar em assembleias de freguesia, em reuniões de Câmara, ou em assembleias municipais. As três opções perfazem um total de 10,51% (83) das respostas o que indica que esta percentagem de participantes destacou a participação na vida política a nível local como a forma mais interessante de participação. De notar ainda que a pertença a grupos, movimentos, ou associações, surgem mencionadas (2,15%, 17 respostas) também neste ponto, apesar de não constarem na listagem da C2. Nesta amostra de jovens, menos de 1% dos indivíduos (0,89%; N=7) considera que o envolvimento numa iniciativa promovida pelo IPDJ é uma das formas mais interessantes de participação.

2.1.2.3. Formas e mecanismos de participação mais eficazes e adequados para promover a participação dos jovens

A C4, no inquérito, pretendeu inquirir os jovens sobre quais as razões que os levaram a considerar mais interessantes as formas de participação que elencaram na C3, o que deixa pistas para quais os mecanismos mais eficazes a adotar para promoção da participação juvenil. Na análise global dos resultados, no Gráfico 10, as respostas indicam que mais de metade dos indivíduos (52,4%; N=387) consideram mais interessantes as formas de participação que lhes permitem fazer a diferença, e de

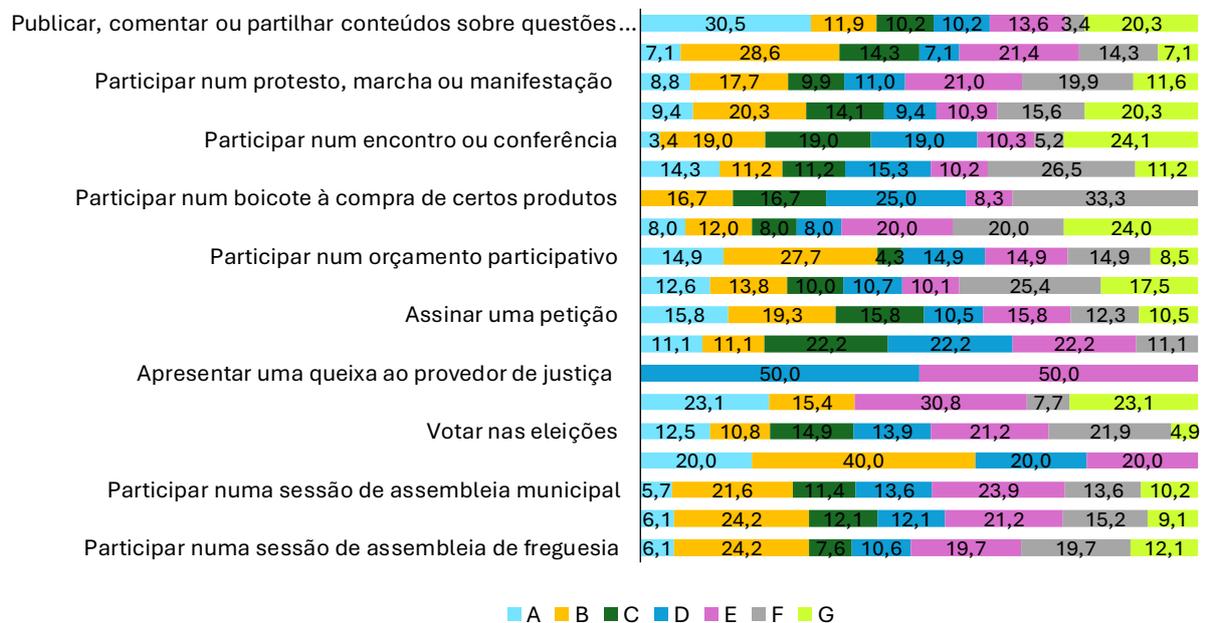
seguida as que possibilitam tratar de temas reais, do seu quotidiano (39,2%; N=289), as que os fazem sentir que a sua opinião conta verdadeiramente (37,9%; N=280), e as que lhes proporcionam novas aprendizagens (34,7%; N=256).

Gráfico 10 - Razões que levam os jovens a considerar, no global, as formas de participação como mais interessantes



Com menos força, próximo ou abaixo dos 30%, foram apontados motivos como o facto de ser a forma de participação mais credível e na qual deposita mais confiança (30,4%; N=224), de ser a abordagem que mais se adequa à sua disponibilidade (29,9%; N=221), e, por fim, o facto de permitir controlar melhor o resultado da sua ação (28,6%, N=211).

Gráfico 11 - Razões para cada abordagem participativa ser considerada interessante



Legenda: A= É a que se adequa mais à minha disponibilidade; B= É a que me permite tratar de temas reais, do meu quotidiano; C= É a que me permite controlar o resultado da minha ação; D= É a mais credível, na qual deposito mais confiança; E= É a que me faz sentir que a minha opinião conta verdadeiramente; F= É a que me permite fazer a diferença; G= É a que me permite aprender algo de novo.

O Gráfico 11 reúne a combinação das respostas C4 e C3, possibilitando compreender as razões que motivaram a escolha de cada uma das formas de participação listadas como mais interessantes.

O voluntariado, que tem sido apontado pelos jovens como uma modalidade preferencial para exercerem participação, é considerado como interessante por ¼ dos inquiridos (25,4%; N=190) devido à percepção de que permite fazer a diferença, e de seguida porque permite aprender algo novo (17,5%, N=131), tratar de temas reais, do seu quotidiano (13,8%; N=103) e também porque se adequa à sua disponibilidade (12,6%; N=94). As razões menos escolhidas são: é o que me permite controlar o resultado da minha ação (10,7%; N=80), é o mais credível, na qual deposito mais confiança e é a abordagem que me faz sentir que a minha opinião conta verdadeiramente (10,0%, N=75 e 10,1%, N=76, respetivamente).

Relembrando o exposto anteriormente na Tabela 14, também o voto nas eleições, participar numa recolha de alimentos ou fundos para uma causa e participar num protesto, marcha ou manifestação, se encontram entre os mecanismos mais interessantes para os jovens. Assim, interessa averiguar as razões dessa maior relevância e, através do gráfico supra, afere-se que a razão mais apontada nas duas primeiras formas de participação se deve a serem as que permitem fazer a diferença (21,9; N=63 e 26,5%; N=26, respetivamente).

As segundas razões com mais relevo são, no caso do voto nas eleições, o facto de fazer sentir que a sua opinião conta verdadeiramente (21,2%; N=61), no caso da recolha de alimentos o facto de que ser considerada pelos inquiridos a forma mais credível e na qual depositam mais confiança (15,3%, N=15) e, na participação em protestos, marchas ou manifestações, a segunda razão mais escolhida prende-se com o facto de ser o mecanismo que permite fazer a diferença (19,9%; N=36).

Quanto a participar numa iniciativa do IPDJ, as três principais razões para ser considerada a forma mais interessante pelos 7 inquiridos que escolheram essa opção, prende-se por considerarem que é a forma de participação que os faz sentir que a sua opinião conta verdadeiramente (30,8%, N=4), e, com proporções iguais (23,1%; N=3), a adequação maior à sua disponibilidade e o permitir novas aprendizagens.

Quando questionadas as entidades com atuação na área de juventude, sobre se consideram que os mecanismos mais tradicionais de participação pública são atrativos para os jovens, não foram totalmente desconsiderados esses mecanismos, mas foi, no entanto, unânime a opinião de que estes não são suficientes para promover uma participação efetiva, ou porque falham em alguns aspetos, ou porque não são atrativos para os jovens, devendo por isso ser melhorados, e complementados com outras tipologias de abordagens.

70% dos jovens consideram que ou não são ouvidos pelos adultos ou, se o são, as suas opiniões não influenciam as decisões tomadas (UNICEF Portugal, 2023).

Numa das entrevistas foi referida a consulta pública “Tenho Voto na Matéria”^{xii}. Além do sentir maioritário dos jovens (70%) consultados de que ou não são ouvidos pelos adultos ou, se o são, as suas opiniões não influenciam as decisões tomadas (UNICEF Portugal, 2023). A entrevistada

destacou duas ideias que lhe parecem essenciais das opiniões expressas nos encontros com o grupo Consultivo de Crianças e Jovens. São elas:

^{xii} A 2ª edição desta consulta data de 2023, tendo o inquérito ficado disponível para preenchimento de 23 de outubro a 11 novembro, com registo final de um total de 11.834 respostas válidas. Este trabalho resultou de uma colaboração da UNICEF Portugal com o seu Grupo Consultivo de Crianças e Jovens e o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.

- a) **Os jovens gostariam que a participação ocorresse nos locais onde normalmente se encontram**, pois é onde se estes sentem mais à vontade (ex.: escolas, espaços de lazer e de convívio, em grupos de pertença, dentro da sua comunidade). Isto não invalida a importância de poderem ser convidados a ter assento em espaços institucionais e formais (o que também é relevante enquanto experiência e aprendizagem), mas evidencia que os promotores da participação juvenil devem procurar adaptar os processos às características dos participantes, sendo os espaços onde estes desenvolvem a sua vida quotidiana, mais consonantes com as suas faixas etárias, e formas de estar, o que é em si facilitador da participação;
- b) **A devolução aos jovens dos resultados dos seus contributos é essencial** para que estes entendam no que se traduziu efetivamente a sua participação, e para que se dissipe a ideia, bastante antagónica ao espírito ativo, de que as suas ideias, opiniões e necessidades, são desconsideradas. Dar a conhecer os efeitos da participação nas decisões tomadas é, em si, um elemento essencial para a manutenção dos processos de participação pública.

Estas opiniões ressoam também nas partilhas de alguns dos restantes entrevistados, que referiram formas de atuação que devem, a seu ver:

- Evitar o uso de linguagem e de ambientes formais com os jovens. Deve-se simplificar e retirar peso institucional aos processos participativos;
- Escolher abordagens que permitam aos participantes contribuir e acompanhar todas as fases do processo. As consultas públicas, utilizadas como exemplo, geram frustração nos jovens, pois já lhes é apresentado o resultado de decisões previamente tomadas, acabando ainda estes por não ser informados sobre de que forma os seus contributos foram, ou não, considerados;
- Inovar na comunicação e nas estratégias para atrair os jovens, em particular sendo referidas as redes sociais, e a utilização de meios audiovisuais como vídeos;
- Ampliar os espaços de participação, permitindo que o encontro entre decisores e jovens decorra através de meios telemáticos;
- Promover o ativismo e o voluntariado (aspeto também bastante enunciado pelos jovens, como já foi anteriormente exposto no presente relatório);
- Denotar maior investimento no planeamento dos processos, e criatividade nas abordagens.

Quando, em complemento, foram questionadas essas entidades sobre quais as formas de participação que consideram então ser mais eficazes e adequadas para promover a participação dos jovens, as opiniões partilhadas reforçam os aspetos já acima enunciados, devendo, segundo os(as) entrevistados(as), ser priorizadas abordagens que:

- Permitam que os jovens sejam ouvidos, e garantam que os próprios podem representar e defender os seus interesses;
- Assegurem que há um cuidado com a gestão das expectativas dos participantes, havendo também um assumir de responsabilidades por parte dos decisores sobre o que se fará com o que resultou dos momentos e processos participativos (considerado essencial para gerar confiança e motivar para a participação);
- Permitiam criar diferentes espaços de participação em função dos tópicos em debate, e com abordagens inclusivas, ou seja, adequando a linguagem e os métodos às diferentes faixas etárias e aos tipos de público;
- Promovam espaços diversificados de diálogo e de encontro entre jovens (ex.: mesas redondas, encontros juvenis);
- Assentem em trabalho prático, e com realização de ações bem definidas e que gerem resultados concretos;
- Promovam espaços de criatividade e de trabalho conjunto;

- Sejam simplificadas, evitando processos burocráticos e complexos que podem gerar desmotivação e dificuldade de participação;
- Sejam definidas com os próprios, respondendo assim às suas motivações e interesses;
- Ampliem os espaços de participação, indo cada vez mais ao encontro dos jovens - neste sentido foi referida ainda a importância de se democratizar a escola, possibilitando que esta seja, cada vez mais, espaço e palco de participação;
- Promovam a capacitação e formação, enquanto aspetos essenciais para gerar massa crítica;
- Fomentem o associativismo;
- Ajudem a redefinir a perceção que os jovens têm do mundo político, que concomitantemente falha em resolver os seus problemas, e em captar o seu interesse (dificuldade notada até mesmo pelas juventudes partidárias).

Quando solicitado que referissem como estão a promover a participação dos jovens, aferiu-se que as abordagens destacadas pelos(as) entrevistados(as) procuram:

- i. Auscultar os jovens e entender quais os temas que mais os mobilizam e preocupam, planeando ações alusivas a esses tópicos:**
 - › Criação e dinamização Grupos Consultivos ou outros constituídos por jovens;
 - › Apresentação das preocupações dos jovens na Assembleia da República, para gerar diálogo destes com os deputados;
 - › Desenvolvimento de planos de ação anuais nas escolas para abordar as preocupações e temas mais evidenciados;
 - › Capacitação dos jovens em torno desses temas, como conversas online, ferramentas digitais, idas à escola de pessoas especializadas nos temas em apreço, e intercâmbios entre jovens de diferentes nacionalidades e países;
 - › Capacitação entre pares, em particular através de: a) Programas de mentoria; b) Publicação de revistas produzidas por jovens; c) Encontros de jovens (organizados por e com jovens); d) Voluntariado jovem na promoção de ações de sensibilização durante o verão em locais onde se encontram os seus pares (ex.: ações sobre segurança rodoviária em discotecas);
- ii. Garantir a articulação e a capacitação de entidades que estão próximas dos jovens, como as escolas e os Municípios:**
 - › Desenvolvimento de ações várias nas escolas para a comunidade escolar sobre temas importantes para os jovens;
 - › Formação para técnicos de juventude locais, em particular apoiando os Municípios na qualificação dos profissionais que trabalham nessa área autárquica;
 - › Dinamização de encontros e de espaços que fomentem a troca de experiências e de conhecimentos entre técnicos de juventude;
 - › Organização de encontros entre jovens e associações juvenis.
- iii. Promover o desenvolvimento de competências de cidadania ativa e literacia cultural (iniciativas referidas pela Direção Regional da Juventude da Madeira):**
 - › Passaporte para que os jovens possam visitar espaços culturais;
 - › Programas implementados nas escolas para promoção da importância da democracia e da participação eleitoral;
 - › Evento europeu para que os jovens possam pensar conjuntamente sobre cidadania cultural;
 - › Debates entre jovens em formato presencial ou online;
 - › Construção de um plano (trabalho jornalístico) sobre a cultura do território, com a mentoria de profissionais de um jornal nacional. 5 dos planos criados são impressos nesse jornal.
- iv. Garantir a capacitação de público jovem em aspetos relacionados com a vida política (Iniciativas referidas pelas juventudes partidárias):**

- › Aproximação ao Ensino Superior e escolas do Ensino Básico e Secundário (foi referido como importante, mas faltou que fossem objetivamente identificadas as abordagens utilizadas);
- › Realização de eventos políticos com uma vertente cultural (espetáculos como chamariz);
- › Interação e recolha de opiniões através das redes sociais;
- › Existência de um coordenador nacional de jovens no partido (característico de um dos partidos entrevistados);
- › Acampamento de jovens com debates;
- › Formação política, sessões e fóruns temáticos;
- › Capacitação dos jovens para os movimentos sociais.

Se analisarmos a tendência de resposta pelas entidades com atuação na área da juventude sobre as formas e mecanismos de participação que consideram mais eficazes para a promoção da participação juvenil, à luz daquilo que são as próprias perceções dos jovens acerca do que deve ser a participação e de como exercem, e gostariam de a exercer, percebemos que em muitos pontos as perspetivas cruzam-se, o que releva a existência de algum alinhamento destas entidades com aqueles que são os interesses dos seus públicos, quiçá fruto das abordagens de proximidade e de procurar corresponder às suas necessidades e motivações.

2.1.3. Desafios à participação dos jovens

Quando questionadas em entrevista, as entidades com atuação na área da juventude sobre quais são os desafios que hoje se colocam à promoção da participação dos jovens, as respostas permitem elencar diferentes tipos de obstáculos, uns mais ligados aos atores envolvidos (com diferentes níveis de decisão e de funções), e outros referentes às abordagens para estimular a participação. Foram, assim, elencados desafios de ordem:

- a) Político-decisória:**
 - › Quem ocupa cargos de poder não legitima ou valoriza a participação dos jovens, nem reconhece a importância de lhes dar voz e espaço para atuação;
 - › Ao nível cultural e artístico, os espaços institucionais estão fechados aos jovens e estes não são tidos como coprodutores de cultura. As instituições deviam encaminhar-se mais no sentido da democracia cultural, possibilitando que os jovens possam exercer formas não instituídas de movimentos artísticos e culturais;
 - › Ao nível do associativismo juvenil, não está consagrada na lei a figura da Associação Juvenil, o que é um impeditivo ao associativismo de jovens menores de 18 anos;
 - › O sistema educativo atual não está orientado para o empoderamento dos jovens. Seria necessária uma reforma que permita uma mudança de paradigma de educação, e que conduza a programas curriculares onde tenham maior assento questões relacionadas com a democracia, o voto e a cidadania;
 - › Existe falta de coesão territorial, com diferenças patentes entre os territórios, o que dificulta o envolvimento dos jovens das zonas interiores e gera desigualdade face aos jovens que habitam no litoral.
- b) Técnica:**
 - › Apontado apenas um ponto, referente ao corpo técnico, que se diz ser pouco capacitado e/ou sensibilizado para a participação.
- c) Metodológica:**
 - › As abordagens participativas passam mais frequentemente pela auscultação/ consulta. Neste sentido, falta criar condições mais favoráveis à participação, inovando nos métodos e nos espaços para que a mesma ocorra;

- › As abordagens escolhidas não permitem um acompanhamento de todo o processo pelos jovens, a quem muitas vezes não são devolvidos os resultados que a sua participação aportou;
 - › Verifica-se uma ausência de soluções que aproximem efetivamente os jovens do Governo Central e da tomada de decisões;
 - › Observa-se inexistência de medidas de discriminação positiva que fomentem o envolvimento de jovens sub-representados que se encontram, por exemplo, em situação de deficiência, ou em localizações remotas.
- d) Societal:**
- › O modelo societário atual, mais focado na componente individual em detrimento da coletiva, é um desafio, no sentido em que os jovens estão mais autocentrados nas suas vidas, e perdem a consciência sobre problemas coletivos que a sociedade enfrenta;
 - › É necessário desenvolver competências nos jovens como o diálogo, a argumentação, a negociação, o espírito crítico, entre outras, impulsionadoras do ativismo;
 - › Na linha do anterior, falta capacitar desde o pré-escolar as gerações mais jovens para serem interventivas futuramente, tornando-as mais cientes, desde cedo, para a importância da cidadania ativa, e munindo-as de espírito crítico;
 - › É especialmente desafiante conseguir captar aqueles que têm menor interesse e estão menos motivados para a participação;
 - › Verifica-se um descrédito dos jovens em relação aos políticos e às instituições, que falham em resolver os problemas estruturais do país (e dos jovens);
 - › As desigualdades socioeconómicas e territoriais dificultam o acesso dos jovens a meios que podem fomentar a sua participação (ex.: internet, material escolar, informação);
 - › Por parte dos jovens lusodescendentes, verifica-se ainda a necessidade de assumirem e aceitarem a riqueza cultural que advém dessa sua condição, e que deveria ser valorizada. Estes jovens encontram ainda dificuldades de inclusão social e de integração quando escolhem regressar a Portugal, devido a dificuldades burocráticas, o que os deixa mais sujeitos a sub-representação nos processos promovidos pelas instituições e pela comunidade.

Curiosamente, alguns dos desafios elencados são também pressupostos essenciais para garantir a implementação de processos participativos, deixando pistas de que pode ser necessário estabelecer condições que são basilares ao desenvolvimento da participação pública dos jovens.

2.2. A LIGAÇÃO DOS JOVENS AO IPDJ

2.2.1. Reconhecimento do IPDJ pelos jovens

Foram questionados os dirigentes e os técnicos do IPDJ de todas as DR sobre se acham que os jovens conhecem ou já ouviram falar do mesmo, verifica-se uma perceção unânime de que os jovens não têm tanto conhecimento acerca do IPDJ quanto existe, por vezes, dos programas que este promove. Denotam ainda alguma confusão por parte dos jovens quando estes associam a promoção de alguns programas a outras entidades.

Congregam-se, de seguida, outras opiniões partilhadas por dirigentes e técnicos acerca da visibilidade do IPDJ junto do seu público:

- i.** É assinalado o papel das redes sociais e das relações de proximidade resultantes do trabalho de terreno, assim como das parcerias locais, para a promoção do IPDJ, mas os canais e estratégias utilizados ainda se revelam insuficientes para garantir maior visibilidade;

- ii. Denota-se sobretudo dificuldade de fazer chegar a comunicação junto dos jovens que se encontram excluídos de movimentos associativos e estudantis, e/ou que residem nas zonas do interior. É exposta alguma preocupação de que as ofertas do IPDJ que poderão atrair e apoiar estes jovens, não estão a chegar ao conhecimento dos mesmos;
- iii. É referido que o conhecimento que existe do IPDJ e dos seus programas advém muitas vezes da promoção e mobilização feita por parceiros, sendo os professores (escolas) particularmente referidos;
- iv. Numa das sessões temáticas com os técnicos, é frisada a ideia de que o IPDJ “compete” com outros programas similares (ideia também já referida nas entrevistas com dirigentes);

Os relatos na Figura 10 ilustram algumas das ideias partilhadas pelos dirigentes e técnicos suprarreferidos.

Figura 10 – Perceção de Dirigentes e Técnicos do IPDJ sobre a visibilidade do mesmo junto dos jovens



A questão D1 do inquérito por questionário, interroga os jovens sobre o seu conhecimento relativamente ao IPDJ (“Sim” ou “Não”). Analisando a totalidade da amostra, 70,1% dos participantes refere já ter ouvido falar do IPDJ (N = 517) e 29,9% diz não ter ouvido falar deste instituto (N = 221).

Na comparação de diferentes grupos não parece haver diferenças significativas entre o sexo masculino e feminino na resposta a esta questão⁷². Também não existem diferenças significativas em função do tipo de localidade de residência dos participantes⁷³.

Porém, parecem existir diferenças entre grupos na resposta a esta questão⁷⁴, nomeadamente, os participantes que se encontram a trabalhar referem ter ouvido falar do IPDJ com maior frequência que aqueles que se encontram só a estudar⁷⁵.

Participantes que se encontram a trabalhar e participantes com nível educativo mais elevado revelam maior reconhecimento do IPDJ.

Para além disso, existem diferenças entre pelo menos dois grupos em função do nível educativo dos participantes, favoráveis aos participantes com nível educativo mais elevado⁷⁶, nomeadamente, parece haver uma diferença significativa no número de participantes com licenciatura que já ouviram falar do IPDJ, por comparação com indivíduos de 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário⁷⁷. Diferenças semelhantes também podem ser encontradas entre os indivíduos com Mestrado ou Doutoramento e os com 3º ciclo de Ensino Básico e Ensino Secundário, apresentando o primeiro grupo mais frequência de valores afirmativos que os restantes.

2.2.2. Experiências dos jovens com o IPDJ

Foi solicitado aos participantes dos *FG* que mencionassem quais foram as suas experiências com o IPDJ, enunciando prós e contras ou seja, aspetos positivos e negativos que consideram relevantes. Algumas das ideias apresentadas foram comuns a todos os *FG* realizados.

Os prós apontados demonstram, primeiramente, a sua experiência no contacto direto com o IPDJ, sendo evidenciado que se sentiram apoiados e bem acolhidos na sua participação nos programas (sendo destacados, no *FG* do Centro, o Voluntariado Jovem nas Florestas, CTI, Euroescola e o Parlamento dos Jovens), e que foram utilizadas dinâmicas interessantes. Por outro lado, evidenciam o que sentiram com a sua participação.

É de referir que os aspetos que enaltecem da sua experiência, mostram alguma ligação com as suas conceções relativamente àquilo que é, para si, a participação, ou seja, os participantes neste exercício escolheram evidenciar aquilo que na sua experiência mais respondeu ou se aproximou do que os motiva. Em suma:

- i. Destacam a experiência de contribuir para colmatar algumas necessidades** na comunidade, ajudando o próximo em ações concretas, através de voluntariado;
- ii. Referem a oportunidade de adquirir aprendizagens e conhecimentos** através da abordagem a novas ideias e conceitos, da articulação entre prática e teoria, da promoção da partilha de ideias, e do contacto com outras pessoas e contextos, o que alargou os seus horizontes;
- iii. Mencionam que permitiu desenvolvimento de novas competências** pessoais, entre elas contribuindo para uma maior autoestima e capacidade de argumentação, além do despertar da consciência cívica, competências comunicacionais, e criatividade;
- iv. Revelam que a experiência os marcou** também sob o ponto de vista das relações interpessoais, pois puderam contactar, relacionar-se e comunicar-se com outras pessoas.

Figura 11 - Excertos de alguns prós e contras da experiência com o IPDJ enunciados pelos jovens



Quando enunciados os contras, **é notada a falta de divulgação das iniciativas do IPDJ**, sendo mesmo salientado que a mesma deve ocorrer o mais cedo possível (na escola). A falta de divulgação e de informação é mencionada em 7 dos 11 grupos de trabalho gerados no decorrer dos FG realizados (63,63%), o que demonstra que é um tema notado transversalmente pelos jovens participantes das diferentes regiões. Este aspeto vem também reforçar a própria perceção de Dirigentes e Técnicos do IPDJ que, como exposto anteriormente, se releva orientada neste mesmo sentido, tendo sido evidenciada alguma fragilidade ao nível da comunicação e visibilidade do IPDJ.

Acerca de outros aspetos negativos:

- › Foi também realçada, em vários momentos, a pouca adesão dos jovens às iniciativas;
- › Em duas regiões (Norte e Alentejo) foi referida a falta de organização;
- › Foi referida a pouca ação ou poucas ferramentas para levar a cabo as iniciativas,
- › Foi criticado o pouco financiamento em alguns projetos, e
- › Foi notada a falta de atividades que promovam mais momentos de discussão conjunta entre os jovens.

2.3. PERCEPÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO IPDJ QUE MAIS CONTRIBUEM PARA A PARTICIPAÇÃO DO JOVENS

2.3.1. Os programas e as diferentes realidades regionais

As entrevistas realizadas aos dirigentes das DR do IPDJ permitiram compreender aspetos que fornecem um enquadramento territorial que emoldura as realidades em que são implementados os

seus programas, congregando também recursos, oportunidades e desafios que poderão, futuramente, vir a ser considerados.



Gostava de ter o superpoder de conseguir ter mais jovens, e não só mais jovens, mas mais população na região (...) Era aquilo que eu mais pedia, uma vez que estamos aqui numa região com uma pirâmide etária invertida. (Entrevista 2)

2.3.1.1. Desafios em cada região

Todas as Direções Regionais implementam os programas em estudo, e algumas, em virtude das suas particularidades territoriais, defrontam-se com dificuldades inerentes às assimetrias regionais, movimentando-se entre alguns dos locais de maior e de menor densidade populacional do país. Acresce algumas particularidades próprias da estrutura e funcionamento do IPDJ e dos programas que levaram a que, nas entrevistas aos(às) DR, fossem destacados os seguintes desafios e dificuldades:

- i. **Mobilização de jovens para a participação**, verificando-se esta particularmente difícil em jovens que não estão sensibilizados para a participação, alguns das zonas urbanas, e/ou que residem em áreas rurais e de interior. Os programas não se encontram adaptados às diferentes assimetrias territoriais, sendo difícil conseguir representação nas zonas de baixa densidade populacional porque são mais despovoadas, e porque apresentam problemas ao nível das telecomunicações e das vias de acesso;
- ii. **Desadequação dos procedimentos administrativos** face à heterogeneidade do movimento associativo. Foi referido que os dirigentes de algumas organizações da sociedade civil (ex.: associações, clubes), não dominam os meios informáticos, e quando as candidaturas têm de ser todas submetidas por via digital, isso gera disparidades no acesso aos programas e apoios. Neste sentido, consideram que seria importante garantir também alguma qualificação do movimento associativo, além da adequação dos meios por parte do IPDJ;
- iii. **Pouca celeridade e eficácia na resposta**. Devido à estrutura e organização interna do IPDJ, as DR sentem pouca autonomia para a tomada de decisão, o que impacta nas relações de proximidade com o território, e na agilização dos processos.
- iv. **Respostas (programas) existentes são desadequados à realidade**, denotando-se a necessidade de repensar a utilidade dos mesmos, e de criar outros que melhor respondam à realidade atual dos jovens. São necessários programas adaptados a cada região, e que considerem as assimetrias territoriais existentes, assim como os diferentes tipos de interesses e de necessidades.



Somos uma região consolidada, mas precisávamos de mais autonomia. Programas ligados ao mar, turismo...temos jovens vocacionados para isso. Precisamos de respostas para essas diferentes realidades. (Entrevista 4)

2.3.1.2. Recursos e oportunidades nas regiões

Quando solicitado aos(às) DR que identificassem alguns recursos e oportunidades nas regiões, foram referidos os seguintes aspetos:

Tabela 15 - Recursos e oportunidades de cada região na perspetiva dos Dirigentes Regionais

Região	Recursos e Oportunidades
Norte	<ul style="list-style-type: none">› Cooperação transfronteiriça acrescenta valor e diferencia, pela ligação a Galiza, Castilla e Leon.› Empreendedorismo e competitividade podem ser valorizados para a coesão e competitividade do território.› Em alguns programas 50% das candidaturas são do Norte (ex.: Parlamento Jovem e Férias em Movimento)
Centro	<ul style="list-style-type: none">› Existem sinergias e parcerias locais, com os Municípios e outras entidades, que vão surgindo e algumas estão consolidadas
Lisboa e Vale do Tejo	<ul style="list-style-type: none">› Centro de Juventude de Lisboa (que é único)
Alentejo	<ul style="list-style-type: none">› Maior região do país, com características que todas as outras não têm: neve, lago artificial, as melhores praias do país, e muitas oportunidades aos jovens.› Região mais diversificada do país em termos de prática de desportos radicais e de natureza› Região com boas condições para oferecer.
Algarve	<ul style="list-style-type: none">› O facto de terem descentralizadas algumas delegações de competência, dá alguma autonomia e possibilita concretizar uma gestão de maior proximidade com o território.

Na região **Norte** são destacados aspetos relacionados com uma forte dinâmica do tecido económico e social por um lado, e, por outro, com a ligação transfronteiriça com Espanha, que pode ser potenciada. Também no **Alentejo** são apontados aspetos relacionados com as características do território, ainda que com maior incidência na sua extensão e na diversidade em termos paisagísticos e naturais, que, por sua vez, tem levado ao desenvolvimento de atividades/ofertas desportivas bastante diversificadas. Foi considerado que tem potencial para ser uma região atrativa, com condições para acolher e providenciar oportunidades para os jovens.

Ao nível da região **Centro**, foi notado o papel das parcerias, que permitem suprimir muitas das necessidades sentidas, congregando-se como um recurso importante.

No que se refere a **Lisboa e Vale do Tejo** e ao **Algarve**, foram evidenciados aspetos muito próprios de estrutura e funcionamento interno das DR, em particular: i) O Centro de Juventude de Lisboa, que é único da DR de Lisboa e Vale do Tejo, possibilitando o desenvolvimento de ações de educação não formal e na área da Educação para os Direitos Humanos, e ii) Mais a sul, foi visto como mais-valia o facto de existirem alguns programas próprios para a região do Algarve, e com a alguma

descentralização de decisões, por uma recente delegação de competências, sentindo-se uma autonomização do trabalho de gestão quotidiana da DR.

2.3.1.3. Parcerias com Municípios e outras entidades locais

Quando questionados os DR sobre como o envolvimento dos Municípios nos programas do IPDJ ajuda a ultrapassar as dificuldades na implementação dos mesmos, e sobre qual a importância estratégica de outros parceiros locais para melhorar a sua execução, percebeu-se que as parcerias locais exercem um papel fundamental para todas as Direções Regionais. As respostas deixam patentes algumas das dificuldades na implementação dos programas, socorrendo-se as Direções Regionais das parcerias para suprimir a necessidade de recursos financeiros e logísticos, o que encerra, em si, uma fragilidade que poderá merecer alguma atenção.

São patentes algumas dificuldades das DR na implementação dos programas, em resultado da escassez de recursos financeiros e materiais, o que encerra, em si, uma fragilidade.

A Tabela 16 permite compreender o tipo de parcerias estabelecidas na implementação dos programas, e a medida exata em que estes estão a suprimir necessidades sentidas pelas DR do IPDJ.

Tabela 16 - Parcerias estabelecidas pelas DR do IPDJ

Entidade	Tipo de parceria
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> › Essenciais para garantir as condições logísticas necessárias à execução dos programas, suprimindo necessidades das DR. (Ex.: Garantia de transporte e de refeições para os participantes em alguns programas, como o Euroescola na fase distrital, e o Parlamento dos Jovens. No Navega(s) em Segurança a Escola oferece o almoço ao voluntário e ao técnico do IPDJ que o acompanha nas ações). › Têm outra capacidade e dispõem de recursos que as DR não têm, além da grande proximidade ao território, e uma maior compreensão sobre as dificuldades. <p>Aspetos negativos apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Sentida a necessidade de melhorar a articulação com as escolas (no domínio de competências dos Municípios), e de as envolver mais. › Foi notado que alguns municípios (ex.: Braga e Vila Nova de Gaia) têm programas semelhantes aos do IPDJ (ex.: OPJovem e Parlamento Jovem), com orçamentos superiores ao total do IPDJ para a área da juventude. Há uma perceção de que os Municípios conseguem fazer melhor, com mais verba disponível, e que é difícil às DR competir com isso.
CCDR	<ul style="list-style-type: none"> › São importantes no desenvolvimento das regiões e com competências em várias temáticas. › Têm proximidade com os órgãos de poder local e com as comunidades.

	<ul style="list-style-type: none"> › Têm conhecimento sobre como mobilizar recursos na região, como transporte e alojamento.
IEFP	<ul style="list-style-type: none"> › Na DR Norte foi evidenciado o trabalho em proximidade com o IEFP, nomeadamente na cooperação transfronteiriça.
ANAFRE	<ul style="list-style-type: none"> › Ainda que não tendo os recursos dos Municípios, as Juntas de Freguesia são muito próximas do território e conhecem os seus habitantes (mobilização de públicos). › Foram parceiros essenciais durante a pandemia.
MOVIJOVEM	<ul style="list-style-type: none"> › Gere as pousadas da juventude, facilitando alojamento. <p>Aspeto negativo mencionado:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Nem sempre é fácil a articulação e envolvimento deste parceiro, considerado essencial.

É unânime nos entrevistados a importância das autarquias, em particular os Municípios que contam com recursos financeiros e logísticos de que as DR não dispõem, providenciando apoio às equipas do IPDJ na execução dos programas.



Os municípios são cada vez mais chamados para acomodar elementos do programa, como a alimentação. Ninguém faz nada sem as câmaras. (Entrevista 5)

Ainda assim, por parte de uma DR, foi notório o sentir que têm de competir com Municípios que executam iniciativas similares, mas com maior capacidade financeira e dispo de outros recursos. Esta ideia de “competição” parece advir do facto de que uma oferta de iniciativas idênticas num mesmo território, oriundas de promotores diferentes, em que

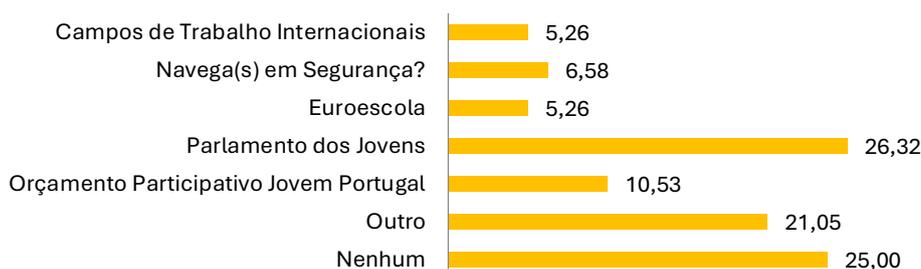
uns dispõem de mais recursos do que outros, gera dispersão de públicos, e, portanto, maior dificuldade na mobilização dos jovens para os programas do IPDJ, o que é particularmente sentido em territórios deprimidos.

2.3.2. Implementação dos programas

2.3.2.1. Conhecimento e participação dos jovens nos programas

Nos FG, procurou-se saber sobre a participação dos jovens nos programas do IPDJ. As respostas, expostas no Gráfico 12 revelaram que ¼ dos participantes desta amostra (25%; N=19) não teve participação em nenhum dos 5 programas ou outros, e 26,32% (N=20) participou no Parlamento dos Jovens. 21,05% (N=16) revelaram ter participado em outros programas. O Orçamento Participativo Jovem Portugal reúne a 4ª maior percentagem de respostas, tendo 10,53% (N=8) respondido ter participado no mesmo. Assim, de entre esta amostra de um total de 76 pessoas, quando houve participação nos 5 programas, o Parlamento dos Jovens e o Orçamento Participativo Jovem Portugal foram os mais referidos. Esta tendência verifica-se também nas respostas aos inquéritos, como exposto adiante.

Gráfico 12 - Respostas nos FG sobre a participação dos jovens nos programas dos IPDJ (%)



A Tabela 17 demonstra as percentagens de respostas em cada um dos FG, destacando-se de seguida algumas ideias em termos de análise.

Tabela 17 - Respostas nos FG sobre a participação nos programas dos IPDJ, por programa e por região (%)

	Norte	Centro	Algarve	Alentejo
Campos de Trabalho Internacionais	0,00	16,00	0,00	0,00
Navega(s) em Segurança?	14,29	4,00	6,45	0,00
Euroescola	0,00	16,00	0,00	0,00
Parlamento dos Jovens	0,00	32,00	35,48	16,67
Orçamento Participativo Jovem Portugal	0,00	12,00	12,90	16,67
Outro	0,00	20,00	29,03	33,33
Nenhum	85,71	0,00	16,13	33,33

Analisadas as respostas supra, é perceptível que:

- Os participantes do Norte revelaram menor participação nos programas do IPDJ - 85,71% (N=12) responderam não ter tido participação em nenhum programa, ao passo que os do Centro são os únicos que revelam ter todos participado em algum dos programas.
- No Centro e no Algarve, um maior número de inquiridos respondeu ter participado no Parlamento dos Jovens (32 e 35,48%, respetivamente);
- Apenas no FG do Centro alguns participantes (16%; N=4) revelam ter participado no Campos de Trabalho Internacionais;
- No Alentejo os jovens revelam, em percentagem igual (33,33%; N=2), não ter participado em nenhum programa, ou ter participado em alguns outros programas do IPDJ.

No inquérito aplicado, a questão D2 é orientada no mesmo sentido de compreender o conhecimento e a participação relativamente aos cinco programas promovidos pelo IPDJ. Para além da análise individual de cada um dos programas mencionados foi também criada uma variável compósita com a média das respostas dadas a esta questão e denominada “Conhecimento e participação em programas do IPDJ”.

Grande parte dos 738 participantes no estudo por inquérito, não conhece os programas do IPDJ que mais contribuem para a participação dos jovens, ou se os conhece, nunca teve participação nos mesmos.

Os valores médios da globalidade da escala (D2) indica que **grande parte dos participantes do estudo não conhece os programas referidos na questão, ou conhece, mas nunca participou** (M = 1,57, DP = 0,45). Numa análise mais detalhada sobre cada um dos programas, é possível destacar, pelos seus valores mais elevados o Parlamento dos Jovens (M = 1,78, DP = 0,68) e o Orçamento Participativo Jovem Portugal (M = 1,85, DP = 0,74). A Tabela infra permite a leitura dos valores médios para cada um dos programas, bem como da respetiva variável compósita.

Tabela 18 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão D2.

	M	DP	Mínimo/Máximo
D2 - Conhecimento e participação em programas do IPDJ	1,57	0,45	1/3
Campos de Trabalho Internacionais	1,29	0,50	1/3
Euroescola	1,39	0,56	1/3
Navega(s) em Segurança?	1,56	0,71	1/3
Orçamento Participativo Jovem	1,78	0,74	1/3
Parlamento dos Jovens	1,85	0,68	1/3

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

São precisamente nestes dois programas onde conseguimos observar diferenças significativas entre as respostas dadas pelo género masculino e feminino. Mais especificamente, **o género feminino parece apresentar um maior conhecimento do Orçamento Participativo Jovem Portugal e do Parlamento dos Jovens**⁷⁸, por comparação com o género masculino.

Por outro lado, a comparação entre as respostas dadas por participantes de diferentes tipos de localidade não revelou diferenças significativas, quer para o conhecimento e participação global nos programas promovidos pelo IPDJ (D2), quer para os programas mencionados no questionário.

Ao analisar as respostas em função da situação dos participantes perante o emprego, é possível verificar a existência de diferenças significativas entre pelo menos dois grupos no que respeita ao conhecimento e participação aos Campos de Trabalho Internacionais⁷⁹. Especificamente, os participantes que se encontram a trabalhar apresentam maior nível de conhecimento e participação⁸⁰, em comparação com os que se encontram somente a estudar.

Comparadas as respostas dos participantes em função do nível educativo, é possível observar diferenças significativas no que se refere ao conhecimento dos Campos de Trabalho Internacionais, do Orçamento Participativo Jovem Portugal, e do Parlamento dos Jovens⁸¹. Uma vez mais, as respostas são menos favoráveis aos níveis de educação mais baixos. Mais concretamente, quando comparados com

Participantes com níveis de educação mais baixos revelam menor conhecimento e participação global nos programas do IPDJ.

os indivíduos com Ensino Secundário, os participantes com 3º ciclo do Ensino Básico apresentam menor conhecimento e participação global nos programas promovidos pelo IPDJ, e, especificamente, níveis mais baixos em relação ao

Orçamento Participativo Jovem Portugal e ao Parlamento dos Jovens. Para além disso, também apresentam níveis médios de conhecimento e participação mais baixos em relação aos Campos de Trabalho Internacionais e ao Parlamento dos Jovens, por comparação com os participantes com Licenciatura⁸². Por fim, são igualmente estes indivíduos aqueles que apresentam menores níveis de conhecimento do Parlamento dos Jovens, quando comparados com os que indicaram ter Mestrado ou Doutoramento⁸³.

De acordo com as análises correlacionais entre a idade e os itens das questões D1 e D2 revelam que são os participantes mais velhos que mais referem ter ouvido falar do IPDJ, e ter maior tendência para conhecer ou ter participado nos Campos de Trabalho Internacionais, Parlamento dos Jovens⁸⁴. Porém, são os mais novos os que revelam maior conhecimento e participação no programa “Navega(s) em Segurança?”⁸⁵.

Os participantes mais velhos revelam maior reconhecimento da existência do IPDJ. Os mais novos apresentam maior conhecimento e participação no Navega(s) em Segurança?

A D3 do inquérito, questionava os participantes que conheciam algum dos programas promovidos pelo IPDJ sobre o modo como tinha tido conhecimento sobre os mesmos. No geral, os participantes indicaram ter tido conhecimento através de alguém que falou no programa ou que os levou a uma iniciativa (16,7%, N = 123), através de uma associação juvenil ou de estudantes (9,5%, N = 70), através de uma pesquisa na internet ou de uma publicação nas redes sociais (5,7%, N = 42). É ainda de destacar os 3,4% dos participantes que refere ter conhecido os programas através das redes sociais do IPDJ (N = 25).

A questão D4, de resposta múltipla, remete para o tipo de participação tida nos programas referidos na questão D2. Dada a natureza da resposta a esta questão, foi criada uma variável dicotómica que remete para a participação ou não nestes programas^{xiii}. Assim, da totalidade da amostra é possível verificar que 55% dos participantes já participou de alguma forma nos programas promovidos pelo IPDJ e mencionados na questão D2 (N = 406). Neste caso, não parece haver diferenças significativas na participação entre género masculino e feminino⁸⁶.

^{xiii} A criação desta variável pretende dar uma maior robustez às respostas que dadas na questão D2.

Porém, o tipo de localidade de residência do participante parece ser uma variável diferenciadora na participação nestes programas do IPDJ⁸⁷. Mais concretamente, os resultados sugerem que os indivíduos de vilas ou pequenas cidades participaram mais que os habitantes de grandes cidades⁸⁸.

Jovens de vilas ou pequenas cidades participaram mais nos programas do IPDJ que os residentes de grandes cidades.

Também parecem existir diferenças na participação em função do nível educativo⁸⁹. Neste caso, ao contrário de outras variáveis anteriormente analisadas, os indivíduos com 3º ciclo do Ensino Básico apresentam maior

frequência de participação que os participantes com Licenciatura⁹⁰.

Quando correlacionada a idade dos participantes com esta nova variável dicotómica (Participou vs Não Participou), os resultados sugerem que são os participantes mais novos que têm uma maior tendência para se envolver nos referidos programas⁹¹.

O contraste entre estes resultados e os relativos à questão D2, parece sugerir que ainda que os participantes com 3º ciclo do Ensino Básico possam ter menor conhecimento sobre alguns programas promovidos pelo IPDJ por comparação com aqueles com Licenciatura (especificamente os Campos de Trabalho Internacionais e ao Parlamento dos Jovens), acabam por ter um maior índice de participação a partir do momento em que os conhecem. Para além disso, ainda que sejam também os indivíduos mais velhos aqueles que maior conhecimento revelam sobre os programas, acabam por ser os participantes mais novos os que mais participam nos mesmos.

Ainda que os indivíduos mais velhos apresentem um maior conhecimento dos programas do IPDJ, são os mais novos que mais participam, efetivamente, nos mesmos.

2.3.2.2. Opinião sobre os programas e a sua implementação

No inquérito, a questão D5 aplica-se aos indivíduos que participaram em algum dos programas promovidos pelo IPDJ mencionados na questão D2 e remete para a sua opinião relativamente aos mesmos. À semelhança do procedimento utilizado na questão D2, foi criada uma variável compósita que reúne as respostas dadas para cada um dos 4 programas (D5) e denominada “Opinião global sobre os programas do IPDJ”. Da análise, destaca-se o seguinte:

- i.** A distribuição das respostas a esta questão revela uma tendência positiva em termos da opinião global (D5) dos participantes dos programas. O valor médio das respostas indica que os participantes gostaram bastante dos programas, ou gostaram, mas acreditam que poderiam ser melhorados (M = 3,46; DP = 1,30).
- ii.** A leitura dos resultados para cada um dos programas referidos na questão indica que o Orçamento Participativo Jovem e o Parlamento dos Jovens são os programas que apresentam médias de opinião mais favoráveis, sendo os Campos de Trabalho Internacionais o programa com a média mais baixa (M = 2,25; DP = 3,46). Na Tabela 12 é possível realizar uma leitura completa da opinião das médias para as diferentes variáveis.

Tabela 19 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão D5

	M	DP	Mínimo/Máximo
D5 - “Opinião global sobre os programas do IPDJ”	3,46	1,30	1/5
Campos de Trabalho Internacionais	2,25	1,46	1/5
Euroescola	2,53	1,49	1/5
Navega(s) em Segurança?	3,06	1,42	1/5
Orçamento Participativo Jovem	3,26	1,38	1/5
Parlamento dos Jovens	3,26	1,49	1/5

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

É possível constatar que **o género feminino apresenta uma opinião significativamente mais favorável que a do género masculino relativamente à globalidade dos programas mencionados (D5)⁹²**. Analisando detalhadamente a opinião de cada um dos programas em função do género, também é possível concluir que também se verifica a mesma tendência para a opinião sobre o Orçamento Participativo Jovem e o Parlamento dos Jovens⁹³.

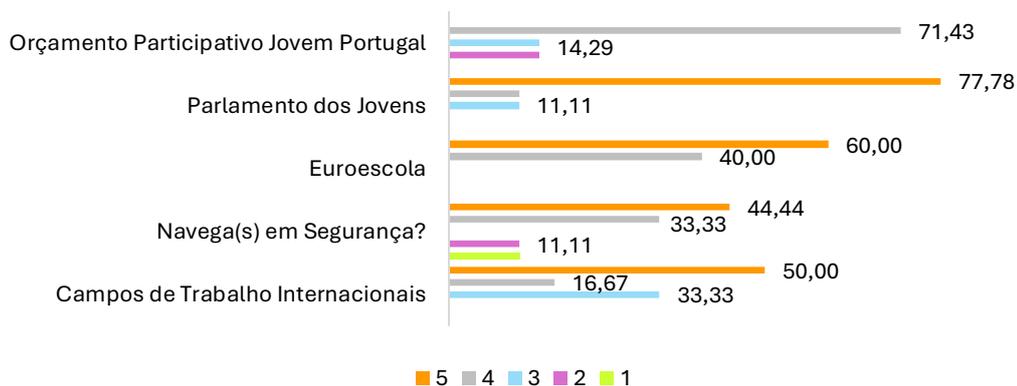
Os resultados não sugerem haver diferenças significativas na opinião sobre a globalidade dos programas promovidos pelo IPDJ ou especificamente sobre qualquer um dos mesmos, entre participantes de diferentes tipos de localidade, nem em função da sua situação perante o emprego.

Por fim, é possível observar diferenças significativas entre as respostas de participantes com diferentes níveis educativos no que respeita à opinião global sobre os programas do IPDJ, e sobre o Parlamento dos Jovens⁹⁴. Especificamente, os participantes com Licenciatura apresentam uma opinião global sobre os programas e sobre o Parlamento dos Jovens significativamente mais favorável que os indivíduos com 3º ciclo do Ensino Básico⁹⁵.

No que respeita às análises correlacionais, os resultados sugerem que quanto mais elevada a idade do participante, maior será a tendência para apresentar uma opinião global favorável aos programas promovidos pelo IPDJ, e em particular sobre os Campos de Trabalho Internacionais, sobre o Orçamento Participativo Jovem e sobre o Parlamento dos Jovens⁹⁶.

Também nos *FG* do Alentejo, Centro e Norte foi pedido aos participantes que avaliassem os programas em que tiveram participação, e as respostas globais (num universo de 36 respostas), tal como no inquérito por questionário, revelam uma tendência maioritária de avaliação positiva dos programas, verificável pela predominância maior de respostas nos níveis 5 e 4 da escala aplicada (em que 1 corresponde a “muito mau”, 2 “mau”, 3 “nem bom, nem mau”, 4 “bom” e 5 “muito bom”). Esta amostra revela, como nos inquéritos, que o Parlamento dos Jovens e o Orçamento Participativo Jovem Portugal apresentam uma proporção de respostas superior na avaliação mais alta (muito bom e bom, respetivamente), o que é visível no Gráfico 13, na página seguinte.

Gráfico 13 - Como os participantes dos Focus Groups avaliam os programas do IPDJ (%)



A análise destaca também, nesta amostra, o seguinte:

- i.** Os programas Parlamento dos Jovens (77,78%, N=7), Euroescola (60%, N=5), Campos de Trabalho Internacionais (50%, N=3) e Navega(s) em Segurança? (44,44, N=4) são, nessa ordem, maioritariamente avaliados como muito bons.
- ii.** No caso do Euroescola (40%, N=4), além de muito bom, destaca-se também uma tendência de avaliação como bom, o que dá a perceção de uma perspetiva bastante positiva face ao mesmo, por parte destes participantes;
- iii.** O Orçamento Participativo Jovem Portugal é o único programa não avaliado como muito bom, verificado pela ausência de respostas no nível 5 da escala. Em compensação, apresenta maior percentagem de avaliação boa (71,43%, N=5) do que os restantes programas. Também é avaliado em igual proporção como “nem bom nem mau” e “mau” (14,29%), apenas por 1 dos inquiridos.
- iv.** O CTI é também sempre avaliado de forma positiva, apresentando, no entanto, a maior percentagem de avaliação como “nem bom nem mau” (33,33%, N=2).
- v.** O Navega(s) em Segurança? parece revelar uma tendência de avaliação mais baixa relativamente aos restantes programas, perceptível porque: a) Apresenta a menor percentagem de avaliação muito boa (44,44%, N=4) de todos os programas; b) Apresenta avaliação por uma pessoa como mau (11,11%), e é, nessa mesma proporção, o único programa avaliado como muito mau.

As sessões com Técnicos do IPDJ permitiram a recolha de elementos para uma avaliação de carácter mais qualitativo da implementação dos programas, refletindo as perceções de quem no terreno garante a execução dos mesmos. A Tabela 20 sumariza, de seguida, as opiniões partilhadas relativamente a cada um dos programas em estudo, tendo sido notados aspetos positivos, mas também reveladas algumas dificuldades sentidas, que podem, simultaneamente, ser vistas como desafios a considerar.

Tabela 20 – Percepções dos técnicos do IPDJ acerca da implementação dos programas

Programas	Avaliação com base na experiência de implementação
Navega(s) em Segurança?	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Jovens são os protagonistas. Destacada uma forte componente participativa no programa: jovens tornam-se voluntários e contribuem para a capacitação de outros jovens (formação entre pares); › É garantida a formação dos voluntários; › Realizadas sessões de educação não formal (componente mais interativa e prática em complemento à expositiva); › Nas sessões é garantida a transmissão de ferramentas que permitem aos participantes aceder a informação complementar; › Foi destacada a boa prática da DECO, elemento do consórcio, de trazer ídolos/ influenciadores para interagir e inspirar os jovens. <p>Dificuldades sentidas / Aspectos desafiantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Alcançar um bom equilíbrio entre modelo expositivo e dinâmicas de grupo; › Encontrar voluntários com perfil adequado; › Melhorar o recrutamento, formação e autoformação; › É difícil (e necessário) estabilizar a bolsa de voluntários; › Alcançar uma boa concertação com parceiros (para evitar canibalismo, e aumentar a complementaridade face à intervenção de outras entidades); › Conseguir, com o corpo técnico atual, garantir um acompanhamento e orientação adequados dos jovens voluntários que dinamizam as ações. › A tutela está dependente do modelo do consórcio, ou seja, qualquer mudança que possa surgir mexe com o regulamento e com o consórcio.
Campos de Trabalho Internacionais	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Traz benefícios ao nível individual (para os participantes) e coletivo (para a comunidade) › O trabalho é realizado não só pelos jovens, mas com as entidades e a comunidade, em conjunto, verificando-se um esforço de algumas das entidades em promover a participação dos jovens. <p>Dificuldades sentidas / Aspectos desafiantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Assegurar a participação efetiva dos jovens no processo. A participação dos jovens no desenho das candidaturas é facultativa, dependendo da sensibilidade das entidades promotoras para envolver os jovens, ou não, nesse processo. Há pouca margem para integrar contributos dos jovens depois de aprovados os projetos, a menos que estes tenham sido previamente envolvidos pelas entidades na fase de candidatura.
OP Jovem Portugal	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Houve jovens que foram coadjuvantes de quem estava a implementar o projeto, o que é muito importante; › O envolvimento das câmaras correu muito bem (ainda que tenha sido referido que o processo também se revestiu de dificuldades ao início, que foram depois ultrapassadas).

	<p>Dificuldades sentidas / Aspectos desafiantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Gerir expectativas e a comunicação com os proponentes. Muitos jovens desconhecem os processos governativos, havendo necessidade de procurar ser mais esclarecedor e transparente relativamente a todas as fases do processo e decisões tomadas, em particular análise técnica, onde se sentiram mais dificuldades. › Dificuldade sentida ao nível da implementação dos projetos vencedores. Processo difícil para os técnicos, para os Municípios e para o Ministério, em parte pela necessidade de estabelecer parcerias e protocolos para viabilizar a execução dos projetos vencedores. Ainda que as dificuldades iniciais a este nível tenham sido maioritariamente ultrapassadas, é necessário manter e considerar estes aspetos de forma a agilizar futuras edições.
Parlamento dos Jovens	<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Verifica-se maior apropriação do processo e cumprimento do regimento por parte de escolas que já se encontram há mais tempo no Programa (melhoria em resultado da continuidade no processo). › Houve melhoramento com a nova coordenação, nomeadamente no que diz respeito à deslocação para a sessão final. › A relação dos técnicos com os professores é essencial. <p>Dificuldades sentidas / Aspectos desafiantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Garantir a permanência dos participantes do início ao fim do programa. É considerado que o processo frustra os participantes, verificando-se uma redução dos mesmos ao longo das várias fases, em parte porque não é dado seguimento ao trabalho inicial realizado. › Seleção dos alunos com perfil adequado e que correspondam às necessidades/propósitos do programa. Nem sempre se realiza o processo de votação em todas as escolas, e dessa forma a seleção de participantes é realizada pelos professores, e não garante a qualidade / adequação dos alunos ao programa, o que compromete os resultados (especialmente verificado ao nível do Ensino Básico). › Não há muito tempo para a divulgação e aproveitam-se as turmas com maior vontade em participar e, conseqüentemente, os alunos com maior predisposição, que nem sempre são os mais adequados, ficando alguns aquém quando na fase distrital. › Os vários temas são votados pelos jovens, mas a seleção do tema anual é realizada pela Comissão de Educação e Cultura. O interesse político será o critério que pesará na seleção do tema anual. › As diferenças entre o Interior e Litoral criam muros de acessibilidade para as crianças (desfavorecidas as crianças de Interior, em particular porque implica sair muito cedo e chegar muito tarde a casa). › Por vezes o transporte para a sessão distrital é realizado no transporte dos professores.
Euroescola	<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Considerada como marcante a experiência que proporciona aos jovens de visitarem as instâncias europeias › Capaz de gerar um processo de reflexão e de aprendizagem nos jovens <p>Dificuldades sentidas / Aspectos desafiantes:</p>

-
- › A experiência distrital é considerada como pouco marcante
-

2.3.2.3. Resposta dos programas do IPDJ às expectativas dos jovens

Aferiu-se, junto dos dirigentes e técnicos do IPDJ e das entidades com atuação na área da juventude, quais as suas perceções sobre se os programas são eficazes, e se consideram que estes estão a corresponder às expectativas dos jovens. As opiniões dividiram-se entre o considerar que sim, há aspetos em que os programas respondem ao esperado, e a ideia, que parece mais tendencial e predominante, de que em alguns aspetos não correspondem na totalidade e devem, por isso, ser melhorados.

A duas tabelas seguintes sintetizam as ideias expostas pelos participantes, ficando evidente nas respostas um conjunto de aspetos positivos e críticos elencados, que ajudam a compreender em que medida os programas estão, ou não, a ir ao encontro dos jovens. Os diferentes contributos expõem-se de seguida, a começar pela perspetiva interna, proveniente de dirigentes e de técnicos do IPDJ, na tabela seguinte.

Tabela 21 - Considerações dos dirigentes e dos técnicos do IPDJ sobre a eficácia dos programas e se correspondem às expectativas dos jovens

Programas	Perceções partilhadas
Programas do IPDJ na globalidade	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Existe uma preocupação por parte das equipas do IPDJ em ouvir os jovens, e no geral são aproveitadas as oportunidades de contacto direto para esse efeito. › Os programas abrangem algumas temáticas que interessam aos jovens, tendo sido destacada a saúde, o emprego, e a solidariedade social. › Verifica-se maior adesão nos programas de voluntariado. <p>Aspetos críticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Não alcançam os jovens que não estão organizados e envolvidos em movimentos associativos. › Não se está a auscultar os jovens para avaliar com os mesmos os programas em execução. › Os programas não estão ajustados à realidade e às problemáticas atuais dos jovens e da sociedade onde se encontram inseridos. Ex.: não fomentam a mobilidade dos jovens dentro do próprio país (conhecimento de outros territórios), nem abordam questões de literacia financeira, tema identificado como de interesse para os jovens. › Inexistência de uma estratégia para definir medidas a tomar para chegar aos jovens e mobilizá-los. Os programas não têm uma identidade própria (marca). › Participação nos programas acarreta dificuldades acrescidas para os jovens residentes no interior do país, se exigem mobilidade (ex.: implica mais tempo de viagem e mais tempo fora de casa). › A falta de validação da participação dos jovens, e dos efeitos que a mesma aporta, compromete a motivação e futuras participações.

	<ul style="list-style-type: none"> › Os programas apenas garantem resposta nos períodos de pausa letiva de verão, ficando esta a faltar noutras épocas. › Existem muitos programas, o que leva a dispersão do IPDJ, e de recursos. › Alguns dos programas são direcionados para as entidades, e os jovens que participam já estão escolhidos pelas mesmas (ficando de fora outros). › Programas que requerem candidaturas muito elaboradas são um bloqueio à participação. › Há programas de outras entidades que colidem com os do IPDJ, e todos perdem escala.
Navega(s) em Segurança?	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Tem atingido facilmente as metas previstas em termos de número de jovens a ser envolvidos (ideia que parece não ser unânime, depende dos territórios). › É um programa solicitado. › Aborda temas muito necessários. › Ter um voluntário jovem a passar a mensagem é uma mais-valia. <p>Aspetos críticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Nos centros urbanos há maior participação do que no interior, onde há menor proximidade do IPDJ com os jovens. › Mobilização e estabilização de uma base de dados de voluntários tem sido difícil e é urgente. › Nem todos os voluntários terminam a formação. › Parceiros e outras entidades já desenvolvem iniciativas dentro do tema do programa. Os Municípios, em particular, desenvolvem formações mais robustas. Também as escolas já abordam esses temas, e por vezes torna-se repetitivo. › Foca temas delicados e com muitas áreas transversais associadas à utilização da internet (ex.: <i>cyberbullying</i>, <i>cybercrime</i>, <i>phishing</i>), que os voluntários não conseguem abordar com profundidade ou conhecimentos técnicos suficientes. Esta falta de <i>expertise</i> é notável sobretudo quando perante determinados públicos, como é o caso de pais e encarregados de educação, com outro tipo de expectativas, necessidades e exigências.
Campos de Trabalho Internacionais	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › A expectativa cumpre-se porque as entidades promotoras sabem com o que contar, e o que esperar, pois são as próprias a candidatar-se e executam os seus projetos. › Verifica-se uma adesão positiva e muita procura por parte das entidades candidatas/promotoras. › Há um notório interesse dos participantes pelos temas abordados, e motivação para participar. O maior exemplo dessa motivação é que os participantes se submetem a condições rigorosas de trabalho, e ainda assim cumprem aquilo a que se propuseram sem desistir. › Alguns participantes chegam a repetir a sua participação. › Permite aos participantes adquirir novos conhecimento, ou aprofundar conhecimento prévio existente. › A abordagem funciona porque é muito vocacionada para o cumprimento de tarefas e objetivos bem explicitados.

	<ul style="list-style-type: none"> › Gera conhecimento sobre a cultura e o povo português, pelo que culturalmente é um programa muito rico . › Os participantes têm um perfil diferente dos que aderem aos restantes programas. <p>Aspetos críticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › É muito pesada e complexa a burocracia do programa, o que tem levado a que muitas entidades se sintam excluídas à partida. › A centralização do desenho da candidatura não dá muita liberdade de atuação às associações. › Não paga transporte aos jovens, o que limita a participação de alguns que não conseguem, pelas mais diversas razões, comportar essas despesas. › Não se apoiam mais candidaturas por falta de verba, ou por não serem cumpridos pequenos aspetos burocráticos. › A seleção das candidaturas está centralizada e podia ser feita pelas equipas do IPDJ com maior proximidade com o terreno uma melhor avaliação da capacidade de execução das entidades promotoras.
OP Jovem Portugal	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Programa pioneiro. › Jovens podem apresentar propostas. <p>Aspetos críticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Os jovens não compreenderam que não são executores da ideia se esta for vencedora (apesar de lhes ter sido comunicado), o que gerou frustração e, em alguns casos, desistências, já que o financiamento não passava por eles. › Não foram auscultadas, na fase de análise técnica, as entidades parceiras que teriam de executar os projetos, pelo que alguns passaram para votação indevidamente, e para garantir a execução, tiveram de ser um pouco desvirtuados, gerando descontentamento e frustração nos proponentes. › Grande desfasamento de tempo entre o momento de anúncio das propostas vencedoras e a sua implementação. › Os projetos esbarram nos ministérios.
Euroescola	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › Proporciona uma viagem de um dia a Estrasburgo, permitindo aos jovens conhecer o Parlamento Europeu, e experienciar a vivência do papel de deputado. <p>Aspetos críticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › A sessão do Euroescola e do Parlamento dos Jovens realiza-se no mesmo dia, o que é muito cansativo para os participantes (calendarização desajustada). › O prazo do concurso é muito curto.
Parlamento dos Jovens	<p>Aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> › É um dos programas mais importantes e do qual os jovens mais gostam pois tem resultados e participação imediatos (ex.: Sessão do Porto teve 200 jovens na última edição e colhe muita satisfação da parte dos jovens);

-
- › Perfil dos jovens participantes é de quem gosta de comunicar em público e defender as suas ideias, e o programa providencia ferramentas para desenvolver essas competências.

Aspetos críticos:

- › A sessão do Euroescola e do Parlamento dos Jovens realiza-se no mesmo dia, o que é muito cansativo para os participantes.
- › Excesso de burocracia na gestão, que poderia ser mais simplificada considerando que o Parlamento dos Jovens e o Euroescola estão interligados.
- › Há uma redução de jovens decorrente das várias fases, o que gera frustração nos mesmos, já que o trabalho inicial realizado não tem seguimento.

Outros programas do IPDJ referidos

Aspetos positivos:

- › O programa «Cuida-te +» é muito querido pelos jovens.

Aspetos críticos:

- › O OTL não é um programa que tenha muita adesão pelos jovens
-

As perceções partilhadas destacam alguns programas enquanto especialmente relevantes, seja pela adesão que têm, seja pelo que conseguem aportar aos participantes, ora porque tocam em problemáticas ou áreas temáticas que geram interesse, motivação e procura, ora porque promovem, através das experiências proporcionadas, aprendizagem nos jovens, e desenvolvimento de competências. Parecem especialmente “acarinhados” os CTI, onde os aspetos positivos suplantam as críticas apontadas, que estão sobretudo relacionadas com a organização logística, não parecendo questionar a relevância do programa. Também o Navega(s) em Segurança? e o PJ parecem evidenciar-se, sobretudo pela ideia de que correspondem às necessidades e interesses dos participantes: o primeiro porque dissecar temas muito necessários e assenta numa abordagem entre pares (ainda que com todas as dificuldades sentidas na gestão dos voluntários), e o segundo porque permite desenvolver competências ao nível da oralidade e do debate que colhem interesse junto de um determinado perfil de jovens.

Sobre os aspetos críticos notados na perspetiva interna, destacam-se algumas considerações globais acerca dos programas, e também perceções relativas, especificamente, aos cinco programas em estudo, que inviabilizam que os mesmos correspondam na totalidade às expectativas dos jovens, tais como:

- **A ideia de desajuste dos programas em execução às necessidades e interesses atuais dos jovens**, pela falta de auscultação e de maior estímulo à participação destes na conceção e até na avaliação dos mesmos;
- **O sentir que os programas não alcançam ou respondem à situação de alguns potenciais participantes**, em particular sendo notados os jovens que não se encontram integrados em movimentos associativos, os que residem nas zonas interiores, e as associações que não têm capacidade para responder à complexidade de algumas candidaturas. É ainda referido, em particular naqueles programas cuja deslocação fica a cargo dos participantes (ex.: Campos de Trabalho Internacionais), que jovens com dificuldades socioeconómicas não têm como comportar as despesas, ficando de fora. Este ponto também se interliga indiretamente com a comunicação, e com a perceção de que a promoção e afirmação da globalidade dos programas não está estrategicamente pensada pelo IPDJ, o que dificulta também o reconhecimento dos mesmos pelos seus destinatários.

- **A opinião de que existe alguma escassez de recursos na implementação** dos programas que não permite uma execução tão qualificada quanto seria desejável. Foi referido que tal se deve à dispersão de recursos pela existência de muitos programas, e alguma dificuldade dos técnicos em responder a tudo. Este facto tem ainda como efeito indireto o sentir de que alguns dos programas do IPDJ (ex.: Navega(s) em Segurança?) se veem espelhados noutras iniciativas implementadas por parceiros e outras entidades em alguns territórios, existindo nesses casos dispersão e perda de escala. Está também subjacente a ideia de que os programas do IPDJ não são tão competitivos quanto essas iniciativas que dispõem de mais recursos para a sua implementação. Sobre este ponto, refere-se ainda que, no caso específico dos Campos de Trabalho Internacionais, existiriam mais candidaturas aprovadas se dispusessem de verba superior, ou seja, há procura pelas entidades candidatas que poderia justificar um aumento do orçamento, já que é um programa com boa adesão. Novamente no Navega(s) em Segurança? é notada a dificuldade pelas equipas em dar o apoio devido aos jovens voluntários que dinamizam as ações por falta de recursos humanos, o que confere uma fragilidade importante deste programa que se baseia justamente nesse trabalho voluntário para dinamização das ações.
- **A crítica à complexidade dos processos em alguns programas.** Isto não só dificulta as candidaturas, como já referido no ponto anterior, quanto torna mais penosa para os técnicos a gestão. Aqui, em particular, são referidos o Euroescola e o Parlamento dos Jovens, onde os técnicos sentem que devia existir uma maior interligação/comunicação dos dois processos em alguns pontos, de forma a evitar duplicação de procedimentos que absorvem o seu tempo.

A Tabela 22 sintetiza as considerações das entidades com atuação na área juvenil, facultando uma perspetiva externa que incide apenas sobre a perceção global acerca dos programas, e que denota alguns pontos em comum com as opiniões internas de dirigentes e de técnicos do IPDJ, em particular:

- a) a perspetiva positiva, há um enaltecimento da importância do voluntariado nos programas;
- b) nos aspetos críticos, é manifestado que alguns jovens não têm o mesmo acesso aos programas (neste caso não só os residentes no interior, mas também nas ilhas e os jovens lusodescendentes), que se verificam lacunas ao nível da comunicação externa e da promoção das iniciativas, que há temas/áreas importantes para os jovens que não estão a ser considerados, que devido à panóplia de programas disponível torna-se difícil acompanhar e conhecer todos, e que o acesso a apoios às associações está demasiado burocratizado.

Tabela 22 - Considerações das entidades com atuação juvenil sobre a eficácia dos programas do IPDJ, e se correspondem às expectativas dos jovens

Programas	Perceções partilhadas
IPDJ e os seus programas na globalidade	<ul style="list-style-type: none"> › Aspetos positivos: › As equipas técnicas de apoio também estão disponíveis para ajudar e divulgar › Promovem a participação dos jovens na comunidade, estando os programas desenhados nesse sentido. › Os programas parecem ser participativos e adequados a promover uma atitude ativa na sociedade. › É muito importante no apoio ao associativismo (referido várias vezes). › Tem um papel importante no que diz respeito ao esclarecimento sobre as oportunidades juvenis. › Uma das entidades refere ter tido um apoio importante do IPDJ para realização de algumas ações.

-
- › Na Europa, o IPDJ é praticamente a única entidade que tem uma linha de financiamento que pode financiar até 70% do plano de atividades de uma associação para que ela possa ter atividades ao longo do ano.
 - › As oportunidades de voluntariado dos programas são de se valorizar.

Aspetos críticos:

- › Nos centros urbanos é mais fácil, há um afastamento das estruturas do IPDJ dos territórios do interior.
- › Há uma panóplia de ações disponibilizada, mas é difícil conhecer a totalidade da oferta de programas do IPDJ.
- › Falta uma maior democratização dos programas no país (há zonas em que os programas não são tão dinamizados).
- › Acesso a financiamento para apoio ao associativismo está muito burocratizado.
- › O IPDJ devia estar mais capacitado para responder aos jovens.
- › Há temas que não estão a ser abordados. Ex.: género, questões étnicas.
- › Sentidas lacunas ao nível da comunicação acerca dos programas (referido várias vezes), e na comunicação com os jovens, que devia ser mais adaptada.
- › Discrepância de circulação de informação pelas diversas regiões do país.
- › Mas muitos dos nossos jovens não conseguem participar dos programas do IPDJ porque eles são exclusivamente destinados a Jovens Portugueses residentes em Portugal.
- › As iniciativas na área do empreendedorismo têm de ser melhor trabalhadas nos programas. Ainda não lhe é dada a devida importância comparativamente com outros países da Europa, e é essencial para combater o desemprego jovem.
- › Os dirigentes associativos e os técnicos da juventude deviam ter um apoio facilitado com o IPDJ para minimizar problemas em questões relacionadas com Finanças e Segurança Social, entre outros aspetos burocráticos e de gestão associativa, até numa lógica de aprendizagem que pode ser transposta para o mercado de trabalho.
- › Sendo o IPDJ um instituto público, muitos processos são extremamente burocráticos e, a título de exemplo, iniciativas de financiamento dentro de valores mais baixos podem ser simplificadas e menos exigentes.
- › A Direção Regional de Juventude lamenta que os programas do IPDJ não sejam extensíveis à ilha, pois os jovens nesse território encontram-se geograficamente isolados, e é importante estabelecer pontes e parcerias com o IPDJ e os seus programas.
- › O interlocutor do Plano Nacional das Artes refere não conhecer os programas, nem se articular com o IPDJ.

As entidades fazem emergir ainda outras perspetivas em relação aos programas, que são expostas sobretudo pelas que revelam maior proximidade e articulação com o IPDJ, tais como: os programas são participativos, é muito importante o apoio prestado à juventude e financiamento ao associativismo, e as equipas técnicas do IPDJ encontram-se disponíveis para apoiar na implementação das suas iniciativas. Apesar da opinião positiva, por parte algumas entidades, acerca do apoio das

equipas técnicas, também sobressai a ideia de que o IPDJ não está devidamente capacitado para responder aos jovens, e de que falha em alguns aspetos o apoio e qualificação das associações, em particular no trabalho com os dirigentes associativos. De entre os aspetos críticos elencados, denota-se também, por parte de uma entidade com nicho de atuação muito particular (artes), um sentir que os programas não tocam essa área, e que não tem existido articulação.

2.3.2.4. Perceção sobre temas que mais interessam aos jovens

Tem sido já referido que os programas não estão suficientemente ajustados à realidade atual dos jovens, ficando por abranger alguns temas preponderantes na vida dos mesmos. É igualmente certo que procurar ir ao encontro dessas áreas-chave é um aspeto essencial para a qualificação da resposta do IPDJ junto dos seus atores, e também para gerar maior envolvimento e motivação por parte dos mesmos. Posto isto, coloca-se a questão: quais são então os temas que mais interessam aos jovens? Esta foi uma das perguntas colocadas a todos os entrevistados, e também aos Técnicos do IPDJ nas ST, no sentido de aferir as perceções dos profissionais da juventude, e as respostas mostraram particular consonância quanto a alguns tópicos, que são apresentados na Figura 12.

Figura 12 - Perceção dos temas que mais interessam aos jovens



As áreas mencionadas foram organizadas em grupos de temas e subtemas correspondentes, tendo sido priorizadas considerando o número de vezes que surgiram mencionados no discurso dos entrevistados. Destaca-se que alguns, como o os que estão relacionados com as alterações climáticas, emprego, saúde (foi particularmente referida a saúde mental), igualdade e não discriminação, a par de assuntos relacionados com a transição para a vida adulta, estão no top 4 dos interesses dos jovens na perspetiva dos profissionais na área da juventude, ou seja, reúnem maior consenso, de entre os inquiridos desta amostra, quanto a serem temas do interesse dos jovens. O Emprego e a Saúde foram referidos o mesmo número de vezes, denotando uma ideia consensual acerca de ser de grande importância para os jovens.

De entre os menos referidos, ou seja, os assuntos que foram mencionados pontualmente e não reúnem tanto consenso entre toda a amostra sobre serem da maior importância para os jovens, estão “Outros temas”, onde se incluem, a título de exemplo, o acesso ao ensino superior, a cultura, a justiça, assuntos relacionados com a guerra (foi referida a preocupação de alguns jovens com a Guerra da Ucrânia) e o desporto, entre outros.

A frase deixada pelo Entrevistado 15 também nos transporta para o facto de que os jovens se interessam, independentemente de qualquer era, com o facto de estarem, ou não, reunidas as condições para que vivam com dignidade, e possam ser felizes, dentro da conceção própria que isso tem para cada um.



As questões da juventude atravessam todos os tempos, e têm a ver com a vontade de ser feliz. (Entrevista 15)

2.3.3. Efeitos dos programas

No inquérito por questionário, a questão D7 remete para a análise da perceção do impacto da participação nos referidos programas, particularmente na perspetiva pessoal sobre a participação cívica e política. Foi criada uma variável compósita que reúne as respostas aos 7 itens desta questão, denominada “Perceção do impacto global dos programas do IPDJ”. A Tabela 23 permite uma leitura completa sobre esta perceção num âmbito global e do ponto de vista de cada tipologia sugerida pelo questionário. Através dos resultados da análise descritiva é possível constatar que existe uma média ligeiramente favorável relativamente à perceção do impacto global (D7) ($M = 3,39$; $DP = 1,03$), sendo de destacar as médias que nos indicam que a participação num ou vários dos programas mencionados anteriormente tornou os participantes mais conscientes sobre o associativismo juvenil (item 1), alterou a sua visão sobre o papel dos jovens na sociedade portuguesa (item 2), e tornou-os em cidadãos mais ativos e participativos (item 4).

As médias de resposta indicam que a participação num ou vários programas do IPDJ tornou os participantes mais conscientes sobre o associativismo juvenil, alterou a sua visão sobre o papel dos jovens na sociedade portuguesa, e tornou-os cidadãos mais ativos e participativos.

Tabela 23 - Análise descritiva das respostas aos itens da questão D7

	M	DP	Mínimo/Máximo
D7 - “Perceção do impacto global dos programas do IPDJ”	3,39	1,03	1/5
1. Tornou-me mais consciente sobre o associativismo juvenil	3,48	1,13	1/5
2. Alterou a minha visão sobre o papel dos/as jovem na sociedade portuguesa	3,47	1,14	1/5
3. Trouxe-me uma grande satisfação pessoal porque veio ao encontro das minhas necessidades enquanto jovem	3,38	1,16	1/5
4. Foi transformador para mim, tendo-me tornado um/a cidadão/ã mais ativo/a, e mais participativo/a	3,45	1,16	1/5
5. Aumentou a minha convicção de que o meu papel enquanto jovem é devidamente valorizado na sociedade portuguesa	3,21	1,17	1/5
6. Atribui-me competências que eu não teria obtido de outra forma	3,27	1,21	1/5
7. Tornou-me mais empático, atento às dificuldades dos meus pares e mais solidário	3,39	1,19	1/5

Legenda: M = Média DP = Desvio-Padrão

Em análise às diferenças do impacto em função do género, é possível verificar que existe uma **perceção significativamente mais positiva do impacto dos programas nos participantes do género feminino**, por comparação com o género masculino. Na infra é possível observar que estas diferenças se aplicam não só na perceção do impacto global (D7), mas também para cada um dos itens da questão D7.

Tabela 24 - Análise das diferenças do impacto da participação nos programas do IPDJ em função do género

	Masculino	Feminino	t
	M	M	t
D7 - “Perceção do impacto global dos programas do IPDJ”	3,18	3,55	-3,46*
1. Tornou-me mais consciente sobre o associativismo juvenil	3,20	3,68	-3,98*
2. Alterou a minha visão sobre o papel dos/as jovem na sociedade portuguesa	3,18	3,69	-4,20*
3. Trouxe-me uma grande satisfação pessoal porque veio ao encontro das minhas necessidades enquanto jovem	3,19	3,51	-2,63*
4. Foi transformador para mim, tendo-me tornado um/a cidadão/ã mais ativo/a, e mais participativo/a	3,25	3,59	-2,76*

5. Aumentou a minha convicção de que o meu papel enquanto jovem é devidamente valorizado na sociedade portuguesa	3,03	3,33	-2,48*
6. Atribui-me competências que eu não teria obtido de outra forma	3,07	3,43	-2,87*
7. Tornou-me mais empático, atento às dificuldades dos meus pares e mais solidário	3,09	3,60	-4,16*

Legenda: * Diferença significativa ($p < .05$), M = Média; t = valor de teste de diferenças

Na linha da análise das diferenças em função de diferentes grupos, os resultados não apontam para diferenças estatisticamente significativas na perceção do impacto da participação nos programas do IPDJ em função do tipo de localidade de residência dos indivíduos, nem em função da sua situação perante o emprego⁹⁷.

Contudo, os resultados sugerem diferenças em função do nível educativo dos participantes, nomeadamente ao impacto relativo à consciência sobre o associativismo juvenil⁹⁸. Mais especificamente, é possível constatar que os participantes com Licenciatura acreditam mais significativamente ter ganho uma maior consciência sobre o associativismo juvenil (item 1), quando comparados com os participantes de 3º ciclo do Ensino Básico⁹⁹.

Para esta questão, as análises correlacionais com a idade sugerem que quanto mais elevada a idade do participante, maior será a tendência para percecionar um impacto positivo na consciencialização sobre o associativismo juvenil, na alteração da visão pessoal sobre o papel dos jovens na sociedade portuguesa e na perceção de aquisição de competências que não teriam sido obtidas de outra forma¹⁰⁰.

Em complemento, foram questionados os técnicos do IPDJ sobre quais consideram ser os efeitos de cada um dos programas. As respostas, expostas na Tabela 25, elencam efeitos positivos nos jovens com a participação na maioria dos programas, mas importa destacar que em dois deles, o OPJP e o Euroescola, as perspetivas não são tão positivas.

Tabela 25 - Efeitos dos programas nos jovens segundo os técnicos do IPDJ

Programas	Opinião sobre os efeitos dos programas nos jovens
Navega(s) em Segurança?	<ul style="list-style-type: none"> › Redução de comportamentos de risco na utilização da internet nos jovens que participam nas ações; › Enriquecimento pessoal nos jovens voluntários; › Novas aprendizagens e ganho de experiência com a dinamização das ações formativas.
Campos de Trabalho Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> › Transformador › Muda a perspetiva dos jovens › Permite uma nova perspetiva em torno da cultura › Promove a Interculturalidade e o contacto com outras culturas/realidades › Desenvolvimento cívico pela possibilidade de contribuir para a comunidade através de projetos › Desconstrução de preconceitos

OP Jovem Portugal	<ul style="list-style-type: none"> › Alguns projetos foram estruturantes para as comunidades › Gerou frustração nos jovens
Parlamento dos Jovens	<ul style="list-style-type: none"> › Alguns jovens que participaram em anos anteriores seguiram carreira política; › Jovens que passaram pelo programa contam que bichinho para a política nasceu aí; › Produz nos jovens um despertar para a importância de serem cidadãos ativos; › Contribui para o desenvolvimento de sentido crítico; › Motiva o debate, negociação e cedência; › Jovens sentem-se levados a sério e valorizados; › Aprendizagem sobre o sentido de voto; › proporciona aprendizagem através da prática.
Euroescola	<ul style="list-style-type: none"> › Processo de reflexão que é educativo › A experiência de ir às instâncias europeias é uma experiência que marca › Experiência distrital sentida como pouco marcante.

Sobre o Euroescola, apesar de ser consensual entre os técnicos que poder visitar as instâncias europeias é marcante e educativo para os jovens, foi também destacado que não se compara aos efeitos de uma experiência parlamentar, sendo a fase distrital pouco marcante. Quanto ao OPJP, denota-se que existiu alguma dificuldade em elencar efeitos positivos do programa nos jovens, sendo no entanto referido que alguns dos projetos implementados foram estruturantes para as comunidades. Os técnicos pareceram mais inclinados em fazer notar, na resposta a esta questão, os efeitos negativos verificados, consonantes com elementos críticos anteriormente elencados a este programa (ver ponto 2.3.2.3), como o facto de este ter gerado frustração nos jovens, de ter sido longo o prazo de implementação dos projetos, de ter tido pouca dotação orçamental, e de ter sido necessário desmistificar e informar sobre o processo para gerir falsas expectativas dos jovens. Esta diferença na perspetiva sobre os efeitos destes dois programas, tão contrastante com a facilidade em elencar, nos três restantes programas, um conjunto de resultados positivos relacionados com a experiência proporcionada no decorrer da participação, e as aprendizagens e mudanças daí decorrentes, pode ser indicativo de que **estes devem ser alvo de maior atenção de futuro, de forma a, num cenário de continuidade, tornar os seus resultados mais efetivos.**

De notar ainda que, quando comparados os efeitos positivos referidos pelos Técnicos com as respostas à questão D7 dos questionários, que congrega a perspetiva dos jovens, percebe-se que, sobretudo em dois dos programas, o Parlamento dos Jovens e o Campos de Trabalho Internacionais, os efeitos destacados pelos técnicos do IPDJ, que evidenciam alterações na perspetiva e nos interesses dos jovens (em particular contribuindo para uma maior conscientização cívica e política dos mesmos, para reforçar a importância que a cidadania ativa e a participação tem para si, e para construir uma visão mais inclusiva e de aceitação do outro), parecem encontrar-se mais concertados com pelo menos três das quatro médias mais altas de respostas dos jovens, que indicam que para os mesmos a sua participação nos programas alterou a sua visão sobre o seu papel na sociedade portuguesa, foi transformador tornando-os cidadãos mais ativos e participativos, e também mais empáticos, atentos às dificuldades dos seus pares, e mais solidários.

2.4. O FUTURO DOS PROGRAMAS

2.4.1. Sugestões de melhoria dos programas

Foram questionados os vários indivíduos da amostra acerca de sugestões de melhoria a aplicar nos programas do IPDJ. As duas tabelas seguintes sintetizam as ideias recolhidas, sendo algumas de âmbito mais geral, e outras específicas de cada um dos programas em análise.

Internamente, dirigentes e técnicos do IPDJ apontam algumas questões que vão além do foro de cada programa, sendo transversais ao funcionamento do instituto, e implicando que se considere:

- i. Uma reconfiguração dos programas existentes**, sobretudo para que correspondam melhor à realidade atual dos jovens e se tornem mais apelativos para os mesmos, em particular considerando as suas opiniões e auscultando-os. Foi ainda referida a questão da inclusão, para que seja pensada a melhoria da resposta do IPDJ aos jovens portadores de deficiência;
- ii. Melhorar o planeamento e o suporte logístico**, em particular ao nível da calendarização das várias fases dos programas, e garantindo outras condições aos técnicos para que consigam assegurar uma melhor resposta;
- iii. Melhorar a avaliação** dos programas, monitorizar e medir os resultados e efeitos dos mesmos;
- iv. Garantir incentivos à participação**. Este tema foi em especial objeto de conversa com os dirigentes, que mostraram que os incentivos poderão sim, ser aplicados em alguns dos programas, e que podem ser adotados em duas vias: a) através da atribuição de bolsas; b) como forma de ressarcimento de despesas, para promover uma participação mais democrática, acessibilizando as iniciativas àqueles que não conseguem assegurar os custos inerentes à sua participação.

Foram igualmente destacados, na tabela infra, aspetos a melhorar em cada um dos cinco programas em estudo. Não sendo extensivos na análise, que está sintetizada na Tabela 26, é relevante referir que também as melhorias mencionadas para estes programas se ligam com os pontos supra referidos, denotando-se sugestões que passam por:

- a) melhorar os níveis de participação e a mobilização de participantes;
- b) garantir os recursos financeiros e materiais necessários à boa execução dos programas (melhorando, inclusivamente, as parcerias e articulação com entidades locais) com vista a otimizar os resultados, e a facilitar a participação pelos jovens;
- c) garantir uma maior disponibilidade dos técnicos para acompanhar em maior proximidade as ações no terreno. O OPJP, talvez pela sua natureza diferenciadora face aos restantes programas, e também pela perceção menos positiva que parece ter gerado nas edições realizadas, apresenta sugestões de melhoria que focam outros aspetos, em particular ao nível da comunicação sobre o programa, da transparência do processo e da execução dos projetos.

Tabela 26 - Sugestões de melhoria por parte de dirigentes e técnicos do IPDJ

Programas	Sugestões de melhoria
Programas do IPDJ na globalidade	<ul style="list-style-type: none">› Renovação dos programas;› Calendarizar melhor as várias fases dos programas;› Alargar a oferta de programas além do período de pausa letiva de verão;

	<ul style="list-style-type: none"> › Redefinição dos programas de forma a corresponderem melhor às necessidades/interesses dos jovens; › Redução da quantidade de programas; › Gestão da carga de trabalho dos técnicos para que consigam melhor acompanhar os programas e estar no terreno; › Incluir os jovens na avaliação dos programas; › Mais planeamento, avaliação e monitorização dos resultados e dos efeitos dos programas; › Atribuição de bolsas, ainda que simbólicas, aos participantes (ex.: NES); › Realização de oficinas/ateliers poderia contribuir para aproximar os jovens do espaço institucional do IPDJ; › Gerar maior equilíbrio orçamental entre os programas do desporto e os da juventude (atualmente a maior fatia é destinada aos programas do desporto); › Tornar os programas mais inclusivos para indivíduos portadores de deficiência, e simultaneamente capacitar os técnicos e preparar as instalações para acolher esses jovens.
Navega(s) em Segurança?	<ul style="list-style-type: none"> › Redefinição do modelo do programa de forma a facilitar o compromisso dos voluntários com o mesmo; › Garantir maior acompanhamento dos técnicos do IPDJ aos voluntários; › Rever a logística do programa de forma a garantir condições e recursos para que os técnicos consigam acompanhar a implementação (ex.: garantir transporte dos técnicos porque os carros elétricos têm limitações); › Melhorar o planeamento/articulação entre o IPDJ e as escolas (melhor definição de papéis no consórcio); › Criar condições para a estabilização da bolsa de voluntários; › Conciliar esta intervenção dos voluntários com outros profissionais (Ex.: financiar um corpo técnico especializado nos temas do programa, que possa acompanhar e melhor orientar os voluntários); › Pensar o programa e as suas ações de forma mais estratégica e integrada; › Metodologia - Capacitar os voluntários para que as sessões não decorram de forma tão expositiva; › Maior auscultação dos jovens para saber como poderá o programa responder mais aos seus interesses/necessidades.
Campos de Trabalho Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> › Tornar mais flexível e menos centralizado o desenho da candidatura; › Assegurar o pagamento dos transportes aos jovens para acessibilizar; › Reforçar a verba para que possam ser apoiadas mais candidaturas; › Maior envolvimento dos técnicos regionais na seleção das candidaturas, porque dispõem de maior conhecimento das entidades e do terreno, o que permite melhor avaliar as condições destas para execução; › Baixar as idades mínimas; › Pensar estratégias para garantir a participação dos jovens e das entidades (ex.: Valorizar nos CV a participação em programas de voluntariado).
OP Jovem Portugal	<ul style="list-style-type: none"> › Melhorar a análise técnica de propostas, filtrando melhor as mesmas; › Uniformizar a comunicação acerca do processo;

	<ul style="list-style-type: none"> › Melhorar a transparência da iniciativa (Ex.: Comunicação mais transparente em todas as fases, incluindo durante a implementação de cada projeto); › Definir valores orçamentais e projetos mínimos para cada região; › Melhorar a execução - agilizar a entrega do projeto à comunidade.
Euroescola	<ul style="list-style-type: none"> › Rever a calendarização das sessões para que não se realizem no mesmo dia que as do Parlamento dos Jovens; › Melhorar a articulação entre Euroescola e Parlamento dos Jovens de forma a reduzir a carga burocrática; › Alargar o prazo do concurso; › Rever o programa de forma a aumentar a participação.
Parlamento dos Jovens	<ul style="list-style-type: none"> › Rever a calendarização das sessões para que não se realizem no mesmo dia que as do Euroescola; › Melhorar a articulação entre Euroescola e Parlamento dos Jovens de forma a reduzir a carga burocrática; › Articular com os Municípios o transporte dos jovens, através de parcerias; › Maior aposta nas visitas às escolas durante o processo, para ampliar a ligação do IPDJ com os mesmos, os professores e os jovens (técnicos queixam-se de sair cada vez menos dos gabinetes). › Criar condições para que os participantes do interior não sejam prejudicados tendo de realizar um maior esforço para participar (ex.: garantir condições para acomodação).

O inquérito aos jovens pretendia igualmente aferir se estes tinham sugestões para melhorar os programas do IPDJ. Os contributos, na Tabela 27, permitem traçar pontos de encontro entre as recomendações dos jovens e as dos dirigentes e técnicos do IPDJ, significando isso que, tanto na perspetiva interna de quem está responsável por implementar os programas, como na perspetiva externa de quem participa nos mesmos, se encontram perceções similares, gerando uma congruência que imprime especial solidez às opiniões partilhadas.

De referir que 11 inquiridos dos 26 inquiridos que deixaram comentários de ordem mais geral acerca dos programas do IPDJ (42,31%), considera que deve ser melhorada a comunicação e a informação externa acerca dos programas, sendo esta uma das sugestões mais mencionadas. Alguns referiram, inclusivamente, sentir que não tinham informação suficiente acerca dos programas. De entre outras sugestões de âmbito global, destaca-se a simplificação dos programas, a realização de atividades de carácter mais prático, a intervenção ao nível da plataforma do IPDJ de forma a torná-la mais intuitiva ao utilizador, e também que os programas sejam mais acessíveis, em particular para os que auferem de dificuldades económicas, e também para os que habitam em alguns pontos do país, tendo neste caso sido enfatizada a Região Autónoma da Madeira.

Tabela 27 - Sugestões de melhoria por parte dos jovens

Programas	Sugestões de melhoria
Programas do IPDJ na globalidade	<ul style="list-style-type: none"> › Simplificar os programas; › Maior envolvimento das associações locais; › Com ações mais práticas e dinâmicas; › Maior democratização aos jovens com menos possibilidades económicas; › Melhorar a comunicação externa (divulgação e informação sobre os programas); › Tornar a plataforma para submissão de candidaturas mais intuitiva; › Permitir atividades na Região Autónoma da Madeira.
Navega(s) em Segurança?	<ul style="list-style-type: none"> › Tornar as ações mais interessante e cativantes para os participantes. › Propostas provenientes de um voluntário: › Aumentar a bolsa de voluntários; › Criação de uma bolsa de facilitadores/voluntários a nível nacional para formação de facilitadores e para promover troca de boas praticas; › Promover momentos para avaliação do programa, quer com os voluntários, quer com os participantes (ex.: auscultação e recolha de feedback através de metodologias de educação não formal, formulário aplicado aos voluntários); › Maior abertura para adaptação das ações às necessidades do grupo; › Reuniões com os voluntários que facilitam sessões (acompanhamento); › Inclusão dos voluntários em todo o processo e não só na implementação; › Reconhecimento e certificação das horas de voluntariado prestadas na facilitação de sessões.
Campos de Trabalho Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> › Melhorar a transparência do processo; › Alargar a participação a outros participantes para não serem sempre os mesmos.
OP Jovem Portugal	<ul style="list-style-type: none"> › Municipalização e descentralização (funciona melhor quando implementado a nível local); › Ser exclusivamente direcionado a jovens ligados ao IPDJ (ex.: voluntários, colaboradores jovens); › Acompanhamento aos proponentes para formulação de propostas melhores; › Maior celeridade na execução; › Que sejam cumpridos os compromissos assumidos; › Tornar o processo mais transparente; › Realizar-se com maior regularidade; › Priorizar propostas que são mesmo necessárias à comunidade.
Euroescola	<ul style="list-style-type: none"> › Permitir que as associações juvenis que já desenvolvem trabalho a nível europeu sejam facilitadores no programa.
Parlamento dos Jovens	<ul style="list-style-type: none"> › Democratizar mais o processo, para não serem sempre as mesmas escolas a participar. Dar oportunidade igual a todos.

-
- › Estender a participação a jovens fora das escolas: associações juvenis, grupos informais de jovens, voluntários do IPDJ, jovens no IEFP, etc;
 - › Envolver jovens líderes/dirigentes associativos na facilitação e na partilha das suas experiências nas escolas, para ajudar a preparar os alunos que vão participar;
 - › Incorporar metodologias de educação não formal, nomeadamente para gerar debate na votação de propostas, para que não seja tão competitivo;
 - › Revisão do regulamento (considerado restritivo à participação);
 - › Melhorar a organização dos círculos eleitorais;
 - › Divulgar melhor o programa, para dar conhecimento da sua existência.
-

O Euroescola e os CTI têm, de entre todos os programas, menos sugestões dos jovens. No primeiro, foi sugerido um maior envolvimento das associações juvenis com trabalho ao nível europeu, assumindo um papel de facilitadoras no programa. No CTI, foi defendido o aumento da transparência no processo, e que a participação deve ser estendida a outros participantes. Esta última ideia parte de uma perceção de que a participação no programa é repetida pelos mesmos atores.

O OPJP é um dos programas em que as propostas de melhoria se mostram mais consonantes com as dos interlocutores do IPDJ, já referidas, tendo ainda surgido algumas sugestões novas, como o apoio aos proponentes na elaboração das propostas, e que o OP possa destinar-se apenas a jovens com ligação reconhecida ao IPDJ.

Também as sugestões de melhoria para o Navega(s) em Segurança? correspondem em parte ao que foi referido pelos dirigentes e técnicos do IPDJ, com a particularidade de que muitas das sugestões deixadas advêm de um voluntário do programa, que vem reforçar a ideia de se proceder à consolidação de uma bolsa de voluntários, e providenciar maior acompanhamento aos mesmos. Foi ainda referido por uma outra pessoa

As melhorias ao nível da participação, nomeadamente estendê-la a outros jovens (ex.: com dificuldades económicas, em função do local de residência, portadores de deficiência), e envolver as associações e outros grupos além do âmbito escolar, estão entre as sugestões apontadas, a par com o reforço da comunicação externa e da informação. Estas surgem muito no sentido democratizar e acessibilizar mais os

que as ações devem ser alteradas de forma a serem mais cativantes para os participantes, o que corrobora a ideia partilhada pelos interlocutores do IPDJ de que por vezes as mesmas são muito expositivas e que deviam ser privilegiadas outras abordagens. Está também bastante perceptível a sugestão de reforço da participação no programa, nomeadamente através de:

- a) maior envolvimento dos voluntários no processo, em particular no planeamento e na avaliação, em vez de serem apenas meros executores das ações de formação;
- b) existir maior flexibilidade para adaptação das sessões às necessidades dos participantes, e envolvê-los igualmente na avaliação das ações, através de metodologias de educação não formal e inquéritos.

Também importa destacar a referência à valorização do trabalho voluntário, em particular reconhecendo e certificando as horas realizadas pelos jovens na facilitação das ações, o que pode, de facto, auferir algum resultado positivo em termos de contributo para a estabilização da bolsa de voluntários e tornar o programa mais apelativo.



Os jovens querem respostas rápidas para as suas necessidades, e o Instituto tem de estar em constante transformação. (Entrevista 4)

As referências ao Parlamento dos Jovens dão indicação de melhorias a realizar sobretudo ao nível do planeamento e da logística das sessões, mas estão também manifestas sugestões ao nível da participação. Assim, destaca-se o seguinte:

- a) estender a participação e permitir o envolvimento de outros atores para democratizar mais o programa, ou seja, envolver outras escolas, e também jovens e entidades fora do âmbito escolar;
- b) melhorar a preparação dos alunos para a participação no programa, tendo sido sugerido o envolvimento de jovens com perfil de liderança e de dirigentes associativos, numa lógica de partilha de experiências dos mesmos com os alunos;
- c) tornar o processo menos competitivo na votação de propostas, optando por abordagens de educação não formal. Ao nível do planeamento, foi ainda sugerida a melhoria na organização dos círculos eleitorais, e a revisão do regulamento, pois este foi considerado como restritivo à participação, na sua versão atual.

2.4.2. Sugestões de futuros programas a desenvolver

Um último repto colocado a toda a amostra do estudo prendeu-se com a recolha de sugestões, por parte dos diferentes envolvidos, de futuros programas a desenvolver pelo IPDJ, em particular para tornar a participação dos jovens cada vez mais efetiva, e também para responder aos seus desafios, necessidades e interesses. Assim, foi possível, mais uma vez, recolher contributos numa perspetiva interna, por parte de dirigentes e de técnicos do IPDJ, e numa perspetiva externa, proveniente das entidades com atuação na área juvenil, e dos jovens que participaram nos FG e no inquérito por questionário. As sugestões recolhidas apresentam-se de seguida.

2.4.2.1. Perspetiva interna

Os contributos de dirigentes e técnicos do IPDJ permitiram conhecer não só as sugestões para novos programas a criar, como também compreender que existe alguma inclinação para que os programas existentes, ou até alguns que terminaram ou se encontram suspensos, possam vir a ser avaliados, repensados, e quiçá retomados, como se expõe de seguida:

- **Melhorar os programas existentes** promovendo maior articulação intersectorial e tornando-os mais direcionados para a resolução das problemáticas e das necessidades atuais dos jovens (Ex.: Promover a empregabilidade em vez do emprego jovem; alargar a faixa etária dos OTL além dos 12 anos, pois é solicitado pelos pais);
- Nos programas existentes ou em novos programas, pensar na **articulação com as artes e com a cultura** para fomentar o espírito crítico, nomeadamente procurando articulação com o Ministério da Cultura, e com a Direção-Geral das Artes;
- **Avaliar se poderão ser retomados programas antigos**. Ex.: Dotar de financiamento programas que tiveram reconhecido sucesso e eram necessários, como o Empreende Já, e avaliar porque deixaram os “Ateliers” de se realizar, pois o IPDJ dispõe de espaço físico devidamente equipado para esse efeito, e essas ações, assim com os OTL, aproximavam os jovens do instituto.

As ideias apontadas para novos programas a desenvolver, são as seguintes:

- Programas que contribuam para a profissionalidade dos jovens, ou seja, que promovam o primeiro emprego, e que proporcionem ferramentas que apoiem os jovens na definição do seu percurso profissional;
- Programas de intercâmbio relacionados com o associativismo juvenil;
- Programas que sejam desenhados em maior articulação com os jovens, que os envolvam, considerem e auscultem, tornando-se mais ajustados ao que querem e precisam;
- Um programa que seja estrutural, capaz de promover grandes transformações;
- Programas que fortaleçam o associativismo;
- Programas que preparem os jovens para a vida, que promovam o desenvolvimento de competências;
- Programas que sejam mais adaptados às assimetrias regionais;
- Programas inclusivos de voluntariado e outros, que facultem resposta aos jovens com deficiência.
- Programa “Summer Job”, que já existe em muitos países e deveria ser também implementado em Portugal.

2.4.2.2. Perspetiva externa

As entidades entrevistadas com atuação na área da juventude, consideram que os futuros programas a desenvolver para efetivar cada vez mais a participação dos jovens passam por:

- Promover o **desenvolvimento da cidadania e de cidadãos ativos** desde a infância até ao ensino secundário, em matérias como desenvolvimento do espírito crítico, conhecimento acerca de direitos e deveres, literacia financeira, entre outras. Foi referido que o IPDJ pode ser, em articulação com o Ministério de Educação e com os Municípios, responsável por acrescentar uma componente prática (de educação não formal) às aulas de Cidadania, além do desenvolvimento de outros projetos e iniciativas em parceria;
- Estar mais presente ao nível do ensino secundário, nomeadamente estimulando o **associativismo estudantil** (ex.: trabalho com diretores de agrupamentos escolares é importante para reduzir a resistência às associações de estudantes);
- Promover a participação cívica e política dos jovens;
- **Considerar os jovens** no seu desenho de iniciativas e/ou financiar as suas próprias ideias e projetos novos ou a decorrer (foi referido que é importante de futuro financiar as iniciativas que partem dos jovens, e não apenas do IPDJ, e apoiar aquilo que já existe, assim como providenciar mais apoio e formação aos jovens);
- **Comunicar melhor o trabalho do IPDJ e as oportunidades que oferece** aos jovens, nomeadamente promovendo o encontro com os mesmos nos locais onde estes se encontram, e mobilizando os jovens através de pessoas com as quais estes se identificam e que conseguem melhor comunicar com eles (ex.: artistas, influenciadores nas redes sociais, etc);
- Promover a **intervenção social** e a ligação à comunidade;
- Premiar/reconhecer atos de participação pública (ex.: sistema de créditos);
- Gerar **espaços de diálogo**, onde os jovens possam refletir e exprimir opiniões, e onde a sua voz conte;
- **Informar e capacitar** acerca do associativismo jovem;
- **Dar oportunidade aos jovens lusodescendentes** que estão em diversos países, para manterem uma ligação a Portugal, promoverem o país, e serem implicados na cidadania portuguesa, e não só na do país de residência;
- Promover o **intercâmbio de jovens das Regiões Autónomas com o continente** antes do ingresso na Universidade (com a condicionante do preço dos bilhetes de avião, que pode ser um entrave);

- Adotar **abordagens multidisciplinares**, incluindo, por exemplo, a arte e a cultura.

Uma das entidades reforçou ainda a ideia de se atentar a boas práticas internacionais, e elencou a título de exemplo duas medidas promovidas pelo Governo francês, tais como:

- A França dá mais **oportunidades aos jovens que queiram implicar-se na diplomacia** francesa através de empregos para binacionais nas Embaixadas de França nos respetivos países;
- O sistema de ensino francês contempla um **estágio obrigatório ao nível do 9º ano**, para que os jovens conheçam desde o ensino básico a realidade e tenham contacto com o mundo de trabalho;
- **Os estágios em França são obrigatoriamente remunerados**, o que motiva mais os jovens a envolver-se na sociedade. No serviço cívico, os voluntários também recebem uma remuneração, o que os ajuda a sentirem-se retribuídos.

Foi ainda partilhado que é preciso criar projetos e programas que tenham potencial para gerar resultados e impactos, e que, no que se refere ao associativismo jovem, idealmente deveria ocorrer uma flexibilização da banca e das leis reguladoras do associativismo jovem. A sugestão passa por uma mudança de legislação para que seja possível aos jovens com menos de 16 anos legalizar associações de estudantes, já que atualmente o associativismo jovem colide com o funcionamento dos bancos, porque não é possível com essa idade abrir conta bancária, e sem conta não é possível uma associação receber apoios. Ainda que não seja um aspeto diretamente ligado ao IPDJ, é, ainda assim, algo que dificulta o associativismo por menores de idade.

Quando solicitado aos jovens que indicassem, nos *FG* e no inquérito por questionário (D8), qual seria, na sua ótica, o programa perfeito que o IPDJ poderia criar no futuro, afere-se que não só algumas ideias se cruzam com as já anteriormente referidas neste ponto 2.4.2., como revelam coerência face ao que tem vindo a ser mencionado ao longo do estudo quanto ao tipo de abordagens e temas a privilegiar. As sugestões apresentadas expõem-se na Tabela 26, organizadas por áreas-chave de incidência dos programas, e dizem respeito não só a ideias de programas, mas também de iniciativas que podem vir a ser enquadradas dentro do grande chapéu dos mesmos.

Tabela 28 - Sugestões dos jovens para futuros programas e iniciativas a desenvolver

Áreas-chave	Sugestão de programas / iniciativas a desenvolver
Programas para promoção da aprendizagem experiencial e intercâmbios em contextos diferentes	<ul style="list-style-type: none"> › Intercâmbios e promoção do contacto com outras realidades e culturas; › Campos de férias em locais que retirem os jovens dos 15 aos 25 anos da sua zona de conforto (foram propostos campos de 1 semana, mas também de 2 meses para capacitação dos jovens acerca de vários temas da sociedade internacional, como política e cidadania); › Algo que envolvesse jovens de todo o mundo, reunindo uma grande diversidade de culturas e de pontos de vista; › Programas que retirem os jovens das redes sociais; › Intercâmbios nacionais (algo como os Youth Exchanges, mas dentro do país), para jovens em geral, para jovens previamente ligados ao IPDJ, para associações juvenis, e até para técnicos do IPDJ; › CTN - Campo de trabalho nacional;

	<ul style="list-style-type: none"> › <i>Bootcamps</i> para os técnicos e dirigentes do IPDJ organizados por jovens (ligados ao IPDJ, e com experiência na área).
Programas para desenvolvimento da literacia cívica e política	<ul style="list-style-type: none"> › Programas para incentivo ao voto jovem; › Simulação política destinada a jovens do ensino superior; › Programas promotores da literacia cívica nas escolas; › Programas direcionados a jovens que não têm ainda bem desenvolvidas as capacidades de persuasão ao ponto de conseguir participar no Parlamento dos Jovens, mas que têm interesse nesses temas, ou precisam desenvolvê-lo; › Programas para ensinar em contexto prático, sobre os valores da sociedade; › Programas para proporcionais aos jovens mais conhecimento sobre a política nacional e internacional; › Reativação do 70 JÁ! › Programas que promovam o debate dos jovens sobre democracia, justiça, e as escolhas dos partidos políticos.
Programas de cidadania ativa e de intervenção comunitária	<ul style="list-style-type: none"> › Programas de limpeza de praias e montanhas; › Programas que promovam ações de âmbito social e ambiental; › Intervenção com crianças em bairros sociais; › Programas de proteção da vida animal (ex.: campanhas de adoção, melhorar canis); › Programas de solidariedade social com ações como peditórios para alimentação de animais e pessoas; › Um programa que promova a colaboração entre jovens e as suas famílias; › Programa de apoio dos jovens aos idosos (companhia e ajuda na realização de tarefas diárias em casa ou lar); › Programa presencial que una os jovens em prol da comunidade; › Programa Jovens ativos; › Ocupação de tempos livres com atividades que beneficiam as comunidades.
Programas orientados para a educação, formação e capacitação, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos e de competências em áreas de interesse dos jovens	<ul style="list-style-type: none"> › Programas que preparem os jovens para o futuro e ensinem competências de vida (<i>life skills</i>) como finanças, e outros assuntos relacionados com a preparação para a vida adulta; › Programas que abordem a saúde mental e a sexualidade; › Espaço Ludoteca - um projeto de inclusão e aprendizagem; › Palestras e eventos sobre temas como desporto, saúde mental, nutrição, e responsabilidades da vida adulta; › Apoio escolar e acompanhamento sobre temas relacionados com o ensino formal, através de mentoria entre pares; › Curso online (inspirado no JIMMY^{xiv}) sobre como fazer campanhas de sensibilização ou "advocacy", ou seja, sobre como podem os jovens influenciar a sociedade e como ajudar outros jovens a fazê-lo; › Programas para formação de jovens artistas; › Programas desportivos;

^{xiv} Curso [Youth Information Mediator](#), promovido pela ERYICA.

	<ul style="list-style-type: none"> › Programas artístico-culturais (ex.: que promovam o contacto com exposições, etc); › Programas sobre Ação e Segurança; › Programa Stop Bullying; › Fórum educacional juvenil; › Ações de sensibilização direcionadas a jovens sobre o ambiente, situação do país, e efeitos adversos da utilização excessiva do telemóvel; › Encontros com especialistas que promovam a informação e sensibilização sobre variados temas;
Programas de apoio ao associativismo e capacitação de jovens líderes	<ul style="list-style-type: none"> › Academia de líderes juvenis; › Programas de formação para jovens integrados em associações; › Clube TOP Jovem - programa semelhante ao Clube TOP mas destinado especificamente aos jovens dirigentes desportivos (até 35 anos), com disponibilização de ações de formação, seminários/conferências e catálogo de recursos em articulação com as IES e FDs, que forneça conhecimentos/competências para as funções necessárias em contexto de clube/ associação distrital/ federação, com o desígnio principal de dar a conhecer essa importante função social que os jovens podem abraçar contribuindo para a necessária renovação geracional no dirigismo desportivo; › Qualificação do apoio às Associações (melhor e maior apoio) e programas que estreitem a proximidade com as mesmas (ex.: criação de organismos de juventude em todos os municípios, num trabalho articulado com as Câmaras Municipais. No investimento orçamental, em colaboração com os organismos e entidades competentes para o efeito, aumentar o orçamento para cada ano, para uma melhor ajuda a todos que necessitarem desse apoio);
Programas que garantam a representação dos jovens e o apoio ao desenvolvimento dos seus projetos, iniciativas e ideias	<ul style="list-style-type: none"> › Programas que proporcionem reconhecimento e acompanhamento; › Programas de apoio aos jovens para estruturação de projetos; › Programas de financiamento. › Programas que levem as ideias dos jovens mais longe, colocando-as em prática no seu quotidiano, fazendo com que os mesmos se sintam ouvidos; › Envolvimento dos jovens no desenho dos programas (ex.: através da realização de <i>FG</i> e outros encontros onde as opiniões dos jovens são consideradas, com uma base trimestral online, e semestralmente em formato presencial, ou constituindo grupos de trabalho); › Realização de um “verdadeiro” Orçamento Participativo jovem, com sessões em escolas, universidades, e com alocação de 0,5% do orçamento de Estado; › Conselho Diretivo Jovem do IPDJ (inspirado no Advisory Council do Concelho da Europa); › Auscultação dos jovens; › Garantir uma forma de acesso continua e fácil para submeter propostas/dicas/opiniões aos órgãos de decisão do IPDJ, para garantir que as decisões dos mesmos refletem as escolhas dos jovens; › Encontro Nacional de Juventude (em substituição do Conselho Nacional de Juventude);

	<ul style="list-style-type: none"> › Maior divulgação dos apoios disponíveis para associações e projetos, e relação de maior proximidade regional;
Outras iniciativas sugeridas (não se enquadram necessariamente como programas)	<ul style="list-style-type: none"> › Ações que promovam o IPDJ junto dos jovens, tendo sido sugerido que possa marcar presença junto das faculdades, junto das listas e das associações de estudantes, em eventos com jovens, nas escolas secundárias, nas redes sociais; › Maior aposta do IPDJ no digital, para corresponder à visão dos jovens; › Compensação adequada aos jovens pelo trabalho que executam; › Embaixadores Jovens do IPDJ (inspirado no Youth Ambassadors and YInfopeers da ERYICA, mas a uma escala maior, com o objetivo de incluir jovens na maioria das escolas do país); › Sugerir ao Governo a introdução de literacia financeira e política no sistema educativo em Portugal.

É claro, portanto, o interesse dos jovens em programas que promovam um maior envolvimento na vida comunitária e cívica, que se revistam de uma componente prática e que lhes proporcionem aprendizagem experiencial fora das suas zonas de conforto, mas também que lhes permitam a aquisição de competências e de conhecimentos em tópicos que sentem como necessários. De referir também a importância atribuída pelos jovens ao desenvolvimento da literacia política e cívica, e de programas que fomentem a solidariedade social e o entrosamento dos mesmos com a comunidade, contribuindo para a resolução de problemas da e na mesma. Foi também elencada a importância do apoio ao associativismo, e à capacitação de jovens líderes, e por vezes esta ideia trouxe a arrasto a crítica de que a informação sobre apoios e programas promovidos pelo IPDJ não chega de todo, ou não chega atempadamente, o que espelha a necessidade já referida do IPDJ se comunicar melhor, nomeadamente posicionando-se nas esferas onde os jovens se movem, como de resto foi também sugerido pelos próprios, encontrando-se expresso na última linha da tabela.

3. Pistas para as Linhas Estratégicas

3.1. O encontro entre a forma como os jovens percecionam a participação e os estudos e referenciais considerados

A importância da participação dos jovens nas decisões que afetam diretamente as suas vidas está patente tanto em estudos de referência, como nos principais documentos e orientações políticas a nível internacional. Nesse sentido, é notada a relevância do empoderamento dos jovens para serem detentores de pensamento crítico, e agentes ativos, potenciadores de uma sociedade defensora dos direitos humanos fundamentais e capaz de salvaguardar os valores basilares da UE. Para tal, é destacada a relevância da capacitação dos jovens para a cidadania ativa, e da educação dos mesmos para a compreensão dos contextos políticos e sociais, bem como que sejam criadas oportunidades iguais de participação para todos. Verifica-se, portanto, essencial que estes consigam efetuar escolhas pertinentes, estar informados, ter proatividade, e desenvolver um sentido de pertença, de cidadania, de responsabilidade e de solidariedade.

Os dados dos inquéritos realizados neste estudo das Linhas Estratégicas indicam que:

- Os jovens inquiridos apresentam, em média, um grau de confiança global mais baixo no Governo, Partidos Políticos e Igreja, face a outras instituições;
- Indivíduos com mais estudos (mestrado e doutoramento) têm uma opinião significativamente mais positiva acerca da atualidade da democracia em Portugal;
- Os jovens consideraram que a sua participação cívica e política não tem o poder de influenciar ou ter um impacto significativo nas decisões levadas a cabo a nível municipal ou nacional.

Isto revela uma perceção menos positiva dos jovens inquiridos acerca das instituições e entidades que compõem o sistema político e democrático em que vivem, e na crença de que podem influenciar de alguma forma as decisões políticas, ideia coincidente com os dados do Eurostat (2021), que denotam uma quebra da confiança dos jovens europeus nas instituições e nos representantes políticos que está tendencialmente agravada nos países localizados a sul (ex.: Grécia, Espanha, Eslovénia e Portugal), sendo mais positiva a confiança no centro e norte da Europa (em particular na Suíça, na Finlândia e na Noruega – o primeiro tem um sistema de democracia direta^{xv}, e os restantes, segundo Helliwell et al (2024), encontram-se posicionados no top 20^{xvi} do ranking de felicidade mundial dos jovens abaixo do 30, que considerada preditores como o apoio social, a esperança média de vida saudável, a liberdade para realizar escolhas, o PIB^{xvii} per capita e a perceção da corrupção).

Esta descrença dos jovens nas instituições é também notada entre os principais documentos internacionais, e relembramos que:

- O Programa Mundial de Ação para a Juventude refere a importância não só da participação ativa dos jovens, mas também do fortalecimento das organizações de juventude, com um papel também preponderante nesta temática;

^{xv} Significa que a população participa diretamente nas decisões a todos os níveis, pois são privilegiados mecanismos para que possam manifestar-se através de voto não só nas eleições, mas também relativamente a outras esferas da vida social e política, nomeadamente tendo representação dos cidadãos no concelho nacional.

^{xvi} O ranking inclui 143 países, e a Finlândia posiciona-se em 7º lugar e a Noruega em 20º lugar.

^{xvii} PIB = Produto Interno Bruto.

- Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os jovens são vistos tanto como beneficiários como enquanto atores-chave, contribuindo com soluções e na implementação de ações;
- A Estratégia para o Setor da Juventude do Conselho da Europa reforça a importância da promoção não só da democracia participativa, mas também da governança participativa, da cidadania democrática, e da digitalização de novas formas de participação;
- A Estratégia da EU para a Juventude 2019-2027 atesta que as políticas públicas devem defender os direitos dos jovens em participar no desenvolvimento, execução e avaliação das políticas e das decisões que os afetam. É responsabilidade dos governos dar respostas aos desafios que os jovens enfrentam, e capacitá-los para que atinjam o seu máximo potencial enquanto cidadãos ativos;
- No Lisboa+21 os representantes dos Governos e delegados de juventude, entre eles os homónimos portugueses, comprometeram-se em fomentar a participação dos jovens nas várias fases no decorrer do planeamento, execução e avaliação de políticas e programas, garantindo ainda vir a contar com a participação e liderança da juventude para cumprir os dezanove compromissos assumidos por todos.

Não obstante tudo isto, denota-se ainda uma sub-representação dos jovens nos processos de decisão, e também o seu pouco interesse e envolvimento na vida política, sendo mantidos, muitas vezes, de fora das estratégias e planos de redução da pobreza e de promoção do desenvolvimento, ainda que sejam frequentemente afetados por problemáticas associadas a estes dois campos, e que devam ter um papel ativo na criação e implementação de soluções, enquanto geração presente e futura que são. Alguns dados (Directorate-General for Communication, 2021) indicam, contudo, que os jovens atuais não se encontram mais alheados da participação democrática do que as restantes gerações. Pelo contrário, estes são capazes de se mobilizar e organizar para a defesa dos seus valores, ideias e causas, mais do que outras faixas etárias. Ocorre é que não se sentem representados nas ditas formas “tradicionais” de participação, e que têm vindo a distanciar-se destas, marcando a sua posição e mobilizando-se através de novos mecanismos (Crowley & Moxon, 2017; Costa, 2022). Nomeadamente, os jovens de hoje mobilizam-se mais em torno de questões com as quais têm maior proximidade, e quando sentem que são escutados pelos decisores e que as suas ações podem ser transformadoras, gerando mudança. As políticas e programas de juventude devem, por isso, segundo estes autores, procurar explorar formas e meios de promover a participação fora do contexto convencional.

As vozes dos jovens auscultados para as “Linhas Estratégicas para a Participação Jovem em Portugal” mostram isto mesmo, pois parecem bastante ressonantes quanto a estes preferirem envolver-se em projetos e iniciativas dentro das suas comunidades, nos diferentes espaços onde se movem quotidianamente, que contribuam para causas sociais e de solidariedade social, que lhes permitam estar informados sobre temas emergentes, e em que sintam que estão a contribuir para cumprir os seus objetivos. Neste contexto, é especialmente notado o voluntariado como forma preferencial para exercerem a sua participação, bem como o poderem criar, implementar e participar em projetos, o que expõe a importância de haver uma componente prática nas abordagens eleitas, e capaz de gerar resultados palpáveis e mensuráveis pelos jovens, ou até mais imediatos. Se dúvidas houvesse, lembremos que:

- 52,4% dos jovens inquiridos neste estudo consideram como mais interessantes as formas e mecanismos de participação que lhes permitam fazer a diferença;
- 39,2% as que possibilitam que estes tratem de temas reais, do seu quotidiano;
- 37,9% as que os fazem sentir que a sua opinião conta.

As entidades com atuação na área da juventude consultadas corroboram também que os mecanismos e formas tradicionais de participação se esgotam e devem, por isso, ser complementados com abordagens mais inovadoras, em que os jovens tenham uma voz mais sonante, com ações práticas, fora de contextos formais, e com abordagens inclusivas, adaptadas a diferentes perfis de jovens e contextos. Ressalvam ainda a importância de que sejam devolvidos e comunicados aos jovens os resultados da sua participação e envolvimento.

3.2. Sobre o alinhamento entre os Programas do IPDJ que mais contribuem para a promoção da participação dos jovens e as orientações explícitas nos referenciais de política pública nesse campo

Como referido, os referenciais internacionais apontam no sentido de ser atribuída uma maior agência aos jovens, e que sejam cocriadores e executores das soluções para os desafios que enfrentam nas suas vidas, devendo ainda os processos contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais à vida democrática, social, pessoal e profissional dos mesmos.

Percecionou-se, pela análise dos programas, que estes pouca integração revelam, nos seus propósitos e ambições, dos determinantes extraídos dos referenciais, sendo exceção o OPJP. Esse é, de resto, o programa que mais se aproxima dos referenciais, pois os jovens não só podem apresentar ideias de projetos para a comunidade, como votar nas mesmas e, ainda que não podendo ser executores, têm a garantida, pelo caráter deliberativo do processo, de que os projetos vencedores serão implementados, podendo ainda vir a acompanhar a sua execução e depois beneficiar dos mesmos. Ainda assim, são apontadas duras críticas a este programa pelos participantes auscultados e pelos técnicos e dirigentes do IPDJ, como falhas identificadas ao nível da execução dos projetos, em corresponder às expectativas dos jovens, e em comunicar com os mesmos para bem da transparência do processo, gerando insatisfação nos jovens. Resultados esses, que corroboram muitas das ideias partilhadas no Relatório Final de Avaliação do OPJP (PlanApp & IPDJ, 2023). Assim, o programa que maior ambição de fomentar a liberdade de iniciativa e a tomada de decisão pelos jovens, carece de melhorias (além de se encontrar suspenso), e os restantes, não obstante a sua relevância e efeitos notados, oferecem abordagens participativas limitadas, em que ou não é possível aos jovens contribuir com ideias e soluções a ser implementadas, sendo sobretudo consumidores de ações bastante formatadas, ou não estão contempladas formas de poderem acompanhar resultados e fases subsequentes. São exemplo deste último caso o Parlamento dos Jovens e o Euroescola, promovidos pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia da República, respetivamente, através do IPDJ, onde os jovens são mobilizados para um exercício de simulação através das escolas, onde podem debater ideias no seio de instituições democráticas, mas não lhes é permitida tomada de decisão, nem atribuídos papéis na governança e/ou monitorização de possíveis processos que possam vir a ser desencadeados em resultado dos seus contributos, faltando ainda ser-lhes dada a certeza de que as suas decisões e deliberações serão implementadas.

Os referenciais internacionais (ex.: Programa Mundial de Ação para a Juventude, Agenda 2030) elencam inúmeros desafios que os jovens enfrentam, alguns mais próprios dos países em desenvolvimento, mas a grande maioria transversais à escala global, que são definidos como áreas prioritárias a endereçar pelas políticas, no caso, por exemplo, do Programa Mundial de Ação para a Juventude, ou até, no caso da Agenda 2030, como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Questões como a pobreza e a fome provenientes de desigualdades económicas e de acesso, ambiente, lazer e família, saúde, emprego, educação e participação efetiva nos processos de tomada de decisão são elencados como relevantes, entre muitos outros. Os programas do IPDJ em estudo não estão vocacionados para abarcar todos os aspetos anunciados nos referenciais expostos, nem tocam todos os temas considerados como importantes para os jovens no âmbito do presente estudo das Linhas Estratégicas, o que indica que talvez possam vir a ser desenvolvidas soluções futuras que possibilitem

trabalhar com os jovens desafios que têm muita expressão na realidade atual como a habitação, a transição para a vida adulta, a inclusão social, igualdade e não discriminação, entre outros que foram enunciados no 2.3.2.4. Relembremos que dirigentes e técnicos do IPDJ consideram que os programas em estudo carecem de uma atualização de forma que sejam abordadas problemáticas atuais e podendo assim dar outra resposta aos jovens de hoje.

3.3. Sobre a capacidade dos programas do IPDJ de respeitarem a agência das pessoas jovens, a sua autonomia e envolvimento

Excetuando o OPJP, os programas apresentam objetivos pouco ambiciosos no estímulo a tipos de participação que impliquem codecisão, cocriação, e até o estímulo à livre-iniciativa dos jovens. Os programas mais frequentemente provêm que os jovens sejam consultados, envolvidos e informados, do que levados a assumir um papel de liderança total ou partilhada nos processos, sendo ainda difícil percecionarem ou acompanharem os resultados efetivos da sua participação, e se têm ou não influência nas decisões tomadas ao nível político.

O inquérito aos jovens demonstrou, por exemplo, uma menor crença dos participantes com Ensino Secundário e 3º Ciclo do Ensino Básico, face aos detentores de licenciatura, na existência de oportunidades para os jovens poderem influenciar os programas do IPDJ, e a perceção dos jovens é de que não estão a ser suficientemente envolvidos na definição dos programas. A forma como percecionam a participação, por outro lado, parece estar muito alinhada com os referenciais internacionais referidos, mas os programas do IPDJ carecem de melhorias para que possam contemplar em si uma participação mais plena e efetiva dos jovens, nomeadamente nos níveis mais elevados da escada de participação, se considerarmos os modelos teóricos apresentados, em que os jovens ou assumem total responsabilidade nos processos participativos, ou uma responsabilidade partilhada com os adultos, podendo estar envolvidos no desenho, na implementação e na avaliação de políticas, de planos e de programas que respondam às suas necessidades e interesses, por se relacionarem com aspetos da sua comunidade, e da sociedade onde estão enquadrados.

Assim, programas que possibilitam que os jovens possam definir temáticas chapéu a abordar, identificar problemáticas dentro desses tópicos, e cocriar políticas e soluções para as mesmas, erguendo as suas vozes junto do poder político e do universo de “adultos” que regula as suas vidas, facilmente corresponderão melhor àquilo que são as recomendações à escala global e europeia, e melhor respeitarão a autonomia dos jovens, e conseguirão responder às suas necessidades efetivas.

O respeito pelas necessidades dos jovens não passa, contudo, apenas por identificar as áreas-chave e as problemáticas das suas vidas, mas também por respeitar a sua multiplicidade enquanto indivíduos. Neste sentido, os programas em estudo abrangem, na sua maioria, a totalidade dos jovens portugueses, ou residentes estrangeiros em Portugal, dos 16 aos 30 anos, mas nesta definição tão ampla poderá estar a ser esquecida a inclusão de jovens que, em função da sua situação financeira, da sua localização geográfica, ou condição física e mental, possam ver condicionada a participação, ou ter de efetuar um maior esforço para que a mesma se concretize, gerando uma desigualdade de acesso. Estão os programas adaptados para incluir todas as diferenças e para promover a participação dos que, dentro do grupo já sub-representado dos jovens, estão cobertos por uma camada adicional que adensa a sua sub-representação? Verificou-se que, do ponto de vista interno do IPDJ, os técnicos denotaram uma preocupação com a falta de inclusão nos programas, e com a sua própria impreparação para lidar, no seio do serviço que prestam de acolhimento e de apoio aos jovens, com indivíduos com determinadas condicionantes. Foi notado, por exemplo, que os programas falham em alcançar os chamados jovens NEET (Not in Employment, Education or Training), ou seja, aqueles que se encontram alheados do contexto escolar ou associativo para o qual a maior parte dos programas, à exceção do OPJP e também, em parte, do CTI, estão vocacionados, e que os jovens residentes no interior do país

têm mais dificuldade em participar, requerendo um maior esforço da sua parte devido às deslocações, como no caso do Euroescola e do Parlamento dos Jovens. Estarão estas perceções corretas? O inquérito revela que grande parte dessa amostra do estudo não conhece os programas do IPDJ que mais contribuem para a participação dos jovens, ou se os conhece, nunca teve participação nos mesmos. Os programas parecem estar a conseguir mobilizar principalmente os mais novos para a participação, ainda que sejam as faixas etárias mais velhas que apresentam ter maior conhecimento dos mesmos, o que poderá ser justificado pelo perfil dos destinatários dos cinco programas - O PJ destina-se a jovens desde o 2º ciclo do Ensino Básico sendo o programa que abrange as faixas etárias mais juvenis. Nos restantes, a relembrar, o CTI destina-se a jovens dos 18 aos 30 anos, o Euroescola e o Navega(s) em Segurança? abrangem dos 16 aos 18 anos, e o OPJP dos 14 aos 30 anos. Em três dos programas, à exceção do CTI e do OPJP, a participação decorre no âmbito escolar. A este propósito, o Navega(s) em Segurança foi, de entre todos, o programa que apresentou, nos inquéritos, maior nível de conhecimento nos jovens ao nível do 3º ciclo. Assim, será importante que futuras melhorias ou programas considerem proporcionar uma resposta mais equilibrada na promoção da participação dos jovens de faixas etárias superiores (com 18 e mais anos), garantindo a sua representatividade nos processos. Essa mobilização faz-se na resposta às suas necessidades, no encontro com os seus interesses, e no respeito pela sua capacidade de criar, agir e decidir.

No que se refere à origem dos participantes, contrariamente à perceção dos dirigentes, que assenta nas dificuldades sentidas em conseguir representatividade dos jovens nas zonas rurais dos territórios interiores, os dados do inquérito indicam que jovens de vilas ou pequenas cidades participaram mais nos programas do IPDJ do que residentes nas grandes cidades. Isto poderá ser explicado porque 55% da amostra reside nas DR do Centro, Alentejo, Algarve, e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, onde a densidade populacional é menor face a outras que concentram os grandes centros urbanos. Este indicador não retira a relevância das dificuldades manifestadas em conseguir alcançar representatividade de jovens nas zonas rurais e de interior, nem ser impeditivo de que se considere que estes jovens têm condicionantes ao nível das vias de acesso e telecomunicações que podem ser impeditivas, ou requerer um maior esforço para garantir a sua representatividade nos processos. Este tema surge pois, na análise feita aos programas do ponto de vista de como concebem a participação dos jovens, foram notadas condicionantes em alguns programas relacionadas com estes aspetos, ou com o facto de, por exemplo, no CTI, a participação implicar custos para os participantes, que têm de assegurar as despesas com a deslocação do local de origem até ao local em que decorrerá o campo de trabalho e vice-versa. Apesar de ser abrangente em termos de destinatários definidos, na verdade, como o programa falha em contemplar medidas excecionais de apoio à deslocação para candidatos que comprovem ter alguma dificuldade financeira, ou mesmo para todos, estará a deixar de fora da experiência todos aqueles que se encontram em situação económica mais vulnerável.

As questões da pobreza e da especificidade dos jovens que residem em áreas rurais, são dois dos aspetos notados nos referenciais internacionais, pelas desigualdades que geram e desafios que levantam aos jovens, mas também porque podem e devem ser endereçados no âmbito de processos participativos. Assim, as linhas estratégicas podem procurar incrementar um cuidado adicional à inclusão social e promoção da igualdade, contemplado soluções para integrar e/ou dar respostas às necessidades específicas de jovens que apresentam camadas adicionais de sub-representação nestes processos.

3.4. Sobre as perceções de quem promove os programas, de quem neles participa e de quem deles beneficia

Foram evidenciados efeitos positivos, aspetos fortes, e outros mais desafiantes e/ou a melhorar em todos os programas, tendo alguns inclusivamente já sido mencionados. As médias de resposta do inquérito indicam, por exemplo, que o envolvimento num ou vários programas do IPDJ tornou os

participantes mais conscientes sobre o associativismo juvenil, alterou a sua visão sobre o papel dos jovens na sociedade portuguesa, e tornou-os cidadãos mais ativos e participativos. Esta ideia é coincidente com as percepções partilhadas pelos dirigentes e técnicos, que consideram que os programas geram um efeito positivo nos jovens, promovendo novas aprendizagens e conhecimentos, e que moldam a sua postura enquanto indivíduos e cidadãos, pela componente educativa e de aprendizagem experiencial que contêm.

Os dados indicam também que, quanto maior a idade dos participantes no inquérito, maior a percepção de que os programas do IPDJ permitiram a aquisição de competências que não teriam sido obtidas de outra forma, e também maior será a tendência participantes apresentarem uma opinião global favorável aos programas promovidos pelo IPDJ, destacando-se que os alunos do 3º ciclo, e os do género masculino são os que apresentam opiniões menos favoráveis relativamente aos programas no geral.

Já a leitura dos resultados para cada um dos programas indica que, dependendo da experiência, e da amostra auscultada, as percepções variam, e um exemplo é que o OPJP e o PJ são os programas que apresentam médias de opinião mais favoráveis nos questionários, contrariamente aos FG onde se destacam os CTI.

Existem algumas ideias refletidas na análise que parecem ter ecoado um pouco por toda a amostra do presente estudo, o que poderá ajudar a compreender o porquê de alguns programas acolherem percepções mais positivas do que outros no que se refere às questões da promoção da participação dos jovens, e refletirem um maior sentido de relevância e de estar ajustados às expectativas dos mesmos. A ver:

- i. Programas que assentam no voluntariado e/ou trabalho prático, com base na aprendizagem experiencial e na intervenção sobre temas ou problemáticas do interesse dos jovens, cuja participação tem uma temporalidade circunscrita e que oferecem resultados mais imediatos e claros, parecem gerar maior interesse, ser mais valorizados, e ser sentida como mais fácil a mobilização para os mesmos. São exemplo os CTI e o OPJP;
- ii. Programas que decorrem no âmbito escolar alcançam mais facilmente os jovens para realização das ações, e são caso disso o Euroescola, o PJ e o Navega(s) em Segurança, onde as escolas assumem um papel preponderante na articulação com o IPDJ, mas podem levantar problemas com a representatividade e criar mesmo um sentido de competição entre as escolas;
- iii. Programas que permitem aos participantes acompanhar todo o processo geram menos frustração, como é o caso dos CTI. Em contraponto, são referidos em particular o OPJP e o PJ, ainda que por motivos diferentes. No caso do primeiro, a insatisfação reside no facto dos jovens não poderem ser executores das suas propostas, ou de a determinada altura verificarem que a ideia implementada não correspondia ao que esperavam. No segundo caso, o facto de decorrer uma eliminação ao longo das várias fases frustra os participantes pois não há seguimento ao esforço inicial que fizeram.

Os programas têm aspetos positivos na percepção da amostra, e pontos altos que podem ou ser replicados noutros programas, ou mantidos caso os mesmos tenham continuidade, mas contêm também aspetos que os fragilizam, e que carecem de alguma atenção num cenário de implementação de melhorias. Tendo os mesmos já sido apontados ao longo de todo o documento, carece apenas lembrar que há aspetos que são transversais a todos os programas e ao próprio IPDJ, e que podem ser basilares para a definição de linhas estratégicas que promovam uma participação mais ativa e efetiva dos jovens em todos os quadrantes. O primeiro aspeto é que sejam garantidos os pressupostos básicos para a implementação de qualquer processo participativo, como por exemplo: vontade e

abertura política para o diálogo e negociação com os jovens, capacitação da equipa técnica para a promoção de processos participativos, alocação de recursos vários ao desenvolvimento de abordagens participativas, adequação dos processos, das metodologias e dos mecanismos aos destinatários e locais onde se pretende promover a participação, condições sociais, ou seja, garantir que os jovens são capacitados para reconhecer e discutir as problemáticas e os temas em causa, e que lhes são dadas condições e abertura para poderem contribuir com soluções, e acompanhar as diferentes fases dos processos.

Um segundo e último aspeto prende-se com a comunicação e informação acerca dos programas, presentes ou futuros, e do IPDJ. A participação requer uma estruturação planeada da forma como é transmitida a informação, e no caso dos jovens a comunicação acerca dos processos deve ser simples e clara, e circular pelas vias e meios mais eficazes e adequados para chegar aos seus destinatários. Nos processos participativos, a comunicação deverá assentar na transparência, ser um contínuo no decorrer das várias fases, e considerar espaços para devolução de resultados. É, além de tudo, um aspeto importante na mobilização de participantes, e na manutenção da sua confiança nos processos, pelo que importa que sejam consideradas boas estratégias, e que esta seja adaptada aos jovens, procurando chegar-lhes através dos canais em que estes se encontram, sejam eles digitais, ou presenciais, telemáticos ou mais diretos. Não obstante, verificou-se uma perceção consistentemente negativa ao longo de toda a amostra (interna e externa ao IPDJ) acerca da comunicação do instituto e dos programas. Os jovens queixam-se de falta de conhecimento e de informação acerca dos processos, e os dados apontam que existe ou confusão, ou desconhecimento acerca do IPDJ e dos programas em estudo. Este aspeto foi também notado pelo PlanApp & IPDJ (2023), na avaliação final do OPJP, onde os jovens referiam não ter tido conhecimento da realização dos Encontros Participativos para esclarecimento e apresentação de propostas. Destaca-se, ainda, de entre a amostra, as perceções acerca da plataforma do IPDJ, que é referida como sendo pouco intuitiva, apesar de estar centrada nela toda a informação, e as inscrições que permitem a participação e as candidaturas aos programas.

4. Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem

A participação cívica e política dos jovens é amplamente reconhecida como um fator essencial para o fortalecimento das democracias contemporâneas. Sendo uma parcela significativa da população, os jovens devem ser perspetivados no duplo papel de beneficiários e de agentes de mudança das comunidades.

Diversos estudos indicam que os jovens, quando implicados em atividades cívicas e políticas, tendem a desenvolver competências de liderança, um maior sentido de responsabilidade social, um sentimento de pertença comunitária mais vincado e uma consciência crítica sobre o mundo que os rodeia, elementos essenciais para cultivar uma geração comprometida com os princípios democráticos.

Alicerçadas nestas análises e em inúmeras iniciativas concretas, as recomendações produzidas por diversas instâncias internacionais, amplamente abordadas no presente relatório, são unânimes em afirmar que a participação dos jovens contribui para uma sociedade mais dinâmica e resiliente, promovendo a cidadania ativa desde cedo, devendo, por isso, ser impulsionada por intermédio de políticas públicas ativas.

Os posicionamentos expressos destacam também que o envolvimento cívico e político dos jovens assume uma importância estratégica num contexto global caracterizado por desafios complexos, como as mudanças climáticas, a transformação digital, a desigualdade social, o crescimento do populismo, a crescente desconfiança nas instituições políticas e o recuo das democracias no planeta. A participação jovem, neste contexto, revela ser uma força motriz para promover a justiça climática, a igualdade, o respeito pelos direitos humanos e os princípios democráticos.

A mobilização das gerações mais novas abrange um leque diversificado de formas de intervenção, desde o exercício do voto, o ativismo social, a pertença a associações juvenis, até à colaboração em processos de consulta pública e decisões políticas.

As gerações mais novas têm, no entanto, demonstrado uma maior tendência e predisposição para formas de participação não convencionais, que vão além do voto e das estruturas formais de poder. Este grupo recorre a métodos como o ativismo social, o voluntariado comunitário, a mobilização em movimentos sociais e a adesão a causas que promovem a justiça climática, a igualdade de género e o combate à discriminação, entre outras. Assim, ao contrário da imagem comum de desmotivação, os jovens estão envolvidos e conscientes, embora prefiram formas de participação mais horizontais e colaborativas em rede, em detrimento das estruturas tradicionais e hierárquicas que sustentam a democracia representativa.

Em Portugal, observa-se uma evolução positiva no envolvimento cívico dos jovens. No entanto, persistem desafios significativos que limitam essa participação. Entre os principais obstáculos encontram-se a falta de acesso a informações claras e acessíveis sobre oportunidades de participação, a desconfiança nas instituições políticas e a perceção de que suas vozes não são devidamente valorizadas. Enfrentar essas barreiras requer o desenvolvimento de estratégias que promovam uma participação mais inclusiva, significativa, ambiciosa e consequente, capaz de gerar efeitos concretos nos jovens e no meio envolvente.

O IPDJ é seguramente a instituição pública nacional de referência no domínio da juventude, razão pela qual evidencia estar atenta à necessidade de conceber respostas para os desafios expostos e disponível para reequacionar a sua ação num quadro de significativas mudanças sociais, para as quais são necessários novos modelos de atuação.

Em resposta a esta preocupação, apresentam-se de seguida algumas linhas de trabalho para a promoção da participação jovem em Portugal. Essas implicam, por parte do IPDJ, uma revisão de

programas atualmente em curso, a retomada de algumas iniciativas e a concepção de novas ferramentas de intervenção.

Não se questiona, com este trabalho, o mérito dos programas existentes e os resultados por esses alcançados. Considera-se somente que é possível ambicionar um pouco mais em matéria de “participação dos jovens”. Para o efeito, entende-se como necessário revisitar este termo, pois embora bastante utilizado, as variações que tem assumido conduziram a uma certa banalização e utilização indiscriminada do mesmo, nem sempre devidamente apropriada aos propósitos que o devem nortear.

Assim, propõe-se que a participação dos jovens, no quadro dos programas do IPDJ, seja entendida como o envolvimento das novas gerações na vida democrática do país, nas diferentes escalas e espaços que a suportam.

Trata-se, pelo exposto, de apostar de forma intencional em linhas de ação geradoras de oportunidades para que os jovens possam exprimir os seus pontos de vista e conduzir as suas ações para processos de tomada de decisão que podem ir da definição de políticas públicas, ao desenvolvimento de microiniciativas locais, ao voluntariado comunitário e ao funcionamento de uma organização de jovens, entre outras.

Este entendimento tem por base o reconhecimento dos jovens como um grupo heterogéneo, que, embora partilhe a mesma geração, possui vidas influenciadas por perspetivas diferenciadas, marcadas por questões de género, sexualidade, religião, geografia, etnia, formação académica e profissional, áreas de interesse, entre outras.

Dá igualmente corpo ao termo apresentado a ideia de que a participação na vida democrática se exerce nos locais de interesse dos jovens, que podem ser bastante distintos, entre os quais se destacam pequenas comunidades, espaços públicos, instituições de ensino, fóruns online, autarquias, organizações de juventude, movimentos sociais, entre outros.

As linhas propostas visam, assim, criar condições objetivas para que os jovens, a partir do ponto em que se encontram, tenham acesso a meios, oportunidades e apoios para intervir ativamente na vida democrática.

As opções expostas estão alicerçadas em três termos:

- *capacitar*, assumindo que os programas devem ter uma dimensão formativa dos envolvidos, dotando-os de conhecimentos e competências de suporte à intervenção;
- *transformar*, determinando que os programas devem assumir uma ambição transformadora, com resultados palpáveis e efetivos nos jovens e no meio em que se propõem intervir, distinguindo-se, assim, das práticas simuladas;
- *autonomizar*, evidenciando que os programas devem apostar em ações de naturezas diversas e que permitam a adoção de práticas de cocriação por parte dos envolvidos, evitando o financiamento de medidas muito padronizadas, de acordo com as quais os jovens são sobretudo consumidores de atividades.

4.1. Melhorias nos programas existentes

4.1.1. Garantir maior ambição no exercício de envolvimento dos jovens na tomada de decisão no âmbito dos programas existentes



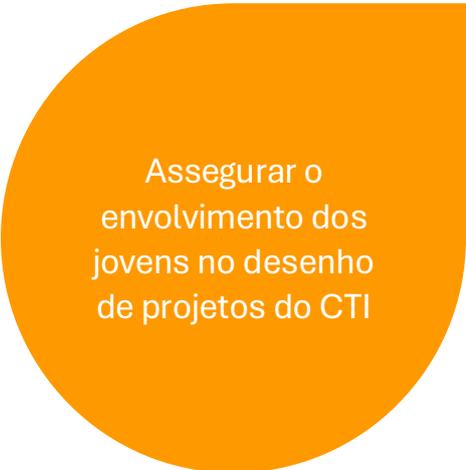
Retomar o
Orçamento
Participativo
Jovem Portugal

Sendo o OPJP o programas que maior ambição tem no envolvimento dos jovens em todas as fases do processo, e pelos efeitos positivos reconhecidos nas comunidades através dos projetos executados, importa retomar o mesmo, em particular:

- › Garantindo a informação e uma comunicação transparente com os jovens em todas as fases do processo, até à entrega dos projetos executados;
- › Implementando medidas para solucionar as fragilidades identificadas na execução do programa, expostas tanto no Relatório Final de Avaliação, como em anteriores relatórios de avaliação externa de cada uma das edições.

O CTI configura-se já como um programa de voluntariado que estimula o contributo dos jovens para as comunidades locais onde se desenvolvem os campos de trabalho, mas poderá aumentar a sua ambição assegurando como um dos critérios de avaliação dos projetos candidatos o envolvimento dos jovens, pelas entidades locais, no planeamento dos mesmos, em particular:

- › As entidades candidatas devem realizar pelo menos uma atividade de diagnóstico com jovens para identificação de problemas da comunidade e para cocriação de propostas de atividades a realizar no projeto proposto.
- › Um relatório com os resultados dessa ação deve constar anexo ao projeto candidatado, como evidência da realização da atividade. Pode ser facultado pelo IPDJ um modelo de relatório para preenchimento pelas entidades após a sessão.



Assegurar o
envolvimento dos
jovens no desenho
de projetos do CTI

Cocriar com os jovens a metodologia para as sessões do Navega(s) em Segurança?

Considerando que as sessões de sensibilização e de informação do Navega(s) em Segurança são dirigidas a crianças, jovens e adultos, importa repensar a metodologia aplicada para que a mesma permita intercalar momentos expositivos com outros de envolvimento mais ativo dos participantes. Para tal, importa:

- › Envolver os voluntários do programa na cocriação, em parceria com a equipa do IPDJ, de uma nova abordagem metodológica a aplicar durante as sessões, que fomente uma maior participação e interação entre e com os participantes.

Com vista a fortalecer a bolsa de voluntários do Navega(s) em Segurança? e melhorar a confiança e o suporte técnico aos mesmos durante a dinamização das sessões, propõe-se o seguinte:

- › Reforçar a capacitação dos voluntários, nomeadamente fornecendo formação b-learning (misturando momentos de formação presencial nas delegações do IPDJ, com trabalho autónomo remoto) que incida sobre o domínio de metodologias de educação não formal, das ferramentas necessárias à prossecução das ações, e dos temas em foco;
- › Conciliar, durante as sessões, a intervenção dos voluntários com a de outros profissionais especializados que garantam o devido suporte técnico acerca dos temas em discussão (esses especialistas podem ser jovens até aos 30 anos).

Reforçar a capacitação e o apoio técnico aos voluntários do Navega(s) em Segurança?

Atribuir maior poder de deliberação aos jovens no Euroescola e no Parlamento dos Jovens

O IPDJ pode propor, às instâncias responsáveis, aumentar o poder de deliberação dos jovens durante as várias fases do Euroescola e do Parlamento dos Jovens, em particular da seguinte forma:

- › Atribuindo e garantindo poder de deliberação dos jovens participantes sobre as quem os representa e sobre as temáticas a abordar na edição do ano seguinte de cada programa (devendo ser abordados os temas por si propostos e votados);
- › Assegurando que as propostas que decorrem da participação dos jovens no Parlamento Europeu e na Assembleia da República são analisadas e consideradas pelos deputados (e que serão comunicadas aos jovens as deliberações finais acerca das mesmas).

Propõe-se que sejam consideradas estratégias para envolvimento dos jovens na monitorização e avaliação dos programas em curso, visando não apenas a compreensão do grau de satisfação dos participantes relativamente à implementação dos programas, mas também a recolha de contributos e de propostas para a sua melhoria. Para tal, considera-se importante que:

- › Seja desenhada com os jovens uma estratégia de monitorização e de avaliação dos programas;
- › Sejam criados mecanismos online que permitam: a) que os jovens possam aceder aos resultados dos programas e acompanhar as ações realizadas no âmbito dos mesmos; b) recolher contributos dos jovens em permanência para a melhoria dos programas;
- › Seja adotada a boa prática de envolver os jovens na definição e na revisão dos programas a si destinados e dos respetivos regulamentos (quando aplicável), através de abordagens diferenciadas, que fomentem não só a consulta, como também a colaboração e a cocriação.

Envolver os jovens
na monitorização
e na avaliação dos
programas a
decorrer

4.1.2. Garantir condições igualitárias de acesso e de participação nos programas existentes

Assegurar as
deslocações dos
participantes no
CTI

De forma a tornar possível a todos, independentemente da sua situação socioeconómica, a participação nos Campos de Trabalho Internacionais:

- › Devem ser garantidas bolsas que cubram as despesas de deslocação dos participantes desde os seus locais de residência até aos locais onde se realizam os campos de trabalho aos quais se candidatam (ida e volta).
- › Deve ser considerada a impossibilidade de alguns jovens garantirem por meios próprios os custos com a sua deslocação, devendo, pelo menos nesses casos, o pagamento da bolsa ser agilizado sob adiantamento.

O montante previsto para ressarcimento de despesas de deslocação aos voluntários do Navega(s) em Segurança deve ser flexibilizado de forma a cobrir todas as despesas implícitas à mesma, nomeadamente considerando no cálculo do valor:

- › Os quilómetros efetuados desde o domicílio do voluntário até ao local de realização das sessões;
- › O meio utilizado pelo voluntário para as deslocações (se por viatura própria, ou por transportes públicos).

Flexibilizar o teto máximo para ressarcimento de despesas aos voluntários do Navega(s) em Segurança?

Assegurar as deslocações dos participantes no Euroescola e no Parlamento dos Jovens

Considerando que a participação dos estudantes nestes programas implica deslocações, e que os participantes são provenientes de diferentes realidades geográficas, devem ser garantidos os meios para a sua deslocação, em particular:

- › Agilizando o transporte em parceria com os Municípios;
- › Garantindo ressarcimento de despesas, caso o transporte dos estudantes seja efetuado por meios próprios dos mesmos e das respetivas famílias, ou das escolas e docentes.

Considerando a importância e efeitos do CTI, considera-se que este programa deve ver em si ampliadas as possibilidades de participação, nomeadamente:

- › Passando a inscrição no programa a ser possível a partir dos 16 anos;
- › Reforçando a verba disponível no programa de forma a apoiar projetos que visem envolver uma quota de jovens NEET.

Ampliar as possibilidades de participação no CTI

4.1.3. Garantir condições institucionais favoráveis ao fomento da participação dos jovens e à implementação das suas deliberações no âmbito dos programas a decorrer

Abertura para o diálogo e negociação com os jovens

Sendo a abertura política e técnica ao diálogo e negociação um dos pressupostos essenciais para fomentar a participação pública, considera-se que esta deve existir enquanto aspeto basilar para possibilitar uma maior ambição no fomento da participação jovem nos programas a decorrer, e a alocação dos meios e recursos necessários ao fomento dessa nova abordagem dos serviços do IPDJ.

A aplicação de abordagens participativas implica ter uma equipa técnica sensibilizada e capacitada para o concretizar, pelo que o IPDJ deve considerar realizar ações de capacitação das Direções Regionais que visem:

- › Sensibilizar sobre a importância da participação pública no seio das instituições democráticas;
- › Capacitação para o planeamento, implementação e avaliação de processos e de metodologias participativas.

Sensibilização e capacitação dos dirigentes e técnicos do IPDJ em participação pública

Alocar os recursos devidos à viabilização de uma maior ambição na promoção da participação dos jovens

Trata-se de proceder à alocação dos recursos necessários para viabilizar uma abordagem mais ambiciosa na promoção da participação dos jovens, assegurando o suporte financeiro, humano e logístico adequado, de forma a potenciar o protagonismo juvenil e incentivar o envolvimento ativo dos jovens nos programas.

Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação que responda de forma eficaz às expectativas, interesses e linguagens dos jovens, promovendo uma aproximação com os mesmos. Esta deverá:

- › privilegiar canais, formatos e mensagens que captem a atenção e incentivem o envolvimento ativo destes destinatários;
- › assegurar uma comunicação clara, acessível e adaptada, com o objetivo de informar sobre os programas a decorrer e mobilizar para a participação e envolvimento nos mesmos.

Uma estratégia de comunicação que vá ao encontro dos jovens

4. 2. Criação de novos programas

Programa de formação-ação sobre participação pública

Descrição

Este programa tem como propósito capacitar jovens com conhecimentos e competências para o duplo papel de:

- participantes em processos de participação pública, compreendo o seu enquadramento e modelo de funcionamento, sendo, em simultâneo, capazes de efetuar uma análise crítica dos mesmos;
- impulsionadores de processos de participação pública, ficando aptos a conceber iniciativas, assegurar a sua execução e avaliação.

Ao proporcionar uma formação estruturada, o programa permite criar uma oportunidade para que os jovens possam explorar a relevância e os benefícios da participação cidadã na construção de políticas públicas, reforçando a legitimidade das instituições democráticas e promovendo uma cultura de cidadania ativa.

Objetivos

- Promover uma compreensão crítica das ameaças à democracia, enfatizando a importância da participação cívica como um antídoto para esses desafios;
- Sensibilizar os jovens para o seu papel como agentes de mudança, promovendo uma cultura de cidadania ativa;
- Equipar os jovens com competências práticas para envolver as suas comunidades em processos participativos;
- Proporcionar uma experiência prática de participação, incentivando os jovens a desenvolver soluções criativas para desafios nas suas comunidades.

Estrutura

O programa será composto por duas componentes, uma vocacionada para a formação e outra para a ação.

Componente 1: Formação

Módulo 1: Os desafios das democracias liberais

Análise dos principais desafios que as democracias liberais enfrentam hoje, como a desinformação, o populismo, a apatia política e a desconfiança nas instituições.

Módulo 2: A importância da participação pública

Exploração dos conceitos e princípios da participação pública, com destaque para o papel dos jovens na construção de sociedades mais inclusivas e democráticas.

Módulo 3: Métodos e técnicas para promover a participação pública

Apresentação de ferramentas e metodologias inovadoras, como os orçamentos participativos, assembleias cidadãs, mapa comunitário, urbanismo tático, plataformas digitais de participação, entre outras.

Módulo 4: Laboratório de participação pública

Com o apoio de uma mentoria especializada, este é módulo dedicado à conceção de processos de participação pública, no âmbito do qual cada participante deverá elaborar uma proposta de iniciativa a desenvolver, recorrendo para o efeito aos conhecimentos adquiridos nos módulos anteriores.

Componente 2: Ação

De acordo com os resultados obtidos no laboratório do módulo 4, os participantes no curso terão acesso a uma bolsa de recursos para a implementação das iniciativas de participação pública propostas. Essas podem ser levadas a cabo em parceria com entidades terceiras, desde que previamente asseguradas e mediante compromisso escrito.

Esta componente pode ser facultativa.

Público-Alvo

Jovens com idades entre os 16 e os 30 anos.

Métodos de implementação

- sessões presenciais e online para garantir flexibilidade e acesso amplo;
- mentoria por especialistas em políticas públicas e participação cívica, para orientar os jovens na criação dos seus projetos;
- certificação no final do curso.

Resultados esperados

- jovens mais informados e capacitados para se envolverem ativamente em processos de participação pública;
- maior envolvimento dos jovens em iniciativas cívicas e comunitárias;
- criação de uma rede de jovens formados em participação pública, capazes de influenciar positivamente as suas comunidades e instituições locais;
- reforço das competências de empregabilidade dos jovens, por via da aquisição de conhecimentos especializados e em déficit no mercado de trabalho.

Este programa pode ser complementado com parcerias estratégicas, como câmaras municipais, universidades e organizações não-governamentais, para maximizar o seu impacto e alcance.

Programa de formação-ação de jovens líderes comunitários

Descrição

O programa de bolsas de capacitação visa identificar, formar e apoiar jovens promissores, proporcionando-lhes competências de liderança e participação cívica para que possam constituir-se como agentes de transformação das suas comunidades. Este programa destina-se a jovens que evidenciem um compromisso com o serviço comunitário ou o ativismo social e pretendem ampliar o seu impacto através de formação especializada e orientação.

Objetivos

- capacitar jovens líderes com competências em liderança, gestão de projetos, comunicação e participação cívica;
- incentivar o desenvolvimento de iniciativas comunitárias que promovam a coesão social, a inclusão e o desenvolvimento local;
- fortalecer redes de colaboração entre jovens líderes, organizações da sociedade civil e autoridades locais;
- promover a participação ativa dos jovens em processos de tomada de decisão.

Estrutura

O programa será dividido em três fases ao longo de dezasseis meses, com um enfoque em formação, mentoria e implementação prática:

Fase 1: Formação inicial (1 mês)

Os jovens selecionados deverão participar numa formação intensiva que cobre temas como:

- › princípios de liderança inclusiva e ética;
- › empreendedorismo social;
- › ferramentas de participação cívica e envolvimento comunitário;

- › técnicas de facilitação, mediação e resolução de conflitos;
- › estratégias de comunicação eficaz;
- › advocacia.

Fase 2: Mentoria e desenvolvimento de projetos (3 meses)

Após a formação inicial, cada jovem será apoiado por um mentor experiente, por exemplo, líderes comunitários, especialistas em políticas públicas, ou empreendedores sociais. Durante esta fase, os bolsеiros deverão:

- › efetuar um diagnóstico e desenvolver um plano de ação para um projeto comunitário;
- › participar em sessões de mentoria periódicas para orientação e feedback contínuo;
- › aceder a workshops adicionais sobre gestão de projetos, angariação de fundos e construção de parcerias.

Fase 3: Implementação e avaliação (12 meses)

Os jovens deverão implementar os projetos nas suas comunidades, no âmbito de uma instituição de acolhimento e com o apoio financeiro e logístico do programa. Além disso, haverá:

- › acompanhamento contínuo por parte dos mentores e da equipa do programa.
- › reuniões de monitorização e partilha de experiências entre os bolsеiros para fomentar o intercâmbio de boas práticas.

Público-Alvo:

- os bolsеiros devem ser jovens com idades entre os 16 e os 30 anos, com um histórico de envolvimento em atividades comunitárias, voluntariado ou ativismo social;
- preferência por jovens de comunidades sub-representadas ou áreas geográficas desfavorecidas.
- associações comunitárias sedeadas nos territórios de implementação dos projetos.

Benefícios

- bolsas que cobrem os custos da formação, mentoria e implementação dos projetos;
- acesso a redes de contactos de jovens líderes, organizações não-governamentais e decisores políticos;
- certificação em liderança comunitária;
- visibilidade e reconhecimento através da divulgação dos projetos em diversas plataformas, entre as quais o próprio ipdj.

Métodos de implementação

- certificação dos jovens envolvidos;
- parcerias com universidades, câmaras municipais e organizações da sociedade civil para a promoção do programa, mobilização de mentores e definição das entidades de acolhimento;
- plataforma para apoiar a formação à distância e o acompanhamento contínuo dos projetos;
- eventos de networking para apresentar os projetos e partilhar histórias de sucesso.

Resultados esperados

- formação de uma nova geração de jovens líderes comunitários capacitados para enfrentar desafios sociais e políticos;
- desenvolvimento de pelo menos dois projetos comunitários por cada Delegação Regional do IPDJ e por edição do Programa;
- fortalecimento da cidadania ativa e do envolvimento dos jovens em processos de decisão a nível local.

Programa de imersão institucional

Descrição

Este programa de imersão visa proporcionar aos jovens uma experiência prática e enriquecedora no seio de instituições públicas, em particular nas autarquias, com foco em áreas ligadas à juventude, à promoção da cidadania e da participação cívica. Através de um estágio remunerado, os jovens terão a oportunidade de contribuir ativamente para a conceção, desenvolvimento e avaliação de processos de participação pública.

Objetivos

- proporcionar uma experiência formativa imersiva que aproxime os jovens do funcionamento das instituições públicas;
- capacitar jovens com competências práticas em gestão de processos participativos, comunicação institucional e cidadania ativa;
- fomentar o desenvolvimento de processos inovadores de participação pública, aproveitando as perspetivas e a criatividade dos jovens;
- fortalecer a relação entre a juventude e as instituições, promovendo a confiança mútua e o envolvimento cívico.

Estrutura

O programa será organizado em três fases ao longo de oito meses, permitindo uma experiência de imersão completa nas instituições públicas.

Fase 1: Preparação (1 mês)

Lançamento de um processo de seleção aberto para jovens entre os 18 e os 30 anos, com base em critérios como motivação e interesse em políticas públicas.

Realização de um breve curso de formação inicial (workshops online ou presenciais) sobre os princípios da participação pública, funcionamento das instituições públicas, e ética no serviço público.

Fase 2: Imersão nas instituições (6 meses)

Os jovens serão integrados temporariamente numa unidade orgânica de uma instituição pública, especificamente em áreas ligadas às políticas de juventude, promoção da cidadania e participação.

Durante o período de imersão, os jovens terão três principais responsabilidades:

- **conceção:** participar na criação de um novo processo de participação pública ou melhorar um já existente;
- **desenvolvimento:** apoiar a implementação prática do processo participativo, colaborando com funcionários da instituição.
- **avaliação:** conduzir a análise dos resultados alcançados e propor eventuais melhorias a introduzir.

Cada jovem será orientado por um mentor institucional, que fornecerá suporte contínuo e avaliações regulares. Pretende-se, desta forma, que os participantes adquiram experiência prática e contribuam para processos reais de tomada de decisão pública.

Fase 3: Apresentação de resultados e reflexão (1 mês)

No final do programa, os jovens participantes deverão preparar um relatório da imersão, incluindo uma avaliação do processo participativo em que estiveram envolvidos.

Deverá fazer parte desta fase a organização de um evento de encerramento de cada edição do Programa, no qual os jovens envolvidos apresentarão os seus projetos e aprendizagens a representantes das instituições públicas, organizações da sociedade civil e outros jovens.

Pretende-se, desta forma, partilhar boas práticas, celebrar as realizações dos participantes e fortalecer as redes entre jovens e instituições.

Benefícios

- **Bolsa** – todos os jovens receberão uma bolsa que cobrirá as suas despesas durante o período de imersão, garantindo que possam participar independentemente da sua situação socioeconómica;
- **Certificação** – todos os envolvidos (jovens e mentores) receberão um certificado emitido pelo IPDJ;
- **Rede** – todos os jovens terão acesso a uma rede de profissionais do setor público, promovendo futuras oportunidades de profissionais.

Público-Alvo

- Jovens entre os 18 e os 30 anos, com interesse em cidadania ativa, políticas públicas, e participação cívica.
- Preferência por jovens que demonstrem um forte compromisso com a comunidade, com foco na diversidade (proveniência geográfica, condição socioeconómica, etc.).

Métodos de implementação

- parcerias com instituições públicas para identificar oportunidades de acolhimento dos jovens. Sugere-se a criação de uma bolsa de entidades parceiras;

- plataforma de comunicação entre participantes e partilha de boas práticas;
- avaliação contínua do programa, com inquéritos de satisfação dos jovens participantes e das instituições envolvidas.

Resultados esperados

- capacitação de 20 jovens por cada edição do Programa;
- desenvolvimento de pelo menos 20 novos processos de participação pública por edição, com o contributo dos jovens imersos nas instituições;
- aumento da confiança dos jovens nas instituições públicas e da sua vontade de participar em processos de tomada de decisão;
- criação de um relatório anual de boas práticas, com recomendações para a promoção da participação cívica dos jovens.

Este programa pode ser uma excelente forma de envolver os jovens no serviço público, proporcionando-lhes uma experiência prática que lhes permita desenvolver competências valiosas e contribuir para uma administração pública mais inclusiva e inovadora.

Programa de Assembleias de Cidadãos Jovens

Descrição

Este programa visa envolver jovens de todo o país em Assembleias de Cidadãos Jovens, organizadas anualmente pelo IPDJ à escala nacional e regional. As assembleias deverão reunir jovens diversificados, proporcionando-lhes uma plataforma para discutir e apresentar propostas de políticas públicas setoriais, em diversas áreas de governação. Através deste programa, pretende-se incentivar a participação cívica e política dos jovens, promovendo o diálogo estruturado e a cocriação de soluções para os desafios que afetam a sociedade portuguesa.

Objetivos

- facilitar o envolvimento direto dos jovens no processo de tomada de decisão pública, reforçando a sua voz nas políticas regionais e nacionais;
- promover a literacia cívica e política entre os jovens, através da participação em processos deliberativos;
- estimular a cocriação de políticas públicas em diversas áreas, como a educação, o ambiente, a ação climática, a cultura, entre outras.
- fomentar uma cultura de participação democrática, incentivando a inclusão de jovens de diferentes contextos territoriais.

Estrutura

O programa será estruturado em quatro fases ao longo de cada edição anual, garantindo um processo inclusivo e transparente.

Fase 1: Planeamento

- › seleção do tema prioritário a tratar nas Assembleias de Cidadãos Jovens, com base em consultas públicas, prioridades governamentais e desafios emergentes;
- › criação de um calendário anual, detalhando as datas e locais das assembleias regionais e nacionais;
- › identificação de parcerias com escolas, universidades, autarquias e organizações juvenis para promover o programa e mobilizar participantes.

Fase 2: Realização das Assembleias Regionais

- › organização de Assembleias Regionais em todas as regiões continentais de Portugal (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve);
- › as assembleias deverão reunir jovens entre os 14 e os 30 anos, selecionados através de um processo aberto, para garantir diversidade geográfica, de género e condição socioeconómica.
- › cada assembleia terá uma duração a definir, embora não inferior a 3 dias, durante os quais os jovens irão:
 - Receber informação sobre os temas em debate em cada Assembleia;
 - Participar em discussões facilitadas, grupos de trabalho e sessões plenárias para elaborar propostas de políticas públicas;
 - Produzir recomendações de política pública para as áreas em debate;
 - Eleger delegados regionais.

Fase 3: Assembleia Nacional de Cidadãos Jovens

Reunião dos delegados eleitos nas Assembleias Regionais numa Assembleia Nacional de Cidadãos Jovens;

Durante esta assembleia de pelo menos 3 dias, os jovens irão:

- › apresentar, consolidar e compatibilizar as propostas regionais;
- › participar em debates com decisores políticos, especialistas e representantes de instituições governamentais;
- › elaborar um documento de recomendações políticas que será entregue, debatido e negociado com membros do governo e a outras entidades relevantes.

Fase 4: Divulgação e monitorização

- › publicação de um relatório anual com as propostas elaboradas pelos jovens, disponível para consulta pública;
- › publicação de um relatório das instâncias governamentais de resposta às propostas elaboradas pelos jovens, disponível para consulta pública;
- › organização de uma conferência de imprensa para apresentar os resultados;
- › criação de um sistema de monitorização das medidas a adotar, para acompanhar a implementação das mesmas.

Benefícios

- certificação de participação para todos os jovens envolvidos, reconhecendo a sua contribuição para o debate público;
- oportunidade de *networking* com outros jovens, especialistas e decisores políticos;

- desenvolvimento de competências em comunicação, negociação e deliberação.

Público-Alvo

- jovens entre os 14 e os 30 anos, com especial ênfase na inclusão de jovens de diferentes origens (geográficas, socioeconómicas e culturais).
- estudantes, membros de associações juvenis, jovens trabalhadores e desempregados interessados em influenciar políticas públicas.

Métodos de implementação

- parcerias com órgãos de governo, escolas, universidades e organizações juvenis para promover a inscrição e envolvimento dos jovens;
- plataforma digital para inscrições, acesso a materiais preparatórios e submissão de documentos;
- facilitadores e moderadores qualificados para orientar os debates nas assembleias.

Resultados esperados

- criação de um relatório anual de recomendações que reflète as preocupações e propostas dos jovens portugueses em diferentes áreas de governação;
- maior envolvimento dos jovens nos processos de decisão política, promovendo a confiança nas instituições.
- influência nas políticas públicas em setores chave, como resultado das recomendações apresentadas.

Este programa pode ser uma poderosa iniciativa para fortalecer a participação dos jovens na vida pública e garantir que as suas vozes são ouvidas nas decisões que afetam o futuro do país.

Programa Nacional de Participação Digital

Descrição

Este programa visa promover a participação cívica dos jovens através de uma plataforma digital, composta por diferentes módulos e ferramentas, permitindo-lhes contribuir para o debate público e a elaboração de políticas de forma contínua, flexível e acessível. Inspirado em exemplos internacionais, o objetivo é criar um ecossistema digital que encoraje a participação ativa dos jovens, independentemente da sua localização geográfica.

Objetivos

- facilitar o envolvimento contínuo e digital dos jovens em processos de participação pública;
- promover a participação inclusiva, eliminando barreiras geográficas e socioeconómicas;
- capacitar os jovens com competências digitais e cívicas através de ferramentas tecnológicas inovadoras;

- fomentar um canal direto entre os jovens, o IPDJ e os decisores políticos para a realização de debates e a cocriação de políticas públicas.

Componentes

1. Plataforma digital de participação

Desenvolvimento de uma plataforma digital através da qual os jovens podem partilhar ideias, votar em propostas e colaborar em discussões sobre políticas públicas. Esta plataforma visa funcionar como um espaço seguro para deliberação online, com funcionalidades como:

- › Fóruns de discussão, para debater temas como a educação, o ambiente, saúde, emprego, entre outros;
- › Crowdsourcing de ideias, para que os jovens possam submeter propostas que serão avaliadas pela comunidade e posteriormente discutidas com os decisores;
- › Votações e consultas online, para que seja possível medir o apoio dos jovens a várias propostas políticas.

Exemplo internacional:

A "Decidim" em Barcelona é uma plataforma de participação digital que permite aos cidadãos propor, deliberar e decidir sobre políticas municipais. Este modelo pode ser adaptado a uma escala nacional, como é o caso do PPA Participativo promovido pelo Governo Federal do Brasil.

2. Youth Hackathons para políticas públicas

Organização de hackathons regulares, onde equipas de jovens, juntamente com especialistas e decisores políticos, se reúnem para desenvolver soluções inovadoras para desafios em áreas prioritárias (ex.: sustentabilidade, inclusão digital, saúde mental).

Visa estimular a criatividade e a inovação entre os jovens, oferecendo um espaço colaborativo para desenvolver protótipos de políticas e soluções tecnológicas.

Exemplo internacional:

O programa "Civic Tech Challenge" nos EUA, através do qual jovens criam soluções digitais para problemas comunitários, podem servir de inspiração.

3. Academia digital para a cidadania jovem

Uma série de cursos online e workshops interativos, focados em temas como literacia digital, ética da informação, combate à desinformação e métodos de participação cívica digital.

Visa dotar os jovens de competências necessárias para uma participação informada e eficaz em ambientes digitais.

Exemplo internacional:

A "Youth Digital Participation Academy" no Reino Unido oferece formação em cidadania digital e advocacy online.

4. Consultas anuais digitais com decisores

Realização de consultas anuais online, através das quais os jovens têm a oportunidade de interagir diretamente com membros do governo, líderes locais e outros stakeholders. Estas sessões podem incluir:

- › sessões de perguntas e respostas ao vivo;
- › debates temáticos moderados em áreas como a ação climática, o acesso à habitação, a igualdade de género, o assédio sexual, entre outras.

Visa criar um diálogo contínuo entre jovens e decisores, facilitando a cocriação de políticas.

Exemplo internacional:

O programa "EU Youth Dialogue" envolve jovens de toda a Europa em consultas regulares sobre as prioridades da União Europeia.

Benefícios

- acesso facilitado: permitindo que jovens de áreas rurais ou com mobilidade reduzida possam participar ativamente;
- promoção de uma cidadania digital ativa: capacitando os jovens para se envolverem em processos de decisão através de ferramentas digitais;
- estímulo à inovação: incentivando a criação de soluções tecnológicas para problemas sociais e políticos;
- transparência e responsabilização: através da documentação pública dos debates e propostas.

Parcerias estratégicas

- universidades e politécnicos para promover a adesão ao programa e envolver estudantes em processos participativos;
- empresas de tecnologia que possam apoiar com infraestruturas digitais (ex.: Microsoft, Google).
- ONGs e associações juvenis para divulgação e capacitação de jovens.

Este programa pode ser uma forma inovadora e inclusiva de envolver os jovens na vida política, utilizando tecnologias que lhes são familiares e acessíveis. Assim, Portugal pode posicionar-se como líder na promoção da cidadania digital jovem, ao mesmo tempo que reforça a participação cívica num contexto moderno.

Referências

Arnstein, R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>

Cancela, J. & Magalhães, P. (2024, março 15). As bases sociais do novo sistema partidário. Sondagens ICS/ISCTE. <https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/2024/03/15/as-bases-sociais-do-novo-sistema-partidario/>

CM/Res(2020)2 sobre a Estratégia 2030 para o setor da juventude do Conselho da Europa. Conselho da Europa, CM/Res(2020)2. <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090001680a22389>

Costa, C.M., Martinez-Galán, E. & Leandro, F.J. (2022), Does Fifth Industrial Revolution Benefit or Trouble the Global Civil Society?". In Oberoi, R., Halsall, J.P. and Snowden, M. (Ed.) *Contestations in Global Civil Society* (pp. 45-62). Emerald Publishing Limited, Leeds. <https://doi.org/10.1108/978-1-80043-700-520221006>

Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., Silva, P. & Ferreira, P. (2022). A participação política da juventude em Portugal: relatório síntese. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://gulbenkian.pt/forum-futuro/participacao-politica-dos-jovens-em-portugal/>

Crowley, A. & Moxon, D. (2017). *New and innovative forms of youth participation in decision-making processes*. Conselho da Europa. <https://edoc.coe.int/en/youth-in-europe/7625-new-and-innovative-forms-of-youth-participation-in-decision-making-processes.html>

Constituição da República Portuguesa. Decreto de aprovação da Constituição (1976). Diário da República: I Série, nº 86/1976. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>

Decreto-Lei n.º 129/2015, de 9 de julho. Diário da República: I Série, n.º 132/2015. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/129-2015-69773245>

Directorate-General for Communication. (2021, abril 14). Flash Eurobarometer 478: How do we build a stronger, more united Europe? The views of young people. European Data. https://data.europa.eu/data/datasets/s2224_478_eng?locale=en

Direção-Geral da Educação. (2021, janeiro 19). Programa Parlamento dos Jovens. <https://www.dge.mec.pt/programa-parlamento-dos-jovens>

Eurostat. (2021, setembro 16). *Level of trust by sex, age, educational attainment and domain*. Eurostat. Data Browser. https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/product/page/ILC_PW03B

Ehnert, F., Frantzeskaki, N., Barnes, J., Borgström S., Gorissen, L., Kern, F., Strenchock, L., Egermann, M. (2018). The Acceleration of Urban Sustainability Transitions: A Comparison of Brighton, Budapest, Dresden, Genk, and Stockholm. *Sustainability*. 10 (13), 2-25. <https://doi.org/10.3390/su10030612>

Comité Português para a UNICEF. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Comité Português para a UNICEF

Grandin, J., Haarstad, H., Kjærås, K. & Bouzarovski, S. (2018). The politics of rapid urban transformation. *Current Opinion in Environmental Sustainability*. 31,16-22. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.12.002>

Helliwell, J., Huang, H., Shiplett, H. & Wang, S. (2024). Happiness of the Younger, the Older, and Those In Between. In Helliwell, J. F., Layard, R., Sachs, J. D., De Neve, J.-E., Akinin, L. B., & Wang, S. (Eds.).

World Happiness Report 2024 (pp.9-60). University of Oxford: Wellbeing Research Centre. <http://doi.org/10.18724/whr-f1p2-qj33>

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2021, dezembro 22). CENSOS 2021: resultados provisórios. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=526271534&DESTAQUESmodo=2

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. [IPDJ] (2019). *Declaração Lisboa+21 sobre políticas e programas para a juventude*. https://ipdj.gov.pt/documents/20123/1502596/Lisboa21_Declaracao_PT.pdf/b0f596ea-91a7-a263-2513-9deec7a02a71?t=1602753746174

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. [IPDJ]. (2022, abril 19). *Parlamento dos jovens*. <https://ipdj.gov.pt/parlamento-dos-jovens>

IPDJ. (2022, abril 19). *Orçamento Participativo Jovem*. <https://ipdj.gov.pt/orcamento-participativo-jovem>

IPDJ. (2022a, abril 19). *Euroscola*. <https://ipdj.gov.pt/euroscola>

IPDJ. (2022b, abril 19). *Voluntariado Jovem 70JÁ!*. <https://ipdj.gov.pt/voluntariado-jovem-70-j%C3%81-direitos-da-juventude>

Inter-Parliamentary Union. (2018). *Youth participation in national parliaments: 2018*. *Inter-Parliamentary Union*. <https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2018-12/youth-participation-in-national-parliaments-2018>

Jornal Oficial da União Europeia (2018). Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (2018/c 456/01). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A42018Y1218%2801%29>

Jornal Oficial da União Europeia (2020). Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre a promoção da sensibilização e participação democrática entre os jovens na Europa (2020/C 415/09). [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52020XG1201\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52020XG1201(01))

Jornal Oficial da União Europeia (2021a). Resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados Membros, reunidos no Conselho, sobre os resultados do 8.º Ciclo Diálogo da EU com a Juventude (2021/C 504/01). [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:42021Y1214\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:42021Y1214(01))

Jornal Oficial da União Europeia (2021b). Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o reforço da governação multinível ao promover a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão (2021/C 241/03). [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52021XG0621\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52021XG0621(01))

Jornal Oficial da União Europeia (2021c). Resolução do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre os resultados do 8.º Ciclo do Diálogo da EU com a juventude (2021/C 504/01). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A42021Y1214%2801%29>

Jornal Oficial da União Europeia (2021d). Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre a salvaguarda e a criação de espaços cívicos para os jovens que facilitem uma verdadeira participação dos jovens (2021/C 504/04). [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52021XG1213\(04\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52021XG1213(04))

Krabina, B. (2016). *The e-participation ladder—advancing from unawareness to impact participation*. [Conference Paper]. CeDEM16 Proceedings of the International Conference for E-Democracy and Open Government. Krems. https://www.researchgate.net/publication/303371027_The_E-Participation_Ladder_-_Advancing_from_Unawareness_to_Impact_Participation

Moxon, D., Bacalso, C, & Şerban, A (2021). *Beyond the pandemic: The impact of COVID-19 on young people in Europe*. Brussels. European Youth Forum

Organização das Nações Unidas [ONU]. (1989). *Convention on the rights of the child*. United Nations. <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/crc.aspx>

ONU. (2022). *Juventude*. <https://unric.org/pt/juventude/>

ONU. (2015). Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. 70/1 Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations. <https://www.eea.europa.eu/policy-documents/resolution-adopted-by-the-general>

ONU. (1948). *Universal declaration of human rights*. United Nations. <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

ONU. (2010). *World Program of Action for Youth*. United Nations <https://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wpay2010.pdf>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2019). *Society at a glance 2019: OECD social indicators*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/soc_glance-2019-en

PlanApp & IPDJ (2023). Orçamento Participativo Jovem Portugal – Relatório Final de Avaliação. <https://www.planapp.gov.pt/relatorio-avaliacao-orcamento-participativo-jovem-portugal/>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018 de 4 de fevereiro (2018). Diário da República, Série I, N.º 170. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/114-a-2018-116330692>

Sagnier, L., Morell, Al., Mesa, M., Garcia, M., Garcia, I., Morcillo, I., Arenas, E., Yanguas, G., Ramos, A. & Álvarez, E.M. (2021). *Os jovens em Portugal hoje: quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/5938/os-jovens-em-portugal-hoje>

SALTO. (2020). *Youth Participation Strategy*. SALTO Participation & Information Resource Center. <https://www.salto-youth.net/rc/participation/ypstrategy/>

Tavares, J. (2022). *Democracia, participação e pluralismo: que futuros?* Fundação Calouste Gulbenkian. <https://gulbenkian.pt/forum-futuro/participacao-politica-dos-jovens-em-portugal/>

The Global Partnership for Youth. (2021, setembro 6). *The Global Partnership for Youth in the Post-2015 Development Agenda*. Global RCE Network. <https://www.rcenetwork.org/portal/global-partnership-youth-post-2015-development-agenda>

UNICEF Portugal (2023). Tenho voto na matéria. <https://www.unicef.pt/media/4126/tenhovotonamateria2023-resultados-unicef.pdf>

Anexos A. Aspectos metodológicos complementares

Anexo A1. Pesquisa Documental

Abaixo lista-se o conjunto de recursos documentais, que suportaram a análise teórico-documental dos programas em estudo:

Relatórios de execução internos (fornecidos pelo IPDJ):

- Relatório de avaliação sobre a execução dos Campos de Férias Internacionais – 2019
- Relatório de avaliação sobre a execução dos Campos de Férias Internacionais – 2020
- Relatório de avaliação sobre a execução dos Campos de Férias Internacionais – 2021
- Relatório do Programa Euroscola – 2020
- Relatório do Programa Euroscola – 2021
- Relatório do Programa Euroscola – 2022
- Relatório de execução e avaliação – Navega(s) em Segurança - 2019
- Relatório de execução e avaliação – Navega(s) em Segurança - 2020
- Relatório de execução e avaliação – Navega(s) em Segurança - 2021
- Relatório do Programa Parlamento dos Jovens – 2018/2019
- Relatório do Programa Parlamento dos Jovens – 2019/2021
- Relatório do Programa Parlamento dos Jovens – 2021/2022
- Relatório de avaliação do OPJP (elaborado pelo PlanAPP):
- Relatório de avaliação ao Orçamento Participativo Jovem Portugal 2023

Relatórios de Atividades anuais (consultáveis no website do IPDJ):

- Relatório de Atividades 2022
- Relatório de Atividades 2020
- Relatório de Atividades 2019
- Relatório de Atividades 2018
- Relatório de Atividades 2016
- Relatório de Atividades 2015

Conhecimento / Área da Juventude / Dashboards

- <https://ipdj.gov.pt/programas-da-juventude-euroscola>
- <https://ipdj.gov.pt/programas-da-juventude-campos-trabalho-internacionais>

Anexo A2. Entrevista semiestruturada

Apresenta-se de seguida uma caracterização breve dos dois tipos de guiões utilizados que nas entrevistas semiestruturadas. Ainda que com nuances diferentes dada a tipologia de entrevistados, manteve-se alguns pontos comuns, sobretudo nas questões finais que visaram recolher contributos para as linhas estratégicas.

Estrutura do guião de entrevista aos(às) Dirigentes Regionais do IPDJ

Este grupo de entrevistas dividiu-se fundamentalmente em 4 blocos: 1) Apresentação de cada entrevistado(a), confirmação do envolvimento da sua Direção Regional (DR) nos cinco programas do IPDJ, e uma pergunta de quebra-gelo que permitiu obter as primeiras impressões acerca do trabalho dos dirigentes no IPDJ, através da questão, “Qual o superpoder que gostava de ter enquanto diretor regional do IPDJ?”; 2) Perguntas gerais, que visaram conhecer a perceção dos(as) entrevistados(as) acerca da relação dos jovens com o IPDJ e com os 5 programas em estudo, entender as suas opiniões acerca dos

temas que mais interessam aos jovens, e perceber se consideram que os 5 programas do IPDJ correspondem às expectativas e necessidades dos seus participantes e destinatários; 3) Perguntas específicas acerca dos programas em foco e da realidade regional em que estão a ser implementados, tendo sido as questões endereçadas no sentido de aferir quais os desafios que cada DR enfrenta na execução dos programas, bem como as dificuldades logísticas sentidas, qual o papel e a importância das parcerias locais estabelecidas, e qual a sua opinião acerca da possibilidade dos jovens auferirem de uma remuneração e/ou compensação pela sua participação em alguns dos programas, como incentivo; 4) O último bloco pretendeu recolher a opinião dos(as) dirigentes acerca do futuro dos 5 programas do IPDJ, captando sugestões de melhoria para cada um, e também recolhendo ideias sobre futuros programas a desenvolver, e sobre a forma como o IPDJ poderá promover cada vez mais a participação dos jovens através das suas iniciativas.

Estrutura do guião de entrevista às entidades com atuação na área da juventude

As entrevistas às entidades dividiram-se em três blocos: 1) De carácter mais geral, o primeiro grupo de perguntas inclinou-se sobre as perceções das entidades acerca da participação dos jovens, em particular sobre a sua relevância para o futuro da democracia, sobre os desafios que se colocam à promoção da participação juvenil, sobre as formas e mecanismos mais adequados para promover a participação, e sobre quais os temas que mais interessam aos jovens; 2) Questões acerca do trabalho que as entidades entrevistadas estão a realizar para promover a participação dos jovens, e sobre o perfil de jovens que envolvem nas suas ações; 3) Perceção que as entidades formulam do trabalho presente do IPDJ, e sugestões para o futuro, começando por questionar acerca da eficácia os programas do IPDJ, se respondem às expectativas dos jovens e, por fim, sobre que programas ou iniciativas devem ser desenvolvidos em Portugal para promover de forma efetiva a participação dos jovens.

Anexo A3. Sessões temáticas (ST)

O guião das ST com os técnicos estruturou-se em torno de 3 blocos essenciais: 1) Perguntas gerais, em particular para aferir a perceção dos técnicos acerca da relação dos jovens com o IPDJ e os seus programas, nomeadamente se acham que, no geral, os jovens conhecem ou já ouviram falar do instituto e do programa em destaque na sessão, e como acham que os mesmos tiveram conhecimento desse programa. Questionou-se ainda se os técnicos consideram que os programas do IPDJ para a promoção da participação jovem são eficazes, se respondem às expectativas dos jovens, e como vêm a opinião dos mesmos acerca dos programas; 2) Perguntas específicas, adaptadas a cada um dos programas em discussão na respetiva sessão, visando sobretudo compreender como são implementados, e como é promovida a participação dos jovens no âmbito dos mesmos, e garantida a representação dos seus interesses e necessidades; 3) Perguntas acerca do futuro dos programas para conhecer, por um lado, a opinião dos técnicos acerca de cada programa e sugestões de melhoria e, por outro lado, que ideias têm acerca de um futuro programa a desenvolver para efetivar, cada vez mais, a participação dos jovens, e garantir a representação dos seus interesses e necessidades.

Anexo A4. Focus Group Research

O guião para os FG pressupôs momentos de questionário, e outros de partilha conjunta, da seguinte forma: 1) Os trabalhos iniciaram com uma interação através do SLIDO. Os jovens puderam responder, com recurso aos telemóveis, ao seguinte: a) Seleção do emoji que melhor representa como cada um se está a sentir no momento (quebra-gelo); b) Inserção das palavras que melhor descrevem como os participantes gostam de exercer a sua participação na sociedade; c) Escolha múltipla para indicar em quais dos 5 programas em estudo os presentes participaram, seguido da avaliação de cada um dos programas em que mencionaram ter tido participação, classificando-os numa escala de 1 a 5 (em que 1 é a classificação menor e 5 a classificação máxima); 2) Procedeu-se à divisão dos

participantes em grupos de trabalho, para partilha e discussão de ideias sobre o que é a participação para si, exemplos concretos das formas de participação que exercem, quais as suas experiências com o IPDJ em termos de prós e contras, no que gostariam de participar, e como seria, na sua perceção, o programa perfeito que o IPDJ poderia criar no futuro. As respostas foram registadas pelos participantes no quadro branco interativo “Jamboard”, e depois apresentadas, por um interlocutor de cada grupo, em plenário; 3) Realizada uma discussão final em plenário, com o propósito de aferir acerca da experiência dos jovens com o IPDJ, em particular questionado se têm considerações a fazer sobre a participação em algum projeto do IPDJ que tenha ficado aquém das suas expectativas, e o que gostariam que o instituto soubesse sobre as necessidades dos jovens.

Anexo A5. Inquérito por questionário

O questionário é constituído por 4 grupos de questões. No primeiro grupo são solicitados dados sociodemográficos, denominado “A) Dados de caracterização”. Mais especificamente são solicitadas informações sobre o género, idade, concelho de residência, tipo de localidade onde vive (ex: Aldeia ou zona rural, grande cidade), qual o estado civil, se tem filho(as) a cargo, o grau de ensino mais elevado que atingiu, nacionalidade e a situação perante o trabalho no momento do preenchimento do questionário.

O segundo grupo apresenta como título “B) Perceções sobre a democracia e o país” e é composto por seis questões, das quais cinco requerem resposta em escala de tipo *Likert* e são de resposta dicotómica (B3 – fontes de informação contempladas como primeira ou segunda fonte). Para tipologia de resposta em escala de tipo *Likert* temos questões relativas a: opinião sobre o funcionamento da democracia em Portugal (B1, 1 – Muito mal; 5 – Muito bem); grau de confiança relativamente a diferentes instituições, tais como Presidente da República, justiça, igreja ou comunicação social (B2, 1 – Nenhuma confiança; 5 – Muita confiança); grau de concordância com afirmações relativas à perceção sobre a participação política e respetiva influência da mesma (B4, 1 – Discordo totalmente; 5 – Concordo totalmente; exemplo: item 1 – “Eu sinto que sou capaz de influencia decisões políticas do governo do meu país”); avaliação pessoa da situação atual do país em diferentes áreas, como por exemplo a economia, educação ou mercado de trabalho (B5, 1 – Muito má; 5 – Muito boa); e, por último, caracterização da prevalência de determinadas emoções associadas à sua opinião sobre a situação atual do país, como a raiva, medo ou entusiasmo (B6, 1 – Nunca; 4 – Muito frequentemente).

O terceiro grupo, denominado “C) Atitudes e comportamentos políticos”, é composto por quatro questões. Duas dessas questões são de resposta em escala de tipo *Likert*. Uma delas remete para a relação, pertença e participação do indivíduo em diferentes grupos ou entidades, como são por exemplo associação de estudantes, associação ambiental ou partido político (C1, 1 – Nunca participei; 4 – Pertença e participo ativamente). A outra questão com esta tipologia de resposta solicita o nível de exercício de diferentes formas de participação cívica e política, como por exemplo votar nas eleições, participar numa consulta pública ou realização de voluntariado (C2, 1 – Desconheço a existência; 6 – Exerci durante o último ano). Outra das questões deste grupo pede ao participante que indique a forma que considera mais e menos interessante (C3) e, por último, temos uma questão que deriva desta e na qual o participante deverá indicar as uma ou mais razões para ter considerado uma determinada forma como sendo a mais interessante (C4, exemplos: “É a que se adequa mais à minha disponibilidade”, “É a mais credível, na qual deposito mais confiança”).

O quarto grupo apresenta oito questões. A primeira é de resposta dicotómica, onde o participante indica se conhece ou não o IPDJ (D1). Existem duas questões de resposta múltipla, em que uma delas remete para a seleção do modo como os participantes adquiriram conhecimento sobre alguns dos programas do IPDJ (D3, exemplos: “Redes sociais dos IPDJ”, “Através de uma associação juvenil ou de estudantes”), e a outra solicita a seleção do tipo de participação nos programas do IPDJ

(D4, exemplos: “Participei numa simulação”; “Fui monitor de atividades”). Três questões deste grupo são de resposta em escala de tipo *Likert*, remetendo estas para: conhecimento sobre diferentes programas promovidos pelo IPDJ (D2, 1 – Não conheço; 4 – Conheço e participei), opinião sobre os programas do IPDJ em que participaram (D5, 1 – Não gostei; 5 – Gostei muito e voltava a participar), e impacto da participação em programas do IPDJ na perspetiva pessoal em diferentes domínios (D7, 1 – Discordo totalmente; 5 – Concordo totalmente; exemplo: item 1 – “Aumentou a minha convicção de que o meu papel enquanto jovem é devidamente valorizado na sociedade portuguesa”). Por último, são ainda incluídas duas questões de resposta descritiva, que solicitam sugestões de melhoria para os programas promovidos pelo IPDJ mencionados na questão D5 (D6) e sugestões para o um futuro programa a ser promovido por este instituto (D8).

Anexos B. Informação adicional acerca dos programas

Anexo B1. Campos de Trabalho Internacionais

Os Campos de Trabalho Internacionais^{xviii} visam promover atividades de voluntariado de carácter comunitário, civil ou social, e potenciam o desenvolvimento de uma comunidade local através de tarefas de carácter coletivo e possibilitam aos/às jovens: aprendizagens culturais, linguísticas, e interação intercultural.

Este programa do IPDJ, regulado pela Portaria nº345/2006, de 11 de abril, consiste na organização de campos de trabalho, onde jovens – portugueses/as ou estrangeiros/as com idades entre os 18 e os 30 anos – vivem e trabalham juntos durante um período de duração máxima de 12 dias num projeto organizado por uma entidade local para benefício dessa comunidade e onde podem desenvolver uma atividade solidária e de voluntariado do seu interesse.

Os CTI podem decorrer em Portugal ou num país estrangeiro e a maioria tem lugar nos meses de verão – habitualmente julho, agosto e setembro de cada ano – devendo ter um mínimo de 10 e um máximo de 17 participantes, sendo que, pelo menos, 20% devem ser estrangeiros. O número efetivo de horas de trabalho não pode ser superior a 6 por dia, nem inferiores a 4.

Estes campos de trabalho visam o reconhecimento das diferentes identidades culturais através do desenvolvimento de projetos de voluntariado em comunidades locais e podem focar diferentes áreas de atividade, tais como: ambiente; arqueologia; sociocomunitária; restauro e valorização do património histórico-cultural; ou outras de reconhecido interesse.

Os CTI, apoiados pelo IPDJ, são projetos desenvolvidos por organizações (denominadas “entidades promotoras”), tais como: associações juvenis inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ); grupos informais; ou outras entidades privadas sem fins lucrativos que prossigam objetivos enquadrados nas áreas de intervenção deste programa, exceto as entidades a que se refere a Lei n.º 33/87, de 11 de julho (revogada pela Lei n.º 23/06, de 23 de junho). Sendo que decorrem de 1 a 31 de dezembro de cada ano, as candidaturas aos campos de trabalho internacionais para execução no ano seguinte, para organizações não governamentais e sem fins lucrativos na plataforma dos programas.

Às entidades promotoras aprovadas e selecionadas para financiamento é garantido pelo IPDJ um apoio financeiro calculado por jovem e por dia, para despesas com a preparação, o seguro de acidentes pessoais, o alojamento, a alimentação, as atividades do programa, os transportes locais, as avaliações e outras que se encontrem devidamente fundamentadas, correspondente a um apoio no valor de 21,50 euros por jovem e por dia.

Execução

Notas preliminares

- O Instituto Português do Desporto e Juventude, I P (IPDJ, IP) é um parceiro ativo da Rede Internacional “Service Civile Internationale” (SCI) e membro do Comité Coordenador para o Serviço Voluntário Internacional (CCIVS), sendo os 220 membros os parceiros internacionais que gerem e implementam, anualmente, os CTI.
- O IPDJ é, no país, a instituição da Administração Pública com a responsabilidade nacional na gestão e implementação da atividade dos CTI.
- OS CTI têm grande popularidade em Portugal e no estrangeiro, sendo Portugal um dos países mais procurados pelos estrangeiros para a participação neste programa.

^{xviii} Mais Informação em <https://ipdj.gov.pt/campos-de-trabalho-internacionais> e em <https://programasjuventude.ipdj.gov.pt/cti>

- Todos os anos, os CTI revelam-se como uma atividade sólida e regular de descoberta de outras culturas ao mesmo tempo que, através de projetos comunitários, grupos de jovens de várias nacionalidades dão o seu contributo para uma comunidade, sociedade e um mundo melhor.
- O número de projetos realizados foi de 14 em 2015, 14 em 2016, 16 em 2017, 17 em 2018 e 21 em 2019 (um total de 82 projetos).

2019

- Em 2019, houve 21 campos de trabalho de 19 organizações diferentes e 321 voluntários (entre os 18 e 30 anos), em comparação com 275 em 2018.
- Média de duração de 15 dias e máximo de 20 participantes.
- Maior número de distritos, maior diversidade de organizações, 6 novas organizações (abrangeu, por isso, todas as regiões de Portugal).
- Embora com pouca adesão, as candidaturas para o ano de 2019 tinham como área prioritárias nos projetos – Proteger e Preservar o Património Cultural nomeadamente no que se refere aos 15 locais da UNESCO em Portugal e os 21 da lista indicativa (maioria é ambiental e património histórico-cultural).
- O IPDJ aprovou 21 das 28 candidaturas recebidas (85 mil euros) e criou 326 vagas.
- 8 jovens portugueses foram enviados para CTI fora de Portugal.
- Número de jovens inscritos foi 546, em comparação com 499 em 2018. 277 jovens eram estrangeiros e 44 portugueses. O número de indivíduos do género feminino inscritos e participantes foi quase o dobro dos do género masculino. Nacionalidades mais representadas: Espanhóis, Italianos, Mexicanos, Russos, Alemães e Turcos (31 no total).
- Idades mais representadas: entre 18 e 21 anos.
- Em mais de 90% dos campos foi possível garantir as regras de 2 voluntários máximo por nacionalidade, no entanto, nos casos em que essa regra não foi aplicada foram colocados cerca de 3 voluntários da mesma nacionalidade, algumas das vezes com a preocupação do equilíbrio de género.
- Classificação final dos campos de acordo com feedback foi “excelente”.

2020

- Ainda assim, entre muitas inscrições canceladas, substituídas e validadas houve participação de jovens estrangeiros provenientes de vários países, sendo as nacionalidades mais representadas a Itália, Espanha, França, Alemanha, República Checa, Rússia, Polónia e Bélgica.
- Por outro lado, as entidades organizadoras dos Campos de Trabalho Internacionais em Portugal colocaram muitas dúvidas ao IPDJ, I.P. sobre o modo como deveriam realizar os CTI em contexto pandémico. O IPDJ, I.P. para minimizar as dificuldades sentidas por estas entidades elaborou um documento orientador revisto e aprovado pela DGS, que apesar de ser para os Campos de Férias, as regras estendiam-se também aos CTI.
- Dos 19 campos previstos realizamos 14 (85%) com a participação de cerca de 246 voluntários - 330 vagas abertas e orçamento de 85 mil euros, usado ~64,3 mil euros.
- Foram recebidas cerca de 492 inscrições de portugueses e estrangeiros.
- Problemas: desistências em cima da hora, incêndio forçando evacuação de grupo, ocultação de problema de saúde de um participante.

2021

- Dos 20 campos financiados, houve apenas o cancelamento de 1 por falta de participantes sendo que todos os restantes se realizaram com o n.o de participantes previstos. Este ano,

registámos 2 campos com surto de covid-19, geridos com profissionalismo pelas respetivas organizações de acordo com as autoridades de saúde regionais e com o apoio do IPDJ.

- A dotação orçamental aprovada pelo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto de 85.000,00 (gasto de 82,5 mil euros) permitiu apoiar 20 campos (95%), num total de 326 vagas para voluntários. Foram recebidas cerca de 470 inscrições de voluntários portugueses e estrangeiros.

2022

- Realizaram-se 21 projetos, promovidos por 21 entidades, com a participação de 1.875 jovens em Campos de Trabalho Internacionais.

Anexo B2. Euroescola

O Euroescola^{xix} é um programa anual criado pelo Parlamento Europeu (PE) no âmbito da cidadania dirigido aos alunos do ensino secundário e que consiste na simulação do trabalho dos Deputados no Parlamento Europeu.

Em Portugal é organizado pelo IPDJ e pela representação portuguesa do Gabinete do Parlamento Europeu, em parceria com a Assembleia da República, Assembleias Legislativas e Direções Regionais de Juventude dos Açores e da Madeira.

Podem candidatar-se ao Euroescola as escolas participantes no Parlamento dos Jovens desse mesmo ano. Cada escola candidata ao Euroescola deverá inscrever dois/duas alunos/as matriculados no 10º ou 11º ano. As candidaturas decorrem entre 1 de janeiro e 28 de fevereiro, na plataforma informática dos programas. As sessões do Euroescola realizam-se em articulação com as sessões do Parlamento dos Jovens e iniciam-se todos os anos com sessões distritais ou regionais, onde é escolhida a escola desse distrito ou região para a sessão nacional, na Assembleia da República. A escola vencedora do concurso na sessão nacional, vai ao Parlamento Europeu, que acolhe estudantes de todos os Estados-membros da União Europeia para passarem um dia em Estrasburgo, tornando-se membros deste Parlamento.

Cada escola inscreve-se na plataforma informática, apresentando um trabalho escrito de abordagem da dimensão europeia do tema selecionado e elaborado por dois/as alunos/as. Entre fevereiro e março, as escolas participantes realizam uma apresentação oral do trabalho, perante um júri distrital/regional. As vencedoras a nível distrital/regional realizam, posteriormente, uma apresentação oral do trabalho a um júri nacional (em maio). O trabalho escrito tem, no máximo, uma extensão correspondente a três páginas A4. A apresentação tem a duração definida pelo IPDJ, não podendo exceder cinco minutos. A seleção dos trabalhos é realizada por júris distritais/regionais, e também por um júri nacional.

Para o efeito, o IPDJ realiza sessões distritais e as Direções Regionais da Juventude das Regiões Autónomas, sessões regionais. Em maio, em data a definir, realiza-se em Lisboa, na Assembleia da República, a sessão nacional. O Gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa estabelece anualmente o número de escolas que participam na sessão Euroescola em Estrasburgo, que decorre da classificação obtida nos trabalhos da sessão nacional.

^{xix} Mais informação em <https://ipdj.gov.pt/euroescola> e em <https://youth.europarl.europa.eu/en/more-information/euroescola.html>

O Regulamento do Euroescola (Regulamento n.º 177/2019) encontra-se publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 37, de 21 de fevereiro de 2019.

Execução

Notas preliminares

- O Parlamento Europeu criou o programa Euroescola em 1990, com o intuito de permitir que centenas de milhares de estudantes do ensino secundário participassem num exercício de simulação do trabalho dos deputados do Parlamento Europeu.
- Todos os anos, o Euroescola acolhe milhares de estudantes entre os 16 e os 18 anos de idade de todos os 28 Estados-Membros da União Europeia, tornando-se membros do Parlamento Europeu. Os estudantes experimentam um dia como eurodeputados, participando na tomada de decisões da União Europeia (UE) através de debates no hemiciclo, votando e adotando resoluções sobre assuntos europeus da atualidade.
- Para além disso, os alunos têm a possibilidade de apresentar sua escola e a região de onde provêm, o que proporciona maior diversidade e enriquece o diálogo cultural. Há aproximadamente 20 sessões do Euroescola por ano em Estrasburgo, que atraem cerca de 10 mil estudantes.
- O IPDJ, em articulação com a sessão anual do ensino secundário do programa Parlamento dos Jovens, seleciona as escolas nacionais que irão participar nas sessões em Estrasburgo, sendo o Concurso organizado em parceria com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e as Direções Regionais de Juventude das Regiões Autónomas, com a colaboração das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira.

2020

- Ao abrigo do Programa foram executados 1142,70€, tendo estado presentes alunos de todas as regiões do Continente, Açores e Madeira. Por fim, foram selecionadas três escolas para participarem na sessão europeia do Euroescola, tendo sido plenamente alcançados os objetivos inicialmente propostos pelo Programa.

2021

- Tal como se verifica nos quadros estatísticos dos períodos homólogos das duas anteriores edições, verificou-se um decréscimo de participação de escolas no Programa em 2021. Este facto pode, eventualmente, prender-se com uma saturação dos alunos participantes em ações via on-line que se avolumaram muito no último ano, juntamente com as aulas, o que poderá levar a algum desinteresse na participação, algo que não aconteceu no ano de 2020, visto ser ainda uma situação recente. Igualmente, a suspensão no ano de 2020 do Programa Parlamento dos Jovens, com o qual o Euroescola, habitualmente, segue a par, e muitas vezes com os mesmos alunos participantes em ambos os Programas, também se verificou aí muitas desistências de escolas e conseqüentemente de alunos, algo que muito provavelmente se refletiu neste Programa.
- O ano de 2021, em resultado da pandemia de COVID-19, foi um ano atípico na execução do Programa, refletindo-se na ausência de despesas (0 €), não se tendo realizado a sessão nacional na Assembleia da República, em Lisboa, tendo-se optado pela apresentação de vídeos.

2022

- Tal como se verifica nos quadros estatísticos dos períodos homólogos das duas anteriores edições, verificou-se uma recuperação de participação perante o ano 2021. Este facto pode estar diretamente ligado ao recomeço das sessões presenciais, ao contrário da última edição em versão on-line, o que conduziu a algum desinteresse de participação por parte dos alunos.
- Ao abrigo do Programa foram executados 6.752,37 €, tendo estado presentes alunos de todas as regiões do país. Por fim, foram selecionadas três escolas para participarem na sessão europeia do Euroscola.
- Participaram, nesta edição no Programa Euroscola, 75 escolas e 1.875 jovens.

Anexo B3. Navega(s) em Segurança?

O projeto de voluntariado Navega(s) em Segurança?^{xx} é uma ação de longa duração, integrada no Programa “Agora Nós”, cujo objetivo é divulgar e promover a utilização dos serviços da Internet de forma responsável, junto dos/as jovens entre os 16 e 30 anos.

Nesta iniciativa os/as jovens voluntários/as realizam sessões de sensibilização e ações informativas de divulgação de curta duração destinadas a crianças, jovens, pais/educadores e cidadãos em geral. Os/as jovens voluntários/as devem inscrever-se na plataforma informática dos programas e possuir conhecimentos em tecnologias de informação e comunicação, boa capacidade de comunicação, facilidade de relacionamento interpessoal, e Certificado de Competências Pedagógicas (preferencialmente).

Os/as jovens que reúnam os requisitos do programa são selecionados/as pelas Direções Regionais do IPDJ, sendo selecionados/as cerca de 40 voluntários/as a nível nacional, correspondendo a dois voluntários/as por distrito (um efetivo e um suplente).

Estas ações realizam-se todos os anos, entre 1 de fevereiro e 18 de dezembro, nas Lojas Ponto JÁ, sob gestão direta do IPDJ, ou em iniciativas integradas promovidas pelo IPDJ.

As sessões de sensibilização têm cerca de 60 minutos de duração e são constituídas por dois momentos:

- Exposição sumária, suportada por uma apresentação multimédia, sobre temas temáticas como: *fake news*, *ciberbullying*, internet das coisas, discurso de ódio, dependência online, proteção de dados, redes sociais e outras;
- Esclarecimento de dúvidas e realização de um pequeno questionário de avaliação com entrega de brinde e Certificado de Participação.

As ações informativas têm como público-alvo grupos de crianças e jovens, dos 6 aos 25 anos (prioritários), professores, animadores de juventude, pessoas com mais de 60 anos, e público em geral.

Os/as voluntários/as têm direito a formação geral sobre voluntariado e específica sobre as atividades a desenvolver, assim como ao ressarcimento de despesas de alimentação e transporte até um máximo de 13 euros por turno, para além de seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, e Passe Jovem (para os/as voluntários/as dos 16-18 anos).

Este programa é regulado pela Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, o Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro e a Portaria n.º 242/2013, de 2 de agosto, que estabelecem as bases do enquadramento

^{xx} Mais informação em <https://ipdj.gov.pt/navegas> e em <https://programasjuventude.ipdj.gov.pt/navegas-em-seguranca>

jurídico do voluntariado, regulamentam o Programa “Agora Nós” e criam o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, definindo as respetivas competências.

Execução

Notas preliminares

- Sessões de sensibilização e ações de divulgação de curta duração destinadas a crianças, jovens, pais/educadores e cidadãos em geral.
- As sessões de sensibilização têm a duração média de 60 minutos.
- As ações de divulgação são integradas em acontecimentos de grandes dimensões (tais como Futurália, Qualifica, festivais de música) ou noutras iniciativas, também de âmbito local e/ou regional em que o IPDJ participe ou que promova e onde seja possível realizá-las.
- Os animadores das sessões são jovens voluntários, acompanhados pelos técnicos do IPDJ, inscritos no programa de voluntariado jovem «Agora Nós»/Navegas em Segurança, com conhecimentos em tecnologias de informação e
- comunicação, boa capacidade de comunicação e facilidade de relacionamento interpessoal. A formação específica dos voluntários é assegurada através de autoformação feita a partir de recursos pedagógicos disponíveis online e também presencial e/ou via skype, devendo estes, tanto quanto possível, participar nas reuniões regionais de preparação e lançamento do programa.

2019

- Nesta edição abrangeram um total de 12.288 participantes a nível nacional, atingindo assim uma taxa de execução de 137% relativamente às metas propostas. Tendo em conta os dados apurados destacam-se, por terem ultrapassado de forma significativa a taxa de execução proposta, as Lojas Ponto JA do Porto, Viseu, Lisboa e Faro.
- Já no que se refere ao tipo de entidades abrangidas e que solicitaram a realização de sessões (Gráfico no 3) constata-se uma prevalência das Escolas (Ensino Básico, Secundário e Profissionais) em todas as regiões, exceto na Região de Lisboa e Vale do Tejo onde as outras instituições foram em maior número.
- Quanto aos públicos abrangidos, por escalão etário, verifica-se uma grande predominância dos adolescentes com 51% (dos 12 aos 18 anos), seguidos pelas crianças (dos 5 aos 12 anos) com 47%. O grupo menos significativo são os seniores (mais de 60 anos).
- Opinião dos participantes: Pelas respostas obtidas podemos concluir que a grande maioria das sessões foi bastante apreciada pelos participantes, havendo cerca de 32% que indicam ter achado a sessão interessante, 33% acharam-na educativa, 21% referem ter sido útil e 9% acharam divertida. Apenas 2% afirmam que a sessão foi aborrecida e 0,4% acharam que foi longa.
- Sugestões de melhoria têm a ver com a apresentação de mais vídeos, aprofundar temáticas como o cyberbullying, jogos, redes sociais, Youtube e a vida dos Youtubers e realização de sessões específicas.

2020

- No ano de 2020 devido à situação pandémica e ao confinamento, muitas sessões de sensibilização e ações de divulgação foram transformadas em ações online tendo sido realizadas em formato de webinar e/ou divulgação de recursos digitais.

- As sessões de sensibilização realizadas durante esta edição abrangeram um total de 6.942 participantes a nível nacional, atingindo assim uma taxa de execução de 69% relativamente às metas propostas.
- As sessões presenciais realizadas tiveram lugar em fevereiro/março e outubro/novembro. No total foram realizadas 104 sessões de sensibilização de curta duração, sendo as regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo aquelas onde mais sessões tiveram lugar. Destas, 41 foram realizadas em formato online sendo as outras 63 sessões presenciais.
- Os desafios resultantes da execução do programa em meio à pandemia apresentaram resultados positivos: A criação de novos recursos envolvendo também os jovens voluntários; A realização de sessões online para públicos mais alargados e diversificados; O desenvolvimento de competências de técnicos do IPDJ na utilização das plataformas digitais.

2021

- As sessões de sensibilização realizadas durante esta edição abrangeram um total de 14.188 participantes a nível nacional, atingindo assim uma taxa de execução de 227% relativamente às metas propostas.
- Relativamente ao programa de voluntariado candidataram-se 64 jovens, dos quais foram selecionados 30 e destes, confirmaram a sua participação 24. Dos 64 candidatos, 75% eram do sexo feminino e 45% estavam no escalão etário dos 22 /25 anos.
- Relativamente ao programa de voluntariado candidataram-se 64 jovens, dos quais foram selecionados 30 e destes, confirmaram a sua participação 24. Dos 64 candidatos, 75% eram do sexo feminino e 45% estavam no escalão etário dos 22 /25 anos.

2022

- Foram organizadas 18 sessões de Navega(s) em Segurança, com diversos estabelecimentos de ensino.
- Foi organizada uma ação de Voluntariado “Navegas em Segurança?” integrada no ciclo de palestras "Engenharia com Ética e com Valor Humano" do ISEC Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra – ISEC, com 149 participantes.

Anexo B4. Orçamento Participativo Jovem Portugal

O Orçamento Participativo Jovem Portugal^{xxi} é um processo de participação democrática no âmbito do qual os/as cidadãos/cidadãs com idades entre os 14 e os 30 anos, inclusive, podem apresentar e decidir projetos de investimento público.

Esta iniciativa participativa pretende contribuir para o reforço da qualidade da democracia e o maior envolvimento de jovens nos processos de decisão, promovendo a sua participação na definição de políticas públicas adequadas às suas necessidades e ao interesse do país.

Podem apresentar propostas e votar nos projetos finalistas todos/as os/as cidadãos/cidadãs nacionais e estrangeiros/as a residir legalmente em Portugal, com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, inclusive.

^{xxi} Mais informação em <https://ipdj.gov.pt/orcamento-participativo-jovem> e em <https://opjovem.gov.pt>

Foram realizadas, até à data, três edições do OPJP (2017, 2018 e 2019), sendo possível consultar, no site do OPJP, os projetos vencedores destas edições, estando os resultados disponíveis por ano, região e por estado de execução.

O OPJP foi criado através da sua inscrição no Orçamento do Estado (OE) para 2017, o qual estabeleceu que 10% da verba do Orçamento Participativo Portugal (OPP) seria atribuída a projetos resultantes da participação de jovens entre os 14 e os 30 anos. O montante do OPP para esse ano foi fixado em 3 milhões de euros, pelo que a verba do OPJP correspondeu a 300 mil euros. Como a dotação do OPP aumentou nas edições seguintes para 5 milhões de euros, ao OPJP foram alocados 500 mil euros, totalizando uma afetação de 1,3 milhões de euros nas três edições entretanto realizadas.

Cada edição anual do OPJP conteve cinco fases: discussão e elaboração de propostas por parte dos jovens; análise técnica das propostas submetidas; publicação de uma lista provisória de projetos aprovados na análise técnica e período para reclamações; votação pelos jovens; e apresentação pública dos projetos vencedores.

A apresentação de propostas pode ser efetuada de três formas:

- Na plataforma eletrónica do OPJovem;
- Nos encontros de participação organizados, em cada edição, por todo o país;
- Nos serviços desconcentrados do IPDJ.

Os objetivos do OPJP, bem como os seus princípios técnicos e regras de operacionalização, foram estabelecidos através das várias Resoluções do Conselho de Ministros (RCM) aprovadas anualmente, designadamente a RCM n.º 129/2017, a RCM n.º 67/2018 e a RCM n.º 59/2019.

Execução

2017

- Jovens de 142 municípios, resultados mais expressivos em Faro, Viana do Castelo, Porto e Ilha da Madeira.
- Participantes dos encontros estavam entre 12 e 61 anos, maioria vota regularmente. 7% dos participantes da avaliação eram estrangeiros.
- Sugestões de melhora: alargamento do calendário, melhorar a comunicação, aumentar áreas temáticas e verba, apresentação de projetos exemplo para clarificação.
- 426 propostas recebidas, maioria de inovação social e sustentabilidade. 255 propostas foram excluídas e 169 aprovadas.
- Durante o processo, houve 53 reclamações no período de consulta pública (60% por plataforma e 40% por email). 167 projetos foram aprovados para votação (maioria entre os 12 e 20 mil euros).
- A assistência técnica permanente foi da Associação In Loco.
- O meio preferido de votação foi SMS.
- votantes vem de 213 municípios.
- Edição contou com 300 mil euros - 7 projetos vencedores e 10 proponentes (8 fem e 2 masc, dos 15 aos 28 anos).
- Tráfego direto e via redes sociais mais significativo. Maior número de utilizadores de Lisboa, Porto e Aveiro.

2018

- É recomendado investimento em estratégias de proximidade, parcerias com escolas e mudança na estratégia de votação.
- Idades compreendidas entre os 14 e 30 anos.
- A região da Madeira teve maior número de participantes, seguida por Lisboa e Vale do Tejo.
- O número de participantes dobrou em relação ao ano anterior. 4,7% eram estrangeiros ou procuraram não responder.
- São registadas sugestões de melhoria, tais como: incluir mais áreas temáticas, realizar mais encontros, usar menos papel, etc.
- Foram representados 142 municípios.
- Mais de 50% dos participantes pertencem à uma associação.
- 424 propostas foram submetidas por 514 proponentes.
- 1518 novos utilizadores na plataforma. Maioria dos utilizadores tinha 18 anos e número decresceu com a idade.
- 232 propostas foram elegíveis e 160 foram rejeitadas.
- 17 reclamações foram registadas (a maioria por email e menos reclamações pela plataforma).
- O SMS foi o modo de votação mais utilizado.
- O montante para o OPP era de 500 mil euros - sete projetos foram vencedores (10 proponentes; 6 masc, 4 fem).

2019

- Verba de 500 mil euros
- Recomendação: revisão de estratégias de divulgação conforme públicos, para alcançar faixas etárias superiores, melhorar o modelo de organização na fase técnica, reforçar a dinâmica de votação nos projetos finalistas, estabelecer parcerias institucionais, assegurar dedicação de técnicos regionais do IPDJ ao processo de votação.
- 272 propostas formuladas, encontros realizados em 50 municípios (Norte e Centro, depois Lisboa e Vale do Tejo).
- Processo mostrou níveis de confiança inferiores em relação à última edição.
- Maioria dos participantes estão entre os 16 e 18 anos. 4,1% eram estrangeiros.
- 72,7% dos participantes não havia participado de outro OP.
- 396 proponentes, maioria entre 16 e 18 anos, cerca de 100 novos utilizadores.
- 437 propostas - 208 recusadas e 229 aprovadas.
- 10 reclamações, maioria por plataforma (menor número comparado à outras edições).
- Mais de 80% dos votos ocorreu via SMS.
- 7 projetos foram vencedores e 24 municípios vão usufruir deles.

Anexo B5. Parlamento dos Jovens

O Parlamento dos Jovens^{xxii} é uma iniciativa da Assembleia da República (AR), dirigida aos/às jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa.

^{xxii} Mais informação em <https://ipdj.gov.pt/parlamento-dos-jovens> e em <https://jovens.parlamento.pt>

O objetivo deste programa que, em 2020, celebrou 25 anos é o de promover a educação para a cidadania.

A AR, através da equipa do Parlamento dos Jovens, assegura a coordenação geral da execução do programa, em parceria com as seguintes entidades: Gabinete do Ministro da Educação, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE); Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP); IPDJ; Direções Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores; e Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira.

Podem inscrever-se, através do sítio do Parlamento dos Jovens, todas as escolas do ensino básico e secundário, do universo do ensino público, privado e cooperativo, abrangendo o continente, as regiões autónomas e os círculos da Europa e fora da Europa.

O programa, organizado em duas sessões distintas — Básico e Secundário, para cada destes graus de ensino — organiza-se nas seguintes fases:

1ª fase - Na Escola

- Debate do tema proposto anualmente;
- Processo eleitoral, com formação de listas candidatas à eleição de deputados/as;
- Eleição de deputados/as às Sessões Escolares para aprovação de um Projeto de Recomendação da Escola e eleição dos respetivos representantes.

2ª fase - No distrito ou região autónoma

- Sessões distritais/regionais, para aprovar as recomendações a submeter à Sessão Nacional do Parlamento dos/as Jovens e eleger os/as deputados/as que os/as irão representar nesta sessão.

3ª fase - Na Assembleia da República

- Sessão Nacional do Parlamento dos/as Jovens, onde se aprova, após debate em comissões e plenário, a recomendação final sobre o tema.

Esta iniciativa é regulada pelo Regimento do Parlamento dos Jovens, publicado pela AR.

Execução

2018-2019

- O tema da edição de 2018/2019 foi: Alterações Climáticas, Reverter o Aquecimento Global, tendo decorrido em Lisboa a sessão nacional nos dias 20 e 21 de maio de 2019.
- Participaram 474 escolas.
- Foram executados pelo IPDJ ao abrigo do Programa 9 655,85€ em transportes, tendo existido, mais uma vez, dificuldade em envolver as Câmaras Municipais da região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido aí efetuada a maior parte da despesa.

2019-2021

- É uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens do ensino secundário das escolas do ensino público, privado e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa. O tema da edição de 2019/2021 foi “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NO NAMORO: como garantir o respeito e a igualdade”. Esta edição, com uma duração atípica, que iniciou a sua primeira fase a 26 de agosto de 2019 e culminou em 25 de maio de 2021, esteve suspensa durante algum tempo devido à pandemia COVID, tendo sido possível concluí-la em versão remota digital.
- Na presente edição, esta fase teve de ser adaptada às exigências de saúde pública e distanciamento social, tendo a sessão plenária decorrido por videoconferência, num só dia, a 25 de maio de 2021. No dia da sessão nacional, os deputados eleitos por um mesmo círculo, bem como os jornalistas inscritos, reuniram-se num mesmo local, nomeadamente nas instalações regionais do IPDJ.
- A delegação das escolas em cada sessão nacional deve ser composta por dois deputados efetivos, um professor e um jornalista. 493 escolas.
- A pandemia COVID e as necessárias medidas de saúde pública a cumprir foram, sem sombra de dúvida, o grande desafio colocado a todos os participantes e organização, contudo com o empenho de todos, foi possível concluir com sucesso esta edição que se alongou por dois anos.
- Deste modo, a execução financeira do Programa Parlamento dos Jovens 2019/2021, cifra-se no total de 720€. O orçamento do Programa é repartido entre o IPDJ I.P. e a Assembleia da República. O alojamento dos participantes, onde se incluem os alunos e professores, é da responsabilidade da Assembleia da República, assim como as refeições.

2021-2022

- O tema da edição de 2021/2022 foi “O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NA DEMOCRACIA”, tendo decorrido em Lisboa a sessão nacional, nos dias 30 e 31 de maio de 2022.
- Participaram 487 escolas e 75.274 jovens, nesta edição do Parlamento dos Jovens.
- A responsabilidade do transporte dos deputados jovens e professores cabe ao IPDJ. Nos casos onde não foi possível encontrar parcerias com as autarquias locais para o transporte, nomeadamente nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Norte, foram contratadas empresas de transporte, cuja despesa se cifrou no montante total de € 6.188 (seis mil cento e oitenta e oito euros).

Tabela 29 - Indicadores Parlamento dos Jovens desde 2018 até 2022

	Ensino Secundário		
	2018-2019	2019-2021	2021-2022
Escolas inscritas	474	493	487
Turmas envolvidas	2342	2384	1596
Participantes nas listas eleitorais	11545	12262	10280
Votantes: eleições sessões escolares	68645	77689	75274
Deputados eleitos para sessões escolares	7042	7532	6250

Deputados eleitos para sessões distritais / regionais	1450	1539	1543
Deputados eleitos para sessões para sessão nacional	130	132	132

Fonte: Adaptado do Relatório do Programa Parlamento dos Jovens – 2021/2022, IPDJ

Notas de fim

- ¹ Partidos Políticos ($t(686) = 4,44, p = .00$), Justiça ($t(697) = 3,63, p = .00$), Polícia, ($t(703) = 3,18, p = .00$), e Igreja ($t(495) = 2,26, p = .02$).
- ² $F(5, 683) = 2,86, p = .73$
- ³ $F(8, 690) = 1,68, p = .10$
- ⁴ $F(8, 667) = 2,95, p = .00$
- ⁵ $p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.12, 1.11]$
- ⁶ $F(5, 693) = 3,29, p = .01$
- ⁷ $p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.04, .78]$
- ⁸ À Igreja, $F(5, 670) = 8,50, p = .00$, e às Associações (B2), $F(5, 670) = 2,99, p = .01$
- ⁹ Ensino Secundário ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.41, 3.66]$), Licenciatura ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.67, 3.94]$) e Mestrado ou Doutoramento ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.43, 3.75]$)
- ¹⁰ Ensino Secundário ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.12, .85]$), Licenciatura ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.35, 1.15]$) e Mestrado ou Doutoramento ($p = .03, 95\% \text{ C.I.} = [.03, 1.04]$)
- ¹¹ $p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.04, .65]$.
- ¹² Presidente da República ($r = -.08; p < .05$), nos Partidos Políticos ($r = -.09; p < .05$), na Igreja ($r = -.21; p < .01$) e na Comunicação Social ($r = -.17; p < .01$)
- ¹³ $r = .08; p < .05$
- ¹⁴ Género dos participantes, $F(2, 714) = .52, p = .60$; situação perante o emprego, $F(8, 708) = .96, p = .47$; tipo de localidade de residência, $F(5, 700) = .83, p = .53$; nível de educação, $F(5, 711) = .88, p = .49$
- ¹⁵ Estudantes (item 6, $F(8, 686) = 3,45, p = .00$), participantes trabalhadores ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [-.73, -.03]$), e trabalhadores-estudantes ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [-.94, -.07]$)
- ¹⁶ Participantes com Licenciatura (item 6, $F(5, 689) = 4,46, p = .00$), e participantes com 3º ciclo do Ensino Básico ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.08, .78]$)
- ¹⁷ Participantes com Licenciatura (item 8, $F(5, 555) = 2,32, p = .04$), e indivíduos com Ensino Secundário ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.04, .70]$)
- ¹⁸ $p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.04, .70]$
- ¹⁹ $r = -.20; p < .01$
- ²⁰ Economia, ($t(706) = 5,46, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.22, .48]$), estado da saúde ($t(711) = 3,32, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.10, .40]$), e estado do mercado de trabalho ($t(702) = 3,38, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.10, .38]$)
- ²¹ Estado da educação, $F(8, 712) = 2,68, p = .00$; da justiça, $F(8, 698) = 3,28, p = .00$; do mercado de trabalho, $F(8, 701) = 5,11, p = .00$; e da participação pública em Portugal; $F(8, 661) = 3,68, p = .00$
- ²² Trabalhadores ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.10, 2.59]$), trabalhadores-estudantes ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.02, 2.55]$), desempregados e à procura de novo emprego ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.22, 3.09]$), ou outras situações não contempladas no questionário sociodemográfico ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.21, 3.44]$)
- ²³ Trabalhadores ($p = .04, 95\% \text{ C.I.} = [.00, .61]$) e desempregados à procura de novo emprego ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.09, 1.57]$)
- ²⁴ Participantes a frequentar cursos profissionais ($p = .03, 95\% \text{ C.I.} = [.08, 2.79]$)
- ²⁵ Estudantes ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.22, 2.39]$), trabalhadores-estudantes ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.32, 2.56]$), trabalhadores ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.31, 2.52]$), desempregados à procura de novo emprego ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.79, 3.34]$), desempregados à procura de primeiro emprego ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.61, 3.19]$), participantes que se ocupam de tarefas domésticas ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.44, 4.99]$), e outras situações face ao emprego não contempladas no questionário sociodemográfico ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.39, 3.26]$)

- ²⁶ Estado da economia $F(5, 708) = 3,31, p = .01$; estado da saúde, $F(5, 713) = 7,21, p = .00$; estado da justiça, $F(5, 701) = 3,92, p = .00$; estado do mercado de trabalho, $F(5, 704) = 5,99, p = .00$; e estado da participação pública em Portugal, $F(5, 664) = 6,21, p = .00$
- ²⁷ Estado da saúde ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.10, .64]$), estado do mercado de trabalho ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.06, .59]$), e participação pública ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.02, .54]$)
- ²⁸ Estado da economia ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.08, .60]$), estado da saúde ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.30, .90]$), estado da justiça ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.11, .71]$), estado do mercado de trabalho ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.23, .80]$), e estado da participação pública em Portugal ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.25, .82]$).
- ²⁹ Estado da saúde ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.10, .87]$), estado da justiça ($p = .05, 95\% \text{ C.I.} = [.00, .77]$), e estado da participação pública em Portugal
- ³⁰ $p = .04, 95\% \text{ C.I.} = [.01, .50]$
- ³¹ Género feminino: emoções de medo ($t(703) = -5,31, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-.54, -.25]$) e desmotivação ($t(535) = -3,30, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-.41, -.10]$). Género masculino: emoções de esperança ($t(499) = 4,22, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.16, .43]$) e entusiasmo ($t(495) = 3,48, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.11, .38]$)
- ³² $F(5, 689) = 2,63, p = .02$
- ³³ $p = .04, 95\% \text{ C.I.} = [.01, .65]$
- ³⁴ Medo $F(5, 705) = 2,79, p = .01$, desmotivação $F(5, 701) = 10,10, p = .00$ e vontade de participar $F(5, 687) = 2,31, p = .04$
- ³⁵ $p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.26, 1.03]$
- ³⁶ Os participantes com Ensino Secundário - emoções de medo ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.03, .59]$) e desmotivação ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.18, .74]$). Indivíduos com o 3º ciclo de Ensino Básico quando observadas as diferenças das pontuações médias para estas emoções por parte dos participantes com Licenciatura: emoções de medo ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.06, .67]$) e de desmotivação ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.41, 1.01]$).
- ³⁷ Associações positivas e significativas entre a idade e o medo ($r = .10; p < .01$), desmotivação ($r = .22; p < .01$) e vontade de participar ($r = .13; p < .01$).
- ³⁸ Correlações entre a perceção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (e, por um lado, a perceção sobre o impacto da participação em programas do IPDJ ($r = .42; p < .01$), e, por outro, o conhecimento e participação em programas do IPDJ ($r = .33; p < .01$); a pertença a grupos facilitadores da participação cívica e política e os próprios comportamentos de participação ($r = .33; p < .01$), bem como com o conhecimento e participação em programas do IPDJ ($r = .32; p < .01$); e, por último, o conhecimento e participação nos programas do IPDJ e a perceção de impacto dos mesmos ($r = .36; p < .01$).
- ³⁹ (C2) ($r = .13; p < .01$)
- ⁴⁰ ($\beta = .13, p = .00$), $F(1, 686) = 12,03, p = .00$. Sendo esta variável preditora capaz de explicar cerca de 1,7% da variável resultado
- ⁴¹ ($\beta = .29, p = .00$), $F(1, 705) = 65,40, p = .00$. Sendo esta variável preditora capaz de explicar cerca de 8,5% da variável resultado
- ⁴² ($\beta = .33, p = .00$), $F(1, 712) = 89,15, p = .00$. Sendo esta variável preditora capaz de explicar cerca de 11,1% da variável resultado
- ⁴³ $F(1, 674) = 41,77, p = .00$
- ⁴⁴ Perceção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (B4) ($\beta = .18, p = .00$) e pertença a grupos facilitadores da participação (C1) ($\beta = .29, p = .00$).
- ⁴⁵ $F(1, 697) = 1,53, p = .22$
- ⁴⁶ ($\beta = .33, p = .00$), $F(1, 715) = 88,77, p = .00$. Sendo esta variável capaz de explicar cerca de 11% da variável resultado
- ⁴⁷ ($\beta = .32, p = .00$), $F(1, 720) = 80,46, p = .00$. Sendo esta variável independente capaz de explicar cerca de 10,1% da variável dependente
- ⁴⁸ $F(3, 681) = 42,32, p = .00$. A significância da força preditora das variáveis independentes mantém-se, por comparação com a regressão linear simples: perceção sobre a influência e impacto da participação cívica e política (B4) ($\beta = .27, p = .00$); pertença a grupos facilitadores da participação (C1) ($\beta = .24, p = .00$).

- ⁴⁹ Conhecimento e participação em programas do IPDJ enquanto preditor positivo da participação cívica e política ($\beta = .31, p = .00$), sendo este capaz de explicar cerca de 9,3% da variável dependente, $F(1, 717) = 73,50, p = .00$
- ⁵⁰ Associações desportivas ($t(548) = 3,07, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.09, .41]$), sindicatos ($t(376) = 3,31, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.06, .25]$), associações ou ordens profissionais ($t(451) = 2,80, p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.05, .28]$), e partidos políticos ($t(499) = 2,56, p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.04, .33]$).
- ⁵¹ Associações culturais, $F(5, 695) = 3,24, p = .01$; associações religiosas, $F(5, 698) = 2,86, p = .01$; e partidos políticos $F(5, 697) = 4,37, p = .00$
- ⁵² Associações culturais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.12, .87]$), associações religiosas ($p = .04, 95\% \text{ C.I.} = [.02, .78]$), e partidos políticos ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.08, .76]$)
- ⁵³ Associações religiosas ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.04, .78]$), e partidos políticos ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.16, .81]$)
- ⁵⁴ Grandes vilas ou cidades ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.07, .72]$) e vilas ou pequenas cidades ($p = .01, 95\% \text{ C.I.} = [.07, .65]$)
- ⁵⁵ Grupos ou movimentos sociais, $F(8, 692) = 4,54, p = .00$; associações juvenis, $F(8, 699) = 2,08, p = .04$; associações ou grupos culturais, $F(8, 701) = 2,72, p = .01$; associações ou ordens profissionais, $F(8, 697) = 4,25, p = .00$; e partidos políticos, $F(5, 702) = 3,91, p = .00$.
- ⁵⁶ Estudantes em grupos ou movimentos sociais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.11, .75]$), associações juvenis, ($p = .03, 95\% \text{ C.I.} = [.02, .67]$), associações ou ordens profissionais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.14, .67]$), e partidos políticos ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.15, .71]$)
- ⁵⁷ Grupos ou movimentos sociais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.15, .94]$) e associações ou grupos culturais ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.03, .79]$). Participantes desempregados e à procura de um novo emprego na pertença a grupos ou movimentos sociais ($p = .03, 95\% \text{ C.I.} = [.06, 1.86]$)
- ⁵⁸ Grupos ou associações facilitadoras da participação cívica (C1), $F(5, 713) = 22,57, p = .00$; participação em grupos ou movimentos sociais, $F(5, 695) = 4,35, p = .00$ e associações ou ordens profissionais, $F(5, 700) = 5,72, p = .00$
- ⁵⁹ 3º ciclo do Ensino Básico ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.76, 1.65]$), Ensino Secundário ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.50, 1.32]$)
- ⁶⁰ 3º ciclo de Ensino Básico ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.69, 1.39]$), Ensino Secundário ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.44, 1.05]$)
- ⁶¹ Grupos ou movimentos sociais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.16, .98]$), associações ou ordens profissionais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.13, .68]$) e partidos políticos ($p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [.02, .75]$)
- ⁶² Grupos ou movimentos sociais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.17, .92]$), e associações ou ordens profissionais ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.15, .68]$)
- ⁶³ $p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.15, .68]$.
- ⁶⁴ $F(5, 705) = 9,31, p = .00$
- ⁶⁵ Clubes ou grupos desportivos, $F(5, 705) = 9,31, p = .00$. Participantes do 3º ciclo do Ensino Básico por comparação com Ensino Secundário ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.16, .73]$), Licenciatura ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.37, .99]$) e Mestrado e Doutoramento ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [.13, .92]$)
- ⁶⁶ Associações entre idade e a participação em grupos ou movimentos sociais ($r = .19; p < .01$), grupos de escuteiros ($r = .13; p < .01$), associações ou grupos culturais ($r = .11; p < .01$), associações ou grupos de solidariedade social ($r = .14; p < .01$), associações ou grupos recreativos ($r = .08; p < .05$), associações ou ordens profissionais ($r = .18; p < .01$) e partidos políticos ($r = .16; p < .01$)
- ⁶⁷ Ligações a paróquias ou associações religiosas ($r = .08; p < .05$) e a clubes ou grupos desportivos ($r = .23; p < .01$)
- ⁶⁸ Níveis de participação cívica e política globais (C2) significativamente mais elevados no género feminino ($t(508) = -2,02, p = .04, 95\% \text{ C.I.} = [-.40, -.01]$), mais especificamente em: exercício de voto nas eleições ($t(494) = -2,24, p = .03, 95\% \text{ C.I.} = [-.64, -.04]$), assinar petições ($t(500) = -5,38, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-1.08, -.50]$), realizar voluntariado ($t(471) = -4,51, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-.85, -.34]$), participar no orçamento participativo ($t(662) = -2,36, p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [-.63, -.06]$), participar na recolha de alimentos ou de fundos para uma causa ($t(495) = -5,98, p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-1.10, -.56]$), e participar num protesto, marcha ou manifestação ($t(537) = -2,28, p = .02, 95\% \text{ C.I.} = [-.62, -.05]$)
- ⁶⁹ Trabalhadores ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-1.20, -.48]$); trabalhadores-estudantes ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-1.03, -.13]$)
- ⁷⁰ Licenciatura ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-1.39, -.69]$), e Mestrado ou Doutoramento⁷⁰ ($p = .00, 95\% \text{ C.I.} = [-1.65, -.76]$).

- ⁷¹ Licenciatura ($p = .00$, 95% C.I. = [-1.05, -.44]), e Mestrado ou Doutoramento⁷¹ ($p = .00$, 95% C.I. = [-1.32, -.50])
- ⁷² $t(578) = -1,85$, $p = .06$, 95% C.I. = [-.13, .00]
- ⁷³ $F(5, 718) = 1,79$, $p = .11$
- ⁷⁴ $F(8, 729) = 3,64$, $p = .00$
- ⁷⁵ $p = .00$, 95% C.I. = [.05, .33]
- ⁷⁶ $F(5, 732) = 10,55$, $p = .00$
- ⁷⁷ Indivíduos de 3º ciclo do Ensino Básico ($p = .00$, 95% C.I. = [.14, .41]) e do Ensino Secundário ($p = .00$, 95% C.I. = [.05, .29])
- ⁷⁸ Orçamento Participativo Jovem Portugal ($t(730) = -2,44$, $p = .02$, 95% C.I. = [-.25, -.03]); Parlamento dos Jovens ($t(596) = -2,53$, $p = .01$, 95% C.I. = [-.23, -.29])
- ⁷⁹ $F(8, 729) = 2,81$, $p = .01$
- ⁸⁰ $p = .04$, 95% C.I. = [.00, .30]
- ⁸¹ Campos de Trabalho Internacionais, $F(5, 732) = 2,38$, $p = .04$; Orçamento Participativo Jovem Portugal, $F(5, 732) = 4,13$, $p = .00$; Parlamento dos Jovens, $F(5, 732) = 6,96$, $p = .00$
- ⁸² Participantes com 3º ciclo do Ensino Básico - menor conhecimento e participação global nos programas promovidos pelo IPDJ ($p = .03$, 95% C.I. = [-.26, -.01]); Orçamento Participativo Jovem Portugal ($p = .00$, 95% C.I. = [-.49, -.08]) e Parlamento dos Jovens ($p = .00$, 95% C.I. = [-.51, -.15]); Comparado com participantes com licenciatura: Campos de Trabalho Internacionais ($p = .03$, 95% C.I. = [-.31, -.01]) e Parlamento dos Jovens ($p = .00$, 95% C.I. = [-.53, -.12]).
- ⁸³ $p = .00$, 95% C.I. = [-.60, -.08].
- ⁸⁴ Ouvia falar do IPDJ ($r = .21$; $p < .01$); conhece ou participou nos Campos de Trabalho Internacionais ($r = .14$; $p < .01$) e no Parlamento dos Jovens ($r = .08$; $p < .05$)
- ⁸⁵ $r = -.14$; $p < .01$
- ⁸⁶ $t(611) = -1,70$, $p = .09$, 95% C.I. = [-.01, .14]
- ⁸⁷ $F(5, 718) = 2,76$, $p = .02$
- ⁸⁸ $p = .04$, 95% C.I. = [.00, .32]
- ⁸⁹ $F(5, 732) = 3,62$, $p = .00$
- ⁹⁰ $p = .02$, 95% C.I. = [.02, .32]
- ⁹¹ $r = -.12$; $p < .01$
- ⁹² $t(232) = -2,56$, $p = .01$, 95% C.I. = [-.69, -.09]
- ⁹³ Orçamento Participativo Jovem ($t(164) = -2,54$, $p = .01$, 95% C.I. = [-.89, -.11]); Parlamento dos Jovens ($t(189) = -2,25$, $p = .03$, 95% C.I. = [-.90, -.06])
- ⁹⁴ Opinião global sobre os programas do IPDJ, $F(5, 305) = 2,77$, $p = .02$, e sobre o Parlamento dos Jovens, $F(4, 189) = 2,63$, $p = .04$
- ⁹⁵ Opinião global sobre os programas ($p = .01$, 95% C.I. = [.16, 1.39]) e sobre o Parlamento dos Jovens ($p = .04$, 95% C.I. = [.03, 1.77])
- ⁹⁶ Opinião global favorável aos programas promovidos pelo IPDJ ($r = .17$; $p < .01$); Campos de Trabalho Internacionais ($r = .23$; $p < .01$); Orçamento Participativo Jovem ($r = .16$; $p < .05$); e Parlamento dos Jovens ($r = .17$; $p < .05$)
- ⁹⁷ Tipo de localidade de residência dos indivíduos, $F(5, 378) = ,73$, $p = .61$; Situação perante o emprego⁹⁷ $F(8, 382) = ,66$, $p = .73$
- ⁹⁸ $F(5, 362) = 2,78$, $p = .02$
- ⁹⁹ $p = .03$, 95% C.I. = [.03, 1.00]
- ¹⁰⁰ Associativismo juvenil (item 1, $r = .11$; $p < .05$); alteração da visão pessoal sobre o papel dos jovens na sociedade portuguesa (item 2, $r = .10$; $p < .05$); percepção de aquisição de competências que não teriam sido obtidas de outra forma (item 6, $r = .10$; $p < .05$)